

**Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**

Diego Marques Pereira dos Anjos

**Votán zapata contra a Besta-fera: Escritos do EZLN contra o
capitalismo no México**

Marília
2015.

Anjos, Diego Marques Pereira dos.
A599v “Votán-Zapata” contra a “Besta-fera”: Escritos do
EZLN contra o capitalismo no México / Diego Marques
Pereira dos Anjos. – Marília, 2014.
181 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 157-163

Orientador: Jair Pinheiro.

1. México – Política e governo. 2. Ideologia. 3. Análise
do discurso. 4. Socialismo utópico. I. Título.

CDD 301.153

DIEGO MARQUES PEREIRA DOS ANJOS

**“Votán-Zapata” contra a “Besta-fera”: Escritos do EZLN contra o capitalismo
no México**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Marília-SP

:2015

Banca Examinadora

Orientador: _____
Jair Pinheiro

Examinadora: _____
Fátima Cabral

Examinador: _____
Nildo Silva Viana

Suplente: _____
Fábio Ocada

**A todos que fecham o círculo ao meu redor, especialmente minha mãe, Dona Jô.
Dedico esse trabalho ao 4º Movimento de Ocupação por Moradia, FFC-Marília.**

AGRADECIMENTOS

Infelizmente vivemos numa sociedade que pelo modo de vida que os indivíduos são obrigados a viver não lhes permitem experimentar novas coisas, e assim grande parte das pessoas que contribuíram para me auxiliar na produção desse trabalho terão pouco contato com as ideias aqui desenvolvidas, mas elas aqui estão, justamente pelo fato do trabalho ter sido concluído. São pessoas que estão no meu convívio pessoal e familiar, nos contatos políticos, nas amizades à distância, mas mesmo assim, aqui elas estão. Eu e meu trabalho são resultados direto da minha família: a dona Jô (Gelcemânia), meu pai (José Carlos) e meus dois grandes irmãos (Jeane e Tiago), minhas primas (Taís, Tamíres e Alice) mais as amizades que fiz, especialmente em Marília (SP) Dominique, Marcelo Camargo e Marcelo di Mazonni, Gabriel, Priscilia, Fábio, Rodrigo e diversos outros amigos. E também à relação especial que tenho com Suzana Miranda.

Também agradeço à liberdade que o professor Jair Pinheiro me possibilitou para desenvolver a pesquisa, que apesar das ideias divergentes, soube indicar o que estava equivocado e orientar para o rumo que eu pretendia. Agradeço à professora Fátima Cabral pelas revisões de caminho durante a produção desse trabalho. E por fim, agradeço ao amigo e companheiro Nildo Viana que em sua figura humana cumpriu um papel crucial para a conclusão do presente trabalho, apesar de que por diversas determinações não pude aprofundar o quanto desejado.

DESCONTENTAMENTOS

Manifesto aqui o meu repúdio com as instituições de ensino no Brasil que reprimem estudantes e premiam a mediocridade e a competição acadêmica.

Resumo

A presente dissertação de Mestrado tem como objeto de estudo os comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), um movimento político mexicano. Buscamos compreender o significado da produção textual do EZLN através de um conjunto selecionado de textos em que a organização apresenta sua visão de mundo, sua forma de organização, a crítica da sociedade capitalista, seus objetivos. Nossa metodologia teve como ponto de partida a ideia de que para se compreender e explicar um discurso é necessário descobrir as condições sociais de produção do discurso e o trabalho que se segue é uma exposição das motivações externas e da unidade interna do discurso do EZLN. Na terceira parte de nosso trabalho buscamos realizar uma reflexão crítica sobre os comunicados do EZLN tendo como base os conceitos de ideologia e de utopia, e como resultado de nossa reflexão indicamos que o EZLN apresenta um discurso crítico sobre a sociedade mexicana, mas não desenvolve um projeto alternativo e radical de transformação social.

Palavras-chave: EZLN; México; análise do discurso; ideologia; utopia.

Abstract

The present master thesis has the object to study, the declarations of the Zapatista Army of National Liberation (EZLN), a Mexican political movement. Do we seek to understand the meaning of textual production of the EZLN through a selected set of texts in which the organization presents his world vision, his way of organization, the critique of capitalist society, their objectives. Our methodology had as its starting point the idea that to understand and explain a speech is necessary to discover the social conditions of production of discourse, and the work that follows is a presentation of the external motivations and of internal unity of the EZLN discourse. In the third part of our work, do we seek realize a critical reflection on the announcements by EZLN based on the concepts of ideology and utopia, and as a result of our reflection, we indicate that the EZLN presents a critical discourse on Mexican society, but don't develop a alternative and radical project of social transformation.

Keywords: EZLN; Mexico; discourse annalysis; ideology; utopia.

Sumário

Introdução 8

Parte I Luta de classes em Chiapas

Capítulo I

Chiapas: Selva, Campo e Capital 13

O campo em chamas 24

Gênese do Estado Neoliberal Mexicano (1982-) 31

A expansão do estado neoliberal para os países de capitalismo subordinado 31

Estado integracionista e acumulação de capital no México (1930-1970) 33

As políticas do estado neoliberal subordinado no México 36

Parte II Análise de conteúdo dos comunicados do EZLN

Capítulo II

EZLN nas décadas de 1980 e 1990 47

A declaração de guerra 47

Violência Estatal 50

O EZLN e a sociedade mexicana 52

EZLN e o uso das tecnologias informacionais na acumulação integral 56

Capítulo III

Seleção do material 59

Procedimentos iniciais 62

Realidade econômica, força social e luta política no comunicado Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia 65

Força social e instituições na Primeira Declaração da Selva Lacandona 69

Segunda Declaração da Selva Lacandona: Cultura, instituições, organização e proposta 73

Instituições, propostas, realidade econômica e programa na Terceira Declaração da Selva Lacandona 78

Quarta Declaração da Selva Lacandona: cultura, valor, programa, instituições, realidade econômica e força social 84

Cultura, propostas, organização e instituições na Quinta Declaração da Selva Lacandona 89

Sexta Declaração da Selva Lacandona: realidade econômica, instituições, organização e memória 94

Votán-Zapata: memória e cultura indígena e camponesa 108

Parte III Entre a ideologia e a utopia

Capítulo IV

Produzindo ideologia 111

Sobre a perspectiva marxista das utopias 128

Síntese conclusiva 137

Notas sobre a Primeira Declaração 146

Lemas e palavras de ordem do EZLN 151

Bibliografia 157

Anexos 165

Introdução

O objetivo inicial da presente pesquisa era o de fazer um amplo estudo sobre o EZLN e o conceito de utopia, à semelhança da obra do filósofo alemão Ernst Bloch, *Princípio Esperança*, onde analisa diversos movimentos sociais à luz de sua nova definição de utopia. O trabalho de Bloch é esplêndido, tanto por sua definição de utopia, embasada em um profundo acúmulo de leitura e de debates em quase todos os campos disciplinares das ciências humanas, da psicologia à arquitetura, quanto por seu trabalho de aplicação de seu conceito em casos concretos, revelando uma capacidade criativa e interpretativa que remonta aos grandes pensadores do romantismo do século XIX, dos artistas expressionistas do século XX, na verdade o campo cultura alemão em que Bloch nasceu é muito fértil, sua obra é continuidade dos grandes trabalhos que a filosofia alemã produziu.

O EZLN também fascina, é esplêndido na linguagem que expressa nos seus comunicados, e pegar em armas em plena era do “consenso neoliberal” é uma inegável façanha, e a questão EZLN reanimou o debate em setores da esquerda atordoada com as reformas neoliberais e ofensiva do capital ao longo da década de 1990¹.

Mas o fascínio não expressa a realidade, que deve ser analisada, criticada. E como foi esse processo de análise da realidade que se expressa no discurso do EZLN? Nosso objetivo fundamental era o de analisar os comunicados do EZLN, buscar compreender o significado por detrás de um conjunto de textos que englobam diversos temas, de organização comunitária a crítica do capitalismo, sobre velhos andando nas florestas e montanhas a declaração de guerra; como pressuposto metodológico não pretendíamos desenvolver um relato em cima de outro relato, uma nova descrição. Partimos então para o estudo da realidade social mais ampla que produz o EZLN, não como forma complementar, de justificar o conteúdo das ideias dos comunicados, mas compreender que tipo de condições sociais produz o discurso do EZLN tal como este se apresenta, e não um discurso utópico como o de Platão em *A República*, ou uma nova redução de fanáticos à espera do apocalipse final. Ou seja, partimos do pressuposto que existe um nexo entre o discurso produzido pelo EZLN e as condições materiais de produção desse discurso (do nível de

¹ Uma boa parte das polêmicas que gerou a luta do EZLN sobre parcelas da esquerda pode ser encontrada nos debates realizados pela revista argentina Herramienta <http://www.herramienta.com.ar/debate-sobre-cambiar-el-mundo/presentacion-e-indice-de-articulos>. Aqui vemos como a explicação que o professor John Holloway dá sobre a luta do EZLN, para quem a organização busca mudar o mundo sem tomar o poder, gera diversas interpretações sobre o EZLN.

desenvolvimento dos novos meios de comunicação a uma nova onda de politização das comunidades camponesas no interior do México, as determinações são múltiplas).

Esse nexos foi compreendido através do estudo das condições de vida em Chiapas em fins da década de 1980, momento de surgimento do EZLN. Mas as coisas estão todas interligadas, o que significava que o aumento da produção industrial em Chiapas se relacionava com novas políticas regulatórias do Estado Mexicano, materializada nos tratados de livre comércio, que por sua vez interferia na produção camponesa, que também gerava mais conflitos políticos em Chiapas. A pressão do mercado mundial em expansão pelas selvas e fronteiras da região da Lacandona forçosamente recaía sobre o campesinato; em outras regiões do país, a forte repressão política combinada com as reformas neoliberais empurrava os grupos políticos organizados para a disputa militar, nos anos de 1970 foram diversas as guerrilhas que explodiram em vários estados mexicanos. O fenômeno EZLN é uma combinação de diversos fatores objetivos, segundo as capacidades de nossa pesquisa buscamos elencar as principais determinações.

No primeiro capítulo deste trabalho o leitor terá acesso a uma discussão que faço sobre o movimento do capital na contemporaneidade, o que chamamos de regime de acumulação integral fundamentada na análise pioneira de Nildo Viana (2009). Optamos por não fazer uma extensa apresentação do que é o regime de acumulação integral e a sua significância histórica como estágio atual do modo de produção capitalista, mas os elementos mais pontuais dessa teoria estão aqui presentes: um novo ciclo de reprodução e acumulação do capital em nível mundial que em Chiapas se traduz no avanço dos mecanismos de exploração sobre o campesinato *ejidal*, aquele que vive sob determinadas relações sociais nas propriedades do *ejido*, tendo em vista que a intensificação da exploração do proletariado urbano, no uso combinado das estratégias de mais-valia absoluta e relativa, tem como efeitos a intensificação do trabalho do camponês, mediante o mecanismo de subordinação do campesinato, a troca desigual entre os seus produtos e os que o mercado capitalista lhe obriga a comprar. A substituição de políticas de desenvolvimento nacional por políticas neoliberais, outra forma de regulação feita pelo Estado capitalista visando a legitimar a intensificação da exploração do trabalho, políticas que especialmente tem seus efeitos em Chiapas com a legalização dos tratados de livre comércio e com o corte nas políticas de fomento da produção do campesinato. A intensificação da repressão estatal que no caso de Chiapas é o responsável pela explosão de um levante armado e a continuidade do problema sem uma solução

pacífica entre as duas partes. Não é uma lei histórica e social que a piora nas condições de vida precipitem movimentos contestatórios, mas no caso de Chiapas a equação se confirmou.

Mas as condições de vida sob o regime de acumulação integral não interferem somente na “explosão do levante”, mas também na forma como tal explosão se deu. É outra questão de pesquisa o uso do EZLN dos novos meios de comunicação criados com a tecnologia da acumulação integral, notadamente os meios informacionais, instrumento pelo qual o EZLN dá vazão à sua vasta produção textual; também foi através da internet que o EZLN convocou para a participação de seus encontros políticos militantes e organizações de diversos países, inclusive de outros continentes, e foi pela internet que o EZLN se tornou o movimento político conhecido do tanto que é hoje.

Na segunda parte de nosso trabalho realizamos a análise do discurso do EZLN: fizemos diversas leituras dos textos, fizemos uma extensão anotação dos principais temas tratados, classificamos os comunicados em diversas categorias e reunimos tudo na forma como se encontra no capítulo III. Quanto aos aspectos técnicos o essencial encontra-se na forma como expusemos os enunciados destacados dos textos do EZLN. Cabe, portanto, destacar que o elemento fundamental de nossa análise foi a classificação dos comunicados em algumas categorias construídas tendo como objetivo compreender a unidade interna de cada texto. Temas comuns foram separados e agrupados sob a denominação de uma mesma categoria, que genericamente expressa um agrupamento de enunciados comuns.

Esse procedimento possibilitou a descoberta da posição do EZLN sobre diversos temas polêmicos, tais como: o funcionamento da sociedade capitalista, a função política das instituições do Estado mexicano, os projetos e propostas criados pelo EZLN, a forma de organização das comunidades sob direção do EZLN, a esfera cultural e a memória da organização. Consideramos que tal procedimento foi oportuno por detalhar os enunciados do EZLN sobre um determinado tema e assim possibilitar a compreensão totalizante de um tema específico tratado pelo EZLN ao longo da evolução da produção textual da organização.

Acredito que algumas questões polêmicas foram contempladas com a análise do discurso do EZLN, tal como o nacionalismo latente na visão de mundo da organização, bem como a continuidade do militarismo em sua estrutura organizacional. A reflexão sobre tais questões foi transferida para a parte III de nosso estudo.

Na terceira parte do presente trabalho realizamos uma definição marxista dos conceitos de ideologia e utopia. Consideramos fundamental a escolha dos conceitos na medida em que eles podem explicar os avanços e limites da organização do EZLN no que diz respeito ao ciclo de lutas sociais aberto com o regime de acumulação integral. Constatamos a presença de elementos ideológicos e utópicos através da análise do discurso do EZLN, ideológico enquanto produção de ideias realizadas pela direção de uma organização hierárquica e na medida em que aspectos do sistema de ideias desenvolvido apontam para a conservação da realidade existente ao mesmo tempo em que iludem com relação às verdadeiras causas do problema; utópicos na medida em que antecipam determinada realidade em emergência, o que se desenvolveu no EZLN, principalmente, por meio de sua oposição ativa ao neoliberalismo, e que teve como significado histórico a atuação de detonador dos movimentos sociais contestatórios da ordem neoliberal e antiglobalização.

Quanto à intenção inicial de realizar um estudo similar ao de Ernst Bloch pautado pela interpretação das utopias concretas tivemos de abandonar tal pesquisa conforme ela se desenvolvia. A questão fundamental foi: não encontrávamos mais no EZLN a correspondência com o conceito de utopia concreta e a realidade que este expressa: processos e movimentos sociais que antecipam em seu conteúdo uma realidade social em emergência. A não ser pela crítica do EZLN ao neoliberalismo, as demais questões levantadas pela organização não apresentavam “nada de novo” e de consciência antecipadora: sobretudo nas questões do nacionalismo e do militarismo. Isto não significa que não analisamos o EZLN tal como Ernst Bloch analisou outros movimentos sociais e viu uma antecipação concreta, significa que buscamos realizar uma análise materialista do discurso do EZLN, mas não encontramos a efetivação de uma utopia concreta, o que inicialmente esperávamos. Entretanto, a análise foi feita, e embora tenha caminhado outros caminhos que o original, mesmo assim buscamos aqui se encontra nossa interpretação, com base na história e nas fontes analisadas, do fenômeno social que é o EZLN e seus comunicados.

Por fim, cabe uma pequena explicação a respeito da divisão das partes desse trabalho. A parte I contempla somente o capítulo I, a parte II contém dois capítulos (uma breve história do EZLN e logo em seguida a apresentação do processo de análise das fontes) e a parte III com o capítulo IV que expõe nossa reflexão sobre os comunicados do EZLN. Tem uma justificativa tal divisão. A parte I busca contemplar uma “explicação econômica” sobre as origens do EZLN, o que significa analisar as condições sociais mais gerais que provocam a emergência da organização assim como

os fatores que explicam a existência da organização. A parte II tem como projeto analisar o que de concreto o EZLN vem fazendo, ou seja, analisar suas experiências no campo da atividade política, vida em comunidade, etc. E a parte III tem como objetivo fazer uma reflexão mais ampla e teórica sobre o significado histórico do EZLN, o que é o fenômeno EZLN no interior de uma sociedade contemporânea.

Este projeto de estudos não está acabado, encontra-se em suas primeiras fases, cujo a experiência do mestrado foi um importante aprendizado, mas que pretende não parar por aqui. A divisão dos capítulos é resultado de que ainda precisamos ampliar as pesquisas que são realizadas sistematicamente desde a época da produção da monografia em Licenciatura em História. Com minha aprovação no doutorado, buscarei desenvolver sobre outros enfoques o fenômeno EZLN, descobrir qual o nível de interferência da organização sob outros movimentos sociais, especialmente sobre os movimentos da juventude. Por isso, com relação à parte I, este deve ser desdobrada em outros capítulos que busquem detalhar o avanço do neoliberalismo no México, e em particular em Chiapas. A parte II será ampliada com o estudo do nosso objeto de pesquisa no Doutorado, a influência do EZLN sobre organizações juvenis, numa pesquisa comparada sobre o México e o Brasil. O que tende a também ampliar a parte III em novos capítulos. Em suma, o trabalho que aqui apresentamos representa o estágio atual a respeito de nossas pesquisas sobre o EZLN.

PARTE I

Luta de classes em Chiapas

Capítulo I

Chiapas: Selva, Campo e Capital.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional surge no centro de importantes transformações na realidade social contemporânea e talvez por isso a sua reação aos acontecimentos econômicos e políticos no México das décadas de 1980 e 1990 tenha ganhado destaque e atraído a atenção da nação mexicana e do cenário político internacional com o acompanhamento da situação em Chiapas por movimentos sociais, ONG'S, partidos, organizações estudantis, etc. de diversas regiões do mundo. A emergência do EZLN ocorre em meio a um processo mais geral de transformações no interior de modo de produção capitalista como um todo, desde mudanças no interior das unidades de produção e nas relações sociais de trabalho, até as relações institucionais, estatais e entre as classes sociais, mas também na cultura e sociabilidade. Para conservar-se, o sistema capitalista mundial passou por mudanças: a produção toyotista, o retorno da agressividade política do imperialismo mundial, o surgimento dos estados neoliberais, a hegemonia cultural das chamadas ideias pós-modernistas expressam transformações cujo objetivo é reforçar o modo de vida nas sociedades capitalistas.

As distâncias foram encurtadas e isolamento de uma determinada região do planeta devem ser analisados relativamente no atual estágio do modo de produção capitalista e do movimento do capital: se historicamente o desenvolvimento e progresso capitalista expressam realidades sociais diferentes entre os municípios de Chiapas e a capital londrina, o mercado mundial cria os estreitos vínculos entre a derrubada das árvores da selva Lacandona, a venda no especulativo mercado imobiliário de Londres, a ratificação de acordos de livre comércio, o crescente processo de proletarização do campesinato chiapaneco.

Em fins dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 as crises e tentativas de recuperação do capitalismo mundial se faz sentir em Chiapas na forte queda no preço do café, no avanço da fronteira agrícola e na expansão da criação de gado, na maior integração ao mercado internacional, o que significa maior participação das empresas transnacionais, na substituição das políticas estatais

de distribuição de terras por políticas de mercantilização das propriedades comunais e *ejidais*². Se não fosse a resistência da população que mora em Chiapas, e levando-se em conta que grande parte da população mantém uma relação milenar com a região, as matérias e recursos naturais da região teriam sido expropriadas muito mais intensamente e criado muito mais riqueza no mercado mundial.

Chiapas ocupa 75.643,4 Km², ou 3,7% do território mexicano (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002). Dentro de suas divisas foram cadastradas 4.796,580 milhões de pessoas no ano de 2010, do total de 112.336,538 milhões de mexicanos (INEGI, 2013), correspondendo a 4,3% da população total³. Ao longo do século XIX, as fronteiras nacionais do México foram contraídas na região norte, fronteira com os EUA, com a perda de metade do território para a consolidação do meio-oeste estadunidense e de seu projeto expansionista, enquanto que na fronteira do sul é anexada Chiapas em 1824, quatorze anos após a Independência Mexicana.

Atualmente Chiapas está subdividida em 119 municípios (INEGI, 2011) que estão localizados em nove regiões econômicas:

-I) *Região Central*: Aqui está situada a capital, *Tuxtla Gutiérrez*, assim como as represas hidroelétricas *La Angostura*, *Chicoasen* e *Malpaso*. Produz gado bovino e milho nos municípios de *Chiapa de Corzo*, *Ocozocoautla*, *Barriozábal*, entre outros;

² De 1917 ao ano de 1992 a regulamentação jurídica da forma de propriedade *ejidal* é regulamentada pelo direito a que uma determinada comunidade de camponeses possui para poder trabalhar nas terras em comum, pertencendo essas terras ao Estado Mexicano. Após a reforma da *Ley Agraria* pelo presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) as terras que pertenciam ao estado foram destinadas à comunidade, abrindo assim a possibilidade de venda dessas terras, sob certas condições, como o comprador ser um vizinho da comunidade ou a transferência de uso para uma associação mercantil ou civil (HASSANILLE, 1999); Consagrado no célebre artigo 27 da Constituição Mexicana o objetivo fundamental da legislação da propriedade *ejidal* era o de garantir a posse da terra às comunidades camponesas para evitar tensões sociais agudas, como as que resultaram na guerra civil mexicana e no processo de coletivização forçada de terras; muito embora, durante todo o século XX as comunidades *ejidais* estiveram precarizadas devido a falta de intervenção estatal para que estas se desenvolvessem para além de uma associação produtiva de subsistência (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002; GENNARI, 2004). Assim, o *ejido* consolida como uma determinada forma de propriedade camponesa dentro das relações capitalistas no México, e em Chiapas surge das reduções indígenas que marcam a colonização do estado de Chiapas.

³ A partir de agora utilizaremos extensamente os dados obtidos através da pesquisa consultiva aos censos produzidos pelo Instituto Nacional de Estadística y Geografía, INEGI, que cumprindo papel similar ao IBGE brasileiro sistematiza detalhadamente as informações mais relevantes sobre as dimensões econômicas, sociais, culturais, educacionais, étnicas sobre a sociedade mexicana, apresentando uma rica fonte de dados para o pesquisador. O material informativo utilizado para desenvolvermos nossa dissertação encontra-se em: *Anuário estadístico y geográfico por entidad federativa* 2013; *Panorama Sociodemográfico de Chiapas* 2011; *IX Censo Ejidal de Chiapas* 2009; e *La población hablante de lengua indígena de Chiapas* 2004.

- II) *Los Altos*: Aqui se situa *San Cristóbal de Las Casas*. As atividades principais são: artesanato, criação de gado bovino, horticultura, floricultura, venda de carvão, etc. Esta zona é a que apresenta o maior índice de pobreza;
- III) *Fronteira*: Localiza-se na parte oriental do Estado; abarca desde os municípios de *Comitán*, *La Trinitaria* até *Frontera Comalapa*. Produz milho, feijão, gado bovino, melão, melancia, etc;
- IV) *Fraylesca*: Está situada na parte média do Estado, de clima quente, produz principalmente milho e a criação de gado bovino. Possui montanhas, florestas baixas, bosques e rios. Aqui encontra-se a reserva ecológica *El Triunfo*;
- V) *Norte*: Abarca a região petroquímica de Reforma e é vizinho do estado de *Tabasco*. É produtora de banana, cacau e gado bovino. Abarca fundamentalmente os municípios indígenas de língua *zoque*. No município de *Simojovel* localiza-se a represa hidroelétrica *Peñitas* e *Itzantún*;
- VI) *Selva*: Compreende os municípios de *Ocosingo*, *Palenque*, *Salto de Agua*, etc. e a *Selva Lacandona*, que é vizinha da Guatemala. Aí se produzem madeiras preciosas e pratica-se a criação de gado. Existem jazidas de petróleo. Também aí estão os lugares mais visitados pelo turismo: *Palenque*, *Agua Azul*, *Yuinás de Tonina*, etc;
- VII) *Serra*: Compreende desde *Amatenango de la Frontera* até *La Grandeza*, *Siltepec* e mais quatro municípios, localizados entre 2 mil e 2.800 metros de altitude. Produz-se aí, principalmente, café e produtos hortícolas;
- VIII) *Soconusco*: Compreende 16 municípios, a maioria na fronteira com a Guatemala; aí se produz café, banana, melão, palma-africana, tabaco, açúcar, soja, sorgo, etc. É nesta região onde fica o *Puerto Madero*, lugar onde se embarca a maior parte dos produtos de exportação da região central do continente americano;
- IX) *Istmo-Costa*: Compreende os municípios que se dedicam principalmente à pesca, desde *Mapastepec* até *Arriaga*. Nesta zona também se produz melão, melancia, manga e criação de gado (adaptado de ARELLANO & OLIVEIRA, 2002).

División por entidad federativa



Fuente: INEGI. Dirección General de Geografía y Medio Ambiente.

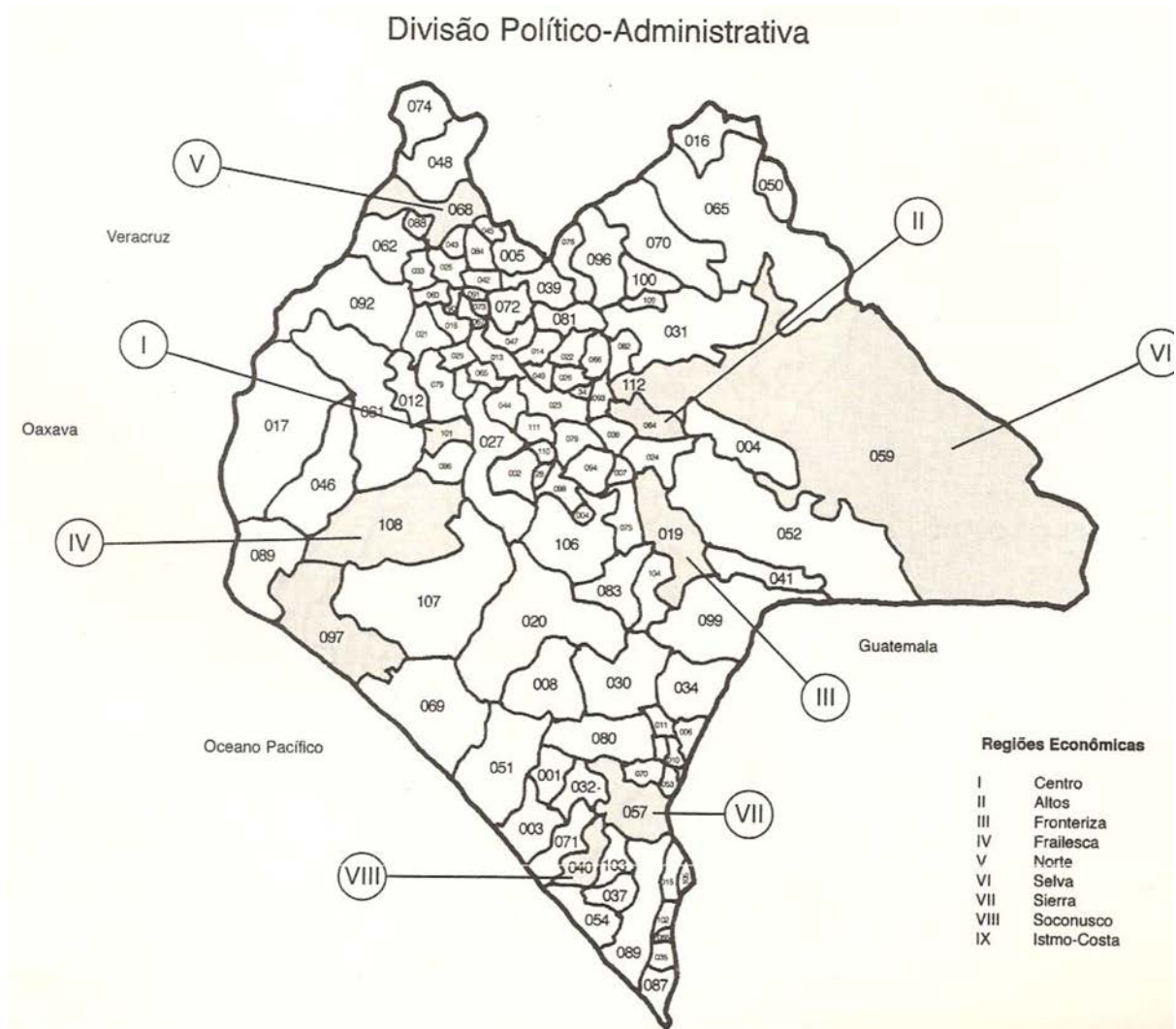


Ilustração 2: Fonte Arellano e Oliveira, 2002.
Mapa regiões econômicas em Chiapas

A expectativa de vida em Chiapas é de 72,3 anos, enquanto que a média nacional é de 74,3 anos. Das 11 milhões e 529 mil pessoas em situação de extrema pobreza, cerca de 9,8% da população total mexicana, 1 milhão e 629 mil estão em Chiapas, ou 39% da população total do estado se encontra em situação de miséria, ao passo em que somente 6,4% da população total de Chiapas podem ser consideradas não pobre ou não vulnerável. Em Chiapas existem 1.072,239 casas habitadas, destas, 171.335 mil não dispõem de saneamento básico, 279.277 mil não possuem água encanada e 39.479 sequer possuem energia elétrica, isso para o estado que no ano de 1994 produzia cerca de 20% da energia hidroelétrica do país (GENNARI, 2002, p. 15), e considerável quantidade de reservatórios de água. Dos 4.421,922 milhões de habitantes de Chiapas com mais de três anos de idade, 724 mil 380 não possuem instrução primária; e com relação ao acesso ao ensino superior das 2.768,642 milhões de pessoas com mais de dezoito anos, 2.456,068 não entraram na universidade, existindo somente 20 mil e 754 pessoas com o título de mestre ou doutor. Chiapas possui 401 bibliotecas públicas, cerca de uma biblioteca para cada 11.000 habitantes. O número de médicos do

sistema público que atende a população chiapaneca é de 5.518, o que dá um médico para aproximadamente 800 habitantes, atuando em 1.743 unidades médicas.

Dos 1.917,236 mil trabalhadores ocupados, 306.551 mil não recebem salário por sua atividade, grande porcentagem desse número refere-se a camponeses que reproduzem relações sociais de autossubsistência, número relativamente grande de indivíduos, comunidades e povos que vivem sob relações de trabalho não-assalariadas. Através do contato com os dados censitários sobre as formas de propriedade da terra em Chiapas é possível ter uma dimensão mais aprofundada de como nesse estado mexicano há uma disputa por espaço entre as relações sociais capitalistas, cristalizada na propriedade capitalista da terra, e outras formas de propriedade: no IX Censo *Ejidal* de 2007 realizado pelo INEGI dos 3.972,673 milhões de hectares de terra em Chiapas em uso, isto é, que são unidades de produção, 2.182,892 milhões de hectares estavam regulamentados sob a forma de propriedade *ejidal*; 184. 184 mil hectares eram de propriedade comunal; 1.559,826 milhões de hectares eram de propriedade privada; além de 16.761 hectares que estavam sob controle do regime de propriedade de colônia e outros 29.011 hectares que são de propriedade pública. Relembremos que mais que títulos jurídicos essas formas de propriedade expressam determinadas relações sociais entre as classes, como por exemplo a extensão das propriedades camponesas sob a forma *ejidal* e comunal como manutenção das conquistas camponesas do período da guerra civil mexicana.

Os *ejidos* são minifúndios regulamentados pela constituição mexicana garantindo aos camponeses o uso da terra de forma coletiva. Nessas unidades de produção camponesas vivem uma importante parcela da população de Chiapas, concentradas a partir do processo de reforma agrária e de expansão da fronteira agrícola no México desde a década de 1920 do século passado. A primeira concessão de terras *ejidais* que ocorre em Chiapas data de fins dos anos de 1920, distribuindo 80.000 mil hectares de terra entre 6.640 famílias, sob ordenamento do recém-criado *Departamento de Acción Social y Asuntos Indígenas* (SERRANO, 1998). Nas décadas seguintes acontecerão algumas iniciativas de ampliação da reforma agrária no estado de Chiapas, sobretudo durante o governo do presidente Lázaro Cárdenas que vai fazer a redistribuição de terras avançar durante a década de 1930, e seus sucessores ao longo dos anos de 1940. Monica Serrano afirma que é por essas épocas que mais avança a reforma agrária no estado de Chiapas, processo que será freado a partir da década de 1950 com a reação dos grandes *terratenientes* e finalizado em meados da década de 1980:

Durante los primeros años de la década de los treinta, 200 mil hectáreas fueron distribuidas entre 14 mil familias y, en el periodo que va de 1936 a 1944, un área de cerca de 500 00 hectareas fue repartida entre 60 000 familias em la zona de Los Altos (...). Para finales de la decada de los treinta, ocho mil hectareas de tierra de alta calidad fueron distribuidas entre 1600 peones acasillados agrupados en siete ejidos. Esta medida se vería acompañada poco despues de la expropiación de 20 000 hectáreas. Para 1946 casi 50% de todas las

plantaciones de café había sido afectado por la redistribución de la tierra y la creación de más de 100 ejidos nuevos (SERRANO, 1998, p. 454).

Passados oitenta anos do início da redistribuição de terras e regulamentação dos *ejidos* verifica-se que apesar da forte resistência dos *terratenedores*⁴ e do avanço das políticas privatizadoras do estado neoliberal mexicano, ainda possuem os *ejidos* uma forte presença no quadro das atividades e relações de produção em Chiapas e na composição populacional. Contudo, as comunidades *ejidales* foram limitadas às zonas de expansão agrícola, tendo maior presença nas regiões de *Los Altos*, *Selva* e *Socunusco*, isto é, ambientes montanhosos e de selva; por outro lado, os *ejidos* se caracterizam pela pequena propriedade, não ultrapassando a margem de 10 hectares que é utilizada individual ou coletivamente por 500 mil 727 camponeses em 2 mil 824 *ejidos* e comunidades (INEGI, 2009); um terceiro fator que interfere nas comunidades *ejidales* é o fato de possuírem restritos acessos à inovação tecnológica, desenvolvimento das forças produtivas, crédito para a produção, etc.⁵

Por outro lado, a existência das comunidades *ejidales* é rivalizada pela continuidade e mesmo a expansão das grandes propriedades de terra, fonte do poder dos *terratenedores* de Chiapas. De acordo com registros da década de 1960, dos cerca de 75 mil Km² de terra que delimitam o território de Chiapas, incluídas as terras que produzem e as que não são fonte de produção, apenas 1% estavam nas mãos dos minifundistas, metade dos proprietários de terra da região e que possuem menos de dez hectares; por outro lado, “os latifundiários, grandes proprietários com mais de mil hectares e que constituíam apenas 2,4% de todos os proprietários, possuíam cerca de 60% da terra. Apenas 44 fazendas monopolizavam 25% da terra” (BENJAMIN apud FIGUEIREDO, p. 105). Na década de 1970 um decreto do presidente Luis Echeverría (1970-1976) garantiu a doação de 660 mil hectares de terras na região da Selva Lacandona para 66 famílias de Chiapas, expulsando outras três mil famílias dessa área para que fosse extraída as valiosas madeiras da região; e no momento em que explodiu o conflito do EZLN na região de Los Altos, somente 1% da população da área detinha cerca de 15% das terras (HILSENBECK, 2007).

Os efeitos da concentração de terras em Chiapas aparecem claramente na sua produção econômica: depois que o Instituto Nacional do Café fora extinto durante a crise dos preços na década de 1980, e que depois em seu lugar um novo programa estatal emergiu, o *Programa*

⁴ No sul do México a figura do caudilho surge como terrateniente; no *Diccionario del español de Mexico* encontra-se a seguinte definição: “Persona que posee tierras, especialmente la que es dueña de grandes extensiones agrícolas”. Fonte: <http://dem.colmex.mx/moduls/Default.aspx?id=8>

⁵ Para se ter noção mínima do restrito desenvolvimento da produção *ejidal* citamos a informação do censo *ejidal* que aponta que somente 0,004 milhões de hectares das terras *ejidales* contam com sistema de irrigação nas plantações (INEGI, 2009, p. 10); Em 1988 existiam 1. 714 *ejidos* e comunidades agrárias em Chiapas, controlando cerca de 41.4 % as terras produtivas, “pero 95.9 por ciento de esas tierras eran de temporal y com escasas inversiones en instalaciones y equipo agroindustrial” (GILLY, 2002, p. 62)

Nacional de Solidariedad Económica (PRONASOL), houve uma intensificação da exclusão dos camponeses de Chiapas das possibilidades de financiamento da produção (SERRANO, 1998); sob os auspícios das políticas definidas pelo Banco Mundial é intensificada a produção de monocultivos em Chiapas, dados da metade da década de 1990 indicam que: do total da superfície de terra produtiva em Chiapas 97% está ocupada para o cultivo de três produtos: milho 64%, café 16% e feijão 7%, somando ainda outros produtos como cacau, soja, cana-de-açúcar e banana (MOTA, 2000).

Os dois grandes processos pelos quais passou a sociedade mexicana ao longo do século XX tiveram efeitos desiguais e diferentes em Chiapas: a derrubada do poder, em 1910, do General Porfirio Díaz e a guerra civil que se segue por sete anos pouco envolve a população local no conflito aberto entre as classes sociais mexicanas que desde o sul (no estado de *Morelos* com Emiliano Zapata) até o norte (em *Chihuahua* com Pancho Villa), mobiliza em armas e em coletivização das terras as comunidades camponesas, também passando pela mobilização do proletariado urbano e mineiro (na capital e em estados da região Centro-Norte), a reorganização e refortalecimento dos *terratenedores*, o fortalecimento de setores da burguesia nacional (sobretudo a burguesia mineira), e a reorganização do exército nacional destruído durante a guerra civil⁶; e posteriormente, o processo de industrialização via substituição de importações dirigido pelo estado mexicano marca a estabilização institucional do conflito entre as classes sociais com a hegemonia da burocracia partidária-militar, e o aprofundamento do processo de desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas capitalistas na sociedade mexicana ao longo do século XX.

Veremos detalhadamente esse processo no segundo tópico desse capítulo; por ora, se faz importante apresentar que a característica de Chiapas é o *continuum* das relações de produção herdadas do período colonial, fundamentadas no poder dos *terratenedores*, logo, na exploração do campesinato, e na extração de riquezas naturais da região. Com muita experiência de campo o

⁶ Diz Adolfo Gilly: “La provincia de Chiapas, como es bien sabido, permaneció en los márgenes de la revolución mexicana. No vivió siquiera una revolución desde afuera (...)” (GILLY, 2002, p.45).

sociólogo Alejandro Arellano (2002) sintetiza as diversidades regionais existentes no México:

Nos diversos estados da República mexicana, encontramos uma manifestação dramática da implantação da modernização, todavia como um processo que não transforma as estruturas produtivas senão para promover umas à custa de outras. O resultado disso tem sido a desintegração do campo (ARELLANO, 2002, p. 21).

A divisão das zonas econômicas em Chiapas e o quadro da população local revelam aspectos na continuidade de relações sociais pré-capitalistas durante boa parte do século XX: a existência da relação de trabalho chamada *la pagina*⁷ fora defendida em armas pelos grandes proprietários de terra em Chiapas, quando as tropas carrancistas⁸ invadiram o estado em 1914 portando em mãos os decretos que aboliam a servidão por dívidas, a elite agrária de Chiapas ficou ao lado das tropas de Álvaro Obregón⁹ (1920-1924), que lhes reconheceu o controle político do estado já nos primeiros anos pós-guerra civil. O desenvolvimento das políticas de distribuição de terra em Chiapas encontrou assim forte resistência dos grupos dominantes locais que constantemente recorreram a sequestros, assassinatos, invasões de terra, formação de grupos paramilitares (*guardias blancas*) limitando o alcance das políticas de reforma agrária em Chiapas desde a época da presidência do General Lázaro Cárdenas (1930-1934), que institucionaliza um projeto nacional de redistribuição de terras. Em Chiapas, a reforma agrária vai ocorrer nas regiões de fronteira agrícola, o que obriga as comunidades camponesas a se deslocarem constantemente para as regiões de selva e de montanhas (SERRANO, 1998).

O padrão de intervenção do estado desenvolvimentista nas forças produtivas nacionais e nas relações de trabalho reforça a dominação local da classe dos latifundiários porque o processo de desenvolvimento do campo complementava o desenvolvimento industrial e urbano no período pós-segunda guerra mundial: as grandes fazendas recebiam investimentos e subsídios do governo federal para garantir suprimentos alimentares à explosão da população urbana (LOZA et al. 2008; TELLO, 2007; MOTA, 2000).

O começo do fim do estado desenvolvimentista¹⁰ se dá na primeira metade da década de

⁷ “Sob o império espanhol, desde a queda de Tenochtitlán – de 13 de agosto de 1521 até 18 de maio de 1821, quando o México tornou-se independente da Espanha – a prática política e social submetia os indígenas ao trabalho intenso nas minas, plantações e fazendas. Em Chiapas, essa prática escravista e antiga ainda persiste nas fazendas, onde indígenas vivem como *acasillados*, trabalhadores que vivem em condições semelhantes às existentes no sistema feudal: trabalham 3 ou 4 dias da semana, de forma obrigatória e gratuita, dedicando-se nos demais dias ao cultivo de um pedaço de terra na mesma fazenda para consumo próprio e se colocando obrigatoriamente à disposição do patrão para qualquer atividade. É a conhecida prática da *la pagina*” (ARELLANO, 2002, p. 23).

⁸ Venustiano Carranza Garza um dos generais que disputaram a presidência Mexicana durante o período da guerra civil, foi o responsável pelo decreto da Constituição Mexicana de 1917. Seu governo durou de 1915 a 1920.

⁹ Com a queda de Carranza e a sucessão por Obregón consolida-se no poder do estado o grupo político dos caudilhos de Sonora, estado nortista com um relativo nível de desenvolvimento econômico. No governo de Obregón consolida-se a Constituição de 1917 garantindo a nacionalização dos recursos naturais, sobretudo o petróleo que gerou inúmeros conflitos com o governo estadunidense, início da reforma agrária, liberdades políticas, reforma educacional.

¹⁰ Todo estado capitalista intervém na sociedade, sua função é justamente a regulação das atividades existentes na sociedade civil, a diferença é como se dá a forma de intervenção e regulação, no caso

1980 com o governo de De la Madrid (1982-1988) que empreende um volumoso corte nos gastos públicos para pagamento da dívida pública, abertura comercial, corte nos direitos trabalhistas, desmantelamento das políticas de reforma agrária, inicia o processo de privatização das empresas públicas e de mercantilização de serviços públicos e de direitos coletivos. Ainda nos anos de 1980, em Chiapas, as atividades produtivas com maior destaque são as que se desenvolvem no setor agrícola, pecuário e energético. Se durante o período de desenvolvimentismo industrial esses setores produtivos contribuíram para a consolidação do mercado interno, com a nova fase da acumulação capitalista que envolve o México e que se inicia na década de 1980 tem-se uma ofensiva do mercado mundial através de suas empresas transnacionais sobre os setores produtivos em Chiapas, ofensiva que é legalizada e regulada pelo estado mexicano, e expressa um processo de abertura comercial (corte nos obstáculos legais, jurídicos, alfandegários) para que os produtos chiapanecos, agora tidos como “vantagens comparativas” dessa região do México, sejam produzidos e comercializados no mercado mundial pelas empresas oligopolistas¹¹ que passam a intervir mais intensamente em Chiapas.

Para visualizarmos melhor o processo de liberalização da economia nacional em termos de eventos e fatos empíricos, no mesmo ano do levante do EZLN e impulsionados pela nova legislação em vigor com o NAFTA¹² é criado o *Fondo Chiapas*, experiência de cooperação entre diversos capitais para aperfeiçoar as atividades produtivas na região. Embora tenha ocorrido uma elevação no emprego de investimentos para elevação da produção, em infraestrutura e renovação tecnológica tais investimentos não foram suficientes para alterar o quadro social do estado, ao contrário, agravou as condições de vida das comunidades camponesas, que perderam terras, tiveram maiores dificuldades na produção devido a competição com as multinacionais, e necessidade de complementar a renda familiar com o trabalho nas grandes fazendas, o que aumenta o número de camponeses que se tornam jornaleiros (ARELLANO, 2002).

Situada historicamente, o significado da constituição do *Fondo Chiapas* é que este megaempreendimento surgido na aurora do NAFTA sintetiza a posição do estado de Chiapas no interior da economia nacional e ao mesmo tempo as relações e situação de classes localmente no

baseado no investimento de volumosas quantias de dinheiro público no desenvolvimento das forças produtivas e regulação das relações de trabalho.

¹¹ “A lo largo de la primera parte de la decada de los ochenta, los créditos fluyeron y los primeros resultados fueron alentadores. El INMCAFÉ cuidó la comercialización de la producción del grano y el cultivo de maiz pasó a segundo plano como fuente de recursos. Los tzetzales, tzotziles y tojolabales de las cañadas cambiaron radicalmente sus formas de producción. De agricultores de subsistencia se transformaron em monoprodutores de una mercancía sujeta a las fluctuaciones del mercado internacional, a tal grado que la caída de los precios internacionales, iniciada em 1988 y agudizada em 1989, provocó el colapso de los esfuerzos de las uniones de crédito. Las plantaciones de café ya no lograron obtener lo suficiente para asegurar la alimentación, al tiempo que el trabajo en las fincas se reservó para los inmigrantes centroamericanos” (MOTA, 2000, p. 17).

¹² NAFTA: em inglês *North American Free Trade Agreement*, o Tratado de Livre Comércio das Américas entrou em vigor com os três países membros (EUA, Canadá e México) em 1º de janeiro de 1994, tem como objetivo a eliminação de todas as barreiras alfandegárias entre os três países.

contexto de implantação das políticas neoliberais pelo estado mexicano, sendo que as consequências são o reforço do poder dos latifundiários, de algumas poucas indústrias (sobretudo das montadoras e de produção energética), e por consequência a manutenção da situação de miserabilidade da população chiapaneca.

Elizabeth Morfín publica nos anos 2000 um detalhado estudo sobre a evolução dos investimentos produtivos em Chiapas a partir das mudanças nas regras de acumulação do modelo econômico (2000), que a autora identifica com a emergência do neoliberalismo com o governo de De la Madrid (1982-1988). No centro da análise de Morfín está a participação do *Fondo Chiapas* e sua relação com os órgãos estatais (principalmente a *Secretaría de Fomento Económico*) e as políticas estatais de liberalização da economia mexicana para o aproveitamento dos recursos, matérias-primas, força de trabalho, as atividades produtivas no marco das vantagens comparativas que cada país poderia oferecer com a consolidação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). O objetivo é aproveitar a posição estratégica de Chiapas (sua localização, recursos, matérias-primas, população) e intensificar a sujeição das atividades produtivas locais ao mercado mundial:

Chiapas posee una extensión territorial de 7 millones 563 mil 440 hectáreas, de las cuales 3 millones 99 mil 172 (40.97 por ciento) se destinan a las actividades forestales; un millón 402 mil 578 (18.54 por ciento) a las actividades agrícolas, 2 millones 495 mil 595 (32.58 por ciento) a la ganadería y 568 mil 086 (7.51 por ciento) a otras actividades. Para los inversionistas del Fondo Chiapas sólo se explota el 9 por ciento de la frontera agrícola, por lo que existe un enorme potencial para desarrollar negocios en los productos de exportación y en las unidades agroindustriales. Las actividades agrícolas y ganaderas tienen una importancia nacional, ya que en la producción de café ocupa el primer lugar, el segundo en la producción de ganado, el tercero en maíz y el noveno en la producción de leche. También resalta en las actividades de acuacultura, ya que cuenta con condiciones geográficas y climáticas consideradas entre las mejores del mundo, y porque tiene 260 kilómetros de litorales y abundantes aguas continentales (MORFÍN, 2000, p. 2).

O empreendimento do *Fondo Chiapas* objetiva conservar as atividades produtivas historicamente consolidadas na região e intensificar a produção de riquezas. Daí a atração que essa associação exerceu sobre inúmeras empresas capitalistas transnacionais que dominam a produção e distribuição de produtos ligados sobretudo ao setor primário (agricultura e pecuária, além da produção de insumos energéticos). De acordo com os dados publicados por Elizabeth Morfín, levantamos o seguinte quadro:

Tabela setores da produção econômica em Chiapas

Setor	Empresa	Origem	Local	Produto
Primário	Engineering and Environmental Consultants SDN	Malásia	Acapetahua, Acacoyagua, Mazatán, Mapastepec e Villa Comaltitlán.	Palma Africana
Primário	Grupo Agros	México	Ocosingo, Palenque	Borracha
Primário	Mexitrade Internacional	México	Palenque, Libertad, Ocosingo	La Pimenta

Primário	Grupo Escorpión	México	Ingenio de Huixtla	Pujilic, Cana de açúcar
Primário	Grupo Minsa e Moseca	México	Arriaga	Milho
Primário, Secundário e Terciário	Grupo Pulsar-Savia	México/Transnacional	Soconusco, Trinitaria, Independencia, Madre de Los Altos	Sierra Chiapas, La Diversos alimentícios, modificação genética, insumos energéticos, turismo
Secundário	Grupo Mafer	México	Jiquipilas	Processamento de amendoim
Secundário	Grupo Protexa	México	Tapachula	Processamento e exportação de café e pescados
Secundário	Nestlé	Suíça/Transnacional	Chiapa de Corzo	Derivados do leite
Primário	Empresas Del Monte, Dole e Chiquita	México/Transnacional	Socunosco	Banana e mamão
Terciário	Ocean Garden	EUA		Comercialização de pescados
Terciário	Exportadora de Café California	México/Transnacional		Comercialização de café
Secundário	Maquiladora de Fomento Textil Belizario Domínguez	México	Comitán	Roupas

Fonte: Elizabeth Morfin (2000) adaptado.

A presença e atuação desse rol de empresas reforça a ligação subordinada de Chiapas ao mercado mundial e assim às suas instabilidades e crises constantes, na medida em que a produção, seja de produtos agrícolas, manufaturas, matérias-primas, energia ou das maquiladoras¹³ é direcionada para o exterior, o que garante novos mecanismos de subordinação das comunidades camponesas no sentido da imposição do que produzir, do quanto produzir, a época da produção, os preços, o tempo de trabalho gasto, etc. A atuação empresarial auxiliada pelas novas políticas do estado Mexicano reforçam a subordinação e dependência do campesinato chiapaneco, situação esta que vamos expor adiante.

O campo em chamas

O estágio das relações de produção e do sistema produtivo em Chiapas que anteriormente descrevemos é uma produção histórica e social com especificidades e assim o desenvolvimento das relações sociais capitalistas em Chiapas não é um reflexo do nível de desenvolvimento das relações sociais capitalistas que verificamos em outras regiões mexicanas, sobretudo do centro-norte urbano e industrializado. Em Chiapas, resquícios da legislação colonial permaneceram presente na regulação das relações de trabalho, o principal deles a lei que dispunha acerca das *encomiendas*, tipo de tributação que garantia aos agraciados com as mercês reais a disposição sobre enormes

¹³ Espécie de indústria montadora, que importa peças e utiliza da força de trabalho local para realizar a montagem de determinada manufatura, difundiram-se amplamente pelo México, primeiramente na região norte e ao longo da década de 1980 cresceram em número na região de Chiapas.

extensões de terra e agregado a elas todos os nativos que conseguissem catequizar e usufruir como força de trabalho (HILSENBECK, 2007), essa legislação favoreceu o isolamento das comunidades indígenas em pequenas comunidades de produtores agrícolas.

Com o avanço das relações de produção capitalistas ao longo do século XIX e com mais força nas primeiras décadas do século XX, as *encomiendas* indígenas de Chiapas serão regulamentadas sob a forma da propriedade comunal de tradição indígena, garantida pela constituição de 1917, esta é a propriedade denominada *ejidal*: uma extensão territorial em que as comunidades têm garantido o direito sobre a terra e autonomia de suas relações sociais internas, comunitárias (muitas das quais são comunidades indígenas) e também mantém determinadas relações com a sociedade no nível mais amplo, isto é, com relações de produção capitalistas. Será a disputa em torno destas terras que, como vimos, estão historicamente superconcentradas, o que deflagrará os inúmeros conflitos sociais que marcam a história de Chiapas, inclusive precipitando o surgimento do EZLN.

Uma vez legitimada pelo Estado, estas unidades territoriais garantem uma vitória e uma derrota ao mesmo tempo: vitória porque garantem a posse de suas terras tradicionais, mas derrota porque sendo legitimada pelo Estado este conseguiu um mecanismo de cooptação das lideranças, os famosos caciques que se rendem à satisfação de alguns poucos interesses pessoais criando obstáculos institucionais e burocráticos para o surgimento de mobilizações nas comunidades (BUSTOS et. al, 2008), por isso a figura do cacique nas comunidades de camponeses e indígenas em Chiapas aparece como a da “pessoa que abusa da autoridade por interesse particular” (ARELLANO, 2002, p. 27).

Com a cooptação das lideranças indígenas consegue-se pacificar as comunidades por meio da concessão de terras e de algumas poucas políticas estatais de subsídio à produção *ejidal*, as consequências políticas e sociais que marcam a história dos camponeses de Chiapas ao longo do século XX são apresentadas por Ramírez:

Los campesinos no obstante, son sujetos políticos de intereses del poder que no atienden sus demandas y más bien les utilizan para fines de promoción política, las familias crecen y los terrenos no por lo que la aparente bonanza del campo se traduce en empobrecimiento agrario y expulsión de campesinos a las áreas urbanas (...) el ejido, como minifundio inicia a mostrar debilitamiento al no contar con apoyos similares, así como ser sujeto de demagogias políticas como en su extensión, ante las grandes plantaciones corporativas de los agronegocios, abiertamente ineficientes en el sentido fordista de la palabra, que funda su eficiencia en una producción a gran escala. Por ello, la contradicción en el campo se da por la ascensión económica de los agronegocios monopolistas que contrasta con el depauperio de los minifundios, donde ingresan principalmente los ejidatarios (RAMÍREZ, 2009, p. 87).

Marco Loza vai chamar este processo de “fracasso da via camponesa na concorrência de acumulação capitalista agrária e o triunfo da via privada” (LOZA et al, 2008, p. 182) que tem como consequências a concentração de terras e formação de uma burguesia industrial. Esta forma de

propriedade sobreviveu porque, enquanto a região centro-norte do país evoluía rapidamente em direção às relações de produção capitalistas, o sul ficou com suas velhas estruturas e modos de funcionamento social. Significa dizer que o sul do país não sofreu mudanças profundas em suas estruturas agrárias e econômicas, nas hierarquias, hábitos sociais, culturais e políticos mais essenciais e tradicionais. Assim, a Revolução chegava ao sul com outro tempo e “desde fora” (HILSENBECK, 2007, p. 42).

Os *ejidos* estão ligados às relações de produção capitalistas através do que Arellano chama de cidades-comércio (ARELLANO, 2002, p. 26); é nas localidades próximas aos *ejidos* onde eles:

Vendem seus produtos por preços mais baixos que o custo real de produção; são mão de obra barata para a agricultura moderna, indústria, comércio e outros serviços; compram bens de consumo a preços mais altos que nas zonas urbanas; pagam altas taxas de interesse ao capital agiota; são explorados e enganados por funcionários públicos e *tinterillos*¹⁴; e, salvo algumas exceções, sofrem a perda de seus valores e necessidades próprios pela ação das Igrejas católica e protestante (ARELLANO, 2002, p. 25-26).

Desta forma os *ejidos* não estão isolados da dinâmica assumida pelo capitalismo no México em nível nacional, que por sua vez é dependente da movimentação do capital em nível internacional; a regulamentação jurídica dos *ejidos* assegura uma forma de propriedade da terra existente anteriormente à formação do capitalismo Mexicano (tanto no que diz respeito à propriedade camponesa em geral, quanto à posse das terras indígenas em particular), mas tal regulamentação não se opôs às relações sociais capitalistas, ao contrário, subordina-se a elas na medida em que os *ejidos* estão ligados a este desenvolvimento desde a intensificação da exploração da mão de obra; desde a forma como o Estado se relaciona com estas “unidades socioeconômicas”, por exemplo, as políticas de desenvolvimento ou de repressão; a expansão das atividades agrícolas e manufatureiras do grande capital, e assim os *ejidos* também estão ligados à dinâmica das relações internacionais pela existência de inúmeros investimentos de capitais estrangeiros (ARELLANO, 2002; MORFÍN, 2000).

Nosso material informativo indica que o Estado de Chiapas ficou com a posição de grande produtor agrícola e de “recursos naturais” na sociedade mexicana, daí que dentro da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo mexicano as relações sociais de produção em Chiapas sofreram poucas alterações se comparadas com outros estados da sociedade mexicana, mais intensamente urbanizados.

No ano de 1994, a participação da produção agrícola de Chiapas no PIB do México foi de 4,35%, ao tempo em que a da capital foi de somente 0,50%, (Sistema Nacional de Información, Estadística y Geografía). Segundo Morfín, Chiapas

pose una extensión territorial de 7 millones 563 mil 440 hectáreas, de las cuales 3 millones 99 mil 172 (40.97 por ciento) se destinan a las actividades forestales; un millón 402 mil 578 (18.54 por ciento) a las actividades agrícolas, 2 millones 495 mil 595 (32.58 por ciento) a la

¹⁴ “Pessoas que sem serem advogados, se oferecem a indígenas para defendê-los publicamente, geralmente são desonestos” (ARELLANO, 2002, p. 26)

ganadería y 568 mil 086 (7.51 por ciento) a outras actividades (MORFÍN, 2000, p. 62).

As duas principais classes em conflito no estado de Chiapas são o campesinato e o latifundiário capitalista, que explora tanto a produção camponesa, quanto se utiliza do trabalho de meia-jornada dos camponeses que produzem para subsistência; sendo assim a maior parte da população local é constituída de camponeses subordinados às relações de produção capitalistas no campo, segundo Morfín:

En la rama agrícola confluyen dos formas de producción que engloban características diferenciadas, una es la agricultura de subsistencia y otra la comercial. Pese a que no existen cifras precisas que puedan definir una frontera entre ambas, el 65 por ciento de la población tiene una economía de subsistencia que le obliga a emplearse como asalariada en las incas cafetaleras, bananeras o en otras actividades que le permitan obtener ingresos (MORFÍN, 2000, p. 63-64).

Falando a respeito de “unidades socioeconômicas”, os *ejidos* ou locais de produção das comunidades camponesas indígenas, encontramos correspondência no relato de Arellano sobre o modo de vida distinto existente nas comunidades camponesas (determinada relação com a terra, determinada forma de organização, visão de mundo diferenciada da visão capitalista predadora); o que também se manifesta na consciência das mudanças trazidas pelas suas relações com as “cidades-comércio”, que os liga à sociedade capitalista (ARELLANO, 2002, p. 26). O conflito em Chiapas é um conflito que põe em lados opostos camponeses organizados e donos de vastas extensões de terra, segundo Hilsenbeck 1% da população de Chiapas detêm 15% das terras (HILSENBECK, 2007, p. 49).

Estes indícios de outras relações sociais indicam a coexistência de um modo de produção camponês subordinado ao modo de produção capitalista no estado de Chiapas. Na teoria marxista da sociedade o modo de produção é parte constituinte da totalidade das relações sociais concretas, apontando para as classes sociais que existem em tal sociedade, o que significa que uma realidade concreta pode, e muitas vezes, apresenta aspectos herdados de outra época histórica que se inserem na dinâmica social contemporânea. É este o caso dos *ejidos*: a Constituição de 1917 define o status jurídico de uma forma de apossamento da terra existente entre a população camponesa, e desde então a propriedade *ejidal* passa a coexistir com a propriedade privada (latifúndio ou pequena propriedade), com a propriedade pública, comunal ou de colônia. As comunidades *ejidales* expressam então um outro modo de produção da vida, que teoricamente pode ser analisado através do conceito de modo de produção e das relações sociais entre as classes envolvidas:

A produção camponesa produz bens materiais e se constitui como uma relação social, fundamentada no trabalho familiar, que colocam frente à frente o campesinato, enquanto classe produtora, à outras classes sociais, principalmente a burguesia, enquanto classe exploradora (VIANA, 2009, p. 42-43).

Na produção da vida nas comunidades *ejidales* encontramos algumas determinações sociais que são parte da explicação do surgimento do EZLN, pois como bem demonstrou James Petras

essencialmente trata-se de um movimento de guerrilha que depende das comunidades camponesas. Ao contrário de outros exércitos de guerrilha na América Central, os comandantes têm que consultar as comunidades e estas são inflexíveis em um ponto:

Não pode haver um acordo de paz sem resolver primeiro os assuntos agrários (reforma agrária, crédito agrícola, garantia de compra, política de preços, etc.). Temas como o desarmamento e democratização ou processos eleitorais mais amplos dependem, antes de tudo e principalmente, da satisfação da reivindicação de terra e justiça (PETRAS, 1999, p. 123).

O que James Petras nos fala é importante porque demonstra que no movimento a questão da terra é essencial, o que no fundo inviabiliza uma paz duradoura entre as classes, sendo justamente a guerra produto do desenvolvimento capitalista na região; apesar de o modo de produção camponês ser engendrado pelo modo de produção capitalista ele é subordinado a este, sendo uma forma de produção complementar não-capitalista, mas explorada, que precisa se dirigir ao mercado para satisfazer uma parte das suas necessidades, e por isso se subordinam às relações de produção capitalistas que são dominantes nas sociedades modernas (VIANA, 2009), logo, sendo explorada (mesmo que sua exploração não seja a exploração primária e fundamental da sociedade capitalista) é uma classe que possui interesses divergentes da classe dominante, daí que podemos entender os interesses que envolvem a luta zapatista.

Portanto, não podemos entender as ações repressivas contra o EZLN somente como possuindo um conteúdo violento, de ação armada, mas também se esconde através de discursos e projetos de desenvolvimento econômico integrador desta região às hegemonias das formas de acumulação capitalista que se estendem desde as regiões mais “desenvolvidas” do capitalismo mundial; no fundo trata-se de criar novos nichos para a acumulação integral, exploração da força de trabalho da quase totalidade dos povos ao redor do planeta, passando a alcançar os grupos étnicos¹⁵ que vivem nos confins do México (ou de todos os lugares possíveis), explorando as suas terras, destruindo suas culturas, o que por sua vez gera tanto o deslocamento populacional com as constantes ondas de imigração, quanto a mobilização, dado que entram em conflito com a lógica de domínio do capital sobre o espaço onde produzem sua existência e seu universo de relações sociais.

Em suma, as estatísticas de que nos servimos demonstram a dimensão da produção agropecuária no estado de Chiapas; O avanço da produção latifundiária e outras atividades produtivas capitalistas ocorreram em prejuízo das comunidades camponesas e os *ejidos* que conseguiram regulamentação estatal passaram por dificuldades crescentes para se manter, sofrendo constantes ataques devido ao avanço capitalista sobre as terras de Chiapas. Esta realidade social se complexificou com a implantação de medidas características do regime de acumulação integral: intensificação da repressão, mudanças na legislação trabalhista e alterações nos códigos de defesas

¹⁵ Em vários comunicados o EZLN justifica sua revolta no sentido de negação de um mundo que só tem espaço para eles (os índios) enquanto mercadorias e consumidores de mercadoria.

da propriedade comunais (alteração no artigo 27 da Constituição Mexicana), visando a facilitar o acesso das transnacionais às riquezas naturais de Chiapas¹⁶, agravando a secular instabilidade social de Chiapas.

Diante do que foi dito, queremos explicitar com maior clareza nossa consideração a respeito do movimento que se constrói em Chiapas. Nossa hipótese é de que este movimento se baseia em uma classe social, o campesinato. Foram as comunidades de camponeses, revoltadas com as medidas empreendidas pelos governos desde fins da década de 1970 que abriram espaço para que intelectuais vinculados às ideias do “marxismo-leninismo” e de origem urbana divulgassem suas ideias naqueles ambientes. Petras (1999) fala de uma “interação dialética” entre as comunidades e intelectuais marxistas, o que representaria o novo e autêntico neste movimento, desenvolvendo-se de forma diferente dos outros movimentos camponeses capitaneados por intelectuais marxistas (Indochina, China, alguns países da América Latina), nos quais houve a subordinação das comunidades aos objetivos dos partidos; Jan de Vos ressalta a incorporação do termo zapatista na nomenclatura do movimento que visa expressar a continuidade da luta dos “campesinos en busca de nuevas tierras y mejores condiciones para sus hijos” (VOS, 2002, p. 326) com a disposição de luta armada e de integrar o Comitê Revolucionário Indígena, núcleo do EZLN; Já Montemayor (1997) nos chama a atenção para o reducionismo militar que tenta desvincular o zapatismo de uma base social sólida e politicamente organizada, e ao mesmo tempo reduzir a solução do problema a uma saída militar, política comprovada pelos dados apresentados por Gennari (2004) sobre a desproporção entre o contingente militar do Exército na região de Chiapas e a estrutura de educação e saúde no estado:

O aumento das tropas passa a ser o maior investimento do governo federal em Chiapas. Se no início de 1995, o Estado abrigava sete quartéis e cinco acampamentos militares, no final do mandato de Zedillo, em dezembro de 2002, a soma de ambos perfaz um total de 259 posições. Enquanto os dados do Ministério da Defesa falam em cerca de 30 mil soldados, cálculos não oficiais garantem que estes não são menos de 70 mil. Trocado em miúdos temos uma média de 1 soldado para cada família numa região em que há somente um médico para cada 18 mil habitantes (GENNARI, 2004, p. 75).

Como bem demonstra Montemayor, o processo de concentração de terras em Chiapas não é um processo que surge com a modernização do campo para produzir mais, é resultado de movimentos de expansão sobre as terras indígenas, de séculos de desequilíbrio social causadores de “*hambre, el despojo, la represión, la cerrazón de autoridades políticas y judiciales, la presión de ganaderos y terratenientes*” (MONTEMAYOR, 1997, p. 62).

A especificidade de Chiapas é que quase a totalidade dos camponeses é indígena ou de ascendência indígena. Segundo o censo *La Población hablante de lengua indígena de Chiapas*

¹⁶ Além do trabalho de Elizabeth Morfin (*El Capital Nacional e Extranjero en Chiapas*) que utilizamos largamente até aqui, outro trabalho que discute o avanço do capital transnacional sobre Chiapas encontra-se em *El EZLN y la GBI em Chiapas: derechos indígenas contra las corporaciones transnacionales*, de Paulina Christlieb,

(INEGI, 2004) aproximadamente um quinto dos municípios são eminentemente indígenas (mais de 70% da população fala alguma língua indígena) e deste total cerca de 78, 9% estão no campo. Mesmo constituindo a imensa maioria da população de Chiapas os camponeses indígenas são vítimas de secular discriminação étnica. Montemayor adverte para o tamanho da dimensão do preconceito sofrido pelas comunidades:

Pero hay otra dimensión mayor que engloba este conflicto y que lo ilumina desde otros ángulos de la realidad nacional e incluso continental: el racismo. Chiapas es solamente el punto extremo de la discriminación racial que padece el indígena en México. Sólo un prejuicio racista tan arraigado como el que prevalece en la mayoría de los ganaderos, empresarios y políticos chiapanecos, y aun en gran parte de la población mestiza de clases medias, puede explicar la falta absoluta de respeto por el patrimonio, la vida, la salud, la educación, la alimentación, la cultura y las tierras, bosques y las selvas de las comunidades indígenas (MONTEMAYOR, 1997, p. 63).

Ramírez não analisa diretamente o EZLN, mas vai ao encontro de Montemayor na relevância que dá à importância do etnocentrismo na elite política mexicana. Para ele, esta inclinação se inflamou com o advento do neoliberalismo (herdeiro direto dos princípios elitistas do liberalismo mexicano no século XIX) que orbitando ao redor de forças sociais que ele chama de ultra-direita traz *“implícitos prejuicios de raza, género, condición social e intolerancia de credo, manifiestos abiertamente en su protagonismo como fundadores de la derecha del país”* (RAMÍREZ, 2009, p. 90).

Mas a classe de camponeses indígenas não poderia advir somente desta posição estrutural nas relações de produção; é na luta pela realização de seus interesses que as classes tomam consciência de sua posição no interior da sociedade e, assim, das condições reais de sua existência; esse é um processo gerado pelas condições reais de existência de todas as classes, o que gera ora uma luta aberta, ora uma luta velada; segundo Marx:

Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante, eles se defrontam como inimigos na concorrência, por outro lado, a classe torna-se autônoma em relação aos indivíduos de maneira que estes últimos têm suas condições de vida predeterminada e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal definidos pela sua classe; tornam-se subordinados a ela (MARX, 2007, p. 87/88).

Como já foi ressaltado por inúmeros autores, existe uma tradição secular de luta entre os indígenas da região de Chiapas (MONTEMAYOR, 1997; GENNARI, 2004; HILSENBECK, 2007; FIGUEIREDO, 2003; VOS, 2002); na conjuntura histórica de formação do EZLN (sua data de nascimento é comemorada dia 17 de novembro de 1983, com a chegada dos seis primeiros guerrilheiros na Selva Lacandona), este funcionaria mais como um catalisador de desejos das comunidades do que agente externo que impôs determinado programa de luta, isto parece nos indicar principalmente as reivindicações iniciais do movimento.

A conjuntura imediata de surgimento do EZLN marca a confluência de dois processos: a luta pela terra, neste momento vemos a predominância de reivindicações típicas de camponeses: seu

auge foi a revogação do artigo 27 da Constituição Mexicana; e com a chegada em massa das comunidades indígenas na organização ocorre a assimilação de reivindicações étnicas, neste ponto a luta contra o neoliberalismo se desmembra numa luta pela própria sobrevivência enquanto grupo com específicas relações sociais e uma determinada identidade étnica; é esta a dinâmica do conflito que define o EZLN e suas bases sociais como uma classe social de camponeses com tradições culturais indígenas. Também sendo este o fundamento da concepção de Hilsenbeck, com a qual concordamos:

Assim, os zapatistas, por exemplo - e não perdendo de perspectiva a historicidade que acompanha essas categorias -, são indígenas, são camponeses, fazem parte da classe trabalhadora, dependendo do contexto, e nos referiremos sempre a eles em relação ao seu contexto, a partir das configurações concretas de sua socialização. Essa é uma relação dialética em que devemos sempre historicizar e analisar a práxis do movimento, seja na sua forma de compreender a realidade e a si mesmos, sua relação objetiva com os meios de produção, seja sua prática no mundo que pretendem modificar (HILSENBECK, 2007, p. 84).

As comunidades que se levantaram em armas sob a direção do EZLN são de origem camponesa, é a posição por elas ocupadas no interior da sociedade capitalista no México; por outro lado, elementos culturais de tradição indígena fazem parte da sociabilidade interna e da relação que as comunidades se envolvem com a sociedade mais geral.

Gênese do Estado Neoliberal Mexicano (1982-)

O objetivo deste tópico é apresentar o movimento de constituição das políticas neoliberais no México, detalhando as principais políticas estatais que marcam uma ruptura com os padrões de acumulação anteriormente vigente. Buscaremos demonstrar como o avanço do estado neoliberal ocorre desde os países centrais do capitalismo desenvolvido (EUA e Europa) e se impõe para as nações capitalistas subordinadas com o auxílio das instituições e organismos internacionais; no caso Mexicano, um país capitalista subordinado, o estado neoliberal é subordinado aos estados neoliberais imperialistas (sobretudo os EUA) e por isso apresenta algumas políticas estatais diferentes, porque além de legalizar a intensificação da exploração do trabalho tem de criar uma nova regulação que permita o aumento da transferência de mais-valia para os países imperialistas.

Com o conceito de estado neoliberal queremos afirmar tão somente que a forma atual do estado capitalista, por meio de suas políticas econômicas, de sua legislação, e de seus objetivos mais gerais realiza uma política que se define como neoliberal que é uma forma de mecanismo regulatório da movimentação do capital e da sociedade civil.

A expansão do estado neoliberal para os países de capitalismo subordinado

O estado neoliberal surgiu nos países de capitalismo central, cronologicamente primeiro nos estados mais fortes e não por acaso daí venha sua força de se generalizar para o conjunto dos países com maior ou menor nível de integração à divisão internacional do trabalho, abarcando países que se encontram no centro, na periferia ou semi-periferia do capitalismo global. No curto espaço de

quatro anos, de 1979 a 1982, políticos com ideologia neoliberal chegaram ao poder de estado das três principais potências capitalistas imperialistas: na Inglaterra a conservadora Margareth Thatcher (1979), nos EUA o republicano Ronald Reagan (1980) e na Alemanha o social-democrata Helmut Kohl (1982). Logo depois outros países europeus (França, Espanha e Grécia) tiveram governos que marcaram a guinada da social-democracia às políticas neoliberais da década de 1980 (BRAGA, 1996).

Embora exista um considerável número de defensores do liberalismo econômico desde os anos de hegemonia do estado de bem-estar social nas vozes dos participantes dos encontros em Monte Pélerin, Suíça, e de acadêmicos da Escola de Chicago, o que aqui entendemos por neoliberalismo é um conjunto de políticas de estado, apoiadas por organismos internacionais, que surgem e passam a ser orientadas como resposta à queda na lucratividade do capital (VIANA, 2009) desde fins dos anos de 1960 e se agravando durante a década de 1970 (HARVEY, 1998), trata-se de uma resposta regulativa que complementa a denominada reestruturação produtiva. Tal como coloca Ruy Braga, nenhum governo implementou integralmente a doutrina neoliberal, embora sua aplicação represente uma nova orientação para a atuação dos estados nacionais nas mais variadas regiões do mundo:

Se Pinochet, já a partir de 1973, decidiu implementar o receituário de Friedman à economia de seu país sob a “mão de ferro” de um regime terrorista e sanguinário, é somente com a chegada ao governo inglês de Margareth Thatcher, em 1979, que a doutrina neoliberal conquista um espaço de destaque no mundo. De fato, os governos da senhora Thatcher contraíram a emissão de moeda, elevaram a taxa de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, massificaram os níveis de desemprego, sufocaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram radicalmente os gastos sociais. Após isso tudo, lançaram-se num amplo programa de privatização, iniciado pelo setor de habitação pública, mas rapidamente alcançando as indústrias de base, como o petróleo, o aço, a eletricidade e o gás, assim como os demais domínios da vida estatal caracteristicamente públicos (BRAGA, 1996, p. 219).

Portanto, consideraremos aqui a ação concreta das instituições estatais ou internacionais como os responsáveis pela regulação e aplicação das novas políticas: comissão Trilateral, consenso de Washington, Banco Mundial, FMI, e estados imperialistas. As instituições da sociedade capitalista não pairam no ar, portanto, são instituições criadas nessa sociedade e para essa sociedade e deve assim tentar satisfazer as necessidades do processo de valorização capitalista. Além disso, não podemos esquecer que o estado e os organismos internacionais criados especificamente para trabalharem com as questões do processo de circulação do capital (como o Banco Mundial, FMI, Reserva Federal, comunidades de comércio regional, etc.) são constituídos por seres humanos concretos, vivos que nas suas relações cotidianas expressam o movimento social do capital.

Por isso, não nos espanta o fato de que tenhamos de começar nossa exposição sobre as origens do estado neoliberal no México com a chegada ao poder estatal de grupos e indivíduos com uma formação bem distinta para os padrões da população mexicana: intelectualidade pós-graduada

nas escolas de economia estadunidense, burocracia partidária instalada no PRI¹⁷ e burocracia empresarial dirigente de instituições financeiras e de multinacionais. O contexto de crise das dívidas com instituições estatais e privadas internacionais e de diminuição da arrecadação nos dividendos do petróleo serviu de situação constrangedora para a reação dos grupos ligados ao poder,

Además de la coincidencia ideológica, también se fortalecieron los vínculos personales y profesionales entre el staff de esas instituciones y los funcionarios del Banco de México y de Hacienda. Funcionarios que, con de la Madrid a la cabeza, accedieron al poder en diciembre de 1982 (TELLO, 2007, p. 631)

No governo de De la Madrid, 1982-1988, a corrente neoliberal dentro do governo se torna vencedora, e passa então a se utilizar do apoio das organizações internacionais (BM e FMI) para fazer valer sua posição dentro das instituições do estado (TELLO, 2007).

Mas que posições são essas? É a defesas das novas relações trabalhistas e de uma nova legislação necessárias às novas dinâmicas da acumulação capitalista em nível mundial, sendo parte do contramovimento à diminuição da lucratividade das empresas de capitalismo transnacional generalizar as condições de exploração das diversas nações no interior da divisão internacional do trabalho, tal como faz com a exploração nacional de seus trabalhadores. A nova postura tem de avançar nos limites da integração do México ao mercado mundial, sobretudo no que se refere no fortalecimento das relações comerciais do México com os EUA, reforçando assim sua histórica dependência do vizinho do norte. Para compreendermos a complexidade das determinações que atuam na transformação neoliberal do estado mexicano iremos apresentar agora contra que forma de desenvolvimento as transformações neoliberais lutaram.

Estado integracionista e acumulação de capital no México (1930-1970)

A Revolução Mexicana iniciada no ano de 1910 contra a continuidade da ditadura do General Porfirio Díaz deixou uma quantidade aproximada de um milhão de mortos, mobilizou as massas camponesas, o nascente proletariado urbano, os caudilhos herdados do período colonial, *terratenientes*, o exército, a intelectualidade e profissionais liberais da cidade, a nascente burocracia estatal do período do porfiriato (BARBOSA, 2010) e cobrou muito sangue para que as instituições do estado mexicano continuassem a existir fisicamente, e o maior exemplo é o quase extermínio do exército estatal por parte dos exércitos camponeses (LOZA et alli, 2008).

Com as dificuldades de aplicação do poder estatal, sobretudo na sua dimensão de força militar-repressiva, que no México representou uma forte defasagem entre as forças estatais e os exércitos insurgentes, tem-se uma situação tal de correlação de forças fragilizadas que favorece aos acordos entre os grupos organizados com intenções de reestruturar o poder e pacificar as forças populares orientadas pela organização de massas e com objetivos mais ou menos traçados a respeito

¹⁷ Partido da Revolução Institucional, muito embora como instituição que se espalha e se desmembra em vários espaços da sociedade civil mexicana, acomoda no seu interior indivíduos de diversos setores e classes, sendo mais democrático, no que se refere ao grau de cooptação, na sua composição étnica e de classe.

da transformação de sua realidade de vida, transformando as relações de propriedade da terra e a auto-organização dos camponeses; o que em parte explica as traições e assassinatos dos líderes populares na tentativa de desorganizar e aterrorizar os grupos mais organizados da população.

O grupo que surge como dominante, a burocracia de origem militar, teve de se sustentar numa estrutura de dominação baseada em uma aliança policlassista com um discurso ideológico de “que os princípios e tarefas legados pela revolução seriam implementados pelo novo estado, devendo todas as classes se submeterem pacificamente a ele” (LOZA et alli, 2008, p. 154).

Na estrutura da divisão internacional do trabalho o México orbita a economia estadunidense, primeiramente pela proximidade territorial, o que de imediato facilitou como escoadouro para a produção industrial dos EUA: “*vendía lo que se producía y del que se compraba lo que necesitaba; vendía plata, oro, plomo, cobre, zinc, petróleo, algodón, hilados y tejidos, café, ganado y varios otros productos agrícolas, y compraba bienes de capital y bienes de consumo*” (TELLO, 2007, p. 286). Essa subordinação aos EUA agiliza o processo de integração capitalista do México como agente fornecedor de produtos primários e alimentícios, e impulsiona internamente transformações nas relações de classe, como expulsando o campesinato de suas terras e aumentando a massa de trabalhadores urbanos, aumento do desemprego nas cidades e crescimento do lumpemproletariado, crescimento da estrutura do estado resultado da pressão do crescimento do setor exportador, aumento das atividades de indústria leve para servir a exportação.

Por outro lado, as crises regulares do setor exportador que explodem com a 1º Guerra Mundial, com a crise de 1929 e mais ainda com a 2º Guerra Mundial, e que se expressam nas constantes restrições de mercado e com a crescente dificuldade de satisfazer o mercado interno impõem a necessidade de desenvolver internamente o que o mercado internacional não podia satisfazer:

Assim, a industrialização via substituição de importações se impôs, em linhas gerais em todos os países latino-americanos, conforme as possibilidades reais de seus respectivos mercados internos e de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior (MARINI, 2012, p. 54).

Dos anos que se consolida o poder do PRI no estado Mexicano, cujo símbolo é a presidência do general Lázaro Cárdenas na década de 1930, até fins da década de 1970 se constrói no México a política de desenvolvimento que se convencionou chamar de industrialização via substituição de importações, com aumento do gasto público, com subsídios à produção, melhoria na infraestrutura, nacionalização de setores estratégicos da economia nacional, sob o domínio do pacto corporativo entre as burocracias estatal, partidária e sindical. Dos anos que vão de 1940 a 1954 a produção econômica mexicana cresceu em torno de 6% em termos reais, e mais 8,4% entre 1958 e 1970, destacando a produção das manufaturas, da produção de bens de capital, química e de minerais metálicos (TELLO, 2007). A produção agrícola é subsidiada para manter baixos os custos com a

reprodução da força de trabalho e suplementar à produção da indústria, o que resultou na demora da efetivação da reforma agrária devido aos estímulos do estado à grande produção rural. O país se tornou predominantemente urbano, resultado da integração subordinada à divisão internacional do trabalho, espaço com elevado excedente de mão-de-obra barata.

O estado interventor é auxiliar no desenvolvimento das forças produtivas e da organização do trabalho:

(...) la sustitución de importaciones, que logró industrializar parcialmente al país, reconoció una reestructuración de los procesos productivos centrales hacia los años cincuenta y setenta con la introducción, por ejemplo, del servicio automático de larga distancia en los teléfonos; la primera forma de automatización en la industria petrolera y petroquímica; el taylorismo-fordismo en la industria automotriz terminal y en parte de la metalmecánica; el tajo abierto en la minería; en los ferrocarriles, la sustitución de la máquina de vapor por la de diesel; en generación de electricidad, la construcción de las grandes plantas hidroeléctricas del sureste, etcétera (TOLEDO, 2010, p. 57/8).

A estabilidade do regime político mexicano no decorrer do século XX é conquistada com a aliança multi-institucional que se faz entre a burocracia estatal, burocracia partidária e burocracia sindical conformando um sistema corporativo no que se refere à organização dos grupos políticos: o partido no controle do Estado, no caso o PRI, escolhe os dirigentes mexicanos por cerca de setenta anos, e os sindicatos oficiais¹⁸, monopolizam e canalizam a força de organização dos vários grupos da sociedade civil e do movimento organizado dos trabalhadores, todos estão integrados ao sistema de funcionamento do estado, que sob o grupo que conseguiu sair dirigente tratou “de harmonizar a relação capital-trabalho, por meio da colaboração de classes para estabelecer, de maneira harmoniosa, as bases da acumulação capitalista” (LOZA, 2008, p. 153).

As organizações patronais¹⁹ aceitam os benefícios advindos com a forte intervenção do estado na organização da produção nacional, e as organizações de trabalhadores são incorporadas institucionalmente, assim forja-se uma relação que acomodou os interesses dos trabalhadores (jornada de trabalho de 8 horas, proibição de trabalho de mulheres e crianças, descanso obrigatório semanalmente, proteção à mulher durante o parto, direito à greve e interrupção do trabalho):

A classe operária organizada em sindicatos foi encurralada, ou melhor, encarcerada no partido oficial, como demonstra a história dos sindicatos fortes -Confederação Regional Operária Mexicana (CROM), Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM) etc. Nenhum deles tinha independência frente aos interesses do Estado. Ao contrário, dependiam dele e estavam atrelados a ele, ou seja, o Estado mandava e os sindicatos oficiais obedeciam (LOZA, 2008, pg. 174).

Por um lado, os sindicatos mexicanos foram incorporados à dinâmica da atuação do estado que se colocava como instrumento do desenvolvimento nacional; por outro lado, não são acontecimentos inesperados ou casualidade os inúmeros ataques aos movimentos organizados dos

¹⁸Confederação de Trabalhadores do México, Confederação Regional Operária Mexicana, Confederação Geral de Trabalhadores

¹⁹Entre as principais estão: Confederação Patronal do México (COPARMEX), Confederação Nacional das Câmaras de Comércio (CONCANACO), Confederação Nacional da Indústria de Transformação (CONACINTRA), e a Associação de Banqueiros Mexicanos (ABM).

trabalhadores, resultando diversas vezes em massacres e assassinatos coletivos marcando a intensa repressão às greves dos professores, operários, funcionários públicos, ferroviários, eletricitistas, só para citar os setores com maior agitação sindical e política ao longo das décadas de domínio do PRI, sem esquecer das constantes invasões a propriedades no campo e as guerrilhas rurais. Dessa forma, o caráter desse desenvolvimento capitalista do México, marcado pelo sistema corporativo, se esclarece quando nos deparamos com a seguinte declaração do dirigente Velasquez, secretário geral da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM):

(...) firme y leal solidaridad y apoyo al Gobierno de la República que preside el licenciado Gustavo Díaz Ordaz (lamentó) que la grey estudiantil se deje manejar como cera blanda por manos extrañas a ellos y extrañas también a los problemas de México... Los actos del miércoles 2 de octubre en Tlatelolco, nos demuestran que más que ante una subversión, nos encontramos ante una rebelión contra el progreso y desenvolvimiento general de México (TELLO, 2007, p. 385/6).

Uma revolução que não transforma a totalidade das relações sociais, ou é interrompida como o que parece ser no caso da Revolução Mexicana de 1910, transforma as relações sociais dentro de certos limites, e os limites de desenvolvimento da revolução de 1910 foram a reafirmação das relações de produção assalariadas que cresciam no México desde as décadas anteriores a 1910, resultado da entrada no país de companhias estrangeiras nos setores da mineração e em outras atividades urbanas. Os direitos concedidos que, a bem da verdade, não foram produtos da simples lei escrita, mas em grande medida consequência da mobilização da guerra civil e da ameaça de radicalização da luta dos camponeses, foram convertidos em auxílio à acumulação capitalista, que regulamentados e sob responsabilidade do estado formava parte do conjunto das políticas estatais para favorecer o desenvolvimento nacional.

As políticas do estado neoliberal subordinado no México

O estado neoliberal mexicano seria então a negação do intervencionismo estatal? Temos de enfaticamente responder que não, que o que ocorre não é a diminuição da presença do estado, limitação de sua capacidade interventora, mas tão somente um redirecionamento dos interesses particulares que o estado mexicano expressa. Vejamos agora como ocorre esse redirecionamento de interesses expressos no estado.

O presidente De la Madrid (1982-1988) assume o comando do estado mexicano atado a uma carta de intenções elaborada pelo FMI e seus assessores um mês antes da posse, em novembro de 1982. Essa carta era uma reação à crise provocada pela incapacidade dos países devedores de pagarem o aumento dos juros dos empréstimos feitos pelos EUA:

En términos generales, incluyen políticas de ajuste macroeconómico y reformas de tipo estructural: entre las primeras se contemplan la apertura comercial, la austeridad en el gasto público, una prudente gestión monetaria y, como objetivos prioritarios, la estabilidad financiera, el control de la inflación y el pago de la deuda; las segundas se articulan alrededor de tres ejes: el sistema fiscal para incrementar ingresos, la desreglamentación interna (que prevé la eliminación del control de precios, de las subvenciones y de cierta rigidez en el mercado del trabajo) y externa (apertura hacia el exterior mediante la reducción

de derechos aduanales y el abandono del régimen de licencias de exportación así como el libre arribo de inversiones extranjeras), y las privatizaciones (que contribuirían a reequilibrar temporalmente las finanzas públicas) (REVUELTAS, 1993, p. 222).

Essas medidas marcam a primeira fase de introdução das transformações na política estatal na direção do estado neoliberal, mas já apontam o fundamental: reduzir o gasto público com interesse social, diminuir pessoal administrativo, privatizar empresas nacionalizadas e abandonar o protecionismo da produção nacional. Tais medidas introdutórias respondem a um movimento global de tendência declinante da taxa de lucro desde fins da década de 1960 e se aprofundando na década de 1970 (HARVEY, 1998; VIANA, 2009), daí a importância que assumem as instituições internacionais na coordenação de novas políticas estatais para os países subordinados aos países imperialistas.

Na linha de frente na imposição de contramedidas à tendência declinante da taxa de lucro estão instituições como o FMI, o Banco Mundial e especificamente para alguns países com laços mais estreitos com os EUA, como é o caso do México, a atuação do Departamento do Tesouro e da Reserva Federal. Por isso, as origens das políticas neoliberais no estado mexicano respondem primeiramente a pressões políticas externas, que resultam da nova configuração do imperialismo mundial, o neoimperialismo, que busca intensificar as condições de transferência de mais-valia dos países subordinados para o bloco imperialista dominante:

Assim, o neoimperialismo produz um Estado neoliberal subordinado, que executa o papel de aumentar a exploração interna e, ao mesmo tempo, permitir o aumento da exploração externa. A proeminência de organismos internacionais na elaboração das políticas nacionais dos Estados subordinados (FMI, Banco Mundial, etc.) apenas revela esta subordinação e alguns mecanismos utilizados pelo bloco imperialistas (e pelo capital oligopolista transnacional atrás dele). O bloco subordinado realiza uma política neoliberal que revela a debilidade do capital nacional e, por conseguinte, das burguesias nacionais, subordinadas e ao mesmo tempo associadas ao capital oligopolista transnacional (VIANA, 2009, p. 105).

Seguindo este movimento, primeiramente veremos como as novas políticas do estado mexicano resultam da pressão de instituições internacionais e de estados estrangeiros objetivando intensificar a exploração dos países na divisão internacional do trabalho, surgindo assim o estado neoliberal subordinado.

Como vimos, o desenvolvimento capitalista ao longo do século XX cobrou do governo Mexicano intensa intervenção na economia e por isso a necessidade crescente de recursos para que o estado gastasse em obras públicas, financiamento de plantas industriais, basicamente gastos com infraestrutura, e elevado gasto com serviços públicos. A captação de recursos ocorreu através de empréstimos com organismos internacionais (bancos privados, FMI, órgãos estatais dos EUA) que eram garantidos pelas divisas obtidas com a exportação do petróleo. Dessa forma, o México exportava produtos energéticos e transferia mais-valia para os países sedes do capitalismo imperial (exportando produtos agrícolas e petróleo), além de reenviar parte das divisas obtidas no exterior por meio dos mecanismos da dívida externa. Os custos do estado integracionista servem para

auxiliar na reprodução do capital nacional (infraestrutura e subsídio à força de trabalho) e internacional (com a transferência de mais-valia para o mercado internacional e pela dívida externa). Por isso o crescimento oficial da dívida externa é um importante dado sobre o aumento da transferência de lucros do México para o exterior:

(...) una forma de contrastar la importancia de los recursos externos durante el desarrollo estabilizador y el desarrollo compartido, es comparar el ritmo de contratación de financiamiento externo del sector público mexicano mediante los saldos de la deuda pública (a plazo de un año o más) al 31 de diciembre de 1959, de 1970, y 1976. Mientras que en el primero de esos años tal cifra se elevó a 600 millones de dólares, en 1970 ascendió a 3, 260 millones de dólares y en 1976 a 15, 900 millones de dólares. Esto significa sólo un crecimiento de 2, 500 millones de dólares durante los años sesenta del desarrollo estabilizador y de 12, 640 millones de dólares durante los cinco años del crecimiento compartido (JUAREZ, s/d, p. 201).

Quando ocorre a crise do petróleo as instituições internacionais restringem a concessão de empréstimos para o México; a crise do petróleo coincide com a diminuição da taxa de lucros acumulados nos países imperialistas, o que vai reforçar as pressões externas sobre o México. O exigido do México pelas instituições financeiras internacionais é a aplicação de medidas que visam a desregulamentar e liberalizar a regulação econômica exercida pelo estado (GONZÁLEZ, 2006; SOARES, 2002). Nesse período é reforçada a corda financeira que amarra a economia Mexicana ao fluxo de capitais financeiros transnacionais, daí porque parte importante das primeiras políticas de formação do estado neoliberal no México ocorrem por meio de planos e reformas do sistema financeiro nacional.

A introdução das novas políticas não ocorre de forma tranquila devido à força dos interesses envolvidos e à própria confusão gerada pela crise das dívidas externas no ano de 1982, após a tentativa frustrada de nacionalização do sistema bancário como medida para segurar o fluxo de capitais internos o governo de De la Madrid decide por aplicar o programa inscrito na carta de intenções elaborada junto com o FMI, o que para o sistema financeiro significava novas regras para os próximos anos: *“la desnacionalización del sistema bancario se inicia en 1984, con la eliminación del coeficiente de encaje legal sobre los pasivos en moneda nacional. Posteriormente, se liberarán todas las tasas de interés, y en 1989 se inició la liberalización del mercado de valores”* (GONZÁLEZ, 2006, p. 240). A movimentação do capital por ações, parte do capital que só proporciona juros, passa a exercer forte predomínio sobre a economia mexicana, o sistema bancário nacional é repartido entre poucas instituições de capital transnacional. É através do sistema financeiro que ocorre a intensificação da transferência de lucros para os países imperialistas, o capital financeiro é o instrumento para essa transferência, pois ao mesmo tempo que o crédito disponível para o estado mexicano é fortemente reduzido pelas instituições internacionais o que é concedido é para o próprio pagamento da dívida externa e ainda as instituições financeiras conseguem extrair juros com o crédito ao investir nos títulos da dívida pública (VIDAL, 2006;

TOLEDO, 2010). O caráter conflitivo gerado por essas novas medidas está nos interesses opostos da indústria nacional que durante a implantação das políticas neoliberais fica a reboque devido ao novo bloco no poder, expresso pela primeira vez com De la Madrid e seus assessores.

As medidas reformadoras do sistema financeiro fazem parte de novas políticas estatais na esfera econômica, que ganham forma no PIRE, PAC e PECE programas que estruturam políticas de estabilização, de combate ao déficit público e a inflação com políticas monetaristas e restrição da demanda interna por meio da redução salarial e do gasto público.

O primeiro programa sistematizado que marca a virada ao modelo neoliberal PIRE (*Programa Imediato de Reorganización Económica*) de De la Madrid (1982-88) vai aplicar a estratégia elaborada pelo FMI poucos meses antes; o objetivo principal era de combater a crise da dívida externa, reafirmar o pagamento da dívida aos oligopólios financeiros internacionais, através da diminuição do déficit fiscal, do gasto social e da intervenção reguladora do estado na economia para assim abrir a economia nacional à competição exterior; três anos depois, o governo instrumentaliza o *Programa de Aliento y Crecimiento* (PAC), para o ano de 1987, que reafirma o objetivo de combate da inflação, entre as medidas adotadas estão o aumento de impostos indiretos e diminuição de impostos aduaneiros, aumento dos cortes nos gastos sociais, correção nos preços de serviços públicos, etc. (TELLO, 2007, p. 635).

Com essas medidas iniciais consegue o estado mexicano controlar o crescimento da dívida externa, que durante a década de 1980 gira em torno de 5% do PIB, e diminuir o gasto com serviços sociais de 50% em 1982 a 34% em 1988, muito embora nessa época o pagamento dos juros consoma 17,6% do PIB; a primeira fase de introdução das políticas neoliberais é ainda marcada pela política econômica ortodoxa, política monetária e fiscal restritiva, o que resultou ao fim da década de 1980 na diminuição do PIB por pessoa em torno de 2%, inflação em torno de 90 %, elevadíssima desvalorização do peso em relação ao dólar que vai chegar à relação de 1 dólar para 2,284 mil pesos, concentração de riqueza com 10 % dos mais ricos controlando 50 % da riqueza nacional e a consequente piora nos níveis de vida da população (TELLO, 2007; LUSTIG, 1987).

Com a crise da Bolsa de 1987 e uma fuga recorde de capitais do México o presidente Salinas de Gortari²⁰ aprofunda e sistematiza novas políticas estatais que atendem às proposições feitas pelas escolas de economia dos EUA e por organismos internacionais. Com o novo governo de Gortari que substitui o governo de De la Madrid está aberto o caminho para um maior comprometimento dos governantes e seus assessores diretos com os organismos internacionais e suas políticas neoliberais.

²⁰ Gortari foi eleito na histórica fraude de 1987 quando ocorreu uma pane no sistema de contagem dos votos, após essa pane o resultado das eleições deu ampla vitória do candidato do PRI sobre o opositorista Cuauhtémoc Cárdenas do PRD que nas pesquisas de “boca de urna” aparecia com uma pequena vantagem sobre Gortari (HILSENBECK, 2007).

Salinas de Gortari sistematiza políticas econômicas consideradas heterodoxas que são aplicadas por meio dos *Pacto de Solidariedad Económica* (PSE) e, depois, pelo *Pacto para la Estabilidad y el Crecimiento Económico* (PECE) que adotam o controle negociado dos preços e aceleram o processo de abertura comercial e ainda possibilitando avançar na privatização de empresas públicas; novos pactos são acordados com a banca internacional, mantendo o compromisso do pagamento da dívida externa, que nos próximos 20 anos vai custar 200 bilhões de dólares, ou três vezes o valor da dívida em 1981 (TELLO, 2007). Em 1995, no governo de Ernesto Zedillo, é criado um novo pacto, *Acuerdo de Unidad para Superar la Emergencia Económica* (AUSEE), que busca manter o corte nos gastos sociais, o aumento de impostos sobre mercadorias e a política de livre câmbio. O predomínio do capital financeiro sobre a economia mexicana é reforçado por esses programas que reafirmam as estratégias elaboradas por organismos internacionais, estratégias estas que antes de criar saídas para a economia nacional a tornam mais sensível ao fluxo de capitais internacionais, problema este que está na raiz da crise financeira que abalou o México no ano de 1995 quando em poucos dias bilhões de dólares foram retirados das divisas internas da economia mexicana.

Com a diminuição dos gastos estatais, sobretudo no que diz respeito ao auxílio na reprodução da força de trabalho que durante décadas ocorreu de forma marcante pelos subsídios à agricultura para abastecer de produtos a classe trabalhadora das cidades, ocorre a diminuição da massa salarial em todos os setores produtivos e a elevação do preço de bens e de serviços, assim tem-se uma alteração na distribuição da produção nacional, tanto desde nova repartição para fora, quanto internamente, resultando no avanço do capital transnacional e concentração de riqueza interna (REVUELTAS, 1993; TELLO, 2007).

Junto aos pactos e programas elaborados pelo estado mexicano são elaborados reformas e alterações na legislação tendo como objetivo principal a diminuição da intervenção estatal nos diversos setores econômicos: a) sistema financeiro e bancário fortemente atingido: desde os anos 80 o governo cria diversos tipos de estímulos às chamadas “casas de bolsa” promovendo a liberalização financeira (livre movimento do capital, diminuição de impostos, liberdade de concessão de crédito, antes controlada pelos bancos nacionais e estatais) em detrimento da banca nacional, e com as alterações dos artigos 18 e 123 da Constituição a *Nueva Ley de créditos* autoriza e enfatiza as atividades bancárias como empreendimento privado e não mais uma concessão pública; Com Salinas de Gortari, no ano de 1992, é efetivada a privatização do sistema bancário nacional com base nas alterações dos artigos 18 e 123, e imediatamente 18 instituições bancárias são privatizadas; em 17 de maio de 1993 é aprovada autonomia política do Banco de México (correspondente ao BC do Brasil), e por fim a drástica redução da capacidade de intervenção dos bancos de desenvolvimento. As principais reformas que ocorrem no sentido de avançar e

sistematizar o estado neoliberal mexicano são:

--Reforma fiscal garante a drástica redução do gasto público, manter e fundamentar diminuição do déficit nas contas do estado; em 2000 nova lei mantém os princípios da reforma fiscal, *Ley de presupuesto y responsabilidad hacendaria*;

--Reforma do artigo 27 da Constituição Federal pondo fim à proibição da venda das terras comunais, os *ejidos*, que foram conquistados com a reforma agrária pós-revolução de 1910, agora os *ejidos* podem ser alienados, o objetivo é reforçar o mercado de terras e facilitar investimento privado, além de marcar o abandono das políticas da produção agropecuária

--Reforma energética possibilita a participação privada na geração, transmissão e distribuição de energia, o que antes era monopólio estatal;

--Reforma no artigo 123 da constituição flexibiliza as relações de trabalho: eliminar pagamento por dispensa, negociação coletiva e contratos obrigatórios para a indústria, ingresso obrigatório nos sindicatos, fim dos requisitos de promoção com base na antiguidade no trabalho;

--Reformas dos artigos 25, 26 e 28 da Constituição Federal colocam pela primeira vez nos últimos 50 anos limites à intervenção do estado na economia; estabelece as áreas reservadas exclusivamente à atuação do estado e os fundamentos da participação privada nos setores prioritários.

Concomitantemente é levada adiante uma política de privatizações que vai além do sistema bancário, atingindo diversos setores da economia nacional: no ano de 1982 existiam 1.115 empresas vinculadas ao estado, seis anos depois, 1988, cerca de 412; no começo são privatizadas pequenas e médias empresas até atingir grandes monopólios estatais, mesmo nos setores estratégicos (energia, petroquímica, rodovias, mineração, telefonia, ferrovias, aeroportos, portos, etc. Além de vender as empresas estatais para os oligopólios transnacionais, parte do dinheiro obtido com a venda retorna para ramificações desses oligopólios já que boa parte do dinheiro levantado com as privatizações são utilizados para o pagamento da dívida externa (TELLO, 2007).

Com as privatizações abre-se mais espaço para a participação do capital transnacional na economia mexicana, processo que tem seu auge com a abertura comercial e com os Tratados de Livre Comércio, tendo como resultado o desmantelamento das políticas de proteção da produção agropecuária e industrial; com a adesão ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, em português) o México reduz substancialmente os impostos de importação; a *Ley de inversiones extranjeras* liberaliza movimentação de capitais externos em quase todos os setores da economia nacional, principais tratados de livre comércio são firmados com a adesão ao ALADI (Associação Latino-americana de Integração), Cuenca del Pacifico, Cooperação do Pacífico Asiático (APEC) com União Europeia, Israel, Noruega, Suíça, etc. O resultado da abertura comercial é a paralisação da produção industrial e da agropecuária nacional ante a concorrência dos capitais estrangeiros, marcando assim o abandono da política de desenvolvimento nacional, e por fim o NAFTA, Tratado

de Livre Comércio da América do Norte, que entra em vigor no dia 1º de Janeiro de 1994.

Com o desestímulo à produção nacional, tanto agropecuária quanto industrial, o governo que antes subsidiava a produção cria agora medidas paliativas para manter o nível mínimo de consumo das massas trabalhadoras, com uma nova política de subsídios de produtos essenciais para a população: diminui investimento direto ao produtor e subsidia a população carente por meio de instituições estatais como *Compañía Nacional de Subsistências Populares* (CONASUPO), assim governo reduz investimento e proteção da produção rural nacional e contribui para encarecimento dos bens básicos, aumento da cesta básica, e se abstém de atuar para combater a diminuição real de 70 % do salário mínimo até meados dos anos de 1990 (REVUELTAS, 1993; TELLO, 2007).

O mais complexo mecanismo de aplicação das políticas neoliberais no México são os Tratados de Livre Comércio, que tem no NAFTA sua expressão mais acabada. Os TLC's resultam da reafirmação da associação entre a burguesia nacional mexicana, estado mexicano e o capital transnacional, e enquanto nova forma de aliança comercial na era dos estados neoliberais expressam o avanço do neoimperialismo sobre os países subordinados. Através dos diversos TLC's ratificados pelos governos mexicanos desde meados dos anos de 1980 se intensificou a transferência de mais-valia e de lucros para os países sedes do imperialismo, assim, os TLC's respondem às necessidades do processo de valorização do capital regulando sobre bens, serviços e o fluxo de capital entre as diferentes nações. Nos marcos do capitalismo mundial o grande centro imperialista é os EUA que mantém uma hegemonia estável dentro do bloco de países imperialistas (que inclui países da Europa e o Japão), sendo capaz de articular as linhas gerais das condições legais e jurídicas para a valorização do capital transnacional através da:

(...) creación de un reordenamiento jurídico transnacional que confiera a las corporaciones transnacionales un lugar como sujeto del derecho internacional. La reestructuración de las relaciones con el llamado Tercer Mundo constituye una de las direcciones a través de las que se avanza en ese nuevo ordenamiento. En este sentido, los modernos acuerdos comerciales se erigen en un instrumento ideal, en tanto proyectan las relaciones de subordinación hegemónica como parte del proceso de liberalización. Con los países desarrollados restantes se trata de un proceso de conciliación y concertación, no exento de condicionamientos (BELLO, 2008, p. 16).

A disputa entre os grandes oligopólios internacionais por mercados, força de trabalho, matérias-primas e recursos naturais interfere na elaboração dos tratados, acordos, regiões integradas economicamente, etc., a regulação estatal é estruturada para “liberalizar” a legislação que cobra sua parte nas movimentações do capital, trata-se de diminuir os custos e obstáculos legais para a livre movimentação do capital transnacional; cada acordo, tratado ou organização institucional expressa uma específica e concreta rede de relações entre os diferentes capitais (como o industrial nacional, agropecuária, grandes corporações transnacionais, sistema financeiro), estados e classes sociais podendo um acordo assumir a forma militarista como o Plano Colômbia, ou simplesmente legalista e comercial (fundamentado na mudança na lei escrita), como o NAFTA; ou mesmo o definhamento

de uma proposta de acordo com o que aconteceu com a ALCA.

Um acordo econômico também pode surgir de forma unilateral, isto é, regulamentado apenas para um dos membros de uma organização, como quando o estado Mexicano suspendeu inúmeras taxas aduaneiras, de acordo com as orientações do GATT²¹; mas geralmente, os tratados de comércio (que também envolvem serviços, capital, forças produtivas, força de trabalho) demandam uma maior reestruturação normativa nos países subordinados do que nas sedes imperiais, o que comprova pela história recente dos países latinos, e do qual México é exemplar, como temos visto; assim, a liberalização nos países subordinados contrasta com a normatização protecionista nos países imperialistas.

Os projetos integracionistas, função que os acordos, tratados, etc. exercem na prática, resultam dos processos de valorização do capital e se generalizam com a reprodução ampliada do capital em busca de mais mercado, matérias-primas, força de trabalho. Com a intensificação da acumulação capitalista, baseada na elevação da exploração do trabalho e todas as transformações derivadas, os projetos integracionistas também se expandem como forma de criar mecanismos para a transmissão da mais-valia produzida nos países mais atrasados.

Atendiendo a los sujetos, el TLCAN, la propuesta del ALCA y los TLC son acuerdos para la regionalización funcional y operativa de la empresa transnacional, y responden al desarrollo de las cadenas globales del valor como forma económico-organizativa del funcionamiento del capitalismo contemporáneo. En ese sentido, podría hablarse de una integración de carácter corporativo que, aunque formalmente mantiene el carácter intergubernamental de los modelos precedentes y no se plantea en el corto plazo la institucionalización de órganos supranacionales regionales, supone una cesión asimétrica de soberanía y convierte en sujeto de derecho internacional a la empresa transnacional, en tanto los Estados se refuncionalizan y devienen facilitadores del proceso (BELLO, 2008, p. 22).

A regulação e normatização criadas pelos tratados de livre comércio se sobrepõe às leis nacionais, o que em muitos casos torna desnecessário uma ampla reforma na legislação, como é no caso Mexicano em que reformas, como a trabalhista, não foram realizadas separadamente, porque já estavam contidas nas orientações dos tratados e das organizações internacionais principalmente no que se refere aos cortes nos gastos públicos e diminuição e precarização de direitos sociais (ARMENTA, 2008; DURAN, s/d); dessa forma avançou a produção por bônus, subcontratação, produção na forma *cluster*, generalização da prática de *outsourcing*, descentralização das negociações coletivas, cooperativas de trabalho, arrocho salarial sem que uma ampla reforma trabalhista fosse efetivada (BENSUSAN, s/d). Com os tratados de livre comércio e com o NAFTA, que é sua mais perfeita expressão, o México é convertido numa plataforma industrial de transnacionais norte-americanas e reservatório de mão-de-obra barata que tem também como efeito pressionar os salários dos trabalhadores dos EUA para baixo (DANTAS, 2009).

Não somente a produção industrial mexicana passa para controle de grandes grupos de

²¹ Em português: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

capital transnacional, notadamente dos EUA, a produção agrícola é especialmente controlada por oligopólios mundiais que são beneficiados pela liberalização das leis criadas pelos tratados de livre comércio e lançam no mercado mundial o que é produzido no México:

Los tratados comerciales impulsados por el gobierno y los empresarios han traído ventajas para los capitales vinculados al mercado internacional. Para el caso de Chiapas, observamos en regiones como Selva, Norte, Costa y Soconusco una agricultura monocultivista que depende cada vez más de los vaivenes del mercado internacional y de las transnacionales (MORFÍN, 2000, p. 14).

Os tratados de livre comércio e cooperação internacional, um eufemismo para as tentativas de avanço do capital transnacional sobre as barreiras nacionais, também buscam aproveitar-se dos recursos naturais e das “vantagens comparativas” que cada região possui, como por exemplo reservas de energia, regiões turísticas, infraestrutura de transporte, etc., esse é o caso do *Plan Puebla-Panamá* que segundo os estudiosos trata-se de mais uma tentativa de expansão do capital transnacional para novas regiões (CRHISTLIEB, 2003). As resistências das populações locais a esses acordos e a competição entre os oligopólios pela exclusividade no acesso aos novos mercados e fontes de matérias-primas geram um contexto de intensificação do imperialismo dos países de capitalismo desenvolvido com a consequente militarização do estado neoliberal que complementa a intervenção financeira, a espoliação via dívida externa, e os acordos de livre comércio. As regiões em que ocorre uma nova etapa de avanço do capital transnacional e onde organizações sociais se mobilizam serão o palco das movimentações militares e da “aplicação pela espada” da força dos tratados:

El proceso de integración silenciosa de México a Estados Unidos iniciado años antes de la subordinación acordada bajo la forma de tratado de libre comercio tuvo como impulso original y objetivo final el control de -entre otros- los recursos energéticos de los mexicanos. El grado de dependencia de Estados Unidos respecto del petróleo árabe puesto en evidencia con el embargo de la OPEP en 1973, hizo que México se convirtiera en un asunto de seguridad nacional para el Pentágono y la Casa Blanca. Ante el altísimo costo que tendría una acción militar directa sobre México para garantizarse el suministro de hidrocarburos, Washington buscó incidir en la política petrolera mexicana por otras vías, encontrando en el ámbito financiero el punto más adecuado, por vulnerable. En muchos otros lugares y por esos mismos años, la deuda externa se empezó a utilizar como arma para obligar a los países subdesarrollados a adoptar las políticas de ajuste estructural definidas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM). En México se aprovechó la coyuntura para obtener del gobierno mexicano, a través de la Carta de Intención con el FMI de 1982, las bases para propuestas contrarias a la Constitución Política mexicana, favorables a la participación de intereses privados y extranjeros en los complejos petroquímicos y de gas natural. La geopolítica estadounidense requería también incrementar su presencia militar en América Latina, lo cual logró de manera notable desde el principio de la década de 1990 (CRHISTLIEB, 2003, p. 6).

Por último, devemos destacar o chamado processo de reestruturação produtiva que passa a fundamentar internamente a consolidação das políticas neoliberais do estado Mexicano. Como ressaltamos, as origens do estado neoliberal mexicano remontam ao processo de intensificação da transferência de mais-valia para os países de capitalismo desenvolvido, principalmente para os EUA, portanto, uma imposição externa, da própria lógica de reprodução global do sistema

capitalista. O México hoje faz circular dinheiro em sua economia interna com a venda de drogas, com o turismo e com o dinheiro enviado pelos mexicanos que moram nos EUA, essas são as maiores fontes de divisas da economia mexicana²². Condição esta que contrasta com o período de intenso desenvolvimento industrial e agrícola que vai de meados da década de 1930 até a década de 1970.

O novo processo de valorização do capital se expande para o México onde encontra condições mais favoráveis do que nos países de capitalismo desenvolvido no que diz respeito às possibilidades de intensificação da exploração do trabalho. É só no fim da década de 1990 que o México perde a posição privilegiada de receber em seu território empresas transnacionais que se aproveitam da elevada quantidade de mão-de-obra barata, sindicatos integrados às instituições estatais e o estado sistematizando novas políticas que possibilitem as condições jurídicas e legais que viabilize a organização do trabalho que aumenta o tempo de trabalho e precariza as condições de trabalho e as inovações tecnológicas no processo de produção.

É na indústria automotora localizada na região norte, núcleo da produção industrial onde ocorrem as primeiras e mais intensas transformações que levam à reestruturação produtiva no México. É nessa região onde se tem as tentativas mais sistemáticas de renovação tecnológica e reorganização o trabalho:

Esta reestructuración de las nuevas plantas norteamericanas empezaba a operar acorde con una nueva división internacional del trabajo, sobre los escombros de la configuración de sustitución de importaciones que se abrió al mercado externo, con mercado interno mexicano deprimido y salarios reales a la baja; ahora se producirían en países subdesarrollados productos manufacturados para el mercado internacional con altos estándares de productividad y calidad. Esta reestructuración se extendió desde el inicio de los ochenta a empresas grandes de capital nacional que venían de la configuración productiva pasada, pero en un segundo momento, a mediados de esa década, no fueron tanto las tecnologías de punta las introducidas sino las nuevas formas de organización del trabajo, más baratas de implementar y acordes con las nuevas doctrinas de la gerencia, las del toyotismo. El concepto de flexibilidad de las relaciones laborales estaba implícito en el cambio tecnológico y explícito en las nuevas formas de organización; pronto se adoptó, hacia finales de los ochenta, la forma de flexibilización de los contratos colectivos de trabajo, especialmente en empresas que estaban por privatizarse y se inició la polémica sobre la flexibilización de la Ley Federal del Trabajo (De la Garza Toledo y Bouzas, 1998). De hecho, casi todos los contratos de las grandes empresas cambiaron en este sentido entre 1987 y 1995, se achataron escalafones, reduciéndose el número de categorías ocupacionales, ampliándose las funciones de cada una; muchas veces se redujo la importancia de la antigüedad como criterio para el ascenso; se permitieron formas diversas de polivalencia y de rotación interna; se ampliaron las categorías consideradas como no sindicalizables y, en los noventa, se extendieron los convenios por productividad con bonos según el desempeño (TOLEDO, 2010).

Os outros ramos da produção nacional diminuem seu crescimento gerando a atual crise de desemprego e de baixos salários no México, em parte resultado das políticas neoliberais, em parte devido à reestruturação produtiva que aumenta o número de lumpemproletariados. O México se torna o palco onde as grandes empresas transnacionais montam suas mercadorias para a venda nos

²² http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/05/040526_migrationmexico.shtml

países de capitalismo desenvolvido, o que fica conhecido com a internacionalização da prática do *outsourcing* (TOLEDO, 2010).

Após caracterizarmos as relações de produção em Chiapas, com a predominância da produção rural, e de analisar a classe social que entra em conflito com as relações de produção dominante, o campesinato, demonstramos que estas relações estão inseridas num processo de transformação no modo de produção capitalista, que denominamos regime de acumulação integral; É esta a fase ou estágio do modo de produção capitalista que vivemos, e sendo uma sociedade que expressa concretamente a essência do modo de produção capitalista ela é a inauguradora de um novo ciclo da luta de classes. Um ciclo onde os mecanismos reguladores da reprodução do capital são adaptados à nova estratégia de extração combinada de mais-valia relativa e absoluta em âmbito mundial, o que é o que se expressa concretamente na intensificação da exploração do trabalho na sociedade capitalista; Organização Toyotista do trabalho (com as formas de precarização do trabalho que surgem no seu bojo) e estado neoliberal são os fenômenos sociais mais visíveis nas sociedades contemporâneas, sobretudo ocidental, não esquecendo do avanço do neoimperialismo sobre outras regiões do mundo.

Parte II

Análise de conteúdo dos comunicados do EZLN

Capítulo II

A declaração de guerra

O surgimento do EZLN ocorre em um mundo contemporâneo universalizado pelo modo de produção capitalista, quando a totalidade das relações sociais está submetida pelos mecanismos econômicos da produção de mercadorias e suas transformações interiores. O conflito social aberto em Chiapas é a continuidade histórica das relações de exploração do campesinato sob a era da acumulação integral. Buscamos mostrar essa realidade contemporânea no primeiro capítulo deste trabalho. Agora queremos entender como se dá um processo concreto de produção de ideias em uma organização político-militar como é o EZLN. Essa introdução à história do EZLN busca contribuir para a análise do conteúdo do discurso do EZLN.

A situação em Chiapas desde o início da década de 1980 era de intensa mobilização política das comunidades camponesas: de um lado, as condições de vida das comunidades pioravam, e por outro lado, suas formas de organização amadureciam, trazendo cada vez mais adesões para as novas organizações de defesa dos *ejidos*; por outro lado, as velhas lideranças *ejidais* na figura dos caciques eram denunciadas por comunidades que percebiam que todos os canais para uma mudança concreta estavam se escasseando; Segundo Jan de Vos (VOS, 2007), em fins da década de 1980 e início da década de 1990 há um processo de radicalização das lutas por parte das novas organizações de defesa dos *ejidos*: após a realização de manifestações públicas e marchas pelo estado de Chiapas e em direção à capital do México surge a organização *Xi Nich*²³; ao longo da década de 1980 é consolidada a *ANCIEZ* (Aliança Nacional Campesina Independente Emiliano Zapata) que realiza diversas marchas pelas ruas da capital de Chiapas San Cristobal de las Casas; a atuação dessas duas organizações será importantíssima para a mobilização política dos camponeses de Chiapas ao longo desses anos.

Os anos imediatamente anteriores a 1994 são um prelúdio da revolta que se aproxima. Em 1992 o subcomandante Marcos²⁴ circula um comunicado (**Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia**) para as tropas do EZLN: ele demonstra como a sociedade Chiapaneca está numa profunda crise política e socioeconômica e que esta só pode ser resolvida pelo conflito militar. No ano seguinte, no dia 22 de maio, acontece um intenso conflito entre as

²³ Na língua chol, uma das dezenas de etnias presentes nas comunidades ejidales que formam a base social do EZLN, *Xi Nich* significa “formiga que marcha” (FIGUEIREDO, 2003)

²⁴ O comandante Marcos, quadro político do CCRI-CG, é a principal figura pública do movimento, assume as posições de porta-voz e comandante militar do EZLN. Sua identidade é desconhecida, assim como a de todos os comandantes, insurgentes e milicianos da organização. Recentemente divulgou que abandonou os postos de comando dentro da organização. Ficou famoso por sua produção literária e política.

tropas do Exército Mexicano e os agora guerrilheiros, este conflito durou cerca de seis horas e influenciou bastante na moral dos guerrilheiros, apesar de algumas deserções (VOS, 2002). É importante falar destas movimentações do EZLN antes de 1994, pois na versão oficial o governo de Salinas de Gortari afirma desconhecer as movimentações guerrilheiras: entre os motivos para a demorada ofensiva do governo e a publicização das movimentações está a diminuição dos gastos com o aparato repressor do Estado a partir da implementação das políticas de corte nos gastos estatais de meados da década de 1980²⁵; o desconhecimento das dimensões sociais que davam base ao conflito militar; e o motivo que consideramos mais relevante: abafar o surgimento de um novo conflito social no México que estava desembocando num movimento guerrilheiro, o que entraria em conflito com os interesses do governo Mexicano ante a consolidação dos acordos do NAFTA:

El gabinete económico del presidente Salinas de Gortari sabía que la firma de ese tratado habría sufrido graves tropiezos si se hubiera hecho pública la existencia de una nueva guerrilla, que revelaría un México con fisuras sociales y económicas. El gabinete de Salinas quería mostrar un México moderno. Apostaron a su certeza en el modelo económico que impulsaban y no a los riesgos sociales que ese modelo estaba produciendo en México y que Chiapas presagiaba (MONTEMAYOR, 2002, p. 33).

Houve um intenso debate interno para se decidir pelo levante armado: de um lado estavam os militantes mestiços vindos da cidade e que devido à sua orientação leninista estavam preocupados em construir um grande partido nacional que tivesse como objetivo a tomada do poder estatal, inclusive este partido já estava sendo estruturado; por outro lado, as comunidades decidiram pela revolta armada num processo de votação que, segundo o Subcomandante Marcos, foi pessoal, por comunidades e depois por região (MARCOS *apud* VOS, 2002). Alguns militantes, de origem mestiça e leninista decidiram sair da organização. O relato de um guerrilheiro anônimo nos é esclarecedor do contexto de preparativo para a guerra em Chiapas:

Empezamos a ver que tenemos que prepararnos de otra forma para que nos escuchen, para que se atiendan nuestras necesidades, para denunciar lo que ha venido pasando durante muchos años, La explotación en la que vivimos. Pero nadie entendía cómo iba ser esa otra

²⁵ Logo depois do aumento das reivindicações populares este quadro se reverteu profundamente, e os gastos militares subiram à estratosfera quando comparados com gastos em serviços públicos, tanto antes do levante quando só existiam cerca de “0,3 leitos de hospital para cada mil habitantes ao passo que existia cerca de sete quartos de hotel para cada mil turistas; cerca de 72 crianças, de cada cem ingressas, não terminam o ensino primário” (GENNARI, 2005, p. 16); depois esta situação se agrava, e um dos pilares do regime de acumulação integral se desenvolve plenamente, as forças militares e indústria bélica em que se baseia, segundo Gennari: “O aumento das tropas passa a ser o maior investimento do governo federal em Chiapas. Se no início de 1995, o Estado abrigava sete quartéis e cinco acampamentos militares, no final do mandato de Zedillo, em dezembro de 2002, a soma de ambos perfaz um total de 259 posições. Enquanto os dados do Ministério da Defesa falam em cerca de 30 mil soldados, cálculos não oficiais garantem que estes não são menos de 70 mil. Trocado em miúdos temos uma média de 1 soldado para cada família numa região em que há somente um médico para cada 18 mil habitantes” mas ao lado destas formas de opressão física existem opressões sociais: Mas não é isso tudo. Há uma média de um prostíbulo e três pontos de venda de bebidas alcoólicas para cada uma das posições militares existentes no Estado. Longe de ajudar a resolver os problemas sociais, o Exército federal mexicano vai introduzindo o uso de drogas, prostituição e as doenças venéreas até nos territórios em que estas pragas haviam sido eliminadas. Além do mais, os soldados têm se dedicado a ações de contra-insurreição como cortes de cabelo, pequenos consertos, créditos e ajudas materiais aos delatores e aos que abandonam a luta Por esse caminho, o poder trata de esgarçar a identidade coletiva das comunidades indígenas, de corromper as consciências, inocular o medo e a delação, derrotar a solidariedade e provocar a dissidência interna (GENNARI, 2005. p. 75/6).

forma. Entonces algunos decían: solamente una organización armada. Salía la idea así, pero con una risa, así, como un relajo (ROVIRA apud VOS, 2002, p. 340).

Com a decisão das comunidades camponesas de realização da guerra o núcleo do EZLN (CCRI-CG) passa a ser dominado por representantes indígenas, o que tem como consequência o crescimento da problemática étnica que passa a perpassar o movimento, é o momento de início da “interação dialética” que falamos em outro momento.

Com o agravamento da situação das comunidades e a decisão pela guerra, era só questão de tempo o levante militar. Mas a escolha do momento teria que ser carregada de simbolismo, assim como as posteriores manifestações do EZLN. A hora do levante ficará marcada para a história mexicana²⁶, pois foi decidido para o momento em que presidente Salinas se reunisse em seu palácio com outras autoridades para comemorar a virada do ano e a assinatura do acordo (NAFTA), que agravaria a situação de vários setores da população mexicana. Tudo começa com o assalto a uma brigada de exploração da PEMEX²⁷, que rende 1.566 Quilos de dinamite e 10.440 detonadores, no dia 31 de dezembro de 1993 (MONTEMAYOR, 1997). Na manhã de 1 de janeiro de 1994 as cidades ocupadas pelo EZLN foram *San Cristóbal de Las Casas, Ocosingo, Altamirano, Las Margaritas, Oxchuc, Huixtán, e Chanal* (GENNARI, 2005; FIGUEIREDO, 2003). Ainda de acordo com o relato de Figueiredo:

Segundo Tello, (...), en San Cristóbal de las Casas entraron cerca de 900 guerrilleros, em Chanal 100, talvez 400 em Altamirano, entre 300 e 600 en Las Margaritas, entre 500 e 600 en Ocosingo e ao redor de 300 em Oxchuc. Somadas essas estimativas chega-se a un número entre 2500 e 2900 de combatentes. Mas deve-se levar em conta que devia haver outros grupos atuando na retaguarda, em operações de logística, além de outras não apontadas por este autor (FIGUEIREDO, 2003, p. 14).

²⁶ E devido aos efeitos simbólicos também para outros países, não só da região da América Latina, mas também para o grande incentivador do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*, ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) os EUA e os organismos internacionais promotores do neoliberalismo: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio. Os efeitos do NAFTA são devastadores porque ampliam a abertura da economia nacional à ganância das empresas transnacionais; a revogação do artigo 27 da constituição era uma das condições para a assinatura do acordo imposta pelos EUA, assim como a adoção de políticas monetaristas, desestímulo à indústria nacional e mudanças constitucionais permitindo o aumento da repressão. Para efeitos na economia mexicana da adesão ao NAFTA ver *México e os efeitos perversos da integração: imigração, fragmentação do espaço e concentração de renda*, de Marcos Costa Lima, IN RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, 2006.

²⁷ A **Petróleos Mexicanos (PEMEX)** é uma empresa estatal do México, de economia mista, criada em 1938, que conta com um monopólio constitucional para a exploração dos recursos energéticos (principalmente petróleo e gás natural) em território mexicano, além disso, também conta com diversas operações no exterior. sendo a única empresa que pode explorar o petróleo no México. FONTE: www.wikipedia.org retirado do sítio dia 28/10/2009 às 08:30.

Cenário do Levante Zapatista: principais localidades



Ilustr

ação 3: Fonte Arellano e Oliveira, 2002.

Mapa municípios com tropas zapatistas em 1º de Janeiro de 1994

Violência Estatal

São numerosos os autores que estudam a ação do Estado Mexicano para a resolução do conflito em Chiapas (GENNARI, 2005; LOPEZ Y RYVAS, 2002; LEON, 2002; MONTES, 2002; NAVARRO, 2002), e todos são unânimes ao afirmar que a única saída que o governo enxerga, e põe em prática, é a militar²⁸. Carlos Montemayor defende a tese do reducionismo militar que empreende

²⁸ O EZLN é evidentemente um exército, sua estrutura militar está dada na sua organização: “Los oficiales de más alto rango vistiendo de begro, calzando botas militares, usando pasamontañas y portando las mejores armas (R-15); los rangos médios vistiendo pantalones negros, camisolas verde-olivo, tirantes y botas militares, y portando armas según el puesto: R-15 los capitanes, AK-47 los tenientes; los milicianos istiendo pantalones verde-olivo, camisolas color café y botas de hule, y portando también armas según el rango: pistolas 22, rifles Sten de 9 mm o machetes (VOS, 2002, p. 355/6); mas esta estrutura militar está subordinada às comunidades indígenas desde a marcada presença indígena no CCRI-CG, passando pelas decisões que são tomadas pelas comunidades (exemplo é a decisão pela guerra), pelos esclarecimentos do subcomandante Marcos ele não é só porta-voz do movimento, mas comandante militar subordinado às comunidades, por isso a qualificação de subcomandante; e também pela compreensão de que sua luta deve gerar sua própria extinção como rebeldes armados: “Um belo dia, decidimos virar soldados para que noutro dia os soldados não sejam mais necessários. Ou seja, escolhemos uma profissão suicida porque é uma profissão cujo objetivo é de desaparecer: soldados que não são soldados, porque algum dia ninguém

o governo para não ter de tratar diretamente com o movimento, este reducionismo é resultado do desconhecimento das causas e motivos que sustentam o levante, ou a ação intencional de ocultar as bases sociais do movimento. Também se baseia no antigo preconceito étnico contra o indígena, que até mesmo argumenta que índios sejam incapazes de se sublevar, como ficou expresso nos primeiros comunicados oficiais que chamavam de monolíngues os guerrilheiros e afirmavam a existência de profissionais da violência por detrás do grupo armado. O presidente Salinas de Gortari chegou a acusar que o levante em Chiapas era resultado da manipulação política de profissionais da violência, expondo esta posição em entrevista ao jornalista Regino Redondo; A principal medida que ao longo do tempo o Estado mexicano, mesmo com a alternância de governos, abriu mão como política de estado permanente é a da pressão armada:

Al eliminar como causas del levantamiento los motivos agrarios, económicos y políticos, minimizó la dimensión del conflicto en dos maneras. Primero, le redujo solamente a la función del núcleo armado (“expertos de la violencia”, como les llamó) y perdió de vista la presencia y dinámica social de las comarcas indígenas que lo encubrieron, ayudaron y apoyaron silenciosamente durante años. Segundo, redujo también la parición del núcleo armado solamente a sus posibles nexos con grupos de poder político o eclesiástico y perdió de vista otra vez que el apoyo de las comarcas indígenas pertenecía claramente a otro orden de causalidad. Este reduccionismo fue el más grande error, pues minimizar la valla social que protege y apoya al EZLN equivale a eliminar ilusoriamente un rasgo que es suficiente para considerar este levantamiento también como social, indígena y campesino. Este reduccionismo se liga con otro erro: creer que entre el EZLN y esa “larga y profunda injusticia” social no hay ninguna conexión real. De ahí puede derivarse, por último, la resistencia oficial a creer que el EZLN enarbola valores de cambios y transformaciones integrales de orden social, económico y político que una gran parte de México quiere y expresa a través de la lucha de sindicatos, manifestaciones agrarias, protestas poselectorales y opinión pública. Por ello la única medida que el gobierno tomó cuidadosa e ininterrumpidamente fue la militar (MONTEMAYOR, 1997, p. 65).

O que queremos afirmar é que, desde o imediato pós-levante a única ação Estatal foi a de reprimir, ora aberta, ora veladamente o conflito. As principais formas de repressão ao movimento são: repressão militar direta; apoio às forças paramilitares (*guardias blancas*)²⁹; impunidade aos crimes de guerra³⁰; impedimento de entrada de organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos; defesa dos interesses das transnacionais³¹.

mais será soldado” (**Para que os soldados não sejam mais necessários**).

²⁹ Héctor Saint-Pierre afirma ser a existência do paramilitarismo uma forma de intensificação dos crimes de guerra, na medida em que por não ser reconhecido oficialmente é claramente fechado os olhos para as matanças sem distinção alguma, e os principais alvos são os civis: da morte, do estupro, mutilações, roubos; a atuação das forças paramilitares serve como uma excelente forma de contra-insurgência em que o governos fica imune das acusações de crimes de guerra: politicamente a guerra aparece como uma guerra entre comunidades; juridicamente ela não existe, e os militares oficiais não são responsabilizados, mesmo sendo os paramilitares treinados por forças do governos; e na mídia o governo conserva a imagem de disposição ao diálogo e posição defensiva (SAINT-PIERRE, 1999).

³⁰ Recentemente a *Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN)* decidiu favoravelmente pela libertação dos acusados do massacre (etnocídio) de Acteal (em 22 de Dezembro de 1997) (matéria retirada do sítio www.kaosenlared.net); este julgamento é bastante representativo da política dos aparatos repressivos do Estado: pois foram inocentados mesmo confirmado a participação de agentes do governo por meio da concessão de armas, esconderijo, omissão de socorro.

³¹ Paulinia Christlieb argumenta que o uso massivo das forças paramilitares está ligado à defesa de interesses das corporações transnacionais em Chiapas: “*exploración petrolera, minera, biológica e hídrica, y por el otro, implica generar procesos de expulsión de la población, como se ha hecho en otras regiones del planeta. En esta lógica, el asentamiento y la distribución de núcleos militares, policíacos y paramilitares en*

O EZLN a Sociedade Civil

Logo do levante de 1º de Janeiro os zapatistas contaram com amplo apoio de vários setores da sociedade Mexicana, este apoio pressionou para que o governo freasse as ações bélicas, conseguindo um cessar fogo que veio a 12 de janeiro, evitando uma matança sem precedentes, tendo em vista que desde o início do levante ficou evidente o baixo poderio militar do EZLN; desde os primeiros dias do levante o EZLN encontrou respaldo político em diversos grupos políticos da sociedade mexicana, que legitimaram as causas que originaram a revolta em Chiapas, sobretudo a falta de mecanismos políticos para a resolução do conflito em Chiapas (MONTEMAYOR, 1997).

Não se trata de encontrar relações mecânicas de causa-efeito, mas é evidente que o trauma provocado por uma revolução popular que desembocou numa das mais longevas ditaduras da história contemporânea forçaria a emergência de movimentos populares que contestassem a política institucional, baseada na imposição de cima para baixo, de autoritarismo, discriminação e marginalização. Quando do levante zapatista, inúmeras mobilizações de organizações da sociedade saíram em apoio ao EZLN: grupos políticos, religiosos, ONGs, organizações juvenis, alguns veículos da imprensa³²(EZCURRA, 1994).

Assim, acreditamos, que o apelo à “miscelânea” da sociedade civil (que em sua diversidade assume esta aparência) no discurso zapatista é fruto dessa especificidade da sociedade mexicana: uma supremacia das instituições políticas do Estado e das formas de fazer política de cima para baixo, excluindo as organizações não oficiais, em outras palavras, o México sofreu com uma integração excludente, integração na medida em que trouxe para si todas as organizações da sociedade (sindicatos, partidos, e outras associações), mas que teve o objetivo de excluir os grupos de toda forma de se fazer política, esta foi hegemonizada pelo Estado e sua burocracia. Citando Boron, a expressão sociedade civil dentro das alianças políticas realizadas pelo EZLN busca “marcar a profunda crise orgânica que separava a sociedade mexicana de seu sistema de representação política hegemonizado” (BORON apud, HILSENBECK, 2006, p. 5).

A relação do EZLN com os outros setores da sociedade civil se deu em grande parte devido à solidariedade que obteve o movimento nos momentos em que o Estado atacou as comunidades: caravanas, cartas, consultas populares, os comunicados serviram como um canal direto de ligação entre o EZLN e uma diversidade de organizações políticas, rompendo assim o isolamento da floresta Lacandona (MONTEMAYOR, 1997).

Com certeza, essa relação surge devido à recusa do EZLN de tomada do poder estatal e de

diferentes lugares de Chiapas pero particularmente en la llamada zona de conflicto, significa una compleja realidad militar, económica, social, política y cultural, en la cual el objetivo de controlar al EZLN no es el único” (CHRISTLIEB, 2003)

³² Antônio Câmara em artigo intitulado *La Jornada*: a construção alternativa da imagem do EZLN discute a importância deste periódico Mexicano para desmistificar a imagem negativa dada pelo restante da imprensa mexicana ao movimento e estimular debates sobre as ações do EZLN, ao mesmo tempo em que dá amplo espaço para os zapatistas.

objetivos eleitoreiros: para continuar a existir como grupo reivindicatório e força social o EZLN parece fazer a opção por constantemente criar canais de ligação com outros grupos, estabelecendo o que chamamos de política de alianças. Como o conteúdo de sua crítica é de ordem social, histórica e não simplesmente étnica, o zapatismo caminha junto com outras forças sociais. Martínez credita a essa escolha política o que está transformando o EZLN em

Una organización de alcances nacionales, que integre a las fuerzas renovadoras, obreros, campesinos, indígenas, estudiantes, desempleados, hombres y mujeres concientes de la situación de marginación que viven amplias capas de la población (MARTÍNEZ, 2009, p. 4).

Durante os “Encontros Intergaláticos Contra o Neoliberalismo e pela Humanidade” o EZLN também tenta construir uma estratégia de alianças para além das fronteiras nacionais. Acreditamos que a efervescência das lutas de classes no regime de acumulação integral está empurrando o EZLN a assumir uma posição marcadamente anticapitalista, o que passa pelo reconhecimento para a organização de que é a causa da humanidade que está em questão, devastada pelo neoliberalismo; neste regime a exploração passa a ser em todos os níveis da vida social, logo, as lutas também se ampliam.

Contudo, precisamos apontar a questão levantada por Hilsenbeck quando ele fala da imprecisão de alguns termos tomados pelos zapatistas, imprecisão que gera até mesmo confusões e dificulta a ação deste grupo. Mas também concordamos que este movimento - e não só ele, pois este processo é típico de vários movimentos no regime de acumulação integral onde as lutas surgem muitas vezes de forma espontânea, cotidiana, direta - está num processo de “acumulação de experiência, auto-organização e desenvolvimento da consciência” (VIANA, 2009, p. 302) e isto sem contar com a existência de uma crise do capital que pode agravar este processo.

Em suma, não acreditamos que o conceito de sociedade civil no zapatismo venha para diluir conflitos de classes, seus discursos e práticas se correlacionam com outros grupos oprimidos, e são reflexos de uma tentativa de se reatualizar na conflitualidade nas sociedades contemporâneas. Parece-nos que o que se desenvolve no EZLN é:

Uma redefinição tática e estratégica de sua luta, em que redimensionaram a questão da sociedade civil. Nos parece que eles optaram antes por trabalhar na organização dos “de baixo”, do que se lançarem ao “assalto ao céu”. Eles souberam utilizar-se das organizações da sociedade civil que se expandem nas democracias modernas, e se apropriaram do próprio discurso dessas democracias (como dos direitos humanos, cidadania etc.) e lhes impingiram um caráter mais radical, para assim avançar na luta, além de revigorar o discurso de esquerda, ao adaptarem sua linguagem para uma melhor e maior compreensão das multidões – aos olhos de grande parte da opinião pública a linguagem de esquerda como “ditadura do proletariado”, “revolução comunista” etc., aparecem (assim como a experiência soviética) e não sem certa justiça, como sinônimo de pura ditadura, terror e antidemocracia. Os zapatistas destinam sua linguagem não a “vanguarda da sociedade” (se é que essa ainda existe nos partidos ou organizações de esquerda), mas a toda a sociedade. Eles se apropriam e denotam um novo significado, a própria linguagem imperante na sociedade, ao invés de se agarrarem a conceitos que hoje contêm outras conotações, com vistas a impulsionar a luta social, radicalizá-la para além da apropriação desses conceitos realizados pelos setores dominantes (HILSENBECK, 2006, pgs, 7/8).

Como já demonstraram em vários comunicados a expectativa do EZLN para o pós-levante era a de que houvesse uma adesão em massa à rebelião militar; porém esta adesão aconteceu numa forma inesperada pelo movimento, não aderindo à tática das armas, mas através da pressão junto ao governo para que interrompesse os combates. O EZLN se viu numa situação inesperada: esperando o apoio e adesão à luta recebeu o apoio em forma de rejeição da guerra entre as duas partes, desta forma resolveu esse dilema criando espaços de diálogo direto com os setores da sociedade dispostos a se envolverem neste diálogo³³. Nesse intuito foram realizados diversos programas de ação conjunta com os “setores honestos da sociedade civil” já que o Estado continuava com sua política de extermínio (Segunda Declaração da Selva Lacandona); deu-se início à formação da Convenção Nacional Democrática (CND) que pretendia articular todos os setores de oposição na sociedade, compareceram

Líderes de colonos, politólogos, líderes de movimentos camponeses, alguns poucos líderes operários, acadêmicos, “marxistas aposentados e renascidos”, estudantes, feministas, membros de organizações de defesa do voto, lésbicas e gays, escritores, “escassíssimos empresários”, ativistas do PRD e “militantes da esquerda e da esquerda da esquerda”. (FIGUEREIDO, 2003, p. 263).

Este foi o primeiro contato direto com os setores da sociedade civil que marcaria a ação do EZLN, a criação da CND. Eles ainda estavam se conhecendo e era nebulosa a situação: o governo estava preparando sua ofensiva e ainda as intenções dos vários grupos não estavam postas de forma clara. No encontro da CND de 6 a 10 de Agosto de 1994 foram discutidos cinco principais temas: “transição à democracia e o fim do partido de Estado”; “vias pacíficas da democracia, eleições, resistência civil e defesa da vontade popular”; “formulação de um projeto nacional que responda às necessidades e interesses do povo mexicano”; “características do governo de transição”; e “um projeto para a realização de um novo congresso constituinte” (FIGUEIREDO, 2003, pg. 260).

Este encontro tornou-se paradigma das formas de ação do EZLN, apesar da posterior desagregação da CND, são resultados do encontro a Consulta Nacional³⁴; a fundação da Frente Zapatista de Libertação Nacional; os Encontros Intergalácticos Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo³⁵.

Um dos efeitos dessas alianças que foi a formação da Frente Zapatista de Libertação Nacional. A FZLN é a reafirmação dos preceitos do EZLN para a organização social: é uma

³³ Usamos aqui a expressão setores da sociedade civil por entender que não é a sociedade civil neste termo genérico que apoia o EZLN, são setores progressistas que se empenham em mandar cartas, dá opiniões nas consultas populares, participar de manifestações. Citando Boron, Hilsenbeck (2006) afirma que os zapatistas não diluem as classes produzidas pelo capitalismo, pois caso contrário, teriam de andar lado a lado com os mesmos latifundiários e paramilitares que tanto combatem.

³⁴ Enquete em que foram apresentadas seis perguntas à sociedade nacional e internacional (com cerca de 1 milhão e 300 mil pessoas respondendo) e legitimou a formação da Frente Zapatista de Libertação Nacional (HILSENBECK, 2007; FIGUEREIDO, 2003).

³⁵ Este encontro aconteceu em Julho de 1996, além de novo articulador com a sociedade civil marcou o início das lutas dos novos movimentos sociais antiglobalização (HILSENBECK, 2007); ocorreu uma segunda versão desse encontro em Belém do Pará em 1999.

proposta democrática, com ressonância em vários setores da sociedade civil, que não se pauta pela tomada do poder de Estado (nem ao menos de disputa de cargos políticos) e que tenta construir uma realidade política de participação dos cidadãos, isto é, desprezo pelo poder de cima e precipitação de formas de auto-organização dos de baixo (NAVARRO, 2002; MONTES, 2002; MOGUEL, 2002).

Figueiredo nos dá um retrato do significado da FZLN construída a partir da formação dos “comitês civis de diálogo”:

(...) já haviam cerca de 200 em todo o país. A ideia era que fosse uma organização “de um novo tipo”, cujos membros não pudessem ter cargos políticos e que não tivesse como objetivo a busca do poder, mas que ajudasse a organizar as demandas sociais para que “o que manda mande obedecendo”, e que buscasse também a solução local dos problemas coletivos sem a intervenção do Estado, pois “não precisamos pedir permissão para ser livres”. Uma organização que lutasse contra a concentração das riquezas e do poder, e que se organizasse de baixo para cima, a partir dos comitês civis de diálogo, e que incorporasse vários níveis de participação e formas de luta (FIGUEIREDO, 2003, p. 312).

EZLN e o uso das tecnologias informacionais na acumulação integral

Desde o início do levante algo chamou a atenção naqueles guerrilheiros: apesar do visual militar, os rostos mascarados, cercados por armas, o EZLN pretendeu se desvincular da imagem geralmente construída pelos meios de comunicação, de ser mais uma organização guerrilheira ou um “grupo terrorista” no violento histórico de conflitos no campo mexicano; e a relativa desvinculação do EZLN com as antigas guerrilhas que se alastraram e ainda sobrevivem na América Latina foi propiciada por motivações tais como: o cessar-fogo formal de 12 de Janeiro de 1994, que afastava a necessidade de apologia e valorização pública da ação bélica por partes das forças beligerantes; a possibilidade real de exercer uma contraposição imediata aos meios oligopolistas de comunicação por meio das revoluções nos meios de comunicação: a presença da Televisão espetacularizando o “surgimento” de uma guerrilha ao vivo e logo depois o aparecimento da internet. A “produção em massa” de comunicados encontrou acesso e ampla divulgação através da internet, processo que até produziu o surgimento de novos grupos políticos que tiveram como germes grupos e indivíduos que se reuniam para traduzir textos do EZLN, criar sites de solidariedade e de notícias sobre Chiapas. É possível que a utilização intensiva da “propaganda pela palavra” (em oposição à propaganda pelo ato) tenha contribuído para pressionar que o governo mexicano reconhecesse as motivações sociais para o conflito em Chiapas e amenizasse em seu contra-ataque afirmando que a organização é parte do narcotráfico, guerrilhas financiadas por outros países, que é um grupo separatista (MONTEMAYOR, 1997).

Também desde cedo, o EZLN se caracterizou pela utilização intensiva dos meios de comunicação e na figura de seu porta-voz político e subcomandante militar, Marcos, praticamente criaram um novo estilo de narrativa nos seus comunicados à sociedade mexicana; o que teve vazão na própria utilização dos meios de comunicação como forma de divulgar ideias, criar alianças, e de

denúncia do governo e de suas forças militares.

Não acreditamos que o conflito esteja se tornando meramente simbólico, de palavras; pelo contrário, pensamos que se considerarmos as coisas por este ponto de vista é ocultar importantes questões da realidade do EZLN: de um lado, não há indícios de que a situação social dos camponeses tenha melhorado³⁶, ao contrário, afirmamos haver uma intensificação da exploração e super-precarização das condições de vida dos camponeses; e por outro lado, as ações de contra-insurgência do governo acontecem com cada vez mais frequência.

O uso intensivo dos meios de comunicação na estratégia zapatista é antes de tudo possível pela dinâmica de produção e das relações sociais que surgiram no regime de acumulação integral. O avanço do capital comunicacional amplia a produção em larga escala de bens de consumo cultural e da ampliação deste mercado consumidor. Esta nova situação satisfaz a ofensiva do capitalismo atual de dois modos: aumentam exageradamente o consumo, logo, os lucros; mas também transforma todas as dimensões das relações humanas em algo mercantilizável, reduzida à capacidade de consumir, ocultando o potencial crítico dos seres humanos.

Porém, esta nova dinâmica não está isenta de contradições. Se por um lado o imenso volume de produtos à disposição dos indivíduos os entorpecem, parecendo que ele sumiu ante estas mercadorias, por outro também é possível o uso contra-hegemônico dos instrumentos produzidos pelo capital comunicacional. É contextualizando que podemos compreender a importância que assumem na estratégia zapatista meios de comunicação como a internet, jornais, livros, filmes³⁷. No regime de acumulação integral a cultura e seus mecanismos de veiculação são instrumentos para a acumulação de capital e de ocultamento da luta entre as classes, porém quando em posse de grupos com outros interesses que o mero consumo, põe em questão a crítica e a contestação das próprias relações que engendraram estes produtos, Viana resume da seguinte maneira esse processo:

Essa imposição cultural da classe dominante e dos meios oligopolistas de comunicação gera duas consequências. Por um lado, amplia o mercado consumidor, beneficiando a acumulação de capital; por outro, despolitiza e anula o potencial crítico da cultura. No entanto, aqui a contradição do capital comunicacional manifesta-se, pois o potencial é anulado para o *homo consumens*, mas não para determinados indivíduos, que poderão ter acesso, graças a estas mesmas contradições, à cultura de maior qualidade e criticidade, bem como podem

³⁶ Em um desmistificador artigo a respeito das reais contribuições do zapatismo para a luta popular, Leo Vinícius demonstra o quanto foi importante a tomada dos meios de produção pelos zapatistas para se conseguir melhorias concretas na sua situação.

³⁷ Aqui é necessário esclarecer algo: "a difusão de comunicados e análises da situação de conflito em Chiapas, pela Internet, se deu por simpatizantes do zapatismo que procuravam informações e quiseram denunciar as atitudes do Exército mexicano, além de divulgar as ideias do EZLN, numa época em que a rede mundial de computadores começava a ser utilizada pela população civil. Sobre este ponto é interessante constatar que não são os zapatistas no interior da floresta, com um computador na mão, que constroem e alimentam os sites na Internet. Na verdade são «mensageiros» do EZLN, indígenas que conhecem muito bem a região, que levam os comunicados e discursos através das trilhas, para burlar o cerco do Exército, para jornais, centros de mídia, revistas e outros canais independentes de comunicação. Ainda que estejam proliferando centros de comunicação nos Caracóis zapatistas. Neste sentido, é importante perceber que a luta midiática se baseia numa infraestrutura clandestina de contatos humanos e políticos, até ser convertida em *bits* eletrônicos na rede mundial de computadores" (HILSENBECK, s/d).

interpretar e analisar criticamente a produção cultural existente (VIANA, 2009, p. 271/2).

Para Hilsenbeck (s/d) desde o início do levante foi travada uma luta por legitimidade, em busca dos “corações e mentes” da sociedade. Assim, ao deixarem de lado a questão da tomada do poder do Estado e construírem um canal direto de ligação com múltiplas organizações, o EZLN passou a privilegiar a comunicação como forma de ação com outros grupos, e também como forma de pressionar o governo. Esta estratégia de “conflito comunicativo e midiático” proporcionou grandes êxitos ao movimento: conseguiram romper com o bloqueio geralmente feito pela grande mídia aos movimentos populares, fizeram conhecer o movimento nos quatro cantos do mundo, permitindo o rompimento simbólico dos bloqueios militares e informativo sobre Chiapas.

Para entendermos a linguagem expressa nos comunicados zapatistas é necessário entendermos as fontes do discurso, o vocabulário e visão de mundo neles expressos, e assim nos deparamos com as matrizes Ocidentais, expressas na influência dos primeiros guerrilheiros zapatistas que foram para a Selva, e as comunidades indígenas. Os primeiros infundiram nos comunicados a herança discursiva de uma corrente da política Ocidental, a tradição leninista (GENNARI, 2002), motivou a ida de uma organização política à região de Chiapas com os objetivos de organizar a resistência camponesa; já a herança indígena (criativamente resgatada e utilizada pelo Subcomandante Marcos) é expressa nos mitos, ritos, percepções, figuras e símbolos das culturas indígenas.

A linguagem zapatista é parte de sua estratégia de luta: evoca valores éticos para justificar sua luta, expressa a pluralidade das alianças que fizeram, seus propósitos, suas decepções, suas concepções políticas. Em suma, a linguagem e os canais de expressão das ideias zapatistas estão intimamente vinculados às suas origens e estratégias políticas. Contudo, consideramos como relevantes certas críticas das interpretações que fetichizam determinada forma de estratégia da ação do EZLN, baseada no uso da mídia, em detrimento das suas ações materiais e da luta armada, como bem demonstra Vinícius a respeito da conquista dos meios de produção.

Porém, acreditamos que esta peculiaridade ou inovação implementada pelos zapatistas tem levado a interpretações um tanto quanto exageradas, modificando a relação material da guerrilha por uma relação fetichizada de uma estratégia do EZLN. Em outros termos, passou-se a minimizar e mesmo esquecer a luta armada, real, travada pelo EZLN nas montanhas de Chiapas, substituindo-a por uma “guerra de papel”, por uma guerra puramente informacional e comunicativa. Parece-nos, entretanto, que é um tanto demasiada certas afirmativas. Em primeiro lugar acaba ocorrendo uma visão fetichizada da política do EZLN, na medida em que o capital não se reproduz no ambiente eletrônico, dando-se então grande importância às relações do capital financeiro e esquecendo, por outro lado, as relações das forças produtivas, dos meios de produção. Uma ênfase quase exclusiva na “forma dinheiro” em detrimento das formas e modos de produção. Em segundo lugar, também é preciso considerar que houve a compreensão, em um primeiro momento, tanto por parte da guerrilha urbana quanto das comunidades indígenas, da necessidade do levante armado como uma maneira de colocarem suas demandas e exigências e de resistirem à pressão governamental e de grupos paramilitares, financiados, principalmente, pelos grandes latifundiários e pelo próprio governo (SAINT-PIERRE, 1999). Se em determinado momento o movimento zapatista definiu como estratégia o não confronto militar direto com

o exército, isto se deve a certas peculiaridades e desenvolvimentos no decorrer da luta, como a falta de correlação de forças no campo militar e a abertura de novas possibilidades graças ao contato e diálogo com a “sociedade civil”. Mas em nenhum momento o EZLN realmente abandonou suas armas, sendo elas de fundamental importância para a resistência do movimento, pois, como bem ressaltam diversos autores, vive-se em Chiapas uma situação de “paz armada”. (VINÍCIUS, s/d).

As linguagens desenvolvidas pelo EZLN, bem expressa em suas estratégias e concepções de luta, representam tão somente um momento destas mesmas estratégias e concepções de luta, reduzi-las ou hiper-valorizá-las diminui nossa compreensão do fenômeno social que se desenvolve em Chiapas.

É extensa a produção do EZLN utilizando-se de comunicados, cartas e documentos muitas vezes de caráter literário e poético. Diante de tanta produção³⁸ achamos mais produtivos delimitar certos comunicados que a nosso ver expressam as concepções do EZLN em linhas gerais e as estratégias que assumem em dada conjuntura. O principal conjunto de comunicados que escolhemos são as declarações da Selva Lacandona que são divulgados periodicamente. A fonte principal de informações foi a coletânea organizada por Emílio Gennari chamada Terra e Liberdade! O grito de Zapata corre o mundo: seleção de textos e comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional 1994-1998. A coletânea organizada por Gennari é uma valiosa fonte de pesquisa pois contém um enorme conjunto de textos publicados pelo EZLN. Além de que para a nossa pesquisa também extraímos informações do site com o arquivo de comunicados mantido pela organização³⁹. Antes de analisarmos o conteúdo dessas declarações faremos uma breve introdução a estes comunicados como forma de situá-los no conjunto de nosso trabalho. Na coletânea citada encontramos as datas das declarações: a primeira data de 1º de Janeiro de 1994; a segunda é do dia 12 de Junho de 1994; a terceira é de Janeiro de 1995; a quarta é de primeiro de Janeiro de 1996; a quinta no dia 19 de Julho de 1998 e a sexta declaração foi divulgada no mês de Junho de 2005.

Análise de conteúdo dos comunicados do EZLN

A) Seleção do material

O conjunto de textos escritos e divulgados pelo EZLN articula um discurso. O estudo desse discurso revela: o que o EZLN tem para dizer sobre e para a sociedade em que vivem, o conteúdo do discurso propriamente dito; mas também o conhecimento daquele que profere o discurso, do sujeito do discurso, aparecendo este em seus anseios e desejos articulando uma representação consciente. O cientista social dispõe de mecanismos para realizar a análise do conteúdo do discurso, o que se dá por meio da aplicação de um conjunto de técnicas de análise documental. Mas diferente

³⁸ Segundo Figueiredo “apenas nos sete primeiros meses de 1994 foram publicados 107 textos, o que equivale a cerca de um texto a cada dois dias, e dos quais 37 foram enviados em apenas um mês, entre meados de janeiro e o começo do diálogo com o governo na Catedral” (FIGUEIREDO, 2003, pg. 197)

³⁹ [Http://palabra.ezln.org.mx](http://palabra.ezln.org.mx)

de outras especializações científicas que desenvolvem análises unilaterais sobre o discurso em si mesmo, objetiva o cientista social encontrar determinações de ordem social para assim fazer o apontamento das condições sociais que possibilitaram a produção e que se materializaram no discurso que se pretende analisar. A análise de conteúdo enquanto técnica de análise documental é um importante recurso metodológico de que dispõe o cientista social, que juntamente com a teoria adotada pelo pesquisador, auxilia nos objetivos específicos de cada pesquisa empírica.

Para os objetivos determinados em nossa pesquisa buscamos saber se por meio da produção discursiva do EZLN se expressa um pensamento (consciência) utópico conforme teorizado por Ernst Bloch, notadamente em sua análise contida no livro *Princípio Esperança*, o que apresentamos como conclusão da parte III da presente pesquisa. A partir de uma técnica, a análise de conteúdo, e de uma teoria, o materialismo histórico, se torna possível a realização de nosso estudo tendo por objetivo reconstruir através das ideias o fenômeno social que é a produção dos comunicados do EZLN, além de uma reflexão sobre tais comunicados.

A partir de um universo documental que materializa os discursos do EZLN produzidos desde o ano de 1993 do século passado até a presente data, selecionamos um *corpus* documental capaz de fornecer informações relevantes para o problema aqui levantado. O trabalho de produção do material informativo seria tanto mais longo e fastidioso conforme agíssemos sem critérios objetivos e claros sobre o universo inicial de documentos, pois sabe-se que a produção textual feita pelo EZLN, através do CCRI-CG⁴⁰, é bastante extensa e com uma diversidade de materiais: comunicados, declarações, notas, livros, revistas⁴¹; para se ter uma medida quantitativa desse material somente nos sete primeiros meses de 1994 o EZLN publicou 107 textos, o que equivale a um texto a cada dois dias (FIGUEIREDO, 2003).

O corpus documental é o conjunto dos documentos selecionados para serem submetidos aos procedimentos analíticos, documentos que são selecionados de acordo com as regras estabelecidas. O estabelecimento das regras de seleção dos documentos varia tanto de acordo com os objetivos específicos de cada pesquisa, tanto com relação ao material à disposição do pesquisador (BARDIN, 2011). Como nossa intenção é a de investigar a existência de uma determinada forma de pensamento, devemos delimitar os documentos que satisfazem nossa pesquisa de acordo com esse objetivo geral. Assim, excluem-se comunicados imprevistos sobre ataques de milícias paramilitares, notas sobre a posição governamental, registros de eventos realizados nas comunidades zapatistas, ou qualquer outro documento sobre “acontecimentos cotidianos”.

Adicionamos outro critério de exclusão: por mais importante, mesmo devido à quantidade

⁴⁰ O Comitê Clandestino Revolucionário Indígena-Comando Geral é a direção do EZLN composto pelos comandantes militares.

⁴¹ Revista Rebeldia, Revista Chiapas.

dos registros, que seja os textos literários⁴² do EZLN por revelarem uma mentalidade de raiz indígena, também serão descartados esses textos, quer seja por questão de tempo e espaço, posto que são extensas narrativas que revelam uma mitologia herdada de tradições indígenas, quer seja porque daí entraríamos para questões extremamente específicas que não são objeto de nosso estudo⁴³. Embora ressaltamos que mesmo os discursos escolhidos possuem uma rica construção interna que introduz e mescla elementos de tradição cultural indígena, poética e literatura com o clássico estilo de manifesto político.

Adotamos aqui as técnicas da análise de conteúdo tal como desenvolvidas por Laurence Bardin (2011), assim, nos apoiaremos em sua experiência com a análise de conteúdo, nos apropriando das técnicas que podem ser utilizadas dentro do marco teórico de nossa pesquisa. Bardin diferencia três fases numa pesquisa e análise de conteúdo: a) pré-análise; b) exploração do material, e c) tratamento dos resultados.

A seleção do corpus documental ocorre durante a pré-análise. Como já ressaltamos, temos um objetivo a investigar, a possível manifestação de um pensamento utópico nos discursos do EZLN, daí que somente uma parte do universo de documentos disponíveis pode corresponder aos objetivos levantados, pressuposto que facilita a seleção do corpus documental. Desta forma, adotamos duas regras de seleção apontadas por Laurence Bardin para criarmos o nosso material informativo, as regras são:

I) Regra de pertinência: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise.

Os documentos escolhidos foram: as seis *Declarações da Selva Lacandona*, o texto *Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia* (1992), e *Votán-Zapata* (1995). As Declarações da Selva Lacandona são textos de posicionamento político, o texto de 1992 aparece como uma análise social das condições históricas de Chiapas e o texto de 1995 refere-se à cultura das comunidades de camponeses e indígenas de Chiapas. Em cada um dos documentos apresenta-se um pensamento em sua totalidade interna, coerente e que tem por objetivo expressar um posicionamento, a visão da organização sobre os temas que são abordados. Nas primeiras leituras realizadas durante a pré-análise pudemos extrair impressões e orientações do texto: apresentam-se dados históricos, reflexão sobre a sociedade e posicionamentos políticos que são relevantes quando se espera conhecer um pensamento em seu desenvolvimento interno. Desta

⁴² O EZLN publicou diversos livros, grande parte encabeçados pelo subcomandante Marcos, no Brasil os livros de maior destaque são *Nem centro, nem a periferia: sobre cores, calendários e geografia*, Editora Deriva; e *A história das cores*.

⁴³ São questões como: o caráter de permanência das tradições culturais indígenas em Chiapas, a sociabilidade interna das comunidades, a influência do subcomandante Marcos principal redator dessas obras literárias, questões que fogem às possibilidades desse trabalho posto que remetem para pesquisas de campo.

forma, os documentos escolhidos contribuem e facilitam a projeção da teoria que utilizamos para analisar o nosso material informativo.

II) Regra da homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogêneos, isto é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora desses critérios.

Excluindo os tipos de publicações do EZLN que acima nos referimos, um outro tipo de comunicação do EZLN se destaca entre os documentos: as Declarações da Selva Lacandona. Num total de 06 documentos sob o mesmo nome, foram publicadas em datas oportunas para a organização: a data do levante (1º de Janeiro de 1994), as eleições presidenciais daquele ano (12 de Junho), um ano de comemoração do levante armado (1º de Janeiro de 1995), no segundo aniversário do levante (1º de Janeiro de 1996), no período de votação no Congresso da proposta de lei da COCOPA⁴⁴ sobre direitos indígenas (19 de Julho de 1998), e depois de anos de silêncio em Junho de 2005.

O primeiro documento público divulgado pelo EZLN foi a Primeira Declaração da Selva Lacandona, escrita em fins de 1993 e feita circular na mídia, entre movimentos sociais, e enviada para o governo Mexicano no primeiro dia de 1994. Desde então, por meio das DSL o EZLN torna conhecido o seu posicionamento sobre uma diversidade de temas, de ações a serem realizadas, análises de conjuntura, convocação de marchas e de encontros, consultas populares, etc. Dado o seu caráter eventual e não cotidiano, as Declarações contêm um conjunto de informações sobre as propostas políticas do EZLN, e através dela podemos construir índices e indicadores a respeito do conteúdo do discurso do EZLN. Cada Declaração está organizada em torno de si mesma, pois expressa o movimento do movimento em determinada época, assim apresenta informações precisas que satisfazem nossos objetivos estabelecidos. Contudo, cada Declaração faz parte de um conjunto de documentos que a organização decidiu por publicizar com esse nome, o que juntamente com o fato de serem divulgados sem uma regularidade precisa, reforça a identidade entre o conjunto das seis Declarações da Selva Lacandona, e assim indica que a organização possui um certo apreço por esses documentos.

O conjunto de Declarações da Selva Lacandona apresenta a homogeneidade necessária para que dela possamos extrair as informações que buscamos. Informações estas que são complementadas pelos textos *Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia* (1992), e *Votán-Zapata* (1995), de acordo com os critérios que guiaram a utilização da primeira

⁴⁴ Chama-se lei Cocopa o projeto de alteração constitucional tendo como objeto nova legislação para os povos indígenas, o nome vem da Comisión para la Concordia y Pacificación um grupo misto de deputados e senadores responsáveis pela negociação do Estado com a guerrilha. Em acordo com o EZLN apresentaram uma proposta de lei que contemplava históricas reivindicações das comunidades indígenas, mas quando foi apresentado no Parlamento foi rejeitada pelos senadores que aprovaram uma nova legislação totalmente diferente do acordado.

regra adotada logo acima.

B) Procedimentos.

Antes de realizarmos a análise propriamente dita do material informativo procedemos à preparação material e formal dos nossos dados, para tanto, fizemos a decomposição dos discursos, destacando os elementos relevantes para o processo de pesquisa, tal como defendido por Bardin:

A preparação formal – ou “edição” - dos textos pode ir desde o alinhamento dos enunciados intactos, proposição por proposição, até a transformação linguística dos sintagmas, para padronização e classificação por equivalência (BRADIN, 2011, p. 131)

Isto significa que o corpus documental inicial deva ser fragmentado em seus enunciados internos de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo que para uma análise eficaz do discurso o material “bruto” deva ser transformado em tópicos, ou enunciados, que possam revelar o movimento de constituição de cada discurso. A preparação formal do material informativo foi construída da forma a reunir enunciados com temas em comum, como por exemplo a realidade econômica de Chiapas, as propostas políticas da organização, etc., tendo como objetivo situar o significado de determinados temas dentro de cada discurso e ao fim na totalidade dos discursos do EZLN.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com diferentes tipos de materiais (documentos, discursos, propagandas, relatórios psicológicos, reportagens, etc.) tendo por objetivo expor um conhecimento detalhado da fonte de pesquisa. Mesmo em materiais de ampla divulgação (como propagandas e reportagens) e de “fácil” assimilação (como histórias em quadrinhos) imperam determinações e motivações desconhecidas, poucas vezes assimiladas pelo receptor, isto vale tanto para uma obra literária, jornalística, religiosa, etc. Do material “bruto” à preparação de um quadro detalhado de informações, eis a tarefa da análise de conteúdo, o que pode contribuir para a análise materialista de certos fenômenos sociais estudados, o que no caso de nossa pesquisa nos auxilia a compreender o discurso do EZLN inserido nas condições sociais de produção desse discurso, tendo como objetivo não analisar o discurso em si, mas a sociedade em que tal discurso é produzido, apoiado também no que o discurso nos informa. É como a tarefa de analisar a viagem do caminhante não somente pelo ponto de partida e de chegada, os acontecimentos dados, mas também conhecendo a forma como se deu o caminhar, a velocidade, os obstáculos, a direção seguida, enfim, toda manifestação que anima o caminhar, o caminho e, claro, o caminhante.

Cada discurso do EZLN é um todo em si, as seis Declarações da Selva Lacandona não finalizam apontando para o próximo capítulo, embora em seu conjunto apresentem uma coerência. Seguindo o procedimento da análise de conteúdo realizamos a categorização das fontes de informação, isto é, cada texto foi recortado de acordo com critérios estabelecidos (repetição de palavra, temática, eixos) buscando assim o isolamento dos elementos textuais e a sua posterior classificação. A tarefa inicial é então a de desmembrar cada texto em unidades de registro que é a

unidade de significação codificada e corresponde ao segmento do conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial (...). Efetivamente, excutam-se certos recortes a nível semântico, por exemplo, o 'tema', enquanto que outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como a 'palavra' ou a 'frase' (BARDIN, 2011, p. 134).

As unidades de registro ordenadas no presente estudo foram construídas de acordo com os seguintes princípios:

- a) palavra: a repetição de determinadas palavras ao longo do texto possibilita um levantamento interno acerca da importância de cada questão apresentada, classificando assim as unidades de registros de acordo com palavras-chave;
- b) tema: levantamos unidades de registro de acordo com a temática tendo por consideração não o aparecimento formal, numa frase, de determinado assunto, questão, etc, mas sim considerando que um tema “corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas” (BARDIN, *Ibidem*, p. 135).

As unidades de registro foram então classificadas de acordo com determinadas palavras e temas que fragmentamos durante a pré-análise textual. Por sua vez, um determinado conjunto de unidades de registros quando classificados formavam uma categoria criada de acordo com a lógica interna de cada comunicado, ou seja, se num determinado texto diversas unidades de registros convergem para uma temática que envolve a realidade econômica descrita pelo EZLN desenvolvemos a categoria realidade econômica, posto que uma determinada parte do texto tem como ênfase esta questão. As categorias que foram classificadas na análise dos comunicados estão descritas na tabela em anexo que apresenta a preparação de nosso material informativo.

Encontramos precedentes no tipo de trabalho que buscamos realizar na obra de Michael Lowy, quando este objetivou fazer uma análise “marxista da gênese do marxismo” ao estudar a teoria da revolução no jovem Marx (LOWY, 2002). Nessa obra, o objetivo de Michel Lowy foi o descobrir a evolução do pensamento de Karl Marx e a formação do conceito de revolução nas primeiras obras de Marx, mas tal como o sociólogo franco-brasileiro deixa claro na introdução de seu estudo tal objetivo implica duas medidas essenciais: primeiro, inserir a produção intelectual de Marx no interior da “totalidade histórico-social” da qual faz parte, incluindo aí a evolução do capitalismo no século XIX, o movimento operário anterior a 1848, a intelectualidade neo-hegeliana da Alemanha, que na linguagem de Lowy formam os “quadros sociais” que condicionam a obra; em segundo lugar, na análise de conteúdo das obras de Marx não diferenciar “juízos de valores” de “juízos de fato” para compreender as ideias em sua relação com a prática.

Os “quadros sociais” para Lowy contribuem não somente para a explicação de uma tal obra, mas para a sua compreensão enquanto uma unidade interna, levantar tais questões não é somente uma tarefa de inserir o contexto histórico para se compreender uma obra, mas uma “condição

indispensável para compreender o conteúdo mesmo, a estrutura interna, a significação precisa da obra estudada” (LOWY, 2002, p. 28). Compartilhamos do ponto de partida metodológico de Lowy, daí iniciarmos nossa discussão nesse presente estudo apresentando a evolução do capitalismo no México nas últimas décadas do século XX, a situação do campesinato chiapaneco, a presença de movimentos sociais reivindicativos, as transformações na política estatal, etc.

Compreender um discurso dentro de suas condições sociais de produção possibilitar conhecer com mais detalhes as próprias transformações internas dos discursos, suas crises, seus saltos qualitativos, pontos de involução, reorientações; separar o que é essencial dentro do discurso proferido daquilo que é secundário ou acidental; descobrir a significação real das categorias levantadas dentro do discurso, ou seja, a organização remete a determinada questão, assim, busca-se saber o que significa tal questão e como ela interfere no discurso do EZLN; e podemos assim, situar cada elemento do discurso dentro de um todo mais amplo, estabelecendo as conexões internas de cada discurso; são esses os procedimentos de Michael Lowy para analisar a obra de Marx (LOWY, 2002) e tentamos aqui realizar um procedimento similar.

c) Realidade econômica, força social e luta política no comunicado Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia.

Em meados de 1992 o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral (a partir de agora CCRI-CG) do EZLN faz circular o comunicado *Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia*, texto escrito pelo porta-voz do CCRI-CG, Sub-comandante Insurgente Marcos. Os anos anteriores foram de aprofundamento da miséria da população chiapaneca em geral, especialmente das comunidades camponesas e indígenas: o retorno da política de concentração de terras, com a doação de 600.000 hectares de terra para 66 famílias expulsando em contrapartida outras 2000 famílias da Selva Lacandona, o avanço das políticas neoliberais sob o governo de Salinas de Gortari, a drástica desvalorização dos preços do café, principal produto exportado da região, o fim da inalienação da propriedade ejidal e a consolidação do NAFTA, que passaria a entrar em vigor em 1º de Janeiro de 1994. Seguindo os apontamentos do citado documento, esse movimento de piora nas condições de vida população chiapaneca tem uma origem bastante clara: o vento de cima, a força que domina Chiapas nas figuras do “Governo Supremo”, da “Besta-fera”, e do “Governador (aprendiz de vice-rei)”.

O comunicado *Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia* circulou por vários meses por diversas comunidades de Chiapas, era parte integrante da propaganda do EZLN convocando a população da região para a adesão ao movimento e para a luta armada que se preparava, daí a referência à “tempestade” que em breve surgiria. De 1983 a 1992 transcorrem nove anos desde que o núcleo de militantes do CCRI-CG se instalou na Selva Lacandona para preparar a guerrilha camponesa, segundo relatos do próprio movimento foram durante muitos anos

poucas pessoas, que não superariam mais que um destacamento militar composto por vinte elementos (GENNARI, 2002), daí que registros desse período são poucos, sendo que esse comunicado de 1992 é o primeiro relevante registro escrito do movimento por esses anos, ao que tudo indica acompanhando a intensificação das mobilizações camponesas de fins dos anos de 1980 provocadas pela queda nos valores do café, corte nos subsídios à produção camponesa, abertura comercial aos produtos exportados, instabilidade da propriedade *ejidal*. Dito estas considerações passemos aos elementos destacados do texto.

As unidades de registro do comunicado *Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia* foram recortadas em torno de três categorias: força social, realidade econômica, luta política. Tais categorias foram construídas a partir de temas que se repetem ao longo do comunicado, ora de forma direta e clara, ora de forma metafórica e indireta, o que exige um esforço maior de análise interpretativa por parte do pesquisador, daí a importância do conjunto de textos selecionados no corpus documental posto que permite fazermos inferências nas ocasiões em que os elementos textuais não estão dados de forma clara e direta. Nesse sentido, cabe aqui fazer uma consideração inicial sobre este comunicado; diferentemente das Declarações da Selva Lacandona, e se aproximando de outras produções escritas pelo EZLN, o comunicado de 1992 fora escrito sob a forma de uma narrativa literária, em que um narrador oculto descreve como é a situação histórica, econômica e social de Chiapas para “despertar a consciência de vários companheiros que naquela época estavam se aproximando da luta”, como diz o CCRI-CG ao enviar este comunicado para a imprensa logo depois do levante militar em janeiro de 1994.

Um turista qualquer pretende conhecer Chiapas, ele contrata um guia turístico. Os caminhos que levam a Chiapas são desvelados, saindo de Oaxaca em direção ao sul aparecem diversos municípios e comunidades:

Bem-vindo! ... Você chegou ao Estado mais pobre do país: Chiapas. Imagine continuar dirigindo e de Ocosocoautla você desce até Tuxtla Gutierrez, capital do Estado. Não pare por muito tempo. Tuxtla Gutierrez é só um grande depósito que concentra a produção vinda de outras regiões do Estado. Aqui chega parte da riqueza que, em seguida, será enviada para onde decidirem os projetos capitalistas. Não pare, você está tocando apenas os lábios da boca sangrenta da fera. Atravesse Chiapas de Corzo sem reparar na fábrica que a Nestlé implantou aí e comece a subir a serra. O que está vendo? Isso mesmo, você entrou em outro mundo: o mundo indígena. Um outro mundo, mas é o mesmo no qual sofrem milhões de pessoas em todo o país.

Em certo ponto da viagem o próprio turista desiste, desanimado com toda a situação que presencia no “estado mais pobre do país”. Mas persiste o guia turístico sem turista para guiar:

Cansado? Quer voltar? Ir pra outros lugares? Diferentes? Em que país? México? Você mesmo irá perceber que mudarão as cores, as línguas, as paisagens, os nomes, porém a fome, a exploração, a miséria e a morte são sempre as mesmas. Sim procure bem. Verdade, em qualquer Estado da República. Boa sorte... E se precisar de um guia turístico não deixe de me avisar, estou às ordens... Ah! Outra coisa. Não será sempre assim. Um outro México? Não, o mesmo... Falo de outra coisa, como se começassem a soprar outros ares, como se outro vento se levantasse...

A estrutura do comunicado está dividida em diversos capítulos, cinco ao total, que são agrupados em dois eixos: o primeiro apresenta a atuação das forças dominantes em Chiapas, atuam aí o “Supremo Governo”, a “besta-fera”, o “Governador (aprendiz de vice-rei), o “Vice-rei”, essas forças movimentam o “vento de cima”, que se opõe ao “vento de baixo”, vento que é o próprio povo da terra expresso em seus “indígenas”, em sua “dignidade” e “resistência”.

Logo após as boas-vindas, o narrador põe-nos a conhecer a realidade da Chiapas que tem seu sangue vertido “pelos mil e um dentes afiados que a pilhagem cravou como um vampiro na garganta do sudeste mexicano”:

Chiapas é empobrecido de mil maneiras: através de oleodutos e gasodutos, de linhas de alta tensão, de vagões ferroviários, de contas bancárias, de caminhões e caminhonetes, de barcos e aviões, de veredas clandestinas, de estradas de terra, brechas e atalhos; esta terra continua pagando o seu tributo aos impérios: petróleo, energia elétrica, gado, dinheiro, café, bananas, mel, milho, cacau, tabaco, açúcar, soja, sorgo, melão, sapota, manga, tamarindo e abacate

A fragmentação do comunicado em torno da categoria realidade econômica revela que este possui uma detalhada descrição do funcionamento interno da economia de Chiapas: produção agrícola, comércio, indústria petroleira, sistema financeiro são descritos em sua ação. A atividade comercial é explicada como um “punhado de comerciantes entre os que se encontram no México levam de Chiapas toda a riqueza e, em troca, deixam sua pegada mortal e fétida”; o sistema financeiro “suga” as riquezas de Chiapas para alimentar o “estômago da besta-fera”: “em 1989, o dente do sistema financeiro conseguiu extrair 1,222 trilhão de Pesos e derramou em créditos e obras 616,34 bilhões de Pesos. Mais de 600 bilhões de Pesos foram alimentar o estômago da besta-fera”. E o avanço das forças do “vento de cima” ganha novo impulso com a exploração petroleira da PEMEX, a gigante estatal que controla a produção do petróleo no México:

Em terras chiapanecas, temos 86 dentes de Pemex cravados nos municípios de Estación Juárez, Reforma, Ostuacán, Pichucalco e Ocosingo. Diariamente eles sugam 92 mil barris de petróleo e 1,47 bilhões de metros cúbicos de gás. Levam o gás e o petróleo e, em troca, deixam a típica marca do capitalismo: destruição do meio ambiente, expropriação de terras, hiperinflação, alcoolismo, prostituição e pobreza. A besta-fera não se contenta e estende seus tentáculos até a Selva Lacandona: são oito os poços de petróleo que estão sendo explorados. Brechas são abertas na mata sob os golpes dos facões manuseados pelos mesmos camponeses que perderam suas terras por obra da besta insaciável. Árvores são derrubadas e explosões de dinamite retumbam em terrenos onde somente aos camponeses é proibido derrubar a mata para semear. Cada árvore derrubada pode lhes custar uma multa de 10 salários mínimos e a prisão. O pobre não pode cortar árvores, a besta petrolífera, cada vez mais em mãos estrangeiras, sim. O camponês derruba a mata para viver, a besta-fera a derruba para saquear

Quanto às atividades agrícolas, base econômica de Chiapas, em fins do século XX o EZLN constata o resgate do monopólio da produção latifundiária: “Trinta e cinco por cento da produção de café” no México é feita em Chiapas por cerca de “87 mil trabalhadores”, divididos entre os trabalhadores das grandes fazendas (proletariado rural) e uma parte de camponeses que resistem com a produção *ejidal*, que vendem seu produto em média por “2.500 pesos” para os comerciantes,

que exportam o mesmo produto por “8 mil pesos”. E a pecuária, “segundo saque em ordem de importância”, isto é, depois de café o produto mais produzido em Chiapas, rende para os camponeses dos *ejidos* cerca de “1.400 pesos pelo quilo do boi vivo”, enquanto que na capital do país o mesmo quilo é vendido “por um valor dez vezes maior”.

A categoria realidade econômica aplicada ao comunicado de 1992 ainda revela que Chiapas “produz 20 % de toda a energia elétrica do país”, mas “somente um terço das moradias chiapanecas tem luz elétrica”, e que “2,445 milhões de metros cúbicos” de madeiras são “saqueados” das florestas de Chiapas, proporcionando “um lucro de 23, 9 bilhões de pesos”.

O “vento de cima” cria a “Besta-fera”, elementos da cultura indígena e camponesa para explicar as relações de exploração capitalista no estado de Chiapas. A intensificação da exploração capitalista na atualidade aparece sob formas diferentes em distintos países, seguindo a dinâmica interna de subordinação ao mercado mundial: o que para o proletariado europeu se manifesta como corte nos direitos trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, criminalização das classes populares, etc. se manifesta para o campesinato chiapaneco como desapropriação de suas terras, saque de riquezas naturais e outros mecanismos que aceleram as formas secundárias de exploração capitalista, exploração que afeta as comunidades camponesas e indígenas assentadas sob a propriedade *ejidal* e suas relações sociais tradicionais.

Faz-se necessário relevar que o comunicado de 1992, bem como todos os comunicados selecionados, foram escritos por uma organização específica, o EZLN, que tem um ponto de origem distinto das comunidades de indígenas camponeses de Chiapas, a organização fora criada por jovens intelectuais, de classe média e origem urbana, ao passo que as comunidades são uma realidade social concreta desenvolvida ao longo da história de formação do capitalismo em Chiapas, e com elementos herdados de sociedades pré-capitalistas. A primeira tem sua existência iminente política, enquanto que a segunda é a expressão da totalidade da vida de determinados grupos. Desta forma, é preciso deixar claro, desde o início, que estamos a analisar os comunicados de uma organização e que mesmo que seus comunicados apresentem elementos do imaginário e das práticas das comunidades não estamos aqui a expressar os interesses e a visão de mundo da classe do campesinato e dos grupos com tradição indígena tal como é na realidade ou como fariam caso tivessem criado “espontaneamente” uma organização de defesa de seus interesses⁴⁵.

A segunda categoria destacada do comunicado Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia foi construída em torno do levantamento de enunciados que evocam a força social existente em Chiapas. Chegamos a tal categoria registrando diversas passagens textuais

⁴⁵ Julgamos necessário fazer tal consideração porque como é reconhecido publicamente, e o próprio EZLN comente em alguns comunicados, existem comunidades de camponeses e indígenas que não são zapatistas e algumas que até são antizapatistas, o que aponta para o complexo quadro de relações no interior da classe do campesinato, entre as comunidades, o papel da pressão estatal, dos grupos paramilitares, dos latifundiários, etc.

que direta ou indiretamente têm como tema os grupos que atuam em Chiapas. Quando expomos a categoria realidade econômica já constatamos a existência de uma força social, a que movimenta o “vento de cima”, aí aparecem as forças do “Supremo Governo”, da “Besta-fera”, do “Governador (aprendiz de Vice-rei)”, saqueando as riquezas da região e explorando seus povos. Ao “vento de cima” opõe-se o “vento de baixo”, também movimentado por suas próprias forças.

A categoria força social construída nessa pesquisa busca identificar grupos, classes, organizações que se expressam nos comunicados do EZLN e se relaciona com outra categoria presente nos comunicados, a categoria de luta política. O que os enunciados sobre a força social presentes no comunicado de 1992 do EZLN nos indicam? Para começar destaquemos o seguinte enunciado:

Este vento virá da montanha, nasce sob as árvores e conspira por um mundo novo, tão novo que é apenas uma intuição no coração coletivo que o anima

O “vento de baixo” tem uma origem: a montanha, a selva habitada pelas comunidades de camponeses e indígenas, refúgio dos que foram expulsos das terras mais produtivas de Chiapas. Além de ambiente de moradia, é o espaço onde se fortalece a oposição ao “vento de cima”, que “conspira por um mundo novo”. A força social do “vento de baixo” é composta pelo “coração indígena das montanhas” e pela força rebelde dos que dizem e ouvem “Zapata”, vem de um povo que “nasceu digno e rebelde. Tornou-se irmão dos explorados do país não pelo decreto de Anexação de 1824 e sim pela longa corrente de ignomínias e rebeldias. Desde a época em que a batina e a armadura conquistaram estas terras, a dignidade e a rebeldia se espriavam debaixo destes céus”. A força social do “vento de baixo” forma parte da nação mexicana, não por decreto, mas pela história compartilhada de lutas e rebeldias ao lado dos outros “irmãos explorados”, e ao mesmo tempo semeia valores: a dignidade e a rebeldia. A classe é a do campesinato mexicano, identificado como classe na luta do líder campesino Emiliano Zapata, e os elementos tradicionais da cultura indígena dão espírito e consciência à história de luta que se trava desde a época em que a “batina e a armadura” conquistaram os povos que ali habitavam. A figura do “velho Antônio”, personagem presente em diversos comunicados do Subcomandante Marcos é simbólica dos elementos culturais indígenas presentes na luta em Chiapas: *“Um vento se levanta e o envolve, Antônio se levanta e vai ao encontro dos outros. Alguma coisa lhe diz que o seu desejo é o de muitos, e ele vai procurá-los”*.

Antônio simboliza a presença indígena em Chiapas, e ele não está só, “vai ao encontro dos outros”, dos que se opõem ao “vento de cima” e fortalecem o “vento de baixo”. No seguinte enunciado o EZLN deixa bastante claro como a força social do “vento de baixo” está formada:

Porém nem todos prestam atenção às vozes que alardeiam a falta de esperança e o conformismo. Nem todos se deixam levar pelo rio do desânimo. A maioria, os milhões de pesso as que continuam sem escutar a voz do poderoso e do frouxo, não conseguem ouvi-la porque estão ensurdecidos pelo choro e pelo sangue que a morte e a miséria gritam aos seus ouvidos. Porém, quando tem um momento de descanso, ouvem outra voz, não a que vem de cima, e sim a que é trazida pelo vento debaixo, que nasce do coração indígena das

montanhas, a que lhes fala de justiça e liberdade, de socialismo e de esperança... A única esperança deste mundo terreno. E os mais velhos entre os velhos das comunidades contam que teve um tal de Zapata que se levantou em armas pelos seus e que, mais que gritar, a sua voz cantava: Terra e Liberdade! E estes anciãos dizem que ele não morreu e que Zapata voltará. E os mais velhos entre os velhos contam que o vento, a chuva e o sol dizem ao camponês quando preparar a terra, quando semear e quando colher. E contam que também a esperança se semeia e se colhe. Os velhos dizem que o vento, a chuva e o sol estão usando outro jeito para falar à terra, semeada de tanta pobreza que já não pode mais continuar colhendo morte, que chegou a hora de colher rebeldia. Assim dizem os velhos. Os poderosos não escutam, não conseguem ouvi-los, estão ensurdecidos pelo embrutecimento que os impérios gritam aos seus ouvidos. “Zapata” repetem quietos os jovens pobres; “Zapata” insiste o vento, o debaixo, o nosso.

Indígenas, camponeses e o “vento de baixo”, é o que a categoria força social expressa no comunicado de 1992 divulgado pelo EZLN para centenas de comunidades em Chiapas, numa tentativa de atrair mais membros para suas fileiras militares e para os combates que se anunciavam num futuro próximo, já que a realidade econômica e as forças sociais conduziam para uma situação de iminente explosão da “tempestade”.

Aqui chegamos à terceira categoria elaborada através da análise do comunicado, a da luta política; embora essa categoria contenha somente um enunciado ela revela que a construção do texto aponta para a intensificação dos conflitos sociais e da piora nas condições de vida da população chiapaneca, e que a única saída visível para os próximos anos era a do conflito militar, enfim, a “profecia” que o comunica busca antecipar para as comunidades camponesas e indígenas: “Os camponeses se negam a aplaudir a institucionalização do despejo que veio com as mudanças no Artigo 27 da Constituição Federal”.

d) Força social e instituições na Primeira Declaração da Selva Lacandona

A luta política contra o Estado Mexicano se inicia como pura luta militar no dia 1º de janeiro de 1994, com a ocupação de várias cidades de Chiapas, as principais delas são: *San Cristóbal de las Casas*, *Las Margueritas*, *Altamirano* y *Ocosingo*. Ao mesmo tempo o EZLN divulga a Primeira Declaração da Selva Lacandona declarando guerra ao Governo Federal e ao Exército Mexicano. No dia em que entra em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês), começa uma guerra civil no sudeste do México, com promessas de se tornar um conflito generalizado, de acordo com a declaração de guerra feita pelos guerrilheiros zapatistas. Afora as cidades ocupadas no primeiro dia de guerra, nos dias seguintes o EZLN toma como prisioneiro de guerra o general *Absalón Castellanos Domínguez*, ex-governador de Chiapas, segundo a *Secretaría de la Defensa Nacional* (Sedena) o EZLN ataca o quartel militar localizado em *San Cristobal de las Casas*, realiza uma ofensiva contra o campo militar de *Rancho Nuevo*, também tiros são disparados e a energia elétrica é cortada da região do quartel militar da XXXI Zona Militar. Segundo o EZLN cerca de mil pessoas morrem e 17 mil se refugiam das zonas de guerra nesses primeiros dias. Mas no 12º dia de guerra o governo mexicano pressionado por diversas manifestações na capital decide pelo cessar-fogo unilateral.

Os 12 dias iniciais de guerra deixaram um saldo muito aquém do prometido na Declaração de 1º de Janeiro, que tinha como intenção ocupar militarmente a capital do México e expulsar as forças que controlavam o executivo federal, mas, mesmo assim, deixara um cenário de guerra travada entre forças insurgentes e as forças estatais, tal como a tempestade prometida no comunicado de 1992 e reforçada na 1ª Declaração da Selva Lacandona. Com o cessar-fogo de iniciativa do Estado começam as negociações de paz, nunca efetivamente concluídas, até os dias de hoje, e regularmente retorna a tensão provocada pelos ataques paramilitares com a conivência dos governos.

O que tem a 1ª Declaração da Selva Lacandona a dizer? Já vimos que se trata basicamente de uma declaração de guerra, em linguagem direta e simples, é um dos mais curtos comunicados do EZLN. Contudo, a análise do conteúdo desse documento pode revelar questões importantes sobre as práticas do EZLN, sobretudo, se comparada com os documentos seguintes, que já não tratam mais de declarações de guerra. As categorias levantadas nesse comunicado tratam fundamentalmente de duas questões: a identificação das forças sociais existentes na sociedade Mexicana, e uma representação das instituições oficiais existentes no México. Começemos pela categoria das forças sociais apresentadas pelo EZLN.

As forças sociais identificadas pelo EZLN são basicamente duas, e em lados opostos: de um lado, os que contribuíram para a formação da verdadeira nacionalidade mexicana ao longo de séculos de luta; do outro lado, os que representam a traição aos valores representados pela nação mexicana, que denominaremos aqui de acordo com a nomenclatura do EZLN, os “vende-pátria”. O EZLN e suas forças guerrilheiras está do lado da verdadeira nação mexicana: “Somos produtos de 500 anos de luta; já basta! Por fim ao domínio dos 'vende-pátria’”. A tradição de resistência que o EZLN reivindica remonta à época de libertação colonial e de luta contra a escravidão e se mantém na contemporaneidade nos herdeiros dos líderes da Revolução Mexicana de 1910:

Primeiro contra a escravidão, na guerra de independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para não sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar a nossa Constituição e expulsar o Império francês do nosso solo. A ditadura Porfirista nos negou a justa aplicação das leis da Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes; foi assim que surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós

A força social que se opõe aos que “forjaram a nossa nacionalidade” é formada pelos “vende-pátria” que comandam o país secularmente, matando os líderes do processo de independência, os heróis da Revolução de 1910 e contra os militantes que lutavam por reformas sociais:

Porém, nós hoje dizemos: BASTA! Somos os herdeiros dos que realmente forjaram a nossa nacionalidade, somos milhões de despossuídos e convocamos todos os nossos irmãos a aderir a este chamado como o único caminho para não morrermos de fome ante a ambição de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e que estão dispostos a vender a pátria. São os

mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe estrangeiro para nos governar, são os mesmos que sustentaram a ditadura porfirista, que não se opuseram à expropriação do petróleo, são os mesmos que massacraram os trabalhadores das ferrovias em 1958 e os estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo

As duas forças sociais disputam um projeto de nação, de um lado, os que segundo o comunicado do EZLN representam a verdadeira nação Mexicana e, do outro lado, os “vende-pátria”. Os indígenas e camponeses que se juntaram em armas com o EZLN ao longo dos últimos anos devem somar-se às verdadeiras forças nacionais que lutam pela libertação do México verdadeiro, existe assim uma continuidade com o que fora identificado no comunicado de 1992 como as forças sociais em luta política.

A segunda parte da Primeira Declaração da Selva Lacandona é formada por um conjunto de enunciados sobre as instituições mexicanas e revela uma certa ambiguidade com relação a estas. Em que sentido afirmamos esta ambiguidade? De um lado o EZLN legitima sua luta tendo como referência parte das instituições oficiais, como a Constituição Mexicana, e reconhece uma parcela dos poderes estabelecidos, como o Legislativo e Judiciário, e, por outro lado, o EZLN deslegitima outras instituições oficiais, como é o caso do Executivo Federal e do Exército Mexicano. A categoria instituições aplicada à análise do discurso do EZLN possibilita um conhecimento a respeito da evolução da posição da organização em relação aos poderes estabelecidos no México, o que será um tema recorrente nas Declarações da Selva Lacandona. Vejamos primeiramente os enunciados que tendo como referência às instituições mexicanas pretende legitimar a ação política do EZLN.

Para a Primeira Declaração da Selva Lacandona a Constituição Mexicana, fruto dos ideais e da luta dos revolucionários de 1910, é fonte de legitimidade política, portanto, é a ela que a organização recorre para sustentar politicamente o avanço militar sobre os poderes estabelecidos e por fim à situação de extrema miséria vivida pelas comunidades chiapanecas:

Para evitar tudo isso, e como nossa última esperança depois de ter feito todas as tentativas para pôr em prática a legalidade baseada na nossa Carta Magna, recorremos a ela, nossa Constituição, para aplicar o Artigo 39, que diz:
“A soberania nacional reside essencial e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. Em qualquer tempo, o povo tem o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo.”

A justificativa da legitimação de determinadas instituições refere-se ao caráter histórico destas no interior da sociedade mexicana, tal como exposto nos enunciados sobre as forças sociais que forjaram a Nação Mexicana, e a Constituição é uma das heranças dessa tradição de luta dos indígenas, do campesinato, do povo trabalhador que se opõe aos “vende-pátria”:

O povo mexicano está do nosso lado, temos Pátria e a bandeira tricolor é amada e respeitada pelos combatentes insurgentes; em nossos uniformes utilizamos as cores vermelha e preta, símbolo do povo trabalhador em suas lutas e greves; nossa bandeira leva as letras EZLN, de Exército Zapatista de Libertação Nacional, e ela nos acompanhará em

todos os combates

É por isso que o EZLN reafirma: “Nossa luta se apega ao direito constitucional e é motivada pela justiça e pela igualdade”. Por sua vez, a Primeira Declaração da Selva Lacandona é taxativa em relação ao Executivo Federal e ao poder do Exército Mexicano:

Portanto, de acordo com nossa Constituição, emitimos a presente declaração de guerra ao exército federal que hoje tem Carlos Salinas de Gortari como chefe máximo e ilegítimo. Em conformidade com esta declaração de guerra, pedimos aos outros poderes da Nação que restaurem a legalidade e a estabilidade da Nação, depondo o ditador.

A guerra declarada é contra o poder Executivo, contra o “ditador” Carlos Salinas de Gortari e o sistema de partido no poder que domina o México desde fins da década de 1930, nos termos da Primeira Declaração não há diálogo com esses poderes estabelecidos, daí as seguintes ordens para as forças guerrilheiras:

Primeiro: Avançar em direção à capital do país vencendo o exército mexicano, protegendo a população civil em seu avanço libertador e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas.

Segundo: Respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional.

Terceiro: Iniciar julgamentos sumários de soldados do exército federal mexicano e da polícia política que tenham recebido cursos e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro da nossa nação seja fora dela, acusados de traição à Pátria, e de todos aqueles que roubem ou atentem contra os bens do povo.

Quarto: Formar novas fileiras com todos aqueles mexicanos que manifestem somar-se à nossa justa luta, incluídos aqueles que, sendo soldados inimigos, se entreguem às nossas forças sem combater e jurem responder às ordens deste Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Quinto: Pedir a rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de travar os combates.

Sexto: Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN.

E ao fim o EZLN lança seu programa de reivindicações que estará presente nas próximas Declarações divulgadas: “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz”.

e) Segunda Declaração da Selva Lacandona: Cultura, instituições, organização e proposta

Após o cessar-fogo decretado unilateralmente pelo governo de Salinas de Gortari, deu-se início às tentativas de negociação de paz entre as forças beligerantes: o EZLN que tinha conquistado algumas cidades logo retrocedeu para a região da Selva Lacandona, e o Exército Mexicano deslocou cerca de um terço de suas tropas para a fronteira sul (GENNARI, 2002), era evidente a desproporcionalidade de forças entre os dois lados; e um terceiro elemento contribuiu para o cessar-fogo, a intervenção de organizações da sociedade civil por meio de massivas manifestações na capital do México exigindo o fim da guerra. Em fevereiro, começam os diálogos

de paz, realizados na Catedral de San Cristobal e mediados pelo Bispo de Chiapas Samuel Ruiz e pelo enviado do governo Manuel Camacho Sólis. Dias depois, o EZLN liberta o ex-governador *Absalón Castellanos Domínguez* e apresenta alguns pontos para um acordo de paz, prontamente rejeitado pelo governo. 1994 foi o ano de eleições para o Executivo Federal, o que tornava mais complexa a luta política e militar naquele período, assim, o EZLN opta por manter o cessar-fogo e construir novos mecanismos de diálogo com setores organizados da sociedade civil, é nesse contexto de diminuição das hostilidades militares, eleições presidenciais e aumento da mobilização política de parcelas da população Mexicana que é divulgada a Segunda Declaração da Selva Lacandona, diferenciada em muitos elementos que apareciam na Declaração anterior.

Em 12 de Junho de 1994 é publicada a Segunda Declaração da Selva Lacandona, poucas semanas antes das eleições presidenciais em que Ernesto Zedillo Ponce de León sai vitorioso, novamente um candidato do Partido Revolucionário Institucional, PRI. A nova Declaração surge com um conteúdo muito mais extenso, e apesar de diversos pequenos conflitos e as crescentes dificuldades de um acordo de paz persistam, a “declaração de guerra” de 1º de janeiro de 1994 parece ser abandonada diante de um comunicado recheado de propostas e de elementos organizacionais internos. A análise do conteúdo do comunicado indicou que este pode ser categorizado em quatro tipos diferentes de enunciados, que versam sobre: cultura, instituições, organização e propostas. Novamente os enunciados foram construídos a partir do isolamento de elementos textuais, por meio de temas que se repetem, e a posterior classificação segundo critérios que aproximam os enunciados, ou seja, temáticas em comum.

A primeira categoria de enunciados que o comunicado apresenta diz respeito à tradição cultural que o EZLN e suas bases sociais estão vinculados. Estamos nos referindo aqui em termos de uma “consciência”, de um “espírito” que dá “ânimo”, que põe em movimento as práticas desenvolvidas pelo EZLN, e qual é esse “espírito”? Já na abertura deste comunicado o EZLN nos afirma do que se trata:

Hoje dizemos: não vamos nos render!

“... não são somente os que carregam espadas que gotejam sangue e soltam raios fugazes de glória militar os escolhidos para nomear os governantes de um povo que quer democratizar-se; os cidadãos que lutaram através da imprensa e da tribuna, que se identificaram com as ideias da Revolução e combateram o despotismo que permeia as nossas leis, também tem este direito; não é possível aniquilar as tiranias apenas disparando projéteis em campo de batalha; é também lançando ideias, frases de liberdade e anátemas terríveis contra os carrascos do povo que se derrubam as ditaduras e se fazem desabar os impérios (...) e se estes acontecimentos históricos nos demonstram que a destruição de toda tirania, que a derrubada de todo mau governo é obra da união da ideia com a espada, é um absurdo, é uma aberração, é um despotismo sem tamanho querer segregar os elementos sadios que tem o direito de eleger o governo, porque a soberania de um povo é dada por todos os elementos sadios que tem consciência plena, que são conscientes dos seus direitos, sejam eles civis ou armados por força das circunstâncias, mas todos amam a liberdade, a justiça e trabalham para o bem da pátria”

À primeira vista, tratar-se-ia de um discurso do EZLN contra o governo executivo que tanto combateram em luta contra a ditadura do “sistema de partido no poder”, porém, apesar da semelhança contextual (tirania, oposição armada, luta por direitos democráticos, etc.) trata-se na verdade de uma reprodução do discurso pronunciado por Emiliano Zapata na Soberana Convenção Revolucionária, em Aguascalientes, no dia 27 de outubro de 1914, no auge das lutas internas da Revolução de 1910. O EZLN, que se autoneia uma organização zapatista, reforça os seus vínculos com o projeto político de Emiliano Zapata, distanciado historicamente por aproximadamente de 80 anos, resgatando e desenvolvendo o que poderíamos chamar de uma cultura política criada em torno das ideias de Zapata.

E o contexto contribuiria para tal resgate: iniciada a guerra contra o Executivo Federal e o Exército Mexicano e na fase de diálogos de paz, precipitada pelos fatores que acima aludimos, o CCRI-CG deixa bastante claro o significado de “*que a derrubada de todo mau governo é obra da união da ideia com a espada*”, assim, é no resgate e no desenvolvimento de uma cultura política de resistência que a Segunda Declaração se constrói; e não somente de origem camponesa por meio da figura de Zapata, também igualmente da cultura indígena: “Diante da montanha falamos com nossos mortos para que a sua palavra nos trouxesse o bom caminho que o nosso rosto encapuzado deve percorrer. Rufaram os tambores e na voz da terra falaram a nossa dor e a nossa história”.

Ainda mais, os valores dessa tradicional cultura política de resistência são explicitados pelo EZLN e resumidos em seu famoso lema: Para todos, tudo; para nós, nada.

“Para todos, tudo” - dizem os nossos mortos. Enquanto não for assim, não haverá nada para nós.

Falem a palavra dos outros mexicanos, toquem o coração daqueles pelos quais lutamos. Convidei-os a caminhar os passos dignos daqueles que não tem rosto. Chamem todos para a resistência, que ninguém receba nada dos que mandam mandando. Façam do não se vender aos poderosos uma bandeira comum para todos. Peçam que não mandem apenas uma palavra de consolo para a nossa dor. Peçam que a partilhem, peçam a eles que se juntem a vocês para organizar a resistência, que rechacem todas as esmolos que vem da mão do poderoso. Que hoje todas as pessoas boas destas terras organizem a dignidade que resiste e não se vende, que amanhã esta dignidade se organize para exigir que a palavra que anda no coração das maiorias tenha a verdade e o respeito dos que governam, que se imponha o bom caminho pelo qual quem manda, manda obedecendo.

Os aspectos da cultura indígena são constantemente reforçados, nos dizeres do EZLN motivados pela cada vez maior participação indígena nas instâncias da organização, embora como constatamos na primeira parte de nosso trabalho não existir mais uma sociabilidade indígena pura, intocada, mas sim a continuidade de heranças culturais do modo de vida das comunidades indígenas da região inseridas em relações sociais capitalistas que no caso de Chiapas exploram o campesinato, sendo mais correto afirmar a existência de comunidades de camponeses com tradição cultural indígena; contudo, são elementos culturais ainda com forte presença nessa região do México, presença forte o suficiente para não somente reforçar valores, como os valores acima referido em termos de igualdade, dignidade, resistência, mas para também expressar relações políticas diferentes

das dominantes, tal como percebemos ao fim do enunciado anterior:

Que hoje todas as pessoas boas destas terras organizem a dignidade que resiste e não se vende, que amanhã esta dignidade se organize para exigir que a palavra que anda no coração das maiorias tenha a verdade e o respeito dos que governam, que se imponha o bom caminho pelo qual quem manda, manda obedecendo.

O princípio de quem manda, manda obedecendo se opõe ao modelo organizacional das democracias burguesas, fundadas sobre o princípio da existência de uma classe de burocratas e políticos profissionais, além de organizações, os partidos políticos, que disputam o controle do Estado. Aqui, a relação política que se expressa discursivamente é a de que aqueles que exercem cargos políticos o fazem como mecanismos de aplicação das deliberações formuladas em comunidade, seriam funções executivas e não deliberativas. Esse adendo fora aqui feito no sentido de que aplicamos uma análise de conteúdo do discurso, saber a realidade concreta desse elemento textual depende de outros tipos de pesquisa que fogem ao contexto do presente trabalho, tal como uma pesquisa de campo, observação participante e outras técnicas. Enfim, avancemos para a próxima categoria classificada.

A segunda categoria classificada na Segunda Declaração da Selva Lacandona comporta os enunciados a respeito das instituições oficiais mexicanas. Na primeira análise de conteúdo feita da Declaração de Janeiro de 1994 afirmamos haver uma certa ambiguidade do EZLN que reconhece e legitima determinadas instituições - como a Constituição e os poderes Legislativo e Executivo - e deslegitima outras, tais como o Executivo Federal e o Exército Mexicano. A categoria instituição revela que no interior dos discursos do EZLN esta apresenta notáveis mudanças, o que já aparece na Segunda Declaração. Em pleno processo eleitoral o EZLN afirma:

Hoje não apelamos aos falidos poderes da União que não souberam cumprir com o seu dever constitucional e permitiram que o executivo federal os controlasse. Se esta legislatura e os magistrados não demonstraram dignidade, outros virão e talvez serão capazes de entender que devem servir a seu povo e não a um indivíduo. O nosso apelo transcende os seis anos de um mandato ou a eleição que se aproxima.⁴⁶ É na Sociedade Civil que está a nossa soberania, é o povo que, a qualquer momento, pode alterar ou modificar a nossa forma de governo, e o povo já assumiu esta tarefa. É a este povo que lançamos um apelo nesta Segunda Declaração da Selva Lacandona

O EZLN reconhece que chamara os poderes legislativo e judiciário a assumir a responsabilidade constitucional de impedir a política genocida do poder Executivo contra o povo Mexicano, mas que nada fora feito pelos poderes constituídos. É nesta Segunda Declaração que o EZLN aponta a causa para esta inércia dos poderes estabelecidos em dar uma efetiva solução para a questão, a continuidade do Sistema político do partido no poder: “não pode deixar de atingir estes setores sem atentar contra si mesmo, e não pode deixar as coisas como estão sem aumentar a beligerância dos camponeses e dos indígenas”. Na Segunda Declaração o EZLN radicaliza na crítica às instituições Mexicanas, agora considera a todas como que “contaminadas” pelo Sistema

⁴⁶ Refere-se às eleições federais e locais que se realizariam no dia 21 de agosto.

político de partido no poder”, e mesmo o apego à Constituição vai definindo, posto que aos poucos desaparece as referências nos discursos do EZLN à “Carta Magna”. Contudo, adiantando o que nossa pesquisa revela, é somente com a Sexta Declaração da Selva Lacandona, de 2005, que o EZLN irá romper com os partidos políticos, nesse momento ainda persiste um apego no discurso com relação às instituições oficiais, sendo cada vez mais limitado a certas instituições, mas ainda reconhece a existência de elementos que dentro da ordem estabelecida podem contribuir para a mobilização que a organização se propõe, tal como entende-se do seguinte enunciado:

Quarto. Propomos a todos os partidos políticos independentes que, de imediato, reconheçam o Estado de intimidação e privação dos direitos políticos que o nosso povo sofreu nos últimos 25 anos e declarem publicamente que assumem um governo de transição política rumo à democracia

Entre a deslegitimação do sistema estabelecido e o reconhecimento de certos elementos o EZLN faz a seguinte sentença: “Por suicídio ou por fuzilamento, a morte do atual sistema político mexicano é a condição necessária, ainda que não suficiente, para a transição rumo à democracia em nosso país. O caso de Chiapas não tem solução se não se resolve o problema do México”. Um discurso radical contra o “sistema político” que para a Segunda Declaração tem de “morrer”. Nas declarações seguintes o sistema político é definido como o sistema de partido no poder, isto é, o controle que exerce o PRI sobre a estrutura política Mexicana, sobretudo no Executivo Federal, mas também controlando os sindicatos, outras esferas do Estado como a militar, legislativa, governos estaduais, prefeituras, enfim, quase toda a estrutura política do Estado Mexicano.

Cinco meses após “declaração de guerra” de Janeiro, em junho de 1994 o EZLN divulga uma nova declaração com diversas propostas políticas, nenhuma delas de conteúdo bélico ou ofensivo, na verdade, com conteúdo político e organizacional, com projetos de criar alianças, atividades e mesmo uma nova organização conjuntamente com setores organizados da sociedade civil tais como movimentos sociais, ONG’S organizações comunitárias, partidos políticos independentes, etc. Um enunciado é bastante esclarecedor do novo conteúdo defendido pela Segunda Declaração da Selva Lacandona:

A esperança de gatilho teve o seu lugar no início do ano. Agora é preciso que espere. É necessário que a esperança que passeia pelas grandes mobilizações volte a assumir o lugar de protagonista que lhe cabe por direito e razão.

A categoria proposta levanta um conjunto de intenções manifestas no marco da Segunda Declaração, o que resultaria em ações concretas tais como a realização da Convenção Nacional Democrática, em agosto do mesmo ano, e outras não efetivadas como a formação de um Governo Provisório ou o plebiscito para a definição de um novo sistema para o México, escolhido entre as opções de socialdemocracia, democracia cristã, liberalismo, socialismo, capitalismo. As propostas levantadas pelo EZLN são expressas nos seguintes enunciados que isolamos do texto:

- “Quarto. Propomos a todos os partidos políticos independentes que, de imediato, reconheçam o Estado de intimidação e privação dos direitos políticos que o nosso povo

sofreu nos últimos 25 anos e declarem publicamente que assumem um governo de transição política rumo à democracia”;

- “Sexto. Reiteramos a nossa disposição a uma solução política para a democracia no México. Convocamos a Sociedade Civil a retomar o papel de protagonista que desempenhou quando deteve a fase militar da guerra organizando-se para conduzir o esforço pacífico rumo à democracia, à liberdade e à justiça. A mudança democrática é a única alternativa à guerra”;

- “Sétimo. Convocamos os elementos honestos da Sociedade Civil a um Diálogo Nacional pela Democracia, Liberdade e Justiça para todos os mexicanos”;

- “solução do problema se ele não ocorrer no interior de um novo marco de relações políticas nacionais, regionais e locais: um marco de democracia, liberdade e justiça”;

- “Não estamos propondo um mundo novo, mas apenas algo muito anterior a isso: a antessala de um novo México. Neste sentido, esta revolução não se concluirá numa nova classe, fração de classe ou grupo no poder, e sim num “espaço” livre e democrático de luta política. Este “espaço” livre e democrático nascerá sobre o cadáver fétido do sistema de partido de Estado e do presidencialismo. Nascerá uma nova relação política. Uma nova política cuja base não seja o embate entre organizações políticas e sim o embate de suas propostas políticas com as diferentes classes sociais, pois o exercício da titularidade do poder político dependerá do seu apoio real. Dentro desta nova relação política, as diferentes propostas de rumo e de sistema (socialismo, capitalismo, social democracia, liberalismo, democracia cristã, etc.) deverão convencer a maioria da Nação de que sua proposta é a melhor para o país. Mas, isso não é tudo. Elas também serão “vigiadas” por este país que estão governando de forma tal que, ao serem obrigadas a fazer com regularidade uma prestação de contas, se submeterão ao veredicto da Nação no que diz respeito à sua permanência na titularidade do poder ou à revogação do seu mandato. O plebiscito é a forma que permite realizar a confrontação Poder x Partido Político x Nação e merece um lugar de destaque na lei máxima do país. A legislação mexicana é demasiado estreita para estas novas relações políticas entre governantes e governados. Faz-se necessária uma Convenção Democrática Nacional da qual emane um governo provisório ou de transição, seja através da renúncia do Executivo Federal ou através da via eleitoral”;

- A CND será nacional, plural e democrática: A soberana convenção revolucionária será nacional na medida em que sua composição e representação deverão incluir todos os Estados da federação, será plural no sentido de que as forças da nação poderão estar representadas, democrática na forma de tomar as decisões, recorrendo à consulta nacional.

A diferença da declaração de guerra de cinco meses antes é bastante visível dentro do acúmulo de propostas elaboradas pelo EZLN, se anteriormente as forças bélicas foram chamadas a protagonizarem as ações políticas, em Junho de 1994 o EZLN convoca a sociedade civil organizada politicamente para juntos transformarem o marco das “relações políticas nacionais”. A denominada Convenção Nacional Democrática está no cerne das propostas do EZLN e efetivamente se realiza no mesmo ano, funcionando como precursor de vários encontros tais como o Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo realizado em 1996, depois os encontros antiglobalização e culminando nas atividades do Fórum Social Mundial.

As propostas do ELZN vão ao encontro do processo mundial de contestação política ao neoliberalismo, é nesse sentido que se deve entender o significado político do abandono da tática militar e o desenvolvimento de uma tática política inserida no que poderíamos chamar de a estratégia geral adotada pelo EZLN para transformar as “relações políticas nacionais” e atingir os

pontos do programa de reivindicações lançados pela Primeira Declaração da Selva Lacandona: “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz”. É nos próximos comunicados do EZLN que estas intenções se tornarão mais claras, de acordo com o desenvolvimento dos acontecimentos: novos governos, repressão estatal, novas lutas políticas, tentativas fracassadas de acordos, crises econômicas, etc. O certo é que com essas novas propostas o nível político da organização é ressaltado, o que terá desdobramentos na concepção organizativa, que aos poucos vai amadurecendo o projeto político que atualmente o EZLN desenvolve em suas comunidades de apoio: a autonomia política.

Por fim, apresentamos um último tema que se inicia nessa declaração e se tornará fortemente presente nas próximas declarações e comunicados do EZLN, a questão da organização política fundamentada no princípio de que “quem manda, manda obedecendo”. Conforme já ressaltamos, segundo os comunicados do EZLN trata-se do resgate da organização política das comunidades indígenas. Nessas primeiras declarações as referências a esses princípios são vagas e genéricas, com passagens curtas e sem muito desenvolvimento, tratando-se mais de um novo elemento em desenvolvimento que está sendo apontado pela organização, nos próximos comunicados a questão aparecerá com mais conteúdo, conforme os acontecimentos na luta política real.

F) Instituições, propostas, realidade econômica e programa na Terceira Declaração da Selva Lacandona

Um ano após o levante de Janeiro de 1994 o EZLN lança a Terceira Declaração da Selva Lacandona, no dia Primeiro de Janeiro de 1995. As tentativas de estabelecer um acordo de paz persistem, agora sob o governo de Zedillo, embora este assumira uma postura ofensiva em relação ao conflito de Chiapas. A situação econômica do país era uma das piores das últimas décadas, tendo seu ponto auge em fins de 1994 com a crise financeira que retirou bilhões de dólares da economia mexicana, desvalorização de cerca de 40% do peso, milhares de empresas fechadas e cerca de um milhão de novos desempregados.

As negociações continuam, agora com um novo mediador por parte do governo, Esteban Moctezuma. Por outro lado, Ernesto Zedillo iniciando seu governo em meio à aguda crise econômica decide partir para o enfrentamento direto contra as forças do EZLN: primeiro, diz revelar a identidade do Subcomandante Marcos, que seria o ex-professor de filosofia Sebastian...; como segunda atitude, ordena que as forças militares do Estado Mexicano prendam Marcos e toda cúpula do CCRI, ocupam a zona de conflito e como resposta um milhão de mexicanos saem às ruas da capital contra a ofensiva militar.

A ofensiva de Zedillo cria mais empecilhos para as negociações de paz que já vinham passando por regulares rupturas entre as duas partes, agora acrescidas da reivindicação de suspensão

de toda ordem de prisão contra os membros das tropas zapatistas. Apesar das dificuldades, nos primeiros meses de 1995 consegue-se desenvolver as “*Bases para el Diálogo y la Negociación del Acuerdo de Concordia y Pacificación*”, que futuramente resultará na Lei COCOPA para reconhecimento dos direitos indígenas.

A Terceira Declaração da Selva Lacandona é divulgada nesse contexto de acirramento dos conflitos indiretos e das tentativas de um acordo de paz e de reconhecimento dos direitos específicos das comunidades indígenas. Essa situação se reflete no comunicado do EZLN e o movimento desenvolve novas propostas de ação organizada com setores da sociedade civil, o que já vinha se fortalecendo desde o primeiro encontro da Convenção Nacional Democrática em meados de 1994. Por outro lado, o comunicado apresenta importantes enunciados a respeito das instituições mexicanas, no sentido de perca das ilusões no funcionamento destas instituições no novo marco das “relações políticas nacionais”, além de reforçar o programa definido na Primeira Declaração, e a crítica da realidade econômica neoliberal.

As propostas elaboradas pelo EZLN apontam que a organização não pretendeu isolar-se quer seja em termos organizacionais, isto é, fazendo alianças com outras organizações, quer seja reduzindo as reivindicações a questões de ordem específica das problemáticas de Chiapas. Pelo contrário, os enunciados que tratam da categoria propostas indicam uma consciência de que o problema de Chiapas está inserido dentro da questão nacional e que envolve uma diversidade de considerações:

Não haverá uma solução para a questão indígena se não houver uma transformação RADICAL do pacto federativo nacional. A única forma de incorporar os indígenas à nação, com justiça e dignidade, é reconhecendo as características próprias de sua organização social, cultural e política. As autonomias não são sinônimos de separação, e sim de integração das minorias mais humilhadas e esquecidas do México contemporâneo. Esta é a posição do EZLN desde a sua formação e é assim que as bases indígenas que constituem a direção de nossa organização têm ordenado que deva ser.

Para a Terceira Declaração há a necessidade de transformação da nação Mexicana e a questão do “pacto federativo” entra no marco das novas “relações políticas nacionais”, que no caso específico de Chiapas apresenta-se nos termos da “autonomia” indígena e em termos nacionais significa a supressão do “sistema de partido no poder”. A questão da autonomia indígena apresenta importância fundamental, posto que será um dos principais pontos de elaboração da Lei COCOPA. Por detrás da questão das autonomias está a questão das relações políticas das comunidades ejidales de Chiapas, que fundamentam-se no princípio do “mandar, obedecendo”, relação esta que entra em conflito com as autoridades políticas estabelecidas, fundamentadas na divisão entre dominantes e dominados, entre os políticos profissionais e o restante da população.

Dentro desse quadro de questões específicas e nacionais traçado pelos enunciados classificados, está inserida a principal proposta da Terceira Declaração, a da construção de um

Movimento para a Libertação Nacional composto pelo EZLN e as forças sociais organizadas da sociedade civil.

Convocamos todas as forças sociais e políticas do país, todos os mexicanos honestos, todos aqueles que lutam pela democratização da vida nacional, a formar um MOVIMENTO PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL que incorpora a Convenção Nacional Democrática e todas as forças que, sem distinção de religião, raça ou ideologia política, são contrárias ao sistema de partido de Estado. Este *Movimento para a Libertação Nacional* lutará de comum acordo, por todos os meios e em todos os níveis para a instauração de um governo de transição, uma nova constituinte, uma nova constituição e pela destruição do sistema de partido de Estado. Pedimos que a Convenção Nacional Democrática e o cidadão Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano liderem este Movimento para a Libertação Nacional, enquanto frente ampla de oposição.

Além de uma organização criada e organizada pelo EZLN, a CND, e de inúmeras organizações da sociedade civil que aderiram ao chamado do EZLN, o destaque é para a solicitação de que o “cidadão Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano” lidere o movimento pela libertação nacional. O cidadão Cuauhtémoc é o líder político do PRD (Partido Revolucionário Democrático), derrotado nas eleições presidenciais de 1988 e membro da elite política mexicana, filho do General Lázaro Cárdenas, introdutor das reformas sociais no México em fins da década de 1930. Hoje o PRD é o segundo maior partido do México, controla a administração de alguns estados e de diversas prefeituras, inclusive administra o Estado de Guerrero, onde recentemente foram sequestrados e provavelmente assassinados 43 estudantes da Escola Rural de Ayotzinapa. Embora desde a Segunda Declaração o EZLN discursasse contra a quase totalidade das instituições mexicanas, permanece o reconhecimento de parcelas das instituições políticas, no caso os partidos opositores. Daí, afirmarmos o discurso ambíguo que manifesta contradições do EZLN em relação às instituições políticas do México.

O *movimento de libertação nacional* convocado pelo EZLN durará por pouco tempo, e uma tentativa semelhante será lançada na Quarta Declaração da Selva Lacandona, a Frente Zapatista de Libertação Nacional. Ao lançar a proposta para o Movimento pela Libertação Nacional o EZLN convoca à participação:

OS OPERÁRIOS DA REPÚBLICA, OS TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE, OS COLONOS, OS PROFESSORES E ESTUDANTES DO MÉXICO, AS MULHERES MEXICANAS, OS POVOS DE TODO O PAÍS, OS ARTISTAS E INTELLECTUAIS HONESTOS, OS RELIGIOSOS COERENTES, OS MILITANTES DE BASE DAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS (em caixa alta no original).

E divulga quais seriam as bases desse movimento:

- Primeiro. Retiramos a custódia da pátria das mãos do governo federal. A bandeira do México, a lei suprema da nação, o hino mexicano e o emblema nacional serão entregues agora aos cuidados das forças de resistência até que a legalidade, a legitimidade e a soberania sejam restauradas em todo o território nacional”;
- Segundo. Declaramos válida a versão original da Constituição Política dos Estados Unidos do México proclamada no dia 05 de fevereiro de 1917, incorporando a ela as leis revolucionárias de 1993, os estatutos de autonomia para as regiões indígenas e decretamos nossa adesão a ela até que se instaure uma nova constituinte e esta proclame uma nova constituição”;
- Terceiro. Convocamos a lutar pelo reconhecimento do “governo de transição para a

democracia”, aquele que as diferentes comunidades, organizações sociais e políticas virem a estabelecer por si mesmas, mantendo o acordo federal da constituição de 1917, e, sem levar em consideração religião, classe social, ideologia política, raça e sexo, se incorporem ao movimento para a libertação nacional”;

- O EZLN apoiará a população civil na tarefa de restaurar a legalidade, a ordem, a legitimidade e a soberania nacionais, e na luta pela formação e instauração de um governo nacional de transição para a democracia que tenha as características que seguem:

Que liquide o sistema de partido de Estado e tire o PRI do governo. Que formule uma nova lei eleitoral para que esta garanta: transparência, credibilidade, equidade, participação cidadã não partidária e não governamental, o reconhecimento de todas as forças políticas nacionais, regionais ou locais e que convoque eleições gerais em todos os níveis.

Que convoque uma constituinte para a criação de uma nova constituição.

Que reconheça as particularidades dos grupos indígenas, seus direitos a uma autonomia que não seja excludente e a sua cidadania.

Que oriente o programa econômico nacional para que este, deixando de lado a dissimulação e a mentira, favoreça os setores mais despossuídos do país, os operários e os camponeses, que são os principais produtores da riqueza da qual outros se apropriam.

Quais os principais elementos contidos nesses enunciados? Seguindo a lógica discursiva do comunicado: primeiramente, os símbolos (materiais e imateriais) da pátria mexicana devem ser retirados das mãos do governo: bandeira, leis, hino e emblema nacionais devem ser arrancados da custódia do governo para que fiquem sob os cuidados das forças de resistência. O significado de nação é separado de governo, de estado, a nação é a expressão “digna” das forças de resistência e a ela devem voltar-se tais forças. Nacionalista, defesa incondicional da nação Mexicana, ideias defendidas pelo EZLN nos comunicados anteriores e agora reforçadas pela Terceira Declaração. Embora não seja um nacionalismo de tipo conquistador, opressivo e que represente a dominação das classes dominantes por meio da ideia de Estado-Nação, é uma representação que quando evocada oculta questões e conflitos de interesse de classes distintas, o que pode ter como consequência as limitações de uma definição concreta da sociedade capitalista (relações de classe, função do estado, etc.) e a ênfase na mudança das “relações políticas nacionais”, como se estas fossem autônomas no que se refere às relações de classe.

Em segundo lugar, o sistema de leis do México será regido pela Constituição de 1917, pelas leis revolucionárias⁴⁷ criadas pelo EZLN para governar os territórios tomados do Estado Mexicano, além da incorporação dos estatutos de autonomia política das comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que se desvalida as reformas constitucionais realizadas nas últimas oito décadas. A referência ao passado parece se apropriar do EZLN que mesmo defendendo a instauração de uma nova constituição sob a criação de um Governo Provisório e de uma Assembleia Constituinte não apresenta um projeto desenvolvido para a nação mexicana. Obviamente que a Constituição de 1917 fora uma das mais avançadas em sua época, mesmo porque nasceu como fruto de uma guerra civil dirigida em vários momentos pelo campesinato em armas que avançava coletivizando a propriedade

⁴⁷ As “leis revolucionárias” decretadas pelo EZLN eram aplicadas aos territórios que passavam para o controle da organização e versavam sobre temas como a obtenção de impostos, direitos e obrigações dos povos em luta, direitos e obrigações das forças armadas revolucionárias, lei agrária revolucionária, lei das mulheres, reforma urbana, indústria e comércio, segurança social e justiça.

fundiária, mas desta mesma constituição resultou nos mecanismos de subordinação do proletariado mexicano com a consolidação da relação capital-trabalho como uma relação de contrato realizada entre indivíduos igualmente livres (LOZA, 2008). Nesse sentido, a necessidade de retorno ao passado se faz presente no discurso do EZLN, acrescida da incapacidade de elaboração de um projeto de um futuro novo para a nação Mexicana.

Em terceiro lugar, o EZLN faz um chamado à luta pelo reconhecimento de um “governo de transição para a democracia”, como tentativa de isolar o poder constituído a partir de um movimento protagonizado pelos setores organizados da sociedade civil incorporados ao “movimento para a libertação nacional” que surge como proposta dessa Terceira Declaração. Como afirmamos logo acima, a evocação do nacionalismo, mesmo que não feita na perspectiva das classes dominantes - que tem como consequência um nacionalismo opressivo, conquistador - oculta questões que fundamentam as relações entre as classes de uma determinada sociedade, o que tem como consequência que no discurso do EZLN a convocação para o reconhecimento do “governo de transição para a democracia” tenha de ser feito “sem levar em consideração religião, *classe social, ideologia política*, raça, sexo”, o que traz de volta a questão que o EZLN aponta como sendo as duas forças sociais em disputa: de um lado, os que forjaram a nacionalidade mexicana e, do outro lado, os “vende-pátria”.

A nação como valor absoluto oculta os conflitos de classe, conflitos que se traduzem em interesses distintos em disputa, daí a inexistência de um projeto concreto para a transformação da sociedade mexicana, e na falta deste projeto o EZLN se apega ao resgate da Constituição de 1917.

E por fim, o EZLN reafirma que juntamente com a “população civil” instaurará um “governo nacional de transição para a democracia” que tenha como características: a exclusão do PRI do governo; formule uma nova lei eleitoral baseada na transparência, credibilidade, equidade, participação cidadã, não partidária e não governamental e que reconheça todas as forças políticas do país; que se convoque uma nova constituinte para elaborar uma nova constituição; que se reconheça as autonomias indígenas; e que se oriente o “programa econômico nacional” para que este favoreça os setores mais despossuídos, os operários e os camponeses.

O que esses pontos finais nos indicam? Que o EZLN busca reforçar a crítica ao que desde comunicados anteriores o movimento chama de “sistema de partido no poder”, o controle exercido pelo PRI há cerca de sete décadas sobre o Executivo Federal do Estado Mexicano, o que resulta na ideia de construção de um novo “marco para as relações políticas nacionais” conforme já demonstramos. Sendo a democracia a alternância de grupos, os partidos políticos no poder, conforma a ideia hegemônica de democracia, então o sistema político mexicano tratar-se-ia de uma ditadura do “partido no poder”, daí a urgência de um governo de transição para a democracia, de acordo com os comunicados do EZLN. E de fato, o sistema político mexicano é ainda nos dias

atuais controlado pelo PRI, mesmo que de 2000 a 2006 a presidência tenha sido exercido pela primeira vez em setenta anos por outro partido, o ultraconservador Partido da Ação Nacional na figura de Vicente Fox. Pode-se afirmar que o EZLN nesse momento está a expressar o descontentamento generalizado de setores da população mexicana com o domínio de décadas do PRI e mais ainda, que o EZLN antecipa o movimento de contestação popular ao domínio do PRI que se amplia na sociedade mexicana nos últimos anos através da mobilização de estudantes, trabalhadores, movimentos sociais e outros grupos o que produz os altos níveis de abstenção eleitoral nas últimas eleições. Mas esse sentimento difuso ainda não se expressou num projeto consciente de transformação da estrutura política, quando muito se expressa genericamente na fórmula um “novo marco para as relações políticas nacionais”, e assim o EZLN acaba por reproduzir as limitações existentes na sociedade civil mexicana, ao invés de radicalizar no discurso e igualmente na prática.

A última categoria elaborada em nossa análise da Terceira Declaração levanta a questão da realidade econômica na visão da organização. Já fizemos alguns apontamentos sobre o que os enunciados do EZLN nos indicam sobre a realidade econômica de Chiapas, sendo que o mais detalhado comunicado com vários enunciados é o comunicado de 1992 Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia. Na Terceira Declaração registramos um enunciado em que o EZLN se refere ao “programa” dominante no México, o programa do neoliberalismo que aprofunda a situação de miséria vivida pela nação Mexicana

O programa político, econômico, social e repressivo do neoliberalismo demonstrou sua ineficácia, sua falsidade e a cruel injustiça que constitui a sua essência. O neoliberalismo enquanto doutrina e realidade, desde já, deve ser atirado para o lixo da história nacional.

Interessante notar que o enunciado de denúncia ao neoliberalismo constrói-se tendo como referência a ideia de nacionalismo, posto que este programa “deve ser atirado para o lixo da história nacional”, o que por sua vez remete ao compromisso das “forças sociais”, que identificamos no discurso do EZLN, forças estas que representam e que forjaram a verdadeira nacionalidade mexicana. A análise do discurso do EZLN evoca uma construção identitária de cunho nacionalista fundamentada tanto em componentes culturais (cultura indígena), sociais (a vida do campesinato), políticos (a nação mexicana) e econômicos (luta contra o neoliberalismo, a besta-fera, capitalismo e suas forças sociais). Percebe-se que se constrói um nacionalismo de tipo diferenciado, que não exclui outros grupos e nacionalidades, nem tampouco busca um projeto de nação conquistadora, imperialista, ou chauvinista, como o nacionalismo que se criou no contexto das guerras mundiais; o discurso do EZLN aponta para um nacionalismo do tipo criado por grupos oprimidos e marginalizados política e culturalmente no interior de uma determinada sociedade, reivindicando para si o mesmo status que outros grupos socialmente aceitos, mas contudo, sem questionar os fundamentos da ordem estabelecida, tais como as relações de classe, o que nos remete para um tipo

de nacionalismo de origem camponesa, com o desenvolvimento de consciência que é próprio a essa classe no interior das relações de classe na sociedade capitalista.

Quarta Declaração da Selva Lacandona: cultura, valor, programa, instituições, realidade econômica e força social

Comemorando dois anos do levante armado o EZLN divulga a Quarta Declaração da Selva Lacandona em Primeiro de Janeiro de 1996. O contexto de publicação dessa declaração é o de definição das propostas para os “*Acuerdos de San Andrés obre Derecho y Cultura Indígena*”, resultados de longas e tensas reuniões entre a “*Comisión de Concordia y Pacificación*” e delegações zapatistas. As mesas estabelecidas para os debates em San Andrés, cidade onde foi assinado o acordo foram: 1- *Derechos y Cultura Indígena*. 2- *Democracia y Justicia*. 3- *Bienestar y Desarrollo*. 4- *Conciliación en Chiapas*. 5- *Derechos de la Mujer en Chiapas*. No centro destes debates estava a tentativa do EZLN de aprovação da consideração legal dos indígenas mexicanos como sujeitos de direito e não como sujeitos de especial proteção, condição jurídica dos anciãos, crianças e incapacitados, o que na prática resultaria no reconhecimento das autonomias indígenas. Após os meses de debate o presidente Ernesto Zedillo aceitou aspectos secundários dos Acordos de San Andrés, mas recusou a modificação na lei para considerar os indígenas e suas comunidades como sujeitos de direitos, o que resultou em intensas mobilizações por parte do EZLN para aprovação integral dos referidos acordos. A Quarta Declaração é escrita sob o ânimo desses acordos.

A escrita quase poética dirige a construção desse comunicado, ganha espaço aquele mesmo tipo de escrita que o Subcomandante Marcos acostumou seu público leitor fiel ao apresentar o personagem Velho Antônio ou a carta escrita para o menino Miguel Vázquez lhe explicando a importância de soldados que lutam para deixar de serem soldados⁴⁸. Contudo, o comunicado também é assinado pelo CCRI e ao órgão se remete todas as Declarações. Como que num prenúncio da forma textual do comunicado, o EZLN, que em Declarações anteriores já vinha iniciando o discurso com citações do líder camponês Emiliano Zapata, o faz agora com uma passagem que evoca também o conteúdo poético de Zapata expressando o imaginário camponês sobre a terra e sobre a necessidade de união da comunidade:

Todos aqueles povos, todos esses que trabalham a terra, aos que nós convidamos a ficar do nosso lado, nós daremos a vida para uma única luta, para que possamos caminhar com a ajuda de vocês.

Continuemos a luta sem trégua e a terra será nossa propriedade, propriedade dos povos; a que foi de nossos avós, a que nos foi tirada por dedos das patas de pedra que machucam, à sombra daqueles que já passaram, que mandam muito; vamos todos juntos colocá-lo lá em cima, com as mãos para o alto e com a força do nosso coração, este formoso que se levanta para ser visto é o estandarte da nossa dignidade e da nossa liberdade, de todos nós trabalhadores da terra; vamos continuar lutando e vamos vencer aqueles que, novamente, têm se enaltecido, os que ajudam aqueles que tiraram a terra de outros, os que acumulam para si muito dinheiro com o trabalho dos que são como nós e os embusteiros das fazendas; este é o nosso dever e honra se queremos ser chamados de homens de boa

⁴⁸ Nome dos comunicados: um sobre Velho Antônio e “Para que os soldados não sejam mais necessários”.

conduta e, a bem da verdade, bons moradores do povoado.

Agora sim, de alguma maneira, mais do que nunca, faz-se necessário que todos caminhemos unidos, com todo o nosso coração, com todo o nosso empenho, nesse grande trabalho de maravilhosa unificação, bem verdadeira, daqueles que começaram a luta, que guardam em seu coração estes simples princípios e não perdem a fé da boa conduta. Pedimos àquele a cujas mãos chega este manifesto que o façam passar a todos os homens desses povoados.

Reforma, Liberdade, Justiça e Lei.

O Comandante em Chefe do Exército Libertador do Sul

Emiliano Zapata (Manifesto zapatista em náhuatl).

A Quarta Declaração se volta para a cultura camponesa e indígena, muito provavelmente devido ao contexto de disputa pelas definições dos acordos de San Andrés. Temas como a “dignidade rebelde”, “Zapata vive”, “coração esquecido da pátria” aparecem com mais visibilidade dentro da Declaração. E num enunciado que explicitamente remete ao discurso anterior de Zapata discursa na Quarta Declaração o EZLN sobre o significado de solidariedade e eterniza seu lema Para todo, tudo, para nós nada:

Solidariedade: “Nós nascemos da noite. Nela vivemos. Nela morreremos. Porém, a luz será manhã para os demais, para todos aqueles que hoje choram a noite, para quem o dia é negado, para quem a morte é uma dádiva, para quem a vida é negada. Para todos, a luz. Para todos, tudo. Para nós a dor e a angústia. Para nós, a alegre rebeldia. Para nós o futuro negado, a dignidade insurrecta. Para nós, nada.

Também nos enunciados sobre as instituições mexicanas o comunicado de 1996 se expressa numa linguagem simbólica, é assim no enunciado que considera governo e criminalidade como atividades iguais:

Governo e crime, hoje são sinônimos e equivalentes

E os “crimes do Governo” se fazem de distintas formas, apoiando-se num exército de ocupação ou vendendo as riquezas da “grande nação mexicana”:

Esquecendo o Artigo 39 da Constituição que jurou cumprir no dia 1º de dezembro de 1994, o supremo governo reduziu o Exército Federal Mexicano à categoria de exército de ocupação, atribuindo-lhe a tarefa de salvaguardar o crime organizado que se veste de governo. Entretanto, a verdadeira perda da soberania nacional concretizava-se nos pactos secretos e públicos do gabinete econômico com os donos do dinheiro e os governos estrangeiros. Hoje, enquanto dezenas de milhares de soldados federais agridem e fustigam um povo armado de fuzis de madeira e palavra digna, os altos governantes acabam de vender a riqueza da grande nação mexicana e de destruir o pouco que ainda se mantém de pé.

Os enunciados da categoria instituições apresentam uma estreita relação com a realidade econômica do México ao longo da Quarta Declaração, como já evidenciado no enunciado anterior; no presente comunicado o EZLN critica as reformas na legislação trabalhista no México, retirando direitos dos trabalhadores garantidos pela Constituição de 1917, além de que a privatização do sistema bancário nacional é mais um exemplo de como o governo vende as riquezas da nação, desta forma, os enunciados sobre a realidade econômica apresentam-se como um complemento dos enunciados sobre as instituições mexicanas, ou seja, tem-se uma tentativa de uma visão ampliada sobre determinados problemas da “nação mexicana”, no caso, a relação entre governos e a

economia:

As reformas na Lei de Seguro Social reiteram a democratização da miséria e o apoio à privatização dos bancos assegura a vocação de unidade entre poder e dinheiro.

Realidade econômica e instituições, enquanto categorias do discurso do EZLN, apresentam enunciados que devem ser compreendidos em íntima ligação, o que ajuda a visualizar a totalidade do discurso do EZLN, que apesar da inexistente teoria explicativa da realidade mexicana, articula uma visão coerente, como até aqui estamos demonstrando, sobre aspectos dessa realidade. A fragmentação em enunciados e a posterior classificação desses enunciados vêm nos ajudando a compreender a construção discursiva do EZLN em seus variados aspectos: político, econômico, social, cultural. Trata-se de um discurso que busca criar uma representação sobre a sociedade Mexicana em seus variados aspectos, o que por si só se constitui como uma tarefa grandiosa e digna de análise social.

E nesse sentido de construção discursiva o EZLN pronuncia-se novamente sobre a perspectiva à qual esse discurso se prende, e aqui retornamos a questão das forças sociais descritas pelo EZLN. O importante a relevar aqui é a problemática dos dois projetos de nação em disputa, algo que o EZLN vem abordando desde o primeiro comunicado por nós analisado:

Dois projetos de nação completamente distintos que se definiram no ano de 1995: um do poder, outro da democracia: guerra entre os que pretendem a perpetuação de um regime social, cultural e político que equivale ao delito de traição da Pátria, e os que lutam por uma transformação democrática, livre e justa. A guerra zapatista é só uma parte desta grande guerra

A luta entre os “vende-pátria” e as forças que “forjaram a verdadeira nacionalidade mexicana” está na raiz dos discursos do EZLN, o que dito de outra forma, está na raiz da luta zapatista, que é “só uma parte desta grande guerra”. O EZLN contribui com o programa de 13 pontos elaborados na Primeira Declaração e reforçados nessa Quarta Declaração:

Moradia, terra, trabalho, pão, saúde, educação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz. Estas foram nossas bandeiras na madrugada de 1994. Estas foram as nossas demandas na longa noite dos 500 anos. Estas são hoje nossas exigências

Mas não busca se limitar a esses pontos, quer fazer parte das forças que irão derrotar o “sistema de partido de Estado” que controla a “nação mexicana” e assim forjar novas “relações políticas nacionais”:

Uma força política com um programa de luta de 13 pontos, os da *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, enriquecidos ao longo de dois anos de insurgência. Uma força política que lute contra o sistema de partido de Estado. Uma força política que lute pela democracia não apenas na hora das eleições. Uma força política que lute por uma nova constituinte e uma nova Constituição

Na categorização feita a partir das propostas apresentadas pelo EZLN ao longo da Quarta Declaração aparece o terceiro projeto do EZLN de aglutinar movimentos e organizações dispersos pela sociedade civil: como resposta aos fracassos do Movimento para Libertação Nacional, o CCRI apresenta o projeto da Frente Zapatista de Libertação Nacional, uma espécie de nova organização

para aglutinar movimentos da sociedade civil no mesmo espírito que animara a criação da Convenção Democrática Nacional, e depois o Movimento para Libertação Nacional. A FZLN vai durar até 2006, um dos projetos mais duradouros do EZLN em termos temporais. O discurso que a inaugura apresenta o seguinte enunciado:

Hoje, com o coração de Emiliano Zapata e tendo escutado a voz de todos os nossos irmãos, chamamos o povo do México a participar de uma nova etapa da luta pela libertação nacional e da construção de uma nova Pátria, por meio desta... *Quarta Declaração da Selva Lacandona*, na qual conclamamos todos os homens e mulheres honestos a participarem da nova força política nacional que nasce hoje: a Frente Zapatista de Libertação Nacional, organização civil e pacífica, independente e democrática, mexicana e nacional, que luta pela democracia, liberdade e justiça do México. A Frente Zapatista de Libertação Nacional nasce hoje e convidamos a participar dela os operários da República, os trabalhadores do campo e da cidade, os indígenas, os colonos, os professores e estudantes, as mulheres mexicanas, os jovens de todo o país, os artistas e intelectuais honestos, os religiosos coerentes, todos os cidadãos mexicanos que não querem o poder e sim a democracia, a liberdade e a justiça para nós e nossos filhos

A FZLN é uma tentativa de inserção do EZLN no contexto urbano, em conjunto com organizações da sociedade civil, atuando de forma pacífica, não se constituirá como partido político, e se organizará a partir dos comitês civis de diálogo, espécie de encontros do EZLN com a sociedade civil organizada:

força que não é um partido político; força política que surja a partir da base, que tenha como sustentação os comitês civis de diálogo

A FZLN é colocada logo em prática, no ano seguinte ao seu anúncio, no Congresso de Fundação realizado na Cidade do México entre os dias 13 e 17 de Setembro com a participação de 1.111 delegados zapatistas, vindos de Chiapas, e com a presença de organizações e movimentos sociais de todo o país: movimentos de indígenas, de estudantes, de trabalhadores, organizações de bairro diversas como rádios comunitárias, associações, cooperativas, organizações políticas (desde anarquistas a marxistas), indivíduos independentes, etc. Através dos comitês civis de diálogo a FZLN, braço político do EZLN, atuaria como força política em luta por novas relações políticas nacionais, no marco do lema “Democracia, Liberdade, Justiça!”. Foram criados 200 comitês de diálogo em várias regiões do México, além da realização de quatro encontros chamados de *Aguascalientes* que ocorreram em cidades de Chiapas, acontecendo no mesmo formato de encontros com organizações sociais diversas.

Esses projetos do EZLN expressam o esforço da organização em atuar em conjunto com outros movimentos sociais, embora não tenhamos condições de apresentar como efetivamente se deu essa relação entre movimentos sociais com interesses e posições diversas, contudo, evidencia a disposição da organização de atuar através de meios estritamente políticos e pacíficos, projeto que encerra a construção organizacional, se afastando da prática belicista. As finalidades políticas da organização ficam evidenciadas:

Hoje, a luta pela democracia no México é uma luta pela libertação nacional.

É anunciado o “recolhimento” do EZLN e o protagonismo da FZLN, organização a qual o EZLN vai integrar as forças, ao lado dos demais participantes:

Aqueles cidadãos sem partido, aquelas organizações sociais e políticas, aqueles comitês civis de diálogo, movimentos e grupos que subscrevem esta *Quarta Declaração da Selva Lacandona* comprometem-se a participar do diálogo para formular a estrutura orgânica, o plano de ação e a declaração de princípios da Frente Zapatista de Libertação Nacional.

A Quarta Declaração expressa discursivamente os próximos passos do EZLN, assim como as declarações e comunicados anteriores o fizeram. Como estamos realizando uma análise do discurso, não temos condições de fazer uma análise de como aconteceu realmente as práticas propostas pelo EZLN, em seu grau de correspondência com as ideias que antecederam as práticas. Mas a análise meramente discursiva aponta para uma crescente radicalização do movimento, embora com novos posicionamentos que apresentam uma mudança em pouco tempo, como é claro o caso das duas últimas tentativas de construir uma organização de nível nacional com outras organizações e movimentos sociais da sociedade civil: no lançamento do Movimento para a Libertação Nacional o EZLN convoca o cidadão Cuauhtémoc Cárdenas para a liderança dessa organização que irá lutar por novos marcos nas relações políticas nacionais, convocação que surge dentro de um processo de ruptura com as instituições oficiais do estado, restando o reconhecimento dos partidos opositores; já no lançamento da Frente Zapatista de Libertação Nacional o EZLN convoca aos indivíduos e grupos da sociedade civil, sem vinculação partidária, para a construção de uma força política que não busque ser um partido político, nem intente a tomada do poder do estado.

Estamos aqui, no distante ano de 1996, nos dias de intensificação do protesto popular contra as reformas neoliberais e as organizações mundiais de representação do capital, e o EZLN não deixa de estar envolvido nesse movimento de contestação, além disso, torna-se referência para vários setores que atuam organizadamente contra as forças neoliberais. Nesses anos, o EZLN não se consolida somente como um movimento dentre outros, mas se torna também um símbolo da luta contra o neoliberalismo, muitas vezes mitificado, como se percebe no apoio recebido pelo EZLN (uma organização que é nacionalista, é um exército e vem apresentando um projeto de reforma nacional) por parte de organizações que pretendem expressar o aspecto mais radical da luta de classes, como anarquistas e marxistas, o que aponta que o EZLN também se torna um enigma na luta de classes a nível mundial, mas como enigma precisa ser interpretado, é o caminho que vemos traçando na análise de um dos aspectos da organização, seu discurso.

Cultura, propostas, organização e instituições na Quinta Declaração da Selva Lacandona

Da Quarta Declaração da Selva Lacandona para a Quinta Declaração passam-se cerca de um ano e meio, este é o primeiro grande período de silêncio do EZLN, fato que se tornará mais frequente nos próximos anos. Para uma organização com uma produção textual extensa, o silêncio

também possui um significado, na medida que implica em fechar o principal instrumento de contato que o EZLN vinha mantendo com as organizações da sociedade civil fora das fronteiras da zona de conflito em Chiapas. Para o movimento o silêncio significava que mesmo não se pronunciando, a “flor da palavra” não se cala.

O fato é que entre os anos de 1997 e 1998 deu-se um novo fenômeno na região de Chiapas, o que alguns pesquisadores chamam de “guerra de baixa intensidade”, que é a utilização de forças para-estatais em conflitos isolados, mas frequentes contra o EZLN: a tática consiste em armar e treinar grupos armados de civis que fazem o trabalho sujo no lugar das tropas do Estado, também se utiliza do bloqueio do acesso à região de conflito, liberação da entrada de bebidas e drogas, “vistas grossa” contra o aumento da prostituição, enfim, uso de mecanismos que criam um ambiente de quase impossibilidade da vida normal, mas sem a intervenção direta do governo. O episódio mais triste dessa tática é o conhecido massacre de Acteal em 22 de Dezembro de 1997, quando um grupo civil armado e treinado pelo Exército regular matou 45 participantes de uma festa religiosa na comunidade de Acteal, que apoiava as forças do EZLN.

Como o governo não assumia a responsabilidade por esses grupos armados, ele mantinha a participação nas negociações de paz e sobre as reivindicações do EZLN, embora o governo de Zedillo rejeitasse a redação da Lei COCOPA já extensamente debatida e travada na questão central das autonomias e direitos indígenas. Enquanto isso, o governo seguia desmontando os “municípios rebeldes” criados pelas forças que apoiam o EZLN, em três meses de 1998 são quatro grandes operações policiais para desmontar a organização desses municípios: no dia 11 de Abril desmontam o município autônomo de “Ricardo Flores Magón”, sediado na cidade de Taniperlas, no dia 1º DE Maio é a vez do município autônomo “*Tierra y Libertad*”, sediado no município que tem como nome oficial de “Las Margaritas”, e no mês de Junho ocorrem duas operações policiais uma no dia 3 que desmonta o município autônomo de “Nicolas Ruiz” e outra operação no dia 10 que ocupa militarmente o município de San Juan de la Libertad, sede de um conselho rebelde zapatista.

Com a Quinta Declaração ocorre uma virada total para a temática do indigenismo no discurso do EZLN, o que é compreensível tendo em vista o contexto de elaboração e de votação da Lei COCOPA. O início do comunicado já apresenta ao leitor os caminhos pelos quais seguirá a Quinta Declaração, esses caminhos são guiados pela cultura indígena, e é citando o *Popol Vuh*, livro traduzido pelos primeiros espanhóis contendo a cosmovisão maia sobre a criação do mundo e dos homens, que tudo se inicia:

*Nós somos os vingadores da morte.
Nossa estirpe não se extinguirá
enquanto houver luz na estrela da manhã*

A presença da temática indígena se faz de tal forma nessa Declaração que não tem

precedente nos outros comunicados do EZLN, o que encontra correspondente nas próximas ações realizadas sobre o EZLN, como o segundo Congresso Nacional Indígena, em 1993, o Terceiro Congresso em 1999, e por fim a grande *Marcha de la Color de la Tierra*, uma caminhada das forças do EZLN de Chiapas à Cidade do México, realizando dezenas de manifestações e ao fim com os comandantes do EZLN discursando no *Congreso de la Unión*, sede do poder legislativo Mexicano. Apesar da pressão organizada, a reforma constitucional não incluía os avanços na legislação indígena, como propunha os Acordos de San Andrés, e símbolo da luta do EZLN nesses anos, o que fica evidenciado na categorização do discurso da Quinta Declaração, conforme exporemos abaixo.

Repassado o enunciado sobre a cultura indígena, sobre o Popol Vuh, inicia-se a construção dos enunciados que apresentam as propostas do EZLN nesse comunicado. É sem dúvida a parte mais extensa do discurso, e faz considerações sobre os Acordos de San Andrés, sobre a participação popular e sobre as instituições estatais do México. Quanto aos acordos de San Andrés, para as propostas do EZLN esses acordos representam um esforço de união entre os vários povos e organizações indígenas do México, num esforço que vai para além da participação do EZLN:

Os Acordos de San Andrés, não foram produzidos somente pela nossa vontade, nem nasceram sozinhos. Em San Andrés chegaram representantes de todos os povos indígenas do México; aí a sua voz estava representada e suas reivindicações foram colocadas na mesa. Brilhou a sua luta que é lição e caminho, falou a sua palavra e o seu coração decidiu.

E também representa um avanço na legislação mexicana

Uma reforma constitucional em matéria de direitos e cultura indígenas não deve ser unilateral, deve incorporar os Acordos de San Andrés e reconhecer assim os aspectos fundamentais das demandas dos povos indígenas: autonomia, territorialidade, povos indígenas, sistemas normativos”;

- “Ainda que não incorpore todos os acordos de San Andrés (uma prova a mais de que não fomos intransigentes, aceitamos o trabalho de colaboração da Comissão e o respeitamos), a proposta de lei elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação é uma proposta de lei que nasce do processo de negociação e, portanto, faz parte do espírito de dar continuidade e razão de ser ao diálogo, é uma base firme que pode abrir as portas para uma solução pacífica do conflito, converte-se numa ajuda importante para acabar com a guerra e apressar a chegada da paz. A chamada “lei COCOPA” foi elaborada sobre as bases daquilo que os povos indígenas produziram a partir de baixo, reconhece um problema e lança as bases para defendê-lo, reflete outra forma de fazer política, a que anseia a tornar-se democrática, responde a uma demanda nacional de paz, une setores sociais e permite seguir adiante na agenda dos grandes problemas nacionais. Por isso, hoje reafirmamos que apoiamos a iniciativa de lei elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação e pedimos que seja alçada a nível constitucional

E num esforço inédito de mobilização de várias autoridades oficiais e civis, o EZLN convoca ao apoio generalizado à aprovação da Lei COCOPA pelo *Congreso de la Unión*

-“através desta...

Quinta declaração da selva Lacandona

pela qual convocamos todos os homens e mulheres honestos a lutar pelo ...

RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E PELO FIM DA GUERRA DE EXTERMÍNIO”;

- *Esta é a hora dos povos indígena de todo o México”;*

- *Esta é a hora da Sociedade Civil Nacional e das organizações políticas e sociais*

independentes. É a hora dos camponeses, dos operários, dos professores, dos estudantes, dos profissionais, dos religiosos e religiosas coerentes, dos jornalistas, dos colonos, dos pequenos comerciantes, dos devedores, dos artistas, dos intelectuais, dos inválidos, dos aidéticos, dos homossexuais, das lésbicas, dos homens, das mulheres, das crianças, dos jovens, dos idosos, dos sindicatos, das cooperativas, das organizações camponesas, das organizações políticas, das organizações sociais. As convocamos para que junto aos povos indígenas e a nós, lutemos contra a guerra e pelo reconhecimento dos direitos indígenas, pela transição para a democracia, por um modelo econômico que sirva ao povo e não se sirva dele, por uma sociedade tolerante e não excludente, pelo respeito à diferença, por um país novo onde a paz com justiça e dignidade seja para todos”;

- “Esta é a hora do Congresso e da União. Depois de uma ampla luta pela democracia encabeçada pelos partidos políticos de oposição, na Câmara dos Deputados e no Senado, temos uma nova correlação de forças que dificulta as arbitrariedades próprias do presidencialismo e aponta, com esperança, para uma verdadeira separação e independência dos poderes da União. A nova composição das Câmaras Baixa e Alta coloca na ordem do dia o desafio de dignificar o trabalho legislativo, a expectativa de convertê-lo em um espaço a serviço da Nação e não do presidente de plantão, e a esperança de tornar realidade o título de “Honorável” que antecede o nome dos senadores e dos deputados federais. Convocamos os deputados e senadores da República de todos os partidos oficiais e todos os congressistas independentes para que legislem em benefício de todos os mexicanos. A fazer com que mandem obedecendo. A fazer com que cumpram o seu dever apoiando a paz e não a guerra. A fazer com que, ao tornar efetiva a divisão dos Poderes, obriguem o Executivo Federal a deter a guerra de extermínio que leva adiante entre as populações indígenas do México. A fazer com que, respeitando plenamente as prerrogativas que a Constituição Política lhes confere, escutem a voz do povo mexicano e seja ele a mandar neles na hora de legislar. A fazer com que apóiem com firmeza e plenitude a Comissão de Concórdia e Pacificação, para que esta comissão legislativa possa desempenhar eficaz e eficientemente seus esforços de colaborar com o processo de paz. A fazer com que respondam ao chamado histórico que exige o pleno reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. A fazer com que contribuam para que seja criada uma imagem internacional digna do nosso país. A fazer com que passem à história nacional como um Congresso que deixou de obedecer e servir a uma pessoa e cumpriu a sua missão histórica de obedecer e servir a todos”;

- Esta é a hora da Comissão de Concórdia e Pacificação. Em suas mãos e em suas capacidades está a possibilidade de deter a guerra, de cumprir aquilo que o Executivo se nega a cumprir, de reafirmar a esperança de uma paz justa e digna, e de criar as condições para a convivência pacífica de todos os mexicanos. É hora de fazer cumprir com lealdade a lei ditada para o diálogo e a negociação em Chiapas. É hora de atender à confiança que foi depositada nesta Comissão, não só pelos povos indígenas que estiveram presentes na mesa de San Andrés, mas também por todo o povo que exige o cumprimento da palavra empenhada, o fim da guerra e a paz necessária”;

- É hora de lutar pelos direitos dos povos indígenas como um passo rumo à democracia, à liberdade e à justiça para todos

A crescente crítica às instituições mexicanas é substituída nessa Declaração pela pressão para que essas instituições cumpram realmente seu papel constitucional, de acordo com o comunicado, contribuindo assim para um novo passo na história nacional, o passo do reconhecimento dos direitos e culturas indígenas. O EZLN transfere para as instituições oficiais um peso político que desde a Primeira Declaração não vinha mais fazendo, evocam para que tais instituições contribuam para a luta iniciada pelo EZLN. Esta estratégia não dará resultados, porque o projeto de reforma constitucional elaborado pela Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA) não será aprovado no Congresso Mexicano, recusado por todos os partidos, até mesmo pelo PRD que mantinha relações políticas com o EZLN. À derrota no Congresso, seguirá um novo período de silêncio do EZLN.

As propostas levantadas pelo EZLN indicam a base social com a qual a organização está disposta a dialogar

Os trabalhadores, camponeses, professores, estudantes, donas de casa, colonos, pequenos proprietários, pequenos comerciantes e empresários, aposentados, inválidos, religiosos e religiosas, jovens, mulheres, anciãos, homossexuais e lésbicas, meninos e meninas, para que, de maneira individual ou coletiva participem diretamente com os zapatistas na divulgação, apoio e realização desta consulta como um passo a mais rumo à paz com justiça e dignidade.

Um conjunto de grupos e pessoas um tanto mais amplo do que vinha sendo colocado pelas Declarações anteriores, abarcando até mesmo “pequenos comerciantes e empresários”, o que aponta o tamanho do esforço empreendido pelo EZLN para a aprovação da Lei COCOPA, e o que de certa forma reforça a vocação nacional do EZLN. Em outro esforço de ação conjunta com as forças nacionais, o EZLN convoca uma “Consulta Popular” sobre a Lei COCOPA, no intuito de demonstrar força política para a aprovação do projeto. E a legitimação das instituições oficiais se faz de forma ainda não vista nas Declarações anteriores, com o EZLN buscando agora o apoio dos “partidos políticos honestos e comprometidos” e para que o Congresso da União “assuma o seu compromisso em legislar em benefício do povo”.

A virada para o indigenismo cultural que assume característica hegemônica na organização nos dias atuais inicia-se nesse momento, e o reconhecimento das instituições mexicanas foi corolário desse processo, revertendo a tendência anterior de composição classista e crítica das instituições. Embora na categoria instituições o EZLN repita o enunciado que identifica governos e crimes é uma referência única no interior de um comunicado que reconhece e legitima as instituições oficiais, sendo que este enunciado parece ter vida somente no discurso.

Por fim, a categoria organização enuncia a prática que o EZLN está a fazer: ações políticas, pacíficas, baseadas na solidariedade entre os que compõem a sociedade civil:

Tudo isso tem sido possível graças aos nossos companheiros e companheiras das nossas bases de apoio; sobre eles e elas recaiu o peso maior da nossa luta e eles a enfrentaram com firmeza, decisão e heroísmo. Também tem sido importante o apoio dos povos indígenas de todo o país, de nossos irmãos indígenas que têm nos ensinado, escutado e falado. A sociedade civil nacional tem sido o fator fundamental para que as justas demandas dos zapatistas e dos indígenas de todo o país continuassem pelo caminho das mobilizações pacíficas. A sociedade civil internacional tem sido sensível e tem ficado de ouvidos e de olhos abertos para que as respostas às nossas exigências não fossem um número maior de mortes e de prisões. As organizações políticas e sociais independentes têm nos acolhido como irmãos e assim a nossa resistência se encheu de vigor. Todos têm nos ajudado a resistir diante da guerra, ninguém para fazê-la

Como vem apontando nas Declarações que analisamos, desde junho de 1994, isto é, desde a Segunda Declaração o EZLN optou por manter estreitas relações com as organizações da sociedade civil, o que em termos práticos resultou no abandono da “declaração de guerra” de Janeiro daquele mesmo ano. Desta forma, uma coisa é certa: o abandono da estratégia inicial do grupo de vanguarda que fundara o EZLN ainda na década de 1980. Mas em seu lugar que estratégia apontou? Pelas Declarações analisadas até o presente momento, o EZLN escolheu que ações em conjunto com a

sociedade civil seriam o novo caminho, para isto realizou Convenções (Conselho Nacional Indígena, encontros (Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo), marchas (*Marcha de la Color de la Tierra*), debates, novas organizações (Convenção Democrática Nacional, Movimento para a Libertação Nacional, Frente Zapatista de Libertação Nacional); e num segundo momento, expresso na Quinta Declaração, evidenciou que a luta pela votação no *Congreso de la Unión* poderia conquistar as medidas consideradas necessárias para a organização nas comunidades de Chiapas.

Já no período entre 1994-1998, o EZLN apresenta diferentes momentos quando se analisa seu discurso: há obviamente um grande salto entre a Declaração de guerra, em 1994, e a convocação dos partidos políticos honestos e do Congresso da União comprometido com o povo para que estes regulamentem a lei sobre direitos e cultura indígenas, se em um primeiro momento a organização pretendia transformar pela força, agora o pede com base em sua pressão política. É como se a escolha por estar ao lado da sociedade civil tornasse o movimento ainda mais controlado, tendo em vista a heterogeneidade de forças políticas com quem o EZLN manteve contatos (de estudantes, proletários, anarquistas, marxistas a pequenos comerciantes e empresários) e não o contrário, como tanto se divulga quando a historiografia oficial diz que o EZLN deixa de ser uma organização guerrilheira e de vanguarda para se tornar um movimento social democrático e pacifista. Analisando os comunicados do CCRI-CG, é perceptível que aquilo que caracterizava especificamente a organização (sua estratégia política) fora substituída por uma questão identitária (de tradição indígena) e, assim, o EZLN assimila a própria indefinição presente na diversidade de grupos organizados da sociedade civil e que por uma infinidade de motivos aderem aos comunicados e convocações do EZLN. A Quinta Declaração da Selva Lacandona expressa bem esse movimento seguido pelo EZLN que, ao invés de avançar na radicalidade que vinha assumindo discursivamente nas últimas declarações se torna refém de consensos genéricos possíveis de se manter somente enquanto fundado sobre tão amplas bases heterogêneas.

Sexta Declaração da Selva Lacandona: realidade econômica, instituições, organização e memória

Em 2001 o *Congreso de la Unión* e o Executivo Federal rechaçam as propostas sobre Direito e Cultura indígenas presentes nos Acordos de San Andrés, pondo fim aos esforços dos últimos anos em que o EZLN se pôs a conquistar garantias mínimas para as comunidades de Chiapas. A questão fundamental girava em torno do reconhecimento dos indígenas mexicanos como sujeitos de direito, o que foi negado pelas instituições do Estado Mexicano. A partir de então não mais haveriam diálogos concretos com o governo, e o EZLN inicia um período de vários anos de silêncio, se recolhendo ao interior da Selva Lacandona.

Por sua vez, a situação de conflito em Chiapas em nada se altera, ao contrário, se

intensificam, apesar das indicações de que o novo presidente Vicente Fox, 2000-2006, pretendia estabelecer um acordo de paz duradouro com a guerrilha. A Sexta Declaração da Selva Lacandona será divulgada em Junho de 2005, após sete anos de silêncio da direção (CCRI-CG) do EZLN. Nesse meio tempo diversas foram as agressões contra o EZLN e os municípios que seguiram a organização, as principais delas levadas a cabo por grupos paramilitares que regularmente atacavam as comunidades ora cometendo assassinatos isolados, ora chacinas que causaram profunda comoção na sociedade mexicana. Em 2002 o EZLN dá a conhecer a “política do silêncio” em que não mais davam a conhecer seus próximos passos e projetos, mas somente comunicariam o que estavam fazendo sob os seus territórios ocupados.

A Sexta Declaração comparada com as anteriores apresenta um conteúdo diferente: se na Primeira Declaração seu conteúdo era o de uma declaração de guerra; e na segunda apontavam que estavam silenciando suas armas e dando espaço para a palavra; e que por sua vez na Terceira e Quarta Declarações convocavam a sociedade civil para atuarem em conjunto, e finalizando com a Quinta Declaração que buscava pressionar as instituições oficiais a reconhecerem os direitos indígenas, em Junho de 2005 o EZLN realiza diversas reflexões: sobre a própria organização, sobre as comunidades zapatistas, sobre o México, e enfim, sobre o capitalismo mundial. Embora ao fim da Sexta Declaração apresente duas importantes propostas, a saber, o desenvolvimento de uma nova forma de fazer política e uma política de alianças com organizações de esquerda e anticapitalistas, aqui já não trata-se mais de projetos a serem realizados a curto prazo, com um cronograma de atividades como aparece nas Declarações anteriores.

E assim se sucede até o ano de 2005 quando o EZLN decide romper o silêncio e o CCRI-CG divulga a Sexta Declaração da Selva Lacandona. O conteúdo transborda de reflexão e o EZLN enfim dá a conhecer o que poderíamos chamar de sua visão de mundo elaborada pela organização, com o ponto mais aprofundado no que tange a uma reflexão sobre o capitalismo atual. Ao contrário das Declarações anteriores, que são acessíveis ao público brasileiro através do grandioso projeto de tradução dos textos do EZLN realizado pelo educador popular Emílio Gennari, que traduziu os textos do EZLN de 1994 a 2004, a Sexta Declaração não foi objeto de um elaborado trabalho de tradução no Brasil, apesar do forte impacto que teve em alguns movimentos sociais nacionais; embora seja possível encontrar traduções livres em portais de mídia independente e de organizações populares, optamos pela utilização da versão original em espanhol que se encontra no site de arquivos do EZLN mantido pela própria organização. Desta forma, apresentaremos aqui a versão original apresentada pelo EZLN, e em nota de rodapé disponibilizaremos uma tradução livre feita por nossa pesquisa.

Como dizíamos anteriormente, o conteúdo desta Declaração transborda de reflexão, e ao iniciar o EZLN já apresenta o significado do texto que ora apresentam à sociedade mexicana e aos

que acompanham sua luta em diversas partes do mundo

contar de lo que ha sido nuestro paso y en donde estamos ahora, para explicar cómo vemos el mundo y nuestro país, para decir lo que pensamos hacer y cómo pensamos hacerlo, y para invitar a otras personas a que se caminan con nosotros en algo muy grande que se llama México y algo más grande que se llama mundo

É nesse sentido que as Declarações da Selva Lacandona são importantes fontes de pesquisa sobre o EZLN, neste comunicado a organização deixa claro a importância das Declarações para a organização, mas como acompanhamos a alguns anos a história do EZLN já tínhamos em mente a importância dessas Declarações como fonte de pesquisa sobre a organização mexicana, desta forma, elas expressam muito bem o que o EZLN quer passar para o mundo, são exemplos de discursos políticos em forma de comunicados.

Da Sexta Declaração retiramos as seguintes categorias: Memória; organização; instituições; realidade econômica; luta social; propostas. Novamente, chegamos a essas categorias a partir do desmembramento dos elementos textuais que conformavam um determinado tema, sendo posteriormente classificados dentre as categorias levantadas segundo a lógica interna do texto.

Diferentemente da Quinta Declaração em que o EZLN deu uma virada radical para o discurso indigenista, na Sexta Declaração o enfoque é dado para aqueles que a organização considera como “gente humilde y sencilla como nosotros”, nesse sentido, o discurso é construído de forma não-especifista, ou seja, envolto por demandas e reivindicações específicas de um grupo. Se na Quinta Declaração as propostas foram feitas no sentido de mobilizar a sociedade civil e as instituições mexicanas para se conquistar a efetivação dos Acordos de San Andrés, aqui o EZLN afirma que

Un nuevo paso adelante en la lucha indígena sólo es posible si el indígena se junta con obreros, campesinos, estudiantes, maestros, empleados... o sea los trabajadores de la ciudad y el campo

Das categorias levantadas algumas trouxeram informações de extrema relevância, não presentes nas Declarações anteriores; no que diz respeito à realidade econômica o EZLN se propõe a fazer uma reflexão sobre “de cómo vemos el mundo”, ou seja, explicam como é, segundo eles, o funcionamento do sistema capitalista; por outro lado, a categoria organização permitiu extrairmos alguns elementos que apontam o funcionamento da estrutura organizativa do EZLN, bem como das comunidades de Chiapas, algo ainda “ocultado” pelo EZLN nos comunicados anteriores. Devido à relevância das informações coletadas optamos por começar a exposição por essas categorias, desta forma, faremos aqui um trajeto diferente do realizado nas exposições anteriores em que seguimos a sequência temporal dos comunicados, mas devido a pertinência das informações que queremos apresentar optamos por iniciar com elas.

Como vimos anteriormente, no comunicado *Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia*, o EZLN apresenta uma detalhada descrição da realidade econômica de

Chiapas denunciando como o “vento de cima” saqueia todas as riquezas da região e cria a “Besta-fera”; a destruição ambiental, a exploração do campesinato, a expropriação das riquezas geradas pelo capital financeiro, comercial, industrial são expressos tanto com a utilização de dados estatísticos, mas também com elementos da cultura indígena, entrando aí as figuras do “vento de cima” e da “Besta-fera” que suga o sangue e a vida das comunidades chiapanecas. Nos comunicados posteriores não foi feita mais nenhuma descrição ou interpretação da realidade econômica rica em detalhes como em 1992, aparecendo outros temas e objetivos, o que se tornou um déficit no quadro de temas nos discursos do EZLN, tendo em vista que sempre foi esperado por diversas organizações e movimentos sociais uma posição clara da organização a respeito de como eles viam o funcionamento da sociedade capitalista.

A categoria realidade econômica levantada ao longo da fragmentação do comunicado da Sexta Declaração aponta a constatação de que o EZLN fez uma definição do que é o sistema capitalista, o que ainda não havia realizado. Na seção do comunicado intitulada “de cómo vemos el mundo” o EZLN assim inicia explicando o que é o capitalismo:

El capitalismo es un sistema social, o sea una forma como en una sociedad están organizadas las cosas y las personas, y quien tiene y quien no tiene, y quien manda y quien obedece. En el capitalismo hay unos que tienen dinero o sea capital y fábricas y tiendas y campos y muchas cosas, y hay otros que no tienen nada sino que sólo tienen su fuerza y su conocimiento para trabajar; y en el capitalismo mandan los que tienen el dinero y las cosas, y obedecen los que nomás tienen su capacidad de trabajo

Na definição dada pelo EZLN o capitalismo é uma forma de organização da sociedade em que existem dois grupos de pessoas: os possuidores de capital, fábricas, dinheiro e os que somente têm sua força e os conhecimentos para trabalhar, cabendo aos primeiros o papel de mandar e aos segundo obedecer ordens. Continuando, o EZLN afirma que

el capitalismo todo lo convierte en mercancías, hace mercancías a las personas, a la naturaleza, a la cultura, a la historia, a la conciencia

É bastante conhecida a afirmação do EZLN de que o povo de Chiapas se levantou em armas por recusar a se tornar mercadorias, o que aponta que a organização possui uma consciência do significado que possui a produção de mercadorias na sociedade capitalista:

Y todo lo esconde detrás de las mercancías para que no vemos la explotación que hace. Y entonces las mercancías se compran y se venden en un mercado. Y resulta que el mercado, además de servir para comprar y vender, también sirve para esconder la explotación de los trabajadores

As mercadorias escondem que por detrás de sua produção existe a exploração dos produtores e a melhor forma encontrada é a de fazer circular esses produtos no mercado, o que para o EZLN é um processo de ocultação da exploração que tem seu auge no mercado mundial. Para o EZLN, a organização do sistema capitalista passou por algumas transformações ao longo das últimas décadas, dando origem à chamada globalização neoliberal, que é a etapa de dominação mundial do sistema capitalista:

Y entonces resulta que el capitalismo de ahora no es igual que antes, que están los ricos contentos explotando a los trabajadores en sus países, sino que ahora está en un paso que se llama Globalización Neoliberal. Esta globalización quiere decir que ya no sólo en un país dominan a los trabajadores o en varios, sino que los capitalistas tratan de dominar todo en todo el mundo.

(...)

O sea que el neoliberalismo es como la teoría, el plan pues, de la globalización capitalista. Y el neoliberalismo tiene sus planes económicos, políticos, militares y culturales. En todos esos planes de lo que se trata es de dominar a todos, y el que no obedece pues lo reprimen o lo apartan para que no pasa sus ideas de rebelión a otros

O capitalismo mundializado, que segundo o EZLN tem como teoria o neoliberalismo, reforça a dominação das nações ao redor do mundo, a totalidade dos países são submetidos à exploração capitalista:

Entonces como que el capitalismo destruye a los países que conquista con la globalización neoliberal, pero también como que quiere volver a acomodar todo o hacerlo de nuevo pero a su modo, o sea de modo que lo beneficie y sin lo que le estorba. Entonces la globalización neoliberal, o sea la capitalista, destruye lo que hay en esos países, destruye su cultura, su idioma, su sistema económico, su sistema político, y también destruye los modos en que se relacionan los que viven en ese país. O sea que queda destruido todo lo que hace que un país sea un país.

(...)

Entonces, como quien dice que resumiendo, el capitalismo de la globalización neoliberal se basa en la explotación, el despojo, el desprecio y la represión a los que no se dejan. O sea igual que antes, pero ahora globalizado, mundial.

E cada realidade nacional passa por consequências específicas. No México os efeitos da globalização neoliberal foram reforçados pela entrada em vigor do NAFTA, que teve como principal consequência a piora nas condições de vida da população trabalhadora. De acordo com o EZLN, no campo os principais efeitos foram:

Porque pues en el campo ya no se producen los alimentos, sino sólo lo que venden los grandes capitalistas, y las buenas tierras son robadas con mañas y con el apoyo de los políticos. O sea que en el campo está pasando igual que cuando el Porfirismo, nomás que, en lugar de hacendados, ahora son unas empresas extranjeras las que tienen al campesino bien jodido. Y donde antes había créditos y precios de protección, ahora sólo hay limosnas, ..y a veces ni eso.

E nas cidades:

En su lado del trabajador de la ciudad pues las fábricas cierran y se quedan sin trabajo, o se abren las que se llaman maquiladoras, que son del extranjero y que pagan una miseria por muchas horas de trabajo. Y entonces no importa el precio de los productos que necesita el pueblo porque, aunque está caro o barato, pues no hay la paga. Y si alguien se trabajaba en una pequeña o mediana empresa, pues ya no, porque se cerró y la compró una gran trasnacional. Y si alguien tenía un pequeño negocio, pues también se desapareció o se puso a trabajar clandestinamente para las grandes empresas que los explotan una barbaridad, y hasta ponen a trabajar a los niños y niñas. Y si el trabajador estaba en un su sindicato para demandar sus derechos legalmente, pues no, que ahora el mismo sindicato le dice que hay que apechugar que bajan el salario o la jornada de trabajo o quitan prestaciones, porque si no pues la empresa cierra y se va para otro país. Y luego pues está eso del “microchangarro”, que es como el programa económico del gobierno para que todos los trabajadores de la ciudad se pongan a vender chicles o tarjetas de teléfono en las esquinas. O sea que pura destrucción económica también en las ciudades

Segundo o EZLN, a guerra iniciada em Chiapas faz parte do processo que “*hemos visto las grandes injusticias y matanzas que hace la globalización neoliberal en todo el mundo*”. Daí que “*además de explotar y despojar, el capitalismo reprime porque encarcela y mata a los que se rebelan*

contra la injusticia”. Segundo o EZLN, a fase neoliberal do capitalismo reforça a exploração dos trabalhadores e grupos oprimidos ao redor do mundo, exploração que está na raiz do funcionamento desta forma de organização social. É perceptível que nesse presente comunicado existe uma reflexão social acerca do funcionamento da sociedade, reflexão crítica que aponta os fundamentos do capitalismo e que resultam na luta conduzida pelo EZLN contra as condições de vida da população Mexicana.

A interpretação realizada pelo EZLN se desdobra no posicionamento que a organização fará ao término da Sexta Declaração: uma política de alianças com organizações de esquerda e anticapitalistas em luta contra o neoliberalismo e pela humanidade. Posicionamento que em nenhum outro momento fora feito pelo EZLN. Em 2005 são doze anos de guerra em Chiapas, um conflito que ora passou por momentos de intensa violência, ora esteve sob uma espécie de “paz armada”, em que as forças estatais e para-estatais ficavam reduzidas às suas posições sem atacar diretamente as milícias e posições do EZLN nem os municípios rebeldes que apoiam e aderem à guerrilha, situação instável apesar de haver um cessar-fogo formal desde o dia 12 de Janeiro de 1994.

E o mais importante a ser destacado, são doze anos de luta política do EZLN com o Estado Mexicano, o que significa uma experiência política acumulada entre acordos e desacordos com as autoridades estabelecidas, momentos em que como vimos o EZLN retrata as instituições estatais como criminosos organizados, e em outros momentos convoca essas instituições para que elas demonstrem compromisso com a “nação mexicana” e reconheçam as reivindicações das comunidades de Chiapas, ou seja, ora deslegitimando, ora legitimando as instituições e autoridades estabelecidas se constrói a experiência política do EZLN. O que já apontamos como as ambiguidades presentes no discurso do EZLN, o que está presente desde a primeira Declaração de 1994.

A segunda categoria que gostaríamos de destacar como apresentando novas informações dentro do conjunto das Declarações da Selva Lacandona diz respeito à questão da categoria organização. Como já vimos, em Declarações anteriores já apresentamos a presença dessa categoria, embora como anteriormente ressaltado com enunciados genéricos tal como o que apresenta o tema do “mandar-obedecendo” como expressão das relações políticas nas comunidades sob direção do EZLN. Na Sexta Declaração apresentam-se novos fragmentos textuais problematizando o tema da política do “mandar-obedecendo”. O ponto central está no reconhecimento do EZLN da separação entre a organização política, o próprio EZLN, e as comunidades que apoiam a luta armada da organização.

Como já explicitamos anteriormente, carecemos de fontes empíricas sobre como efetivamente ocorre a reprodução das relações políticas concretas em Chiapas, o conhecimento que obtemos aqui sobre o EZLN se dá sob a forma da análise do discurso, assim, tão somente podemos

problematizar o fenômeno social que é o EZLN a partir do debate sobre o significado dos comunicados do EZLN, aquilo que a organização diz, comunica, o que pode não coincidir com o que a organização é concretamente. Mas de qualquer forma, podemos confrontar diversas declarações da organização e assim refletir sobre a coerência, contradições, avanços, limites, etc. que a organização nos permite conhecer sobre ela através de suas publicações. Poderíamos avançar no nível das questões, confrontando com a prática, com uma pesquisa de campo.

Começemos, pois, com o que o EZLN vem afirmando desde a Segunda Declaração a respeito da forma de relação política das comunidades zapatistas (as que mantêm relação com a organização do EZLN, variando de níveis desde o apoio à participação ativa, e incluindo os municípios rebeldes, com o controle do território nas mãos do EZLN), que se expressa na fórmula do mandar-obedecendo:

Bueno, pues empezamos entonces a echarle ganas a los municipios autónomos rebeldes zapatistas, que es como se organizaron los pueblos para gobernar y gobernarse, para hacerlos más fuertes. Este modo de gobierno autónomo no es inventado así nomás por el EZLN, sino que viene de varios siglos de resistencia indígena y de la propia experiencia zapatista, y es como el autogobierno de las comunidades. O sea que no es que viene alguien de afuera a gobernar; sino que los mismos pueblos deciden, de entre ellos, quién y cómo gobierna, y si no obedece pues lo quitan

Segundo o EZLN, a política do mandar-obedecendo não é uma introdução da organização nas comunidades sob sua direção, mas sim a forma concreta, historicamente estabelecida, a respeito da organização interna das comunidades e que remonta às tradições indígenas locais. Por sua vez, a organização respeita e entende que essas relações políticas apresentam um conteúdo avançado e progressista no que diz respeito à política tradicional Mexicana que se expressa no “sistema de partido no poder”, portanto, relações políticas estas que caminham no sentido do que a organização reivindica “Democracia, Liberdade e Justiça”. Acontece, porém, que pela primeira vez o EZLN nos dá a conhecer a respeito da distinção entre o que é a organização política específica denominada EZLN e o que são as comunidades que se sublevaram em conjunto ou posteriormente aderiram à luta armada/política. Trata-se explicitação da discussão travada no meio do marxismo da relação existente entre o que é a classe social e as organizações da classe.

A relação que se dá entre classe e organização se expressa no seguinte enunciado:

-Y también vimos que el EZLN con su parte político-militar se estaba metiendo en las decisiones que le tocaban a las autoridades democráticas, como quien dice “civiles”. Y aquí el problema es que la parte político-militar del EZLN no es democrática, porque es un ejército, y vimos que no está bien eso de que está arriba lo militar y abajo lo democrático, porque no debe de ser que lo que es democrático se decida militarmente, sino que debe ser al revés: o sea que arriba lo político democrático mandando y abajo lo militar obedeciendo

Essa afirmação é importante porque contesta tanto os trabalhos que reproduzem acriticamente as posições do EZLN, como os que condenam a organização na perspectiva da ausência de uma “vanguarda revolucionária”. Para os primeiros, nossa análise do enunciado vai no sentido de que como o próprio movimento reconhece a organização militar se sobrepõe ou interfere

fortemente, com sua direção e hierarquia, nas comunidades, sendo assim, contrastando com os próprios princípios de organizações pretensamente anarquistas, autonomistas que oferecem um apoio ativo ao EZLN, ora o militarismo e a autoridade inerente a ele é uma relação social oposta a relação social que busca fundar o anarquismo, baseando-se esta na livre associação dos indivíduos. Por outro lado, a corrente do marxismo conhecida como bolchevismo que aponta para a necessidade de uma organização revolucionária de vanguarda pode sim reconhecer no EZLN um tipo formal de organização que corresponda a esse princípio, podendo questionar sim o quanto de revolucionário a direção do EZLN, o CCRI-CG, pode ser, mas sem poder questionar que a organização cumpre a função de direção, só que no caso específico atuando sob a forma de um exército: “problema es que la parte político-militar del EZLN no es democrática, porque es un ejército” (VI DSL).

O nascimento dos caracóis, municípios rebeldes, e das Juntas de Bom Governo, espécie de coordenação regional de vários caracóis, remonta tanto à negativa do governo mexicano de reconhecer as autonomias indígenas, mas também da separação entre as autoridades da direção do EZLN, o CCRI-CG, e as autoridades escolhidas pelas comunidades zapatistas:

Así fue como se nacieron las Juntas de Buen Gobierno, en agosto de 2003, y con ellas se continuó con el autoaprendizaje y ejercicio del “mandar obedeciendo.

(...)

Desde entonces y hasta la mitad de 2005, la dirección del EZLN ya no se metió a dar órdenes en los asuntos civiles, pero acompañó y apoyó a las autoridades elegidas democráticamente por los pueblos, y, además, vigiló que se informara bien a los pueblos y a la sociedad civil nacional e internacional de los apoyos recibidos y en qué se utilizaron. Y ahora estamos pasando el trabajo de vigilancia del buen gobierno a las bases de apoyo zapatistas, con cargos temporales que se rotan, de modo que todos y todas aprendan y realicen esa labor. Porque nosotros pensamos que un pueblo que no vigila a sus gobernantes, está condenado a ser esclavo, y nosotros peleamos por ser libres, no por cambiar de amo cada seis años

Esse processo apresentado de separação e substituição de autoridades demonstra que uma coisa é a classe, as comunidades de camponeses de Chiapas, e outra coisa é a organização política do EZLN,

Bueno, pero entonces, de este problema, lo que hicimos fue empezar a separar lo que es político-militar de lo que son las formas de organización autónomas y democráticas de las comunidades zapatistas. Y así, acciones y decisiones que antes hacía y tomaba el EZLN, pues se fueron pasando poco a poco a las autoridades elegidas democráticamente en los pueblos.

O que vai na contramão ao fascínio e mística que possui o EZLN sobre diversas organizações e movimentos sociais que identificam a vida concreta das comunidades de Chiapas com a existência política do EZLN. Na raiz da organização estão as comunidades de camponeses, portanto, a organização pode expressar as contradições que envolvem as relações de classe do campesinato, mas por outro lado, trata-se de um reducionismo analítico analisar as comunidades pelo EZLN, mesmo porque a organização tende a ocultar os sujeitos reais e concretos que produzem e reproduzem a vida em Chiapas.

Mas poderíamos indagar-nos se há uma tendência então para o desaparecimento do EZLN?

Se consideramos a afirmada substituição de autoridades e levando-se em consideração o fato de que o EZLN está reafirmando em todas as suas Declarações que abandona as intenções bélicas indicáramos que assim não teria razão de existir o EZLN que é uma organização armada, um exército, que tem, em tese, essencialmente por função as atividades militares. Mas de acordo com a organização não, pois segundo eles o seu quadro dirigente e de “base”, comandantes e milicianos e combatentes, fora renovado e reforçado ao longo dos anos de conflito armado:

Pero no sólo se crecieron los pueblos zapatistas, sino que también se creció el EZLN. Porque lo que pasó en este tiempo es que nuevas generaciones renovaron toda nuestra organización. O sea que como que le metieron nueva fuerza. Los comandantes y comandantas, quienes estaban en su madurez en el inicio del alzamiento en 1994, tienen ahora la sabiduría de lo aprendido en la guerra y en el diálogo de 12 años con miles de hombres y mujeres de todo el mundo. Los miembros del CCRI, la dirección político-organizativa zapatista, ahora aconsejan y orientan a los nuevos que van entrando en nuestra lucha, y a los que van ocupando cargos de dirección. Ya tiene tiempo que los “comités” (que es como les decimos nosotros) han estado preparando toda una nueva generación de comandantes y comandantas que, después de un período de instrucción y prueba, empiezan a conocer los trabajos de mando organizativo y a desempeñarlos. Y pasa también que nuestros insurgentes, insurgentas, milicianos, milicianas, responsables locales y regionales, así como las bases de apoyo, que eran jóvenes en el inicio del alzamiento, son ya hombres y mujeres maduros, veteranos combatientes y líderes naturales en sus unidades y comunidades. Y quienes eran niños en aquel enero de 94, son ya jóvenes que han crecido en la resistencia, y han sido formados en la digna rebeldía levantada por sus mayores en estos 12 años de guerra. Estos jóvenes tienen una formación política, técnica y cultural que no teníamos quienes iniciamos el movimiento zapatista. Esta juventud alimenta ahora, cada vez más, tanto nuestras tropas como los puestos de dirección en la organización.

As questões surgidas da relação do EZLN com a classe a qual busca representar os interesses tende a se resolver nos termos da própria organização, isto é, como força política e direção o EZLN exerce uma função de mando e sua estrutura não pode simplesmente desaparecer, está consolidada e se reproduz internamente. Tanto que para a Sexta Declaração a organização afirma:

Claro que hay problemas que se pueden resolver separando más lo político-militar de lo civil-democrático. Pero hay cosas, las más importantes, como son nuestras demandas por las que luchamos, que no se han logrado cabalmente

A permanência das reivindicações das comunidades do EZLN é uma justificativa para a continuidade da organização e assim o EZLN pode se cristalizar como poder político nos territórios rebeldes de Chiapas. De fato, o EZLN desde janeiro de 1994 não é um movimento guerrilheiro convencional baseado na regularidade do conflito militar, e a não ser pela continuidade de seus membros em armas, não seria mais uma guerrilha, tal como as vimos em ação nos 1960 e 1970, o que se expressa nos dilemas que apontamos: uma organização armada que recusa a abandonar as armas⁴⁹, ou uma organização guerrilheira, dirigida por uma complexa coordenação hierarquizada,

⁴⁹ E ironicamente aqui se dá a relação inversa da famosa frase do EZLN que diz serem soldados que lutam para que não mais existam soldados. A continuidade da estrutura militar apesar do desenvolvimento das expressões políticas das comunidades de Chiapas desmonta tal afirmação, embora as insistentes agressões sofridas os impedem de abandonar completamente a via militar. Sobre as expressões políticas dos municípios rebeldes de Chiapas veja: Lucas Gebara Spinelli Territórios da Estratégia Autônoma: Os auto-governos rebeldes e a política zapatista, dissertação de Mestrado. IFCH, UNICAMP, 2011.

que luta por democracia e autonomia.

E as memórias do EZLN confirmam o processo de desenvolvimento desse dilema. Na classificação da categoria memória percebemos como o EZLN surge sob determinadas condições sociais, a piora das condições de vida do campesinato de Chiapas agravada por um quadro de extrema repressão

Bueno, pues nosotros los zapatistas del EZLN nos levantamos en armas en enero de 1994 porque vimos que ya está bueno de tantas maldades que hacen los poderosos, que sólo nos humillan, nos roban, nos encarcelan y nos matan, y nada que nadie dice ni hace nada.

Contudo, se mantém sob outra situação em que intervém massivamente a população mexicana no desenrolar da luta política entre o governo e a guerrilha:

Y entonces empezamos a hablarnos con otros pueblos indios de México y sus organizaciones que tienen y lo hicimos un acuerdo con ellos que vamos a luchar juntos por lo mismo, o sea por el reconocimiento de los derechos y la cultura indígenas. Y bueno, pues también nos apoyó mucha gente de todo el mundo y personas que son muy respetadas y que su palabra es muy grande porque son grandes intelectuales, artistas y científicos de México y de todo el mundo. Y también hicimos encuentros internacionales, o sea que nos juntamos a platicar con personas de América y de Asia y de Europa y de África y de Oceanía, y conocimos sus luchas y sus modos, y dijimos que son encuentros “intergalácticos” nomás por hacernos los chistositos y porque invitamos también a los de otros planetas pero parece que no llegaron, o tal vez sí llegaron pero no lo dijeron claro

O EZLN é um dos poucos casos entre os movimentos sociais e organizações políticas que conseguiram romper o que podemos chamar de “cerco informativo” produzido pelos meios oligopolistas de comunicação que trabalham forjando a versão oficial sobre os acontecimentos da sociedade moderna; através de um intenso trabalho de publicização de suas origens, objetivos, interesses o EZLN conseguiu criar um contra-balanço às versões divulgadas pela grande mídia, geralmente tendente a transmitir uma mensagem negativa a respeito de movimentos populares. A história oficial da organização passada em 4 tempos: a chegada de jovens militantes maoístas na Selva Lacandona para criar a guerra popular, a posterior adesão massiva de indígenas da região para engrossar as fileiras do EZLN, e depois a conversão da organização em um movimento essencialmente indígena, para num último momento se converter num movimento nacional de luta pela Democracia, Liberdade e Justiça é relativamente aceita pela historiografia sobre o EZLN (HILSENBECK, 2006; FIGUEIREDO, 2003), eis uma das façanhas do EZLN conseguir divulgar sua versão da história.

Mas não é em todas as suas feições que essa façanha do EZLN se apresenta como positiva, na verdade cria dificuldades para aquele que busca analisar a organização, notadamente para os trabalhos que têm seu enfoque de reflexão baseados na análise do discurso; nesses casos, a dificuldade tem de ser enfrentada através de uma perspectiva crítica, sem reproduzir acriticamente o que é dito pela organização ou tratar de forma neutra as fontes de pesquisa, além de necessariamente ter de analisar um conjunto representativo da produção textual do EZLN. Podemos abranger tal problemática para a análise da categoria instituição, na medida em que na versão última

que o movimento apresenta a sua relação com as instituições mexicanas foram marcadas pela progressiva ruptura

Y pues ya no hicimos ningún contacto con los poderes federales, porque entendimos que el diálogo y la negociación se habían fracasado por causa de esos partidos políticos. Vimos que no les importaron la sangre, la muerte, el sufrimiento, las movilizaciones, las consultas, los esfuerzos, los pronunciamientos nacionales e internacionales, los encuentros, los acuerdos, las firmas, los compromisos. Así que la clase política no sólo cerró, una vez más, la puerta a los pueblos indios; también le dio un golpe mortal a la solución pacífica, dialogada y negociada de la guerra. Y también ya no se puede creer que cumpla los acuerdos a los que llegue con cualquiera. Ahí lo vean para que saquen experiencia de lo que nos pasó

O que de fato não se passou dessa forma, pois como estamos destacando ao longo do presente estudo, desde o levante em 1994 o EZLN vem tendo uma relação incoerente e contraditória com as instituições oficiais, em um primeiro momento (na Primeira Declaração) rejeitou determinadas instituições - Executivo Federal, Exército - e legitimou outras - Congresso da União - simultaneamente, e numa segunda fase passou a deslegitimar todas as instituições (sobretudo ao longo da Terceira e Quarta Declarações), já numa terceira fase (Quinta Declaração) reconheceu todas as instituições estabelecidas na tentativa de alcançar os Acordos de San Andrés. E somente com a recusa do governo e do Congresso da União em assinar a totalidade dos acordos que a organização trava o contato e passa a realizar novamente a crítica aos poderes estabelecidos. E não podemos esquecer que instituições imaginárias como a nação, a bandeira, o hino são supervalorizadas pelo EZLN.

A relação do EZLN com as instituições é emblemática, e esta relação se expressa nos comunicados do EZLN. Como pode uma organização armada, que luta para destituir uma parte dos poderes estabelecidos, manter relações com estes mesmos poderes? As contradições dessa relação se expressam no conjunto dos comunicados do EZLN: num primeiro momento, uma declaração de guerra contra o executivo federal foi feita evocando os princípios constitucionais, meses depois, o EZLN declara a falência de todos os poderes da nação, denuncia a origem dos problemas políticos mexicanos como resultado do domínio do “sistema de partido no poder” para numa fase posterior demandar que o Congresso da União efetive o compromisso que tem com a nação Mexicana e, mais ainda, convoca aos senadores e deputados de todos os partidos a ratificarem a legislação para os direitos e culturas indígenas e assim a “fazer com que mandem obedecendo” (Quinta Declaração), orientando assim para que os poderes oficiais funcionem como as comunidades com uma relação política alternativa, tal como diz o EZLN a respeito dos municípios rebeldes zapatistas.

Contudo, a crítica do EZLN às instituições mexicanas prossegue, e complementada pela análise do capitalismo em sua fase de globalização neoliberal o EZLN pronuncia um discurso ainda mais radicalizado contra todas as instituições do Estado Mexicano. Diz a organização que

Todos nosotros hemos visto los engaños de la clase política mexicana y la destrucción que sus acciones provocan en nuestra patria.

A experiência recente da organização está cunhada nessas palavras, o não reconhecimento dos Acordos de San Andrés em uma legislação que garanta a autonomia das comunidades indígenas resultou no desaparecimento do EZLN da cena política mexicana por vários anos, de meados de 2001 a 2005, e a conseqüente paralisação das negociações com o governo. Desde a Sexta Declaração, último documento desse tipo divulgado pelo EZLN, a posição oficial da organização é de rechaço das instituições políticas. A “classe política” no México, segundo o EZLN, mantém estreitas relações com o capitalismo que “destruye a los países que conquista con la globalización neoliberal”:

Entonces en el neoliberalismo que nos imponen los malos gobiernos pues no ha mejorado la economía, al contrario, el campo está muy necesitado y en las ciudades no hay trabajo. Y lo que está pasando es que México se está convirtiendo nomás en donde nacen y un rato, y otro rato se mueren, los que trabajan para la riqueza de los extranjeros principalmente de los gringos ricos. Por eso decimos que México está dominado por Estados Unidos.

Os “malos gobiernos” impostos pelo neoliberalismo, segundo o EZLN, pioram as condições de vida das classes trabalhadores por meio da atuação do Estado e dos políticos, aqueles a quem o EZLN faz referência como os vende-pátria:

Y bueno, pues ahora también los políticos mexicanos lo quieren vender PEMEX o sea el petróleo que es de los mexicanos, y la única diferencia es que unos dicen que se vende todo y otros dicen que sólo se vende una parte. Y también quieren privatizar el seguro social, y la electricidad, y el agua, y los bosques, y todo, hasta que no quede nada de México y nuestro país sólo sea como un terreno baldío o un lugar para su diversión de los ricos de todo el mundo, y los mexicanos y mexicanas estemos como sus sirvientes, pendientes de qué se les ofrece, mal viviendo, sin raíces, sin cultura, sin Patria pues.

A divisão entre os “vende-pátria” e os forjadores da verdadeira nacionalidade mexicana é reforçada pela visão que o EZLN tem de que a globalização neoliberal é um risco para a nação, ante o internacionalismo do movimento do capital, o EZLN responde com um apego aos elementos nacionais para evitar que a destruição do México se dê por completo, tal como já vinha passando intensamente as comunidades de camponeses de Chiapas que viam o processo de avanço do capital sobre suas terras como demonstramos no primeiro capítulo.

Outro elemento importante a destacar a respeito das considerações que faz o EZLN sobre as instituições mexicanas é que ao longo de todas as Declarações a organização jamais tinha criticado o PRD, Partido da Revolução Democrática, sendo que em outro momento, na Quarta Declaração, convocou o líder do PRD, Cuauhtémoc Cárdenas, para que este liderasse o Movimento Pela Libertação Nacional, iniciativa civil do EZLN. Agora, o EZLN se manifesta abertamente contra todos os partidos políticos eleitorais:

Y los partidos políticos electorales no nada más no defienden, sino que primero que nadie son los que se ponen al servicio de los extranjeros, principalmente de los de Estados Unidos, y son los que se encargan de engañarnos, haciéndonos que miramos para otro lado mientras venden todo y se quedan ellos con la paga. Todos los partidos políticos electorales que hay ahorita, no nomás unos. (...) Y no la tienen porque de por sí no tienen Patria, sólo tienen cuentas bancarias.

E como consequência prática, nas eleições de 2006 o EZLN se posiciona contra o candidato do PRD Andrés Manuel Lopez Obrador, da mesma forma que se posicionou contra o candidato oficial, do PRI, e o conservador do PAN. Se alguém no ano de 2015 quiser saber a posição do EZLN a respeito dos partidos políticos terá como resposta a afirmação que a organização se opõe aos partidos, mas se a pergunta fosse feita em 2001 a resposta seria outra e novamente uma resposta diferente em 1998, quando o EZLN ainda mantinha estreitas relações com o PRD e seu principal líder, Cuauhtémoc Cárdenas. Ao longo dos últimos anos a organização oscilou entre o estabelecimento de relações políticas com os “partidos opositores” e o rompimento dessas relações, não por princípio político, mas pelo não cumprimento das expectativas da organização do apoio ao reconhecimento da legislação indígena, de tal forma que não se pode falar estritamente de uma contradição de posicionamentos da organização, tendo em vista que não tem por princípio o antipartidarismo.

Nos discursos do EZLN, a radicalização da crítica às instituições mexicanas é crescente, intercalada por posicionamentos que se aproximam dessas instituições a depender da situação, como foi o caso na época em que se buscou a aprovação da legislação sobre a autonomia indígena. Em 2005, o EZLN resgata a crítica já feita anteriormente que relaciona as instituições mexicanas com organizações narcotraficantes:

Los meros jefes andan bien vestidos, tienen estudios en el extranjero, son elegantes, no se andan escondiendo sino que comen en buenos restaurantes y salen en los periódicos muy bonitos y bien vestidos en sus fiestas, o sea que, como luego se dice, son “gente bien”, y algunos hasta son gobernantes, diputados, senadores, secretarios de estado, empresarios prósperos, jefes de policía, generales.

E as instituições judiciárias atuam para legalizar a situação em que o México fora submetido pela globalização neoliberal:

Porque ése es otro problema, y es que la Constitución ya está toda manoseada y cambiada. Ya no es la que tenía los derechos y las libertades del pueblo trabajador, sino que ahora están los derechos y las libertades de los neoliberalistas para tener sus grandes ganancias. Y los jueces están para servir a esos neoliberalistas, porque siempre dan su palabra a favor de ellos, y a los que no son ricos pues les tocan las injusticias, las cárceles, los cementerios.

Na Sexta Declaração da Selva Lacandona o EZLN discursa contra todas as instituições estatais do México. E ao fim dessas considerações - instituições que vendem as riquezas nacionais, que se envolvem com o crime organizado, que não representam a nação, mas sim suas contas bancárias - diz o EZLN que é necessário outra forma de se fazer política:

Estamos diciendo que la política no sirve? No, lo que queremos decir es que ESA política no sirve. Y no sirve porque no toma en cuenta al pueblo, no lo escucha, no le hace caso, nomás se le acerca cuando hay elecciones, y ya ni siquiera quieren votos, ya basta con las encuestas para decir quien gana.

Essa nova política será definida pelo EZLN nas propostas que a organização realizará, e

resultará na Campanha Nacional por outra forma de fazer política, baseada num programa nacional de lutas e na perspectiva da esquerda política lutando por uma nova constituição. O principal resultado dessa nova forma de se fazer política será a *Otra Campaña*, um movimento de contestação das eleições mexicanas, cujo lema é “existe política além do voto”.

Na Sexta Declaração ainda levantamos a categoria de análise luta social. Essa categoria é intimamente ligada aos enunciados que expressam a reflexão que faz o EZLN na categoria realidade econômica. Pois como afirma a organização “así como hay una globalización neoliberal, hay una globalización de la rebeldía” que engloba os trabalhadores do campo e da cidade mas também uma diversidade de grupos oprimidos como negros, homossexuais, imigrantes, as mulheres, jovens: “todos esos grupos de gente están luchando contra el neoliberalismo, o sea contra el plan de la globalización capitalista”.

Segundo o EZLN, eles são somente uma pequena parte das milhares de lutas políticas que ocorrem e se intensificam sob o capitalismo globalizado, desta forma, a organização busca se colocar em solidariedade com os povos que lutam, porque estes “no están sólo”; a organização faz então referências à luta social na América Latina: do passado com Bolívar e Che, Cuba, aos presentes movimentos populares na Bolívia, Equador, Venezuela, Uruguai, os Sem-Terra no Brasil, as manifestações no que o EZLN chama de “Europa social” em luta contra o neoliberalismo. A organização busca apresentar uma visão global das lutas sob o capitalismo, daí sua proposta de fazer um acordo com pessoas e organizações de esquerda, porque segundo o EZLN é somente nesse campo que se pode fazer um plano de ação conjunto contra o neoliberalismo.

À visão de pertencimento a um processo mais amplo de lutas sucede um calendário de lutas em conjunto com as “organizações de esquerda”. Surge então, novos enunciados no comunicado que isolados produzimos uma nova categoria a das propostas elaboradas pelo EZLN. A organização se compromete a manter relações com organizações que lutam contra o neoliberalismo e pela humanidade; a mandar insumos para a resistência cubana contra o bloqueio Estadunidense: 8 toneladas de milho e 2 tambores de gasolina; enviar artesanato e café para alguns movimentos sociais da Europa; e milho não-transgênico para Bolívia e Equador; além de organizar novos Encontros Intercontinentais pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo.

O EZLN se compromete também em construir o programa nacional de lutas junto com todos os oprimidos e explorados do México, como contribuição para uma nova forma de fazer política e manter a luta por uma nova constituição. Será enviada uma delegação da direção do EZLN para viajar por todo o México para construir novas lutas que reforcem a política de alianças com organizações que lutam contra o neoliberalismo e que sejam em teoria e na prática de esquerda. O EZLN também se manifesta sobre como realizará suas alianças políticas, estas serão fundadas no:

Compromiso claro de defensa conjunta y coordinada de la soberanía nacional, con la

oposición intransigente a los intentos de privatización de la energía eléctrica, el petróleo, el agua y los recursos naturales

Além de que a organização se volta para uma parcela da população mexicana:

Invitamos a los indígenas, obreros, campesinos, maestros, estudiantes, amas de casa, colonos, pequeños propietarios, pequeños comerciantes, micro empresarios, jubilados, discapacitados, religiosos y religiosas, científicos, artistas, intelectuales, jóvenes, mujeres, ancianos, homosexuales y lesbianas, niños y niñas, para que, de manera individual o colectiva participen directamente con los zapatistas en esta CAMPAÑA NACIONAL para la construcción de otra forma de hacer política, de un programa de lucha nacional y de izquierda, y por una nueva Constitución.

E assim se encerra a Sexta Declaração da Selva Lacandona, último comunicado do EZLN informando à população mexicana e aos que acompanham a organização em diversas regiões do mundo sobre os caminhos que o EZLN está trilhando. De 2005 aos dias atuais a organização divulgou comunicados sobre acontecimentos cotidianos, planejamentos dos municípios rebeldes, notas de apoio e repúdio a fatos políticos e documentos relacionados com a “*Otra Campaña*”, resultado da chamada à realização de uma nova forma de fazer política presente na Declaração de 2005.

Votán-Zapata: memória e cultura indígena e camponesa

O conjunto de textos do EZLN que escolhemos se encerra com a Sexta Declaração da Selva Lacandona, fizemos assim um trajeto de exposição dos comunicados da organização que empreende um comunicado escrito e divulgado antes do levante do EZLN tendo como objetivo chamar a população de Chiapas à rebelião que se preparava e as declarações pós-levante. É um conjunto significativo de textos, contudo, achamos produtivo para os objetivos que nos propomos agregar mais um comunicado do EZLN, o pequeno texto *Votán-Zapata*, escrito em 10 de Abril de 1995. Também reforça a nossa escolha o fato de que a exposição dos comunicados do EZLN vem apontando, em nosso estudo, para a inclusão da organização nas tradições culturais e sociais do campesinato de origem indígena ainda presente na sociedade mexicana. E o presente comunicado ora analisado é exemplar dessa ligação do EZLN.

Apesar de pequeno, a decomposição do texto apresenta diversas reflexões do EZLN sobre as origens sociais da organização. Classificamos o comunicado em quatro categorias: memória, imaginário, valores, força social. As categorias apresentam as origens sociais de uma classe social formada pelo desenvolvimento do capitalismo no México que se conclui com a destruição de um outro modo de vida, das comunidades nativas, daí a importância das referências do texto na medida em que apresenta um imaginário que se construiu socialmente por meio da tradição e da luta política.

Votán e Zapata, são as duas figuras evocadas pelo comunicado, são valorizadas como as referências das comunidades de Chiapas e formam parte da memória e do imaginário desses grupos.

Votán e Zapata são apresentados como personagens históricos que dão força aos guerrilheiros do EZLN, além de que são a proteção do povo mexicano. Votán é uma figura mítica das comunidades indígenas, é um ser fantástico, e não um ser real como o comandante Emiliano Zapata, figura que forma par com Votán, embora, a relação com a figura de Zapata evoque também um misticismo.

A memória que a organização busca guardar diz respeito a eventos importantes para as comunidades chiapanecas, sobretudo os episódios de luta contra as condições de vida do campesinato que tem na figura de Zapata um herói:

No dia de hoje voltamos a recordar a luta que nos deu nome e rosto. Recordamos o dia em que a traição matou o general Emiliano Zapata quando lutava pela justiça. Zapata morreu, mas não sua luta e não seu pensamento. Muitos Emiliano Zapata nasceram depois, e agora o seu nome não serve apenas para chamar uma pessoa. O seu nome chama uma luta pela justiça, uma causa pela democracia, um pensamento pela liberdade.

O EZLN é herdeiro de Zapata e busca manter a luta iniciada pelo caudilho durante a Revolução Mexicana de 1910:

Unido ao Votán, Guardião e Coração do Povo, Zapata se levantou de novo para lutar pela democracia, a liberdade e a justiça para todos os mexicanos

A memória de lutas centrada na figura de Zapata produz um imaginário que podemos classificar de mítico, marcando a união de um ser fantástico com um ser real através das comunidades zapatistas que se apegam ao “Votán-Zapata, Guardião e Coração do Povo”:

Todos nós somos um em Votán-Zapata e ele está presente em todos nós.

(...)

Nós somos os mortos de sempre, os que morrem para viver.

Resgatando as figuras de Votán e Zapata o EZLN faz sua crítica à atual sociedade mexicana, que de um lado marginaliza a cultura da parcela da população de herança indígena e que explora e reprime o campesinato, daí que podemos falar numa “memória de luta” sendo mantida pelo EZLN:

Por isso, quer acabar com os zapatistas, porque somos indígenas, porque somos dignos, porque somos rebeldes, porque lutamos, porque resistimos, porque lutamos por todos os nossos irmãos mexicanos

Tal memória também resgata e dá continuidade a valores opostos aos que são transmitidos pela sociedade capitalista quando a organização fala em que estão em disputa a soberba e o poder do dinheiro contra a dignidade indígena. Embora evoque elementos do passado, como o imaginário das comunidades indígenas e uma relação mítica com o líder camponês Emiliano Zapata, os comunicados do EZLN não transmite uma crítica conservadora da sociedade capitalista, e busca sim superar aspectos dessa realidade que a organização considera como prejudiciais aos indígenas, ao campesinato e aos mexicanos em geral como vimos nas reivindicações do EZLN que abordam temas que vão desde a luta pela conquista da autonomia das comunidades chiapanecas, defesa da propriedade *ejidal* e da produção camponesa e a luta pela transformação das relações políticas no

México.

Parte III

Entre a ideologia e a utopia

Capítulo IV

Entre a ideologia e a utopia

As forças ativas da sociedade atuam, enquanto não as conhecemos e contamos com elas, exatamente como as forças da natureza: de modo cego violento e destruidor. Mas, uma vez conhecidas, logo que se saiba compreender tua ação, suas tendências e seus efeitos, está em nossas mãos o sujeitá-las cada vez mais à nossa vontade e, por meio delas, alcançar os fins propostos (**Engels, Do socialismo utópico ao socialismo científico**).

No conjunto, as Declarações da Selva Lacandona contém duas dimensões inseparáveis: de um lado, apresenta como “é”, ao menos na imagem que a organização descreve, a sociedade mexicana, quais seus grandes problemas, qual sua história, as forças sociais que existem; por outro lado, descrevem, ao menos de forma tímida, embrionária e sem muitos aprofundamentos, novas formas de se organizar a sociedade, sobretudo no que diz respeito às relações políticas. Para refletirmos sobre essa questão pensamos em ter como elementos referenciais a questão da ideologia e da utopia. Foi nesse sentido que buscamos explicar como elementos característicos da produção das ideologias estão presentes no discurso do EZLN, mas que ao mesmo tempo, elementos utópicos se constroem no mesmo discurso proferido pela organização.

Se como explicaremos a seguir, as ideologias são sistemas de ideias que reproduzem idealmente as condições materiais do poder da classe dominante e que são produzidas e reproduzidas pelas próprias condições da divisão do trabalho, através da atividade dos ideólogos, o EZLN é uma organização que absorve, produz e reproduz ideologia: os discursos produzidos pelo CCRI-CG, direção da organização, criam uma concepção a respeito da sociedade mexicana, concepção esta que mescla uma visão nacionalista da sociedade, entremeada de institucionalismos e legalismos, e que tem como expressão discursiva mais forte a palavra dos “forjadores da nação”; mas neste mesmo movimento, o campesinato chiapaneco sob direção do EZLN passou a questionar ativamente aspectos da sociedade mexicana, sobretudo as políticas neoliberais do Estado e a hegemonia do PRI no “sistema de partido único”, o levante de 1994 seguido de uma intensa atividade política foi o estopim para a explosão de um movimento social mais amplo de questionamento da “ordem neoliberal” na sociedade mexicana, inclusive com influências em outros países e continentes. Soma-se à “ação discursiva”, a ação política concreta do EZLN por meio de sua defesa da política do “mandar-obedecendo” e da autonomia das comunidades, que também teve sua influência na explosão de movimentos sociais autonomistas e de organização de base.

A partir da compreensão do a) processo histórico e social dentro do qual surge o EZLN e b) exposição do conteúdo e de suas categorias fundamentais realizaremos a partir de agora uma reflexão crítica sobre os comunicados do EZLN fundamentados c) nos conceitos de ideologia e utopia.

Produzindo ideologia

A realidade das condições de vida nas sociedades contemporâneas dominadas pela acumulação integral, expressa em algumas representações cotidianas, pela mídia, pelos discursos políticos como neoliberalismo, apresenta elementos novos e originais no nosso tempo presente comparado a outros estágios do desenvolvimento capitalista, exemplos são: a transferência de grande parte da produção mundial para o extremo Oriente, a vigilância totalitária sobre os indivíduos, a presença intensiva das tecnologias de informática, a completa transformação da quase totalidade das coisas existentes em mercadorias (de qualquer espécie material, atividade, objeto, recursos naturais, etc.), o domínio completo sobre a totalidade do globo terrestre pelo mercado mundial, fato inédito registrado na história da humanidade, uma “opinião pública mundial” que através dos meios oligopolistas de comunicação em massa molda gostos, valores, concepções políticas, sentimentos.

Vivenciamos um novo estágio de manifestação do modo de produção capitalista, o processo de extração de mais-valia se expandiu para a totalidade do mundo, estando no centro do sistema capitalista mundial, nos países sedes de capital transnacional, avançando até atingir em suas margens e extremidades os países com restrita integração ao mercado mundial. Nesse ínterim, o fato imediato que se observa é a transformação da totalidade da população do planeta em trabalhadores assalariados, que defrontam o capitalismo global em suas mais variadas feições: industrial, comercial, agrícola, serviços, financeiro, etc.

Há distintas formas de expressar mentalmente, isto é, apresentar por meio de ideias, representações, teorias, ideologias a sociedade em que vivemos. Encarar o mundo contemporâneo desde uma perspectiva histórica é descobrir a continuidade e a intensificação de fenômenos da sociedade capitalista como a exploração do trabalho e a valorização das mercadorias, a afirmação de Marx de que na mesma medida em que se desvaloriza o mundo dos seres humanos é valorizado o mundo das mercadorias assume a qualidade de tese a ser defendida urgentemente quando analisamos o domínio absoluto e a onipresença das mercadorias na vida que se vive cotidianamente.

E encarar o mundo contemporâneo desde a perspectiva do imediato, como seria? Lukacs aponta da seguinte forma quais são os limites da consciência imediatista:

À primeira vista - e todos aqueles que insistem no imediatismo nunca conseguirão superar essa 'primeira vista' -, parece que ir mais longe implica um movimento de puro pensamento, um processo de abstração. Mas essa aparência surge dos hábitos de pensar e de sentir do simples imediatismo, no qual as formas imediatamente dadas dos objetos, sua existência e

seu modo de ser imediatos aparecem como o que é primeiro, real, objetivo, enquanto suas 'relações' se mostram como algo secundário e meramente subjetivo (LUKÁCS, 2003, p. 316).

O aumento da criminalidade, o crescimento do número de pessoas que morrem violentamente, a elevação do número de moradores de rua, o crescimento gigantesco das favelas nos centros urbanos e o luxo desmesurado das regiões mais valorizadas, a precarização geral das condições de trabalho e de vida, são acontecimentos que, na aparência de suas ocorrências isoladas, formam a consciência do imediato, a consciência imediatista, nas sociedades modernas. A crítica da sociedade existente se limita a setores localizados da população (grupos políticos, movimentos sociais, etc.), a consciência do ser humano comum das sociedades contemporâneas é aceitar e reproduzir as relações sociais tais como estas lhe apresentam e como se relacionam socialmente no cotidiano:

Na cotidianidade a atividade e o modo de viver se *transformam* em um instintivo, subconsciente e inconscientemente, irrefletido *mecanismo* de ação e de vida. As coisas, os homens, os movimentos, as ações, e os objetos circundantes, o mundo, não são intuídos em sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam: *simplesmente* são; e como um inventário, como partes de um mundo *conhecido* são aceitos (KOSIK, 1969, p. 69).

A consciência imediatista é uma expressão da consciência humana, e que surge de determinadas relações sociais, se reproduzindo no cotidiano das sociedades capitalistas. A diversidade de expressões conscientes que o ser humano produz é o resultado das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Isto nos leva a duas questões:

* A consciência do ser humano é sempre o resultado de relações sociais construídas historicamente como resultado do processo de produção e reprodução da vida social, por isso que Marx afirma que a consciência não é nada mais que o ser consciente produzindo as condições materiais de vida;

* Existem diversas formas de expressão da consciência humana, correspondente à diversidade das formas de produção e reprodução da vida, as relações sociais de produção que estão na base de todas as sociedades se manifesta na consciência humana, que por sua vez se expressa em linguagem, ideias, representações, teorias, ideologias, etc. (MARX, 2007).

A análise que fizemos no primeiro capítulo deste presente trabalho manifesta uma forma de consciência sobre a sociedade contemporânea, inúmeras outras expressões conscientes existem variando de conteúdo e de forma, isto é, desde representações cotidianas a complexos sistemas de explicação, conformando as ideologias (ciências, teologia, filosófica, etc.) e teorias. Inclusive o EZLN manifesta em seus comunicados uma forma de consciência sobre a sociedade contemporânea. Nossa intenção é a de registrar como o EZLN manifesta a sua consciência inserido na sociedade contemporânea, por isso iniciamos a análise do discurso do EZLN não pelo discurso em si, sua estrutura discursiva, mas pelas condições materiais de produção desse discurso. Sendo um discurso, uma materialização de determinada linguagem, tal como a língua também é uma materialização original da consciência, necessitamos de uma teoria explicativa da consciência.

Concentramos nossa discussão na obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, por considerarmos que foram os dois pensadores os que mais contribuíram no avanço para a compreensão materialista da consciência.

O termo ideologia é de uso corrente no cotidiano das sociedades contemporâneas: aparece em discursos jornalísticos, políticos, em estudos acadêmicos, e é relativamente difundido no seio da população. Trata-se de um dos poucos vocábulos acadêmicos que romperam os restritos círculos intelectuais. De acordo com Terry Eagleton em seu livro *Ideologia: uma introdução*, existem diversas definições de ideologia em uso corrente, o autor faz a seguinte lista de definições:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- e) comunicação sistematicamente distorcida;
- f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) pensamento de identidade;
- i) ilusão socialmente necessária;
- j) a conjuntura de discurso e poder;
- k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) a confusão entre realidade lingüística e realidade fenomenal;
- n) oclusão semiótica;
- o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural (EAGLETON, 1997, p. 15/16).

Tal difusão aponta uma diversidade de significados, o que significa a ampla circulação dessa ideia e o que nos remete para uma história da palavra ideologia, palavra marcada pelo generalizado uso político do termo, o que nos remete à época de sua elaboração no livro de Destutt de Tracy, *Elementos de Ideologia*. A elaboração do significado inicial do termo ideologia foi de responsabilidade dos auto-denominados ideólogos, intelectuais e cientistas, entre eles o médico Cabanis, que juntamente com Destutt de Tracy pretendiam criar e desenvolver uma ciência responsável por descobrir a “gênese das ideias”, o que seria possível com a descrição do processo natural de constituição das ideias, do pensamento, da moral em sua relação com o organismo humano e com o ambiente natural, segundo Marilena Chauí, os ideólogos franceses tratavam as

ideias como “fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUÍ, 1980, p. 10).

Dessa concepção de ciência, os ideólogos extraíam algumas concepções políticas influenciadas pela visão progressista do desenvolvimento humano, eram antimonarquistas, antiteológicos e antimetafísicos, ou seja, tinham uma concepção de governo liberal e propunham a análise da materialidade do mundo, de suas manifestações físicas (CHAUÍ, 1980). Os ideólogos foram duramente criticados por Napoleão, depois que estes denunciaram o acúmulo de poder e sua aproximação com o poder absolutista, característico do Antigo Regime. Como opositores de Napoleão, os ideólogos foram denunciados por este como criadores de uma metafísica causadora das desgraças da França, na medida que querem com suas leis “fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história” (CHUAÍ, 1980, p. 10/11). Pretendendo-se materialistas, os ideólogos foram denunciados por Napoleão como metafísicos.

O filósofo Francês Auguste Comte continua o uso do termo ideologia. Em sua principal obra *Curso de Filosofia Positiva*, Comte desenvolve dois significados para ideologia: de um lado, mantém o sentido inicial empregado pelos ideólogos franceses como estudo da formação das ideias em sua relação entre o corpo humano e o meio ambiente, tendo como ponto de partida as sensações do corpo humano; e por outro lado, introduz um novo significado, que para Comte ideologia também significa o conjunto de ideias de uma época, seja como opinião geral ou elaboração teórica dos pensadores de uma determinada época (CHAUÍ, 1980). As distintas épocas de evolução da sociedade humana são descritas como distintas épocas de evolução do espírito rumo ao espírito positivo:

Como se sabe, o positivismo de Augusto Comte elabora uma explicação da transformação do espírito humano, considerando essa transformação um progresso ou uma evolução na qual o espírito passa por três fases sucessivas: a fase fetichista ou teológica, na qual os homens explicam a realidade através de ações divinas; a fase metafísica, na qual os homens explicam a realidade por meio de princípios gerais e abstratos; e a fase positiva ou científica, na qual os homens observam efetivamente a realidade, analisam os fatos, encontram as leis gerais e necessárias dos fenômenos naturais e humanos e elaboram uma ciência da sociedade, a física social ou sociologia, que serve de fundamento positivo ou científico para a ação individual (moral) e para a ação coletiva (política). E a etapa final do progresso humano (CHAUÍ, 2004 p. 11).

Durkheim desenvolve a concepção de ciência positiva formulada por Comte, e em *As Regras do Método Sociológico* define como ideológico todo o conhecimento não-objetivo, sem metodologia, não-racional, sem observações e descrição e fundamentado nas pré-noções do cientista, ou seja, um conhecimento parcial ao contrário da neutralidade científica (CHUAÍ, 1980). Todas essas concepções têm como problemática principal o isolamento das ideias da época em que foram produzidas, e quando o fazem, como no caso de Comte, é para explicar uma época pelo predomínio de um determinado pensamento. Embora esses pensadores indiquem mais ou menos

claramente quem são os produtores da ideologia (intelectuais e cientistas para os ideólogos, filósofos e cientistas para Comte, e os cientistas para Durkheim), suas definições de ideologia ainda encontram-se envoltas às explicações de ordem interna à “esfera das ideias”, são, portanto, uma história das ideias.

Com o advento da concepção marxista da consciência, o termo ideologia passa por uma profunda ressignificação, adquirindo status de conceito fundamental no interior da teoria marxista da sociedade, para quem as ideias não são a determinação da realidade concreta, nem tampouco somente produto dessa realidade, mas sim de que as ideias são a manifestação consciente de relações sociais objetivas, sendo um produto, mas também uma força que interfere na realidade, tendo seu significado pleno como força espiritual, mas também como força material da sociedade. Vejamos detalhadamente o significado do conceito de ideologia segundo Marx e Engels e alguns de seus continuadores.

Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam que não coube aos jovens ideólogos alemães a capacidade de conexão de sua crítica com o próprio meio material de onde essas críticas surgiram. Marx e Engels questionam que para Max e Bruno Bauer, Stiner, Feuerbach e outros, tratava-se de combater fraseologias com fraseologias, na vã tentativa de libertar os seres humanos das ilusões de sua consciência. Para arrancar os grilhões do sistema de ilusões criado pelos ideólogos alemães de seu tempo, Marx e Engels levantam os pontos iniciais para o desenvolvimento dos fundamentos de uma teoria de análise da história partindo dos próprios processos históricos, dos desenvolvimentos sociais, do mundo sensível como atividade sensível, enfim, partir de “homens históricos reais” (MARX & ENGELS, 2007, p. 30) retirando os óculos com os quais o filósofo enxerga a realidade e que não permitem mais que a contemplação e a mera sensação do mundo concreto, da vida empírica.

A volumosa obra de Marx e Engels está muito além de uma resenha crítica e comentada sobre os filósofos alemães de seu tempo⁵⁰; a “crítica roedora dos ratos”, condição a qual a obra ficou submetida por décadas, enfrentou a primeira manifestação sistemática da teoria marxista de análise da história e da organização social buscando colocar as ideias em seu devido lugar e trazer para o centro do debate as questões fundamentais para a existência humana. Sem dúvida, será nas décadas seguintes, acompanhando o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a consequente radicalização da luta de classes que define os interesses divergentes entre o proletariado e os capitalistas, que a análise marxista da sociedade chegará ao seu ponto de maior profundidade, e que está exposto na obra *O Capital*.

⁵⁰ A Boitempo Editorial recentemente deu uma importante contribuição para os estudiosos do marxismo ao publicar a obra *A Ideologia Alemã* em sua versão completa, o que vem possibilitando aos interessados resgatar e ampliar o debate realizado por Marx e Engels sobre importantes temas caros ao materialismo histórico e dialético.

Contudo, resgatar a primeira obra em conjunto dos fundadores do materialismo histórico tem um preciso significado: situar as ideias, representações e conceitos como produto da consciência humana correspondente às relações sociais estabelecidas em determinado estágio histórico. A consciência humana é materializada primeiramente na linguagem, é, desde os tempos mais antigos e enquanto houver ser humano vivo, um produto social, resultado da necessidade inexorável de intercâmbio entre os seres humanos. Ao destronar as ideias de seu mundo imaginário, Marx e Engels apontaram para as fontes das ilusões que se procriam dentro da consciência humana, o que ocorre de forma ativa nos indivíduos responsáveis pela atividade de formação da ilusão da classe dominante sobre si mesma, o que os dois autores definem em sua obra como os ideólogos (2007).

A primeira intervenção que sofre a consciência é a da linguagem, esta é a consciência real, desde o início é a linguagem a exteriorização da consciência, consciência prática que se manifesta para os outros seres humanos assim como se manifesta para mim mesmo. O impulso da consciência é a manifestação da carência que os seres humanos possuem de intercâmbio com os outros seres humanos (MARX & ENGELS, 2007); mesmo o desejo idealista (no sentido romântico) da separação indivíduo/sociedade só é possível a partir de determinado estágio histórico e social na história da humanidade, a trama de Robinson Crusó é interessante na medida em que se a situarmos numa análise comparativa com obras literárias de outras sociedades históricas, veremos que ocorre uma mudança na forma como os indivíduos percebem sua relação direta com a sociedade em que vivem: na Grécia Antiga vemos na Odisséia a saga do perdido da sociedade em retornar a essa sociedade, não construindo novos meios de vida no ambiente de desterro; na Europa Medieval surge o ideal cristão do retiro monástico, um meio termo entre a vida de completo isolamento e a vida em conjunto com outros indivíduos⁵¹; e no alvorecer da sociedade moderna surge o fantástico Crusó na sua trabalhosa tentativa de não perecer ante à natureza e à solidão.

A produção da vida humana é tanto uma determinação de organização física dos indivíduos, quanto um resultado da consciência humana, assim, manifesta-se a consciência desde logo os seres humanos necessitam e produzem a condição de estarem vivos, “o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX & ENGELS, 2007, p. 94), daí que a consciência somente pode ser o “ser consciente”. A concepção materialista da história não está isenta de pressupostos, estes se manifestam na medida em que os seres humanos necessitam criar as suas condições de vida, produzir e reproduzir-se. De acordo com Marx e Engels (2007), conceitualizamos quatro pressupostos da existência humana que nos ajudam a compreender o desenvolvimento da consciência humana como consciência determinada pelo ser social.

Somente acontece o desenrolar da vida humana quando são satisfeitas as necessidades

⁵¹ Embora as feições extremas tenham surgido, como os eremitas.

primárias de comer, beber, vestir, moradia e outras necessidades fundamentais, por isto, o primeiro ato histórico do ser humano é a “produção dos meios para a satisfação dessas necessidades” (MARX & ENGELS, 2007, p. 33), o que ocorre diariamente, há milênios para tão somente não perecermos diante da natureza, para que dia após dia possamos respirar e estar no mundo, afirmar a impossibilidade da contemplação humana no mundo significa que o ser humano somente existe enquanto produtor das condições de sua vida, viver é produzir a vida. Em segundo lugar, ao satisfazer essas necessidades fundamentais ou primárias os seres humanos desenvolvem novas necessidades, que na verdade lhes são inerentes, mas que superam o estágio de potencialidade e se tornam novas necessidades quando satisfeitas de forma consciente: assim, desenvolve-se a potencialidade de produção (conceito amplo para trabalho⁵², que envolve todas as formas de atividades necessárias para a satisfação das necessidades primárias), ou como diriam Marx e Engels que a satisfação das necessidades primeiras e “a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades” (MARX & ENGELS, 2007, p. 33). Um terceiro momento ou aspecto do desenvolvimento histórico fundamentado na atividade sensível humana é que além de renovar diariamente a vida individual “os homens começam a criar outros homens, a procriar” (MARX & ENGELS, 2007, p. 33), a família surge como a primeira e única relação social, só se tornando secundária no interior da sociedade quando o aumento populacional cria novas necessidades e assim também novas relações sociais.

A vida em conjunto com outros seres humanos se apresenta aqui como um imperativo para a manutenção da vida física de cada indivíduo e a atividade produtiva como a sua manifestação inexorável, seguindo-se que um quarto momento fundamental dos pressupostos da existência humana é que a produção da vida trata-se de uma relação social por colocar em cooperação vários indivíduos desde os princípios da história humana, independente “das condições, modo e finalidade” conformando assim um determinado modo de cooperação que é ele próprio uma força produtiva que condiciona o estado social de determinado povo; Em *A Ideologia Alemã* chega-se a conclusão de que:

Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma 'história' (MARX & ENGELS, 2007, p. 34).

Esses são pressupostos da existência humana, portanto, permanecem em toda época e em

⁵² Marx em *O Capital* sobre trabalho: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 1996, p. 297).

qualquer estágio de desenvolvimento social, daí que a consciência está, mantendo as palavras de Marx e Engels, desde o início contaminada pelas relações sociais em que os seres humanos estão envolvidos: “Minha relação com meu ambiente é a minha consciência” (MARX & ENGELS, 2007, p. 35). O ser consciente em manifestação nas suas atividades vitais é a expressão da natureza humana, a questão de criarmos o mundo para a nossa vida é a determinação fundamental que nos distingue dos outros seres vivos existentes na natureza:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX & ENGELS, 2007, p. 87).

Vivendo em um determinado ambiente e convivendo com determinados indivíduos a manifestação da consciência humana ocorre através de duas dimensões: primeiramente, esta é a “mera consciência do meio sensível mais imediato” e, por outro lado, “a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade” (MARX & ENGELS, 2007, p. 35). As duas dimensões da consciência humana se transformam conforme a complexificação das relações sociais e o desenvolvimento histórico: em estágios primitivos da história da humanidade a consciência humana mantinha uma relação de total dependência e forte subordinação do ambiente físico ao redor, e os fenômenos da natureza apareciam às consciências humanas em sua manifestação imediata e irrefletida, resultado de uma ação externa incontrolável para o ser consciente, metaforicamente, agiam os seres humanos como rebanhos de animais selvagens fustigados por um trovão, ou por uma tormenta que se avoluma e obscurece o céu antes azul, consciência irrefletida que cede lugar à reflexão.

O desenvolvimento da consciência do ser humano em sua relação com o meio sensível imediato e em sua relação com as pessoas e coisas exteriores passa por transformações cujas determinações se originam no desenvolvimento das condições de produção da vida, do aumento populacional, que por sua vez reforça novas condições de produção da vida e incrementa novas necessidades à vida em sociedade, nesse processo a consciência humana é tão somente a expressão das determinações sociais em seu desenvolvimento: “Os homens desenvolvem a consciência no interior do desenvolvimento histórico real” (MARX & ENGELS, 2007, p. 35). Com a emergência de relações sociais fundamentadas em classes sociais a cultura e certos aspectos da consciência já não são mais comuns a todos os membros da sociedade, estas passam pelas intervenções dos interesses dos grupos estabelecidos, e a própria distinção de consciências no interior da sociedade é a expressão do surgimento das sociedades divididas por classes.

A divisão do trabalho surge num estágio de produtividade aumentada e de novas necessidades, a partir de determinado estágio histórico algumas sociedades com apropriação privada

do trabalho coletivo se organizam de tal forma que a divisão do trabalho já não corresponde mais à divisão sexual do trabalho, a família deixa de ser o núcleo das relações sociais e novos grupos surgem no interior da sociedade, o que muda de nível qualitativo quando se expressa no verdadeiro ponto inicial da divisão do trabalho que surge com a divisão entre “trabalho material” e “trabalho espiritual”, e assim a crescente generalização da distinção de função entre os grupos no interior da sociedade.

Com a divisão do trabalho está dada a propriedade privada, e estas duas relações sociais estabelecidas distinguem os grupos nas sociedades de classe, sendo os membros de determinada classe responsáveis pela produção direta da vida social, enquanto que a outros indivíduos lhes cabem os benefícios da apropriação do produto social e o controle do processo produtivo, é por isto que Marx e Engels afirmam que a divisão do trabalho e a propriedade privada correspondem, aquela, a divisão do trabalho, à expropriação do trabalho alheio na própria atividade, enquanto que esta, a propriedade privada, corresponde à apropriação do resultado do trabalho, sendo ambos expressão objetiva, material da exploração de classe.

Nas sociedades primitivas, não classistas, o desenvolvimento da consciência é limitado devido ao estágio pouco desenvolvido das relações do ser humano com o ambiente e com os outros seres humanos:

(...) Aqui, como em toda parte, a identidade entre natureza e homem aparece de modo que a relação limitada dos homens com a natureza condiciona sua relação limitada entre si, e a relação limitada dos homens entre si condiciona sua relação limitada com a natureza (MARX & ENGELS, 2007, p. 35).

Desta forma, no que se refere à relação com a natureza há uma forte dependência dos fenômenos naturais e as relações entre os seres humanos são marcadas pela propriedade e trabalho comuns. A cultura e, especificamente, a consciência, são marcadas por formas de reflexão cujo movimento de retorno a si mesmo do ser pensante é realizado sob forma não consciente, ocorrendo através de uma projeção irrefletida (VIANA, 2013). Diz Marx e Engels sobre a consciência nas sociedades não classistas

(...) esse começo é algo tão animal quanto a própria vida social nessa fase; é uma mera consciência gregária, e o homem se diferencia do carneiro, aqui, somente pelo fato de que, no homem, sua consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é um instinto consciente (MARX & ENGELS, 2007, p. 35).

Nas sociedades primitivas, ou não classistas, a consciência humana é a expressão da práxis existente, marcada pela forte dependência da natureza, embora a consciência do ambiente seja não consciente e irrefletida expressando relações limitadas entre os seres humanos e a natureza e destes entre si, isto na medida em que as relações sociais concretas ainda não criaram as condições sociais que dividem o interior da sociedade em grupos com interesses divergentes, o que vai ocorrer com o desenvolvimento ulterior da divisão do trabalho, que supera o estágio inicial de divisão sexual e etária do trabalho e passa a ser uma divisão social do trabalho, inaugurando uma nova realidade em

que as atividades de produção da vida em sociedade se restrinjam a determinados indivíduos de acordo com a função desta atividade no interior do modo de produção.

Segundo Marx e Engels, a verdadeira divisão do trabalho se inaugura quando surge a separação entre “trabalho material” e “trabalho espiritual” o que tem como consequência que “a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes” (MARX & ENGELS, 2007, p. 36), e assim, surge a distribuição desigual tanto do trabalho quanto dos produtos do trabalho e um campo de atividade exclusivo e determinado para cada indivíduo.

As atividades que se desdobram como “trabalho material” nas sociedades classistas são transformadas em atividade exclusiva de um grupo de indivíduos que ficam sob controle daqueles que dispõem do poder sobre a força de trabalho alheia, sobre os produtores diretos, o que é a expressão do poder da classe que detém o controle dos meios de produção material, por isto que “as condições sob as quais determinadas forças produtivas podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade” (MARX & ENGELS, 2007, p. 42), isto significa que determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas é a expressão de determinada relação social onde se manifesta o controle da classe dominante.

A partir de então, com as transformações nas relações sociais, fundamentalmente, a divisão da sociedade em classes sociais com posições distintas nas atividades de produção da vida, a consciência humana também sofre seus desenvolvimentos ulteriores e toma os caminhos para além da mera consciência da práxis existente, isto porque a própria práxis existente, as relações sociais, entra em contradições com as forças de produção existentes, forças de produção que são elas próprias expressão de determinado estágio da vida social, significando a intensificação de contradições no interior das relações sociais dada a oposição de interesses entre a classe explorada e a classe exploradora no processo de produção dominante. Com a emergência das sociedades classistas a consciência se “autonomiza” da práxis existente, surgindo as diversas formas de ideologia e de reificação enquanto desdobramentos da consciência humana, mas também, a partir da emergência da sociedade capitalista, a possibilidade da verdadeira consciência da realidade está dada, posto que se baseia na consciência da necessidade de uma revolução radical, “a consciência comunista” que emana da classe “que suporta todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens” (MARX & ENGELS, 2007, p. 41).

A consciência é determinada socialmente, esta é o ser consciente, uma consciência social. Numa sociedade fundamentada na divisão de classes a consciência terá como determinação fundamental interesses e os conflitos entre essas classes e a partir de então a consciência se desenvolve como expressão de interesses que manifestam modos de vida opostos que por sua vez são determinados pela distribuição e posição dos grupos na divisão social do trabalho. Por outra parte, nas sociedades classistas, a consciência é limitada devido ao isolamento em que os indivíduos

se encontram presos a seu campo de atividade exclusivo, especializado:

É evidente, além disso, que “espectros”, “nexos”, “ser superior”, “conceito”, “escrúpulo” são a mera expressão espiritual, idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos dentro dos quais se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ela ligada (MARX & ENGELS, 2007, p. 36)

A partir de determinado estágio histórico do desenvolvimento social o desenvolvimento ulterior da consciência humana avança sobre os limites dados pela relação de consciência sensível irrefletida do meio imediato nas sociedades primitivas, e é sem dúvida que a divisão social do trabalho exerce determinação fundamental neste desenvolvimento de avanço da atividade de auto-conhecimento, de reflexão da consciência humana. Com a divisão social do trabalho a objetivação da consciência humana se torna condicionada pelas relações de classe que surgem com a divisão do trabalho. A consciência limitada surge da visão limitada que os indivíduos têm da realidade, visão que decorre de sua posição na divisão social do trabalho. A totalidade da realidade social está rompida na consciência das sociedades de classe (LUKACS, 2003), interesses distintos que se originam de distintas posições nas relações sociais de produção.

A raiz dessa possibilidade histórica se encontra em que a divisão do trabalho se torna mais complexa para além da divisão do trabalho entre produtores e não-produtores, com o surgimento das atividades meramente contemplativas sobre a realidade social, a exclusividade de pensar e refletir sobre o mundo existente. É neste sentido que Marx e Engels afirmam que a primeira forma de ideólogo são os sacerdotes, figuras que já aparecem no alvorecer das primeiras civilizações, e que aliás resume uma das “contribuições” históricas das sociedades da antiguidade no que diz respeito à história das formas de dominação de classe, a dominação religiosa.

O trabalho cindido entre “trabalho material” e “trabalho espiritual”⁵³ significa que determinados indivíduos, ou um grupo de indivíduos, se tornam os responsáveis pela produção sistematizada das ideias que circulam na sociedade, sendo determinadas ideias as ideias dominantes em uma sociedade que são assim produzidas por um grupo de indivíduos que têm eles próprios ligação com a classe dominante, isto porque a classe que domina os meios de produção material também controla os “meios da produção espiritual” (MARX & ENGELS, 2007, p. 47), tendo como objetivo sistematizar as ideias que são a expressão ideal das relações materiais dominantes:

A divisão do trabalho, que já encontramos acima (...) se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma seu meio principal de existência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e tem menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios (2007, p. 47/8).

A “cisão” que se forma no interior da classe dominante, que cria de um lado os ideólogos, e

⁵³ “O homem tem também, entre outras coisas, 'espírito', e que esse 'espírito' 'se exterioriza' como 'consciência'” (Ibidem, p. 34).

do outro os expropriadores diretos dos produtores serve como forma de reproduzir idealmente as relações sociais que expressam o poder da classe dominante. É assim que o longo desenvolvimento das sociedades de classe é ao mesmo tempo a história do desenvolvimento da consciência humana afastando-se do meio sensível para o mundo das ideias que se imaginam em auto-reprodução, a consciência pode, e assim ocorre nas sociedades divididas em classe, não expressar a realidade imediata e deformar as reais relações entre os seres humanos:

A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, filosofia, da moral etc. “puras” (Ibidem, 35/6).

Para o marxista Italiano Antonio Labriola, dando continuidade à interpretação marxiana da consciência, as representações ideológicas, que nascem tanto do pensamento individual quanto da ciência, definem a função social do pensamento nas sociedades de classe, marcando a substituição das “*relaciones*” por “*entes*” e “*sustancias*”, processo este que tem uma origem social

Los medios de la convivencia social, que son, por una parte, las condiciones y los instrumentos, y, por otra, los productos de la colaboración de especificaciones varias, constituy, más allá de lo que nos ofrece la naturaleza propiamente dicha, la materia y los incentivos de nuestra formación interior. De ellos nacen los hábitos segundos, derivados y complejos, por los cuales, mas allá de los límites de nuestra configuración corporea, percibimos nuestro próprio yo como parte de un nosotros, lo cual quiere decir concretamente como parte de un modo de vivir, de unas costumbres, de una institución, de un estado, de una iglesia, de una patria, de una tradición histórica, etc. Estas correlaciones de con-sociación practica que se dan entre individuos son la raíz y el fundamento objetivo y prosaico de todas las varias representaciones idelogicas llamadas espíritu público, psique social, consciencia étnica, etcétre (LABRIOLA, 1969, p. 85/6).

A ideologia pressupõe a produção da ideologia, um grupo de indivíduos que têm sua atividade determinada na divisão do trabalho exclusivamente na produção de ideias, como eram os filósofos neo-hegelianos que construíam seus sistemas filosóficos. Pois se não levamos em consideração as condições de produção e os produtores das ideias a tomaremos estas como autônomas, como se as ideias que determinam uma época; se de um lado estão os produtores de ideias e seus sistemas de concepção do mundo, do outro lado, está a grande massa dos homens, o proletariado (na sociedade moderna) para quem “essas representações teóricas não existem” (MARX & ENGELS, 2007, p. 45), ou seja, não se constituem enquanto questões e problemas reais, da vida cotidiana, na medida em que também foram desapropriados dos “meios da produção espiritual”, igualmente sob controle da classe que é a força material dominante da sociedade, isto é, os detentores dos meios de produção material:

(...) na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como *produtores* de ideias, que *regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo*; e por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX & ENGELS, 2007, pg. 47).

Marx e Engels expressam que a classe dominante na divisão social do trabalho domina “em toda a sua extensão”, dominam como classe e também como produtores de ideias. A análise

marxista da consciência identifica que os produtores de ideias nas sociedades divididas em classes são os teóricos, ideólogos, teólogos, filósofos, cientistas; são os intelectuais como grupo com uma atividade restita e exclusiva no interior da divisão entre trabalho “material” e “espiritual”. Embora com algumas questões problemáticas ao longo de seu texto, nesse trecho Marilena Chauí consegue expressar as ideias expostas por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, diz a autora em O que é a Ideologia:

Os ideólogos são aqueles membros da classe dominante ou da classe média (aliada natural da classe dominante) que, em decorrência da divisão social do trabalho em trabalho material e espiritual, constituem a camada dos pensadores ou dos intelectuais. Estão encarregados, por meio da sistematização das idéias, de transformar as ilusões da classe dominante (isto é, a visão que a classe dominante tem de si mesma e da sociedade) em representações coletivas ou universais. Assim, a classe dominante (e sua aliada, a classe média) se divide em pensadores e não pensadores, ou em produtores ativos de idéias e consumidores passivos de idéias (CHAUÍ, 1980, p. 36).

Assim, existe um produto, a ideologia, seus produtores, os ideólogos e a atividade intelectual de produção das ideias dominantes numa determinada sociedade. Os ideólogos variaram de forma ao longo do tempo se manifestando como sacerdotes, filósofos, teólogos e na sociedade capitalista são os cientistas, os ideólogos por excelência. Essas mudanças das formas dos ideólogos nada mais é que a substituição de classe dominante, derivando com ela a produção de novos sistemas de ideias que justifiquem e legitimem a realidade social existente.

A atividade intelectual produzida pelos ideólogos consiste na autonomização do mundo das ideias da realidade concreta. Segundo Marx e Engels, os ideólogos Alemães imaginavam terem empreendido uma revolução sem precedentes, “diante da qual a Revolução Francesa não passou de um brinquedo de criança” (MARX & ENGELS, 2007, p. 85), isto a partir da decomposição do sistema de pensamento hegeliano. Toda uma revolução que se desenvolveu somente no “terreno do pensamento puro” (MARX & ENGELS, 2007, p. 85). Os jovens hegelianos, filósofos que desenvolveras aspectos do sistema filosófico de Hegel, isolavam determinados elementos do sistema de Hegel e abstraiam desse elemento isolado toda a realidade constituída (por exemplo, o conceito de Homem, como fez Feuerbach).

A análise que Marx faz em especial, segundo ele próprio, da ideologia alemã, é para demonstrar as *ilusões* criadas em torno das ideias dos filósofos alemães, ideias autonomizadas, isoladas e abstraídas. Interessante notar que se Marx fala “a ideologia em geral, em especial a filosofia alemã” é porque seu estudo contém considerações sob um fenômeno de uma realidade específica, a filosofia alemã, mas que se insere dentro de um conceito mais amplo, daí a referência à ideologia em geral. Por isso que Marx e Engels afirmam que “se, *em toda ideologia*, os homens e suas relações *aparecem de cabeça para baixo* como numa câmera escura” é porque

A produção de ideias, representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta

na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, etc. de um povo (MARX & ENGELS, 2007, p. 93/94)

O ser humano, produtor de suas representações, é condicionado pelo desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio, relações de troca e produção. O processo de vida real “expõe o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (MARX & ENGELS, 2007, p. 94). Nesse sentido, retornamos à origem da divisão social do trabalho, o surgimento da apropriação privada do trabalho coletivo, a divisão entre trabalho manual e espiritual e a fragmentação de interesses particulares no interior da sociedade como o processo histórico conduzido por homens reais, ativos que produzem ideias, representações e de uma consciência em que os homens e suas relações aparecem de maneira invertida, tal como as ilusões criadas pelos filósofos alemães. As “formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material” (MARX & ENGELS, 2007, p. 94) produzem a especulação, a filosofia autônoma que parte “do céu para a terra”, isto é, parte das ideias, representações e da imaginação para explicar a vida real.

Analisando o Estado moderno, Marx e Engels expõem claramente como a ideia que representa esta relação social de dominação substitui a correta explicação do significado do estado numa sociedade de classes, surgindo o direito como a expressão ideológica da relação social que é o estado:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real (*realen*), na vontade livre (MARX & ENGELS, 2007, p. 76).

É também somente pela análise da consciência ilusória que se pode descobrir o verdadeiro significado da propriedade privada escondido sob a forma da ilusão jurídica:

No direito privado, as relações de propriedade existentes são declaradas como o resultado da vontade geral. O próprio *jus untendi et abutendi*⁵⁴ denota, por um lado, o fato de que a propriedade privada tornou-se plenamente independente da comunidade e, de outro, a ilusão de que a própria propriedade privada descansa na simples vontade privada, na disposição arbitrária das coisas (MARX & ENGELS, 2007, p. 76).

Em uma anotação no manuscrito de A Ideologia Alemã está a seguinte observação: “Porque os ideólogos colocam tudo de cabeça para baixo”. Segundo Marx e Engels, os religiosos, políticos, juristas, moralistas tomam o seu próprio ofício, sua limitada atividade no interior da divisão do trabalho, como o “verdadeiro motor ativo” da realidade: no que diz respeito à relação entre ofício e a realidade, eles criam ilusões tão mais necessárias quanto isso já é condicionado pela própria natureza do ofício” (MARX & ENGELS, 2007, p. 77/8).

Lukács apreendeu o conteúdo radical dessa crítica de Marx aos formuladores de ideias que expressam as classes dominantes em uma dada sociedade, na sociedade capitalista o pensamento

⁵⁴ Direito de uso e consumo

burgueses possui limites intransponíveis na medida em que têm como ponto de partida e meta a “apologia da ordem existente das coisas ou, pelo menos, a demonstração de sua imutabilidade” (2003, p. 139), a consciência burguesa detém-se na individualidade histórica de cada época, e assim suprimindo o processo histórico eterniza e naturaliza sua própria época histórica; desta forma, as ciências burguesas, como expressão da consciência burguesa de sua posição no mundo limitam-se a formular leis sociológicas, ou uma história formal-racionalista, e sua expressão mais perfeita na economia clássica com suas leis naturais e racionais.

Em posse do conjunto de declarações da Selva Lacandona e embasados nas considerações acima construídas, levantamos as seguintes questões para a nossa fonte documental: quem lhe produziu? Como se expressa? (representações simples ou complexas?) Qual o seu conteúdo?

As Declarações e os outros dois comunicados aqui analisados foram escritos pela direção do EZLN, o CCRI-CG, composto pelo quadro de comandantes militares. Se elementos estilísticos das comunicações (como expressão literária, oralidade, uso de metáforas) apontam para o estilo de narrativa cunhada pelo porta-voz oficial da direção, o sub-comandante Marcos, aí já temos um “redator” não-oficial constante, o que de qualquer forma não diminui o fato de ante-mão ser um grupo fechado o responsável pelas diretrizes de uma organização com milhares de membros militares, sem contar as bases civis de apoio. De contra-argumento poderiam questionar: mas os comunicados refletem as deliberações e decisões realizadas coletivamente nas comunidades dos municípios rebeldes zapatistas! Respondemos com indicações internas ao texto, a análise do conteúdo aqui esboçada reflete somente uma realidade discursiva que se encontra presente em comunicados e não garante ser a expressão concreta do que ocorre nas referidas comunidades e sua relação com a direção do EZLN. Assim, o conjunto dos comunicados permite encontrar mudanças, novas informações, contradições, e é justamente o que ocorre com a questão da base social do EZLN se expressar nos comunicados. É somente após colocação em prática da política de autonomia das comunidades sob território zapatista que a organização começa a fazer referências concretas da relação da direção da organização com as comunidades, evidenciando que a forma de organização política-militar do EZLN não permite que a organização democrática das comunidades se manifestem.

De qualquer forma, o grupo redator dos comunicados do EZLN é o responsável pelo conteúdo destes documentos ao longo das últimas três décadas, desde meados dos anos de 1980. Os comunicados expressam um conteúdo complexo, tendo em vista que buscam explicar diversos aspectos da sociedade mexicana, do capitalismo mundial, das relações políticas, etc. Desde o primeiro comunicado percebe-se que o EZLN tem uma caracterização própria do que é o capitalismo e o que ele provoca: a “besta-fera” avança sobre Chiapas destruindo as comunidades tradicionais e gerando “destruição do meio ambiente, expropriação de terras, hiperinflação,

alcooolismo, prostituição e pobreza”. Embora com termos apropriados da mentalidade indígena da região percebe-se que há uma explicação complexa, sistemática, coerente de como a região de Chiapas é “saqueada” pelas forças da “Besta-fera”. A crítica à globalização neoliberal é relacionada na totalidade do discurso do EZLN com as explosões de dinamite para derrubar árvores na Selva Lacandona, com a falta de leitos nos hospitais e salas de aula na escola, com as forças paramilitares financiadas pelos governos neoliberais.

A questão da crítica ao capitalismo na análise do discurso do EZLN é importante porque demonstra elaborações intelectuais que não foram elaboradas pelas comunidades de camponeses e indígenas isoladas nas selvas do sudeste mexicano⁵⁵; a crítica contida nos discursos do EZLN expressa mais que representações cotidianas sobre a sociedade capitalista, que muitas das vezes aparece sob um conteúdo ético, moral; tal crítica reflete aqueles que a produziram, o núcleo dirigente da organização formado por intelectuais de origem urbana que incorporaram elementos da tradição indígena. Na Sexta Declaração da Selva Lacandona o EZLN dá a seguinte definição de capitalismo:

El capitalismo es un sistema social, o sea una forma como en una sociedad están organizadas las cosas y las personas, y quien tiene y quien no tiene, y quien manda y quien obedece. En el capitalismo hay unos que tienen dinero o sea capital y fábricas y tiendas y campos y muchas cosas, y hay otros que no tienen nada sino que sólo tienen su fuerza y su conocimiento para trabajar; y en el capitalismo mandan los que tienen el dinero y las cosas, y obedecen los que nomás tienen su capacidad de trabajo

As comunidades de camponeses e indígenas de Chiapas são afetadas pelo capitalismo na medida em que avança a produção de mercadorias e extração de riquezas no Estado de Chiapas, como demonstramos na primeira parte de nosso estudo; o campesinato é incorporado na produção capitalista enquanto vendedor de produtos agrícolas, e para o campesinato empobrecido, a venda da força de trabalho nos latifúndios, somando à desalienação das propriedades comunais são determinações que empurram o campesinato chiapaneco para a condição de proletariado agrícola, e uma parcela vai para as unidades de produção industrial local. O mercado capitalista global pressiona para envolver ainda mais as comunidades camponesas sobre sua lógica de funcionamento, daí a mercantilização das comunidades *ejidais* como um dos pré-requisitos para a formação do NAFTA no começo da década de 1990. Na explicação sistemática produzida pelo CCRI-CG aparece o capitalismo como um sistema social que tem uma forma de organizar as coisas e as pessoas, “quien tiene y quien no tiene, y quien manda y quien obedece” (VI DSL) não aparecendo aqui o fundamental da produção capitalista: a produção de mais-valia. E quando remete à exploração enxerga somente a exploração da venda de mercadorias, do lucro que se obtém no

⁵⁵ O que está em reflexão aqui não é a capacidade das comunidades camponesas realizarem a crítica ao capitalismo que se expressa nos comunicados do EZLN e sim que o discurso apresentado é incompatível com a mentalidade de comunidades que em uma parte relevante nem possuem o domínio do espanhol, baixa escolaridade, acesso restrito à literatura referenciada; além da questão de que o EZLN já deixou subentendido em suas declarações que ali é um espaço da direção do CCRI-CG e sua estrutura militar.

mercado:

Al capitalismo lo que más le interesa son las mercancías, porque cuando se compran y se venden dan ganancias. Y entonces el capitalismo todo lo convierte en mercancías, hace mercancías a las personas, a la naturaleza, a la cultura, a la historia, a la conciencia. Según el capitalismo, todo se tiene que poder comprar y vender. Y todo lo esconde detrás de las mercancías para que no vemos la explotación que hace. Y entonces las mercancías se compran y se venden en un mercado

O núcleo dirigente do EZLN produz um sistema de ideias a respeito do que é o capitalismo, o que engloba as origens da exploração do campesinato, do “governo traidor”, do saqueio realizado pelo mercado mundial, etc. Inclusive reproduz outras ideologias em sua interpretação da sociedade capitalista, tal como o nacionalismo, que no interior do seu sistema explicativo é consequência da luta dos “forjadores da nação” contra os “vende-pátria”. Desta forma, os comunicados do EZLN expressam uma explicação sistemática da organização da sociedade capitalista, explicação que é produzida por um grupo de dirigentes da burocracia militar da organização, elaborando assim uma ideologia de uma organização guerrilheira, e ao mesmo tempo incorpora elementos da mentalidade das comunidades de camponeses de Chiapas.

E quem é o núcleo dirigente do EZLN? O EZLN é uma organização de origem no campo da política de esquerda e defende as teses do maoísmo. Relatos pessoais (no estilo de memórias) em textos e comunicados nos dão conta da origem do grupo guerrilheiro que se instalou na Selva Lacandona em meados da década de 1980 com o objetivo político de “provocar” e organizar o movimento camponês na tentativa de fazer avançar a guerra popular contra o Estado Mexicano. Em fins do ano de 1983 chega em Chiapas um pequeno núcleo sobrevivente da guerrilha urbana na década anterior, eram membros do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), a esse núcleo somam-se mais jovens, que, no entanto, não ultrapassam os vinte militantes. Convém ressaltar que a história de fundação do EZLN ainda está por ser escrita e um trabalho de análise de conteúdo das obras da organização terá uma visão bastante limitada e unilateral devido às condições próprias dos comunicados tais como a oralidade, memorialismo, pessoalidade, realismo e fantasia que obliteram as veracidades das informações contidas na história que a organização fez de si.

Então, de acordo com os comunicados do EZLN, sem que haja uma contraversão, um grupo com pouco mais de uma dezena de militantes saíram do ambiente urbano e foram colocar em prática a estratégia do foquismo: *Marcos dice que hasta 1985 el EZLN era una organización política-militar “similar a las organizaciones guerrilleras de Centroamérica y Sudamérica”, com diez a veinte militantes, em la cual convergían las ideas del socialismo, dictadura del proletariado, foco guerrillero y guerra popular prolongada*” (GYLLI, 2002, p. 73).

Formalmente criado em novembro de 1983 o EZLN se estruturou e passou a contar com apoio das comunidades *ejidales* em Chiapas e em municípios isolados da Selva Lacandona. Informações indicam que para cada combatente do EZLN há uma família por detrás que ajuda na

manutenção (comida, roupas, moradia, remédios) de sua operatividade. Além dos combatentes, a direção central da organização também forma a organização político-militar do EZLN, que no sentido amplo é a conjunto dos combatentes da organização. O CCRI-CG como direção central do EZLN é criado em fevereiro de 1993 com o aumento das comunidades e das tropas sob direção do EZLN e quando os caminhos para a guerra tomam forma (GYLLI, 2002). Ao longo de dez anos o “núcleo duro” dos membros do ELN e das *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN) estiveram presentes na Selva Lacandona e propagandearam a luta política do campesinato, que aliás viviam anos de intensa agitação com a criação de outras organizações camponesas (ANCIEZ⁵⁶), marchas (Marcha *Xi'Nich*, marcha dos 500 anos), manifestações de rua. Soma-se como determinação contextual as eleições de 1988 vencidas por Salinas de Gortari sob intensas denúncias de corrupção e fraude eleitoral, o que aumentou a descrença na população de uma mudança do regime de governo via eleições, afirma o EZLN que entre os anos de 1988-1989 a organização passou de 80 combatentes a mais de 1300, seu período de maior crescimento (GYLLI, 2002).

A presença do núcleo guerrilheiro no seio das comunidades da região entre meados da década de 1980 e os primeiros anos dos anos de 1990 teve como consequência a consolidação do EZLN e suas tropas de combate, que estima-se em cerca de 5.000 mil milicianos, mas também a incorporação e influência das ideias indigenistas com força na região, elemento explícito nos comunicados do EZLN.

Sobre a perspectiva marxista das utopias

E o que são as utopias como produto da consciência humana? Primeiramente as utopias podem ser uma expressão ideal de uma determinada realidade, estas são a consciência ou pensamento utópico e se expressam nas obras científicas, filosóficas, e em segundo lugar as utopias podem ser uma manifestação concreta, como uma organização política que antecipa uma mudança de regime de governo, um movimento social que adianta novos fenômenos da realidade. A partir dos estudos sobre ideologia e com a contribuição de Bloch podemos agora explicar o conteúdo do pensamento/consciência utópico.

A análise marxista da utopia somente veio a se concretizar ao longo das primeiras décadas do século XX, na obra do filósofo Bloch que ressignifica o conceito na perspectiva do materialismo; mas antes disso Marx e Engels já tinham feito análises pontuais sobre o significado de utopia, não elaboraram uma interpretação totalizante e sistemática da utopia, mas refletiram sobre algumas manifestações do pensamento utópico de sua época.

Na moderna história das utopias⁵⁷ duas perspectivas se estruturam e levantam suas armas

⁵⁶ Alianza Campesina Independiente Emiliano Zapata.

⁵⁷ A história antiga das utopias se caracteriza profundamente em: eram utopias das classes dominantes tal como em Platão, Thomas Morus, Tommaso Campanella, Francis Bacon, e foram produções intelectuais, literárias. Na transição para a sociedade capitalista surge a moderna história das utopias, que além de

uma contra a outra: de um lado, os comunistas que deram concreticidade à palavra utopia; e na outra margem do campo de batalha, a perspectiva intelectual, sociológica que “domestica” e naturaliza o significado de utopia como um fenômeno funcional à ordem estabelecida.

Em 1877 Engels publica uma extensa obra, *Anti-Dhuring*, para combater a posição do recém convertido ao socialismo Eugen Duhring; parte da obra se tornará um livro-panfleto para ser distribuído entre as massas proletárias, contendo informações introdutórias sobre a história do movimento socialista e seus fundamentos dialéticos e materialista. O livro de Engels ganhará o nome *Do socialismo utópico ao socialismo científico* e fará uma crítica “desapiedada” das origens do “socialismo moderno” em seus primeiros representantes: os “socialistas utópicos”.

Não buscamos aqui fazer uma exposição descritiva do conteúdo do pensamento desses primeiros socialistas (Saint-Simom, Charles Fourier, Robert Owen) mas apenas apresentar a crítica de Engels a esses pensadores utópicos e perceber que a denúncia de Engels das posições desses “homens geniais” continha o primeiro e fundamental passo a ser dado pelos comunistas na ressignificação da palavra utopia, tarefa que será realizada pelo marxista alemão Ernst Bloch décadas depois ao teorizar sobre a utopia concreta. E qual passo seria esse? Aquele que Engels expôs ao concluir sua análise dos socialistas utópicos: “para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade”.

Segundo Engels, a importância dos socialistas utópicos foi a de desmascarar o conteúdo das promessas dos ilustradores da revolução, os ideólogos que vislumbravam um mundo novo sob égide da verdade absoluta, da justiça e da razão que na prática materializou, e somente poderia materializar-se, no domínio burguês do capital e da república democrática burguesa. Assim, para Engels os socialistas utópicos se defrontaram contra as brilhantes promessas dos pensadores do século XVIII que na realidade tornaram-se decepcionantes caricaturas, tiveram como grande contribuição por “em relevo o desengano” com a realidade

Para Engels, os limites daqueles que ele chamou de os socialistas utópicos eram dados pelos limites da própria sociedade em que viveram. Saint-Simom e Fourier viveram sob o período de expansão do capitalismo inglês para a sociedade francesa, sendo que o primeiro vivenciou as crises e os conflitos sociais gerados pela grande Revolução Francesa. Já Robert Owen viveu sob condições do capitalismo inglês em arranque de desenvolvimento, o que lhe possibilitou inclusive colocar em prática muito de suas ideias. Segundo Engels, as ideias incipientes dos socialistas

produzir utopias como narrativas literárias (por exemplo os socialistas utópicos) produz as utopias como fenômenos concretos, expressando interesses das classes dominadas, tal como fora as revoltas camponesas na Alemanha no século XVI, as conspirações do Terceiro Estado que resultaram nas revoluções políticas na Europa, a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917), Revolução Alemã e Hungárea (1919-1921), Revolução Espanhola (1936-1939), o Maio de 1968, etc. Por questões de espaço não nos remeteremos aqui à história antiga das utopias, o que será uma lacuna porque ela também evidencia as heranças do conceito antigo de utopia sobre a história moderna das utopias.

utópicos era resultado do estado ainda incipiente modo de produção capitalista, a grande indústria e com ela todas as consequências revolucionárias no conjunto da sociedade não tinha mais que algumas décadas de formação, e a moderna classe operária ainda se encontrava absorvida no terceiro estado e aos poucos se tornava uma classe independente. Mas como esses homens surgiram numa época em que o modo de produção capitalista ainda estava muito pouco desenvolvido, época em que o proletariado precisava de uma ajuda que “deveria vir do alto”, os conflitos ainda mal começavam a se desenvolver e menos ainda desenvolvida eram os meios que levavam à solução, desta forma, pelas condições sociais suas ideias não poderiam expressar os “interesses do proletariado”:

Essa situação histórica informa também as doutrinas dos fundadores do socialismo. Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar (ENGELS, s/d).

Daí que Engels vai denunciar as “descrições utópicas” realizadas por esses três pioneiros do socialismo moderno; Saint-Simon elaborou uma forma de organização social em que todos deveriam trabalhar, mas sua concepção de trabalhador incorporava não somente os trabalhadores manuais, mas também os comerciantes, industriais e bancários, e para tal forma de organização social o melhor governo seria o da união entre industriais e cientistas, ligados pelo laço de um “novo cristianismo”; Fourier desenvolve uma crítica engenhosa à miséria moral e material do mundo burguês e chega mesmo a formular a concepção de que na civilização a “pobreza brota da própria abundância”, mas sua ideia dos falanstérios como comunidades de produção jamais saíram do papel; Já Robert Owen, por suas condições de vida específica, um rico e bem-sucedido industrial, pôde colocar em prática a organização de colônias de trabalhadores e mesmo sua indústria humanizada em New Lanark com uma jornada de trabalho de dez horas e meio demonstrou outras forma de organização do trabalho dentro da sociedade capitalista, mas ao assumir-se como comunista e colocar em prática os projetos de colônias de trabalhadores e apresentar as propostas de cooperativa e mercados operários, levou-o ao ostracismo e perda de grande parte de sua fortuna.

As ideias incipientes dos socialistas utópicos foram um aprendizado histórico de que, sem o protagonismo da classe expressando seus interesses e auto-organizada, estão condenadas ao fracasso quando aplicadas, ou a se mover no reino da fantasia quando elaboradas intelectualmente:

Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias (ENGELS, s/d).

A partir da denúncia das limitações sociais (sistema de ideias para ser aplicado, não expressão de interesses concretos de uma classe auto-determinada, secundarização do papel ativo da classe) dos pioneiros do socialismo moderno, Engels convoca a colocar o socialismo no terreno da realidade, único critério que fundamenta as ideias socialistas. Para essa atividade, somente na perspectiva do socialismo, que é a perspectiva do proletariado, que os frutos poderão ser colhidos e utilizados como instrumento de transformação concreta e radical da ordem existente.

A sociologia acadêmica, que no estudo da utopia tem como principal representante o sociólogo alemão Karl Mannheim, sistematiza as representações cotidianas, o chamado senso comum, sobre o significado de utopia e limita-se assim a florear e enfeitar concepções vulgares. Por outro lado, como bem diz Engels, o socialismo moderno é o reflexo na inteligência dos antagonismos de classe entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista e ao mesmo tempo uma continuidade, desenvolvida e conseqüente, dos princípios proclamados pelos grandes pensadores franceses do século XVIII (ENGELS, s/d), isto quer dizer que: somente na perspectiva da classe em luta, dando continuidade às grandes contribuições da humanidade, que se pode concretamente conceber e desenvolver o conteúdo concreto das utopias modernas.

Engels denunciou que as utopias dos pioneiros do socialismo moderno apesar de críticas à realidade do nascente modo de produção capitalista “degeneravam” em “puras fantasias” na medida em que se baseavam na descoberta de sistemas em que reinavam a “mais perfeita ordem social” e que seriam implantados na sociedade “vindo de fora”; esses apontamentos são importantes para se compreender as utopias na perspectiva do comunismo, do proletariado: as ideias dos utópicos são sistemas que se aplicam de fora da sociedade, e mesmo que tenham o proletariado como *objeto* da reforma social não expressam os interesses de uma classe consciente de si mesmo e de sua posição na sociedade capitalista.

Karl Mannheim estabelece como objetivo da sociologia do conhecimento descobrir as formas pelas quais o pensamento pode expressar a realidade em que ele opera, para realizar essa tarefa ele escolhe as categorias de ideologia e de utopia para demonstrar os obstáculos que se erguem para a tarefa de “procura da realidade”. Mannheim diz que todos os grupos produzem seu pensamento e expressam da sua maneira os diferentes modos pelos quais experimentam a mesma realidade:

Se examinarmos os vários tipos de juízos ontológicos com que os diferentes grupos se nos apresentam, começamos a suspeitar que cada grupo parece mover-se em um mundo de ideias separado e distinto, e que êstes diferentes sistemas de pensamento, frequentemente, em conflito um com o outro, podem ser em última análise reduzidos a diferentes modos de experimentar a “mesma” realidade (MANNHEIM, 1986, p. 125/6).

A experiência particular de cada grupo impossibilita a consciência do “inter-relacionamento

total dos fenômenos” (MANNHEIM, 1986, p. 126), daí a utilidade do estudo do que é ideológico e do que é utópico, pois o primeiro aponta as ideias da conservação da ordem existente e o segundo as ideias que orientadas para a ação tendem a transformar a realidade; desta forma, nenhum dos sistemas são um verdadeiro diagnóstico da situação pois são expressão dos grupos em conflito na sociedade que por isso chegam a conclusões divergentes, tanto em pensamentos como em atos. Indicar a necessidade de se descobrir as bases sociais para se compreender o conteúdo de um determinado pensamento é uma grande contribuição de Mannheim, pois questiona as concepções culturalistas, individualistas, economicistas na análise das ideias. Mas consideramos problemática sua análise do fenômeno utópico por considerar equivalente as produções da ideologia e da utopia.

Segundo Mannheim todas as ordens sociais contém concepções que não podem ser realizadas no seu interior, são ideias “transcendentes ou irreais” porque jamais o conteúdo que lhes forma poderá ser realizado nas sociedades em que surgiram e porque não se pode viver e agir seguindo tais ideias nos limites da ordem existente. As ideias transcendentes e irreais são as ideologias e as utopias: as primeiras são ideias situacionalmente transcendentes que jamais conseguem de fato a realização de seus conteúdos pretendidos; e também as utopias são ideias transcendentes, mas não são ideologias porque conseguem orientar uma ação que transforma a realidade na direção que se pretende (MANNHEIM, 1986, p. 219). Como exemplos de ideologias Mannheim diz que são as ideias de amor fraterno cristão sob uma sociedade escravista, ou a incapacidade dos indivíduos de perceberem a incompatibilidade de suas ideias e a realidade devido ao “corpo total de axiomas implicados em seu pensamento” ou seja, os valores que o indivíduos trazem consigo, mas também a “mentalidade hipócrita” que é o tipo de consciência do indivíduo que pode desvendar a incongruência de sua ideia com a realidade mas não o faz por “determinados interesses vitais e emocionais”, e também a ideologia como “mentira deliberada” (MANNHEIM, 1986, p. 219).

As utopias por sua vez formam o espírito utópico que também é uma forma de consciência em incongruência com o estado de realidade em que ele ocorre, mas distingue-se por concretizar uma orientação para objetos que não existem na situação real e abalando, parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevalece no momento: “não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra-atividade, transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções” (MANNHEIM, 1986, p. 219).

Apesar de outras questões secundárias, a distinção principal entre ideologia e utopia para Mannheim é que a primeira é inaplicável e a segunda se caracteriza por uma orientação para a ação. Assim, a utopia se caracteriza por uma ideia que orienta, direciona uma ação, o que é problemático tendo em consideração que as ideias são produto da ação e que por sua vez interferem nas ações,

elas não existem simplesmente como incongruência entre a ideia e a realidade, pois a ideia é fruto da realidade e ao existir passa a intervir nessa realidade; Para Mannheim, as utopias são como tipos ideais que orientam o estudo da realidade, e quando identificadas, tanto a utopia quanto a ideologia, contribuem para que o “estado de espírito sociologicamente esclarecido” (MANNHEIM, 1986, p. 218) possa “conter nem mais nem menos do que a realidade em cujo meio opera” (MANNHEIM, 1986, p. 124), ou seja, expresse a verdade da realidade distanciado das utopias e ideologias.

Contrariando a visão negativa do pensamento utópico esboçada pelo também alemão Karl Mannheim, o filósofo Ernst Bloch desenvolveu, e aplicou em diversos estudos de caso, os fundamentos teóricos para ressignificar a ideia de utopia por meio de uma perspectiva materialista e dialética de análise da realidade, criticando as visões unilaterais do fenômeno das utopias. O fundamental para Bloch é a existência das utopias concretas que ao se desenvolverem na realidade aponta para a emergência de novos processos e relações sociais antecipando, de acordo com as tendências históricas e sociais, novas formas de organização social.

Ernst Bloch nasceu em 08 de julho de 1885 em Ludwigschafen, Alemanha, perto da cidade industrial de Mannheim. A tradição cultural da cidade colocou desde cedo em contato o jovem Bloch tanto com a cultura socialista quanto com a tradição cultural clássica (ALBORNOZ, s/d). Quando foi estudar em Berlim entrou em contato com pensadores famosos, tais como George Simmel e durante as temporadas de estudos em Heidelberg foi aluno de Max Weber e amigo de Karl Jaspers e Georg Lukács. Nesses primeiros anos do século XX, Bloch é movido pelo humanismo e aos poucos vai se aproximando do socialismo influenciado pelas lutas do campesinato russo e as ideias sobre o misticismo cristão. Devido às suas concepções humanistas decide por desertar da convocação para ingressar no exército Alemão, refugiando-se em diversos países ao longo da Primeira Guerra Mundial. Com a derrota dos processos revolucionários das décadas de 1910/20 e com o ascenso do Nazismo passa por diversas cidades (Zürich, Viena, Praga) até estabelecer-se durante os anos da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, retornando para a Europa com o fim da guerra e estabelecendo-se na Alemanha Oriental como professor da Universidade Karl Marx em Leipzig. Com o aumento da repressão à intelectualidade divergente nos países soviéticos, Bloch deixa Leipzig em 1961 e passa a residir em Tübingen, na Alemanha Ocidental, até o fim da vida, em 04 de agosto de 1977, após anos de atividade docente e como militante envolvido nas lutas juvenis que abalaram a Europa nos anos finais de sua vida.

Ernst Bloch desenvolveu uma “história das utopias” analisadas em seus mais diversos aspectos: utopias literárias, filosóficas mas também arquitetônicas, médicas, geográficas, técnicas, religiosas. Sobre o quadro enciclopédico da análise da história das utopias feita por Bloch, informa Suzana Albornoz sobre a extensão de suas reflexões:

A grande enciclopédica filosófica das utopias desenvolvida pela obra blochiana dá testemunho da abundante informação e profundo conhecimento do filósofo de tudo aquilo que podemos chamar de “margens da história do espírito”, quais sejam: os pensadores renascentistas, as tendências esotéricas da gnose e da mística alemã, os mitos astrais, a apocalíptica, a maçonaria, a alquimia; as seitas cristãs consideradas heréticas e, na tradição judaica, o hassidismo, o messianismo, a cabala... enfim, de tudo aquilo que move o espírito humano na direção do novo, portanto, em sentido estrito, do utópico, mas que se apresenta como que na sombra, ao lado da corrente central da filosofia ocidental, de origem e feição gregas; portanto, à margem das formas mais dominantes da história cristã, com predomínio da influência romana e, no judaísmo, também à margem da luminosa tradição racionalista rabinica (ALBORNOZ, s/d, p. 2).

Para Albornoz o fundamento da potência das utopias no pensamento de Ernst Bloch é demonstrar que o ser humano é um “ser de pulsões, que pressionam em direção de sua satisfação” (ALBORNOZ, s/d, p. 3). Segundo Voltaire Schilling há em Bloch uma ressignificação do conceito de utopia, marcada por uma concepção mais ampla e genérica do que uso pelas ciências sociais como sociedade imaginária (SCHILLING, s/d). Para Anselmo Borges, o que Bloch indica é que “o passado está grávido do futuro” (BORGES, 1993, p. 406), assim questionando as filosofias que tinham como ponto de partida o passado e que limitaram-se à “contemplação e interpretação do mundo existente, sem perspectiva de transformação e futuro”, concepção dominante desde Platão até Hegel, o *ultimum* (fase final de um processo) está relacionado somente com o *primum* e não com o novo, havendo de tal forma uma repetição do princípio, de algo que já tinha se realizado, se perdeu e alienou (BORGES, 1993), tal visão de realidade que enfatiza o passado se expressou na filosofia para quem o conhecimento é a *amnese*, a rememoração, e na psicologia na concepção de que o inconsciente é um “armazém do passado” (BORGES, 1993).

Rui Souza analisa a obra de Bloch afirmando que à crítica das utopias contemplativas e idealistas, buscou Bloch uma articulação da filosofia da práxis de Marx com uma ontologia da consciência antecipadora do que “ainda-não-veio-a-ser” no mundo. O homem de Bloch é um “animal esperançoso” (SOUZA, 2011).

Segundo Rui Souza, Bloch conhecia com profundidade os problemas com o uso do termo utopia, e atentou-se para em sua ressignificação superar os elementos abstratos que caracterizam certas utopias e expressar a força da utopia concreta que manifesta a sua interpretação do processo utópico, da antecipação do que ainda não veio a ser, por isso deixou claro que a manutenção do sentido original de utopia não faz sentido com as transformações radicais realizadas pelas utopias concretas de nossa era, Souza lembra da afirmação de Bloch para quem restringir ou limitar o conceito de utopia tal como fora feito por Thomas Morus era como que reduzir o significado da eletricidade ao âmbar-amarelo, matéria que foi explicada pelos gregos e de onde se origina os primeiros conhecimentos da eletricidade, isto é, conforme desenvolve-se as relações sociais também as possibilidades de desenvolvimento das utopias ocorrem, o que se materializa em nossa época nas

utopias concretas. Segundo Souza, o ser humano para Ernst Bloch é um animal esperançoso que somente pode se satisfazer rompendo com as limitações sociais: “Quando Bloch escreve que o “*não*” é um “*ainda-não*” que pode “*vir-a-ser*”, ele desmistifica a realidade social estratificada, coisificada e abre uma fronteira no campo da filosofia da práxis rumo ao novo, ao devir, ao futuro, enfim... à esperança” (SOUZA, 2011, p. 162).

Bloch tem como ponto de partida as questões fundamentais que diferenciam o ser humano dos outros animais da natureza é, portanto, uma preocupação ontológica que fundamenta o desenrolar de seu pensamento. Para Bloch o ser humano não vive isolado numa bolha, ou sobredeterminado por estruturas ahistóricas, embora o ser humano seja compelido a construir as condições necessárias para a sua sobrevivência, nesse sentido impulsos atuam sobre a vida humana, sejam eles de ordem externa ou interna. Segundo Bloch, o impulso original, primitivo e fundamental dos seres humanos é a fome: “o estômago é a primeira lâmpada na qual deve ser derramado o óleo, seu anseio é preciso, sua pulsão tão inevitável que nem mesmo pode ser recalçada por muito tempo” (BLOCH, 2005, p. 68). Essa pulsão original tem uma origem interna a todos os seres humanos, embora somente se materialize de acordo com os impulsos materiais disponíveis. Além da pulsão original existem as pulsões derivadas, que podem se tornar “fundamentais” de acordo a ordem social em que surgem, portanto, as pulsões humanas também variam historicamente, bem como o estudo hegemônico voltado para determinadas pulsões como ocorreu com a competição, século XIX, ou com a sexualidade, século XX.

A fome, expressão original da autopreservação, é a instância última e mais concreta de seu portador. Essa pulsão e sua “função econômica” são o verdadeiro motor da história. Os impulsos são fundamentais para compreender a conduta humana na medida em que se refletem na consciência. E a consciência em contradição com as condições materiais de produção se “desintegra” em fenômenos que ela de si não toma consciência, surgindo os fenômenos do inconsciente, que por sua vez reforçam a contradição da relação entre consciência e as condições materiais de vida.

A ideologia como falsa consciência é um fenômeno distinto dos espaços do consciente não consciente de si, de sua existência. A ideologia é consciente, o inconsciente são pontos não conscientes dentro do consciente. Bloch argumenta que a psicanálise freudiana entende o inconsciente como o que não está mais consciente, esteve um dia, mas hoje faz parte da fronteira do consciente para o obscuro, para o passado; em contraposição Bloch argumenta que tal interpretação faz parte de uma tradição mais ampla, que remonta às origens do pensamento social ocidental, em que conhecer é lembrar, trazer de volta o passado.

Ao invés do estudo do inconsciente voltado para a direção do desvanecido, para a

experiência passada, Bloch propõe se dirigir para a direção oposta da fronteira da consciência, ir no sentido oposto do esquecimento-rememoração, caminhar em direção do despertar da consciência. Trata-se fundamentalmente, de que num “o olhar atento deve se voltar primeiramente para o relativamente inconsciente” (BLOCH, 2005, p. 115) que expressa o ainda-não-vivido, mas que emerge como potência no interior de determinadas relações sociais. O pré-consciente do vindouro não fora estudado pelas ciências humanas, principalmente pela psicologia, preocupada com “sofredores privilegiados”. E ainda assim não significa que o pré-consciente voltado para o futuro não exista, mas que nosso conhecimento dele ainda é parco, limitado. O ainda-não-consciente como expressão do ainda-não-vivido é a materialização do pensamento utópico conforme define Bloch, distingue-se da futorologia, das previsões porque tem como lastro a própria realidade concreta que lhe impulsiona. Às formas de consciência determinadas pelas ideias dominantes, pela ideologia, Bloch propõe a compreensão da consciência que expressa algo ainda-não-existente, uma relação social embrionário, um pensamento revolucionário em gestação.

Bloch argumenta que os momentos que impulsionam a formulação do ainda-não-consciente são as épocas da juventude, da mudança histórica e a produtividade (trabalho artístico, científico, arquitetônico, religioso, etc.). O novo, o que está em emergência é, para Ernst Bloch, uma forma de consciência em formação é uma forma de consciência de algo que se aproxima, conteúdo da consciência que ainda não se manifestou nela própria de forma clara, posto que ainda está alvorecendo a partir do futuro. Bloch interpreta historicamente, na perspectiva do pensamento utópico, as obras dos filósofos contratualistas sob o absolutismo, a Nova Atlântida de Bacon e seu mundo tecnologizado e diversos outros fenômenos sociais que anteciparam aspectos da realidade em sua tendência e potência para expressar o novo. Tal consciência antecipatória possui possibilidades de expressão e auto-compreensão do seu papel de acordo com a sociedade histórica que lhe engendrou.

O ainda-não-consciente e o que-ainda-não-veio-a-ser permanecem desconhecidos, mas a experiência de nossa época atual, como experiência positiva, permite designar um estado de consciência que contagia a juventude, as mudanças de época, a produção cultural, nossa época é a primeira a possuir os pressupostos sócio-econômicos de uma teoria do ainda-não-consciente e do seu correlato, o que-ainda-não-veio-a-ser do mundo, e por isso o marxismo é pioneiro a proporcionar um conceito de saber que não tenha como referência aquilo que foi ou existiu, mas a tendência do que é acendente.

Na medida em que a intuição autêntica se inicia com juventude, mudança de época, produção, ela encontra seu lugar entre as mais autênticas questões humanas, e não aquelas que se referem aos animais ou têm caráter parapsíquico. Os camponeses alemães em 1525 e as massas das revoluções francesa e russa certamente tinham algo além das palavras de ordem, também eram guiados por algum tipo de imagem pulsional da revolução (...) Pois o

olhar para a frente se torna tanto mais aguçado quanto mais claramente se torna consciente. Nesse olhar, o sonho quer ser plenamente claro; a intuição, correta, evidente. Só quanto a razão toma a palavra, a esperança, na qual não há falsidade, recomeça a florescer. O próprio ainda-não-consciente deve se tornar consciente quanto ao seu ato, consciente de que é uma emergência, e ciente quanto ao conteúdo, ciente de que está emergindo (BLOCH, 2005, p. 144/5).

Tendo como ponto de partida a definição de utopia de Bloch como consciência antecipadora finalizaremos agora nossas reflexões sobre os comunicados do EZLN.

Síntese Conclusiva

Enquanto organização política o EZLN possui um quadro de dirigentes responsáveis por “pensar a realidade”, esse grupo está presente no CCRI-CG, sua origem remonta aos militantes maoístas da FLN e ELN que foram para Chiapas provocar uma guerrilha camponesa, mas em inícios dos anos de 1990 a incorporação em massa das comunidades de camponeses de Chiapas nas fileiras do EZLN alterou o quadro dos dirigentes, com a formação de novos dirigentes de origem indígena, em grandes linhas é assim que é traçada a história do EZLN (GILLY, 2002; GENNARI, 2002, 2004; HILSENBECK, 2006). De qualquer forma descobrimos quem são os responsáveis pela produção textual do EZLN, o CCRI-CG. Através dos comunicados descobre-se o que a organização quer falar, os temas com importância, as ações a serem feitas, a crítica à sociedade mexicana, a imagem que se constrói do país, as mudanças que esperam.

As categorias de análise construídas ao longo da classificação das Declarações da Selva Lacandona e outros textos se tornam objeto de interpretação para o analista distante das relações sociais em Chiapas. O risco está em absolutizar o que foi escrito pelo EZLN, pois não se deve levar em consideração a consciência que os seres humanos têm de si próprios (MARX, 2007), contudo, inserindo tal consciência no conjunto das relações sociais e analisando um conjunto de comunicados é possível estabelecer reflexões e desenhar um sentido interpretativo para a produção textual do EZLN, trabalho de análise que para nós pode se desenvolver com maior profundidade tendo como fundamento o conceito de utopia.

Os textos do EZLN inserem uma questão nova, que não se dá imediatamente caso o analista se detenha somente nas relações sociais da região de Chiapas, a saber: a valorização da nação Mexicana como lugar, um *locus* por excelência, onde as reivindicações da organização podem ser materializadas e satisfeitas. Já comentamos ao longo do texto a divisão social que realiza a direção do EZLN em seus comunicados: a história do México é dividida entre os “forjadores da nação” e os “vende-pátria”. Tal divisão é a maior expressão do *nacionalismo latente* nos discursos do EZLN. Mas a compreensão dessa expressão no discurso nacionalista da organização deve apontar as diferenciadas motivações específicas para a emergência do nacionalismo no interior de comunidades “isoladas” na última selva nos limites da fronteira mexicana. O avanço da

“globalização neoliberal” - nos termos do EZLN tal como está na VI Declaração - corroeu os laços que mantinham as comunidades *ejidales* em conexão com o Estado Nacional, sobretudo as políticas de apoio à produção camponesa (financiamentos, garantia de estoque e de mercado, inalienação da terra *ejidal*, etc.); a situação de abandono das comunidades é reforçada pelo avanço das empresas transnacionais sobre Chiapas, tal como descrevemos no início desse estudo, o que torna a situação do camponês *ejidatario* em semiproletariado rural, daí de onde vem a afirmação do EZLN de que eles se recusam a ser transformados em mercadorias.

Os “*vende-pátria*” estão no governo, e agem como os donos de uma tenda que querem vender tudo o que há de produtivo no país; os “*vende-pátria*” reduzem o Exército Federal a um exército de ocupação em seu próprio país. Mas a contraposição aos “*vende-pátria*” está nos verdadeiros “forjadores da nação”, a história da nação mexicana é uma história de lutas que se inicia com Hidalgo e Morelos durante a luta pela independência, com Benito Juárez na luta pela formação do estado nacional, com Emiliano Zapata e Pancho Villa durante a Revolução Mexicana de 1910. Essas figuras materializam a verdadeira nação Mexicana e atualmente se mantém na luta do EZLN. A supervalorização do nacionalismo, fundamentada na ideia de uma história nacional de lutas, é um traço característico do discurso do EZLN e forma parte de sua representação da história nacional e da consciência de sua posição na sociedade mexicana.

À exclusão histórica das comunidades indígenas das decisões políticas no âmbito do Estado Nacional o EZLN responde com a sua incorporação dentro dos “forjadores da nação”, o que inclui também os trabalhadores da cidade, estudantes, mas também pequenos comerciantes, empresários, partidos políticos. O nacionalismo deve buscar incorporar uma grande diversidade de elementos da sociedade e ao fazer ocultar alguns fenômenos, tais como as relações contraditórias e os interesses específicos de cada grupo, como no caso da aliança trabalhadores e comerciantes e empresários contra o estado “*vende-pátria*”. Acrescenta-se ao nacionalismo uma concepção de legalismo presente tanto nos comunicados quanto nas práticas do EZLN.

Em que sentido está presente o legalismo do EZLN, sendo este uma organização guerrilheira? A resposta a esse dilema é simples, tendo como ponto de partida a perspectiva do nacionalismo do EZLN que anteriormente nos referimos. Desde o início do levante em janeiro de 1994 o EZLN deixou bastante claro que não buscava subverter a ordem estatal-constitucional estabelecida, mas ao contrário, o reestabelecimento da Constituição conforme os princípios dos verdadeiros forjadores da Nação, inclusive dos que criaram a Constituição de 1917, programa pelo qual o EZLN lutou até bem pouco tempo para revogar as reformas no texto constitucional original. Já na Primeira Declaração da Selva Lacandona diz o EZLN que recorre ao artigo 39 da Carta Magna para legitimar o levante armado para que se “restaurem a legalidade e a estabilidade da

Nação, depondo o ditador”.

A defesa do nacionalismo tem como consequência a defesa das instituições não contaminadas pelos “*vende-pátria*” daí a situação de um levante armado, que controla partes do território nacional em estado de beligerância e ao mesmo tempo recorre para que os “outros poderes da nação”, notadamente o Legislativo e o Judiciário, deponham o ditador. O levante do EZLN, não foi uma ação subversiva, mas ao contrário, uma tentativa de restaurar as condições sociais criadas pelos “forjadores da nação”, mas essas condições sociais são evidentemente imaginárias, fruto da interpretação que faz o CCRI-CG da história nacional do México, idealizando o passado em torno da figura de alguns heróis nacionais.

A interpretação da história mexicana por parte do EZLN também produz uma concepção a respeito das instituições Mexicanas, concepção esta marcada pela ambiguidade. Comentamos logo acima que o EZLN justifica e legitima o levante por meio da Constituição Mexicana: legitima porque se apega ao artigo 39 que diz que todo o poder emana do povo; e justifica a luta como tentativa de restauração da Carta Magna. Por outro lado, o EZLN passa a tecer, ao longo das Declarações da Selva Lacandona, uma crítica por vários caminhos aos “poderes constituídos”, notadamente na questão em torno do “sistema de partido no poder”, que significa a hegemonia do PRI desde fins da década de 1930 na esfera do Estado Mexicano.

Na Segunda Declaração, divulgada poucos meses após o levante, o EZLN afirma que hoje “não apelamos aos falidos poderes da Nação” que perpetuam o “sistema de partido no poder” e que a solução dos conflitos de Chiapas e dos problemas do conjunto da nação mexicana passa pelo “suicídio ou fuzilamento” do atual sistema político. Em tempo, o EZLN manterá as relações políticas com os chamados “partidos independentes” durante os próximos anos até romper formalmente com o PRD, principal aliado partidário, logo após a recusa de aprovação da lei sobre direitos e culturas indígenas no Congresso da União em 2001.

Contudo, na Quinta Declaração o EZLN faz uma apologia dos “poderes falidos” para que estes cumpram seu compromisso com a Nação Mexicana e reconheçam as leis sobre autonomia das comunidades zapatistas. O EZLN apela para que o Congresso torne realidade o título de “honorável” que antecede o nome da casa e acredita que os partidos opositoristas tornarão o Congresso um “espaço a serviço da nação”; tal apologia contrasta com as declarações anteriores, pois como demonstramos quando do desmembramento das ideias contidas no discurso do EZLN, entre a Segunda e a Quarta Declaração da Selva Lacandona a organização vinha radicalizando na crítica contra as instituições estatais; a crítica retornará na Sexta Declaração, quando o EZLN rompe discursivamente com todas as instituições do Estado Mexicano, inclusive com o partido opositorista PRD, e com participação em campanhas anti-eleitorais.

Assim, o conjunto de textos aqui analisados apresentam uma posição ambígua do EZLN com relação às instituições mexicanas: por momentos o discurso é de restauração, em outros é de ruptura com todas as instituições, e ainda em determinadas ocasiões há o apelo para o “bom funcionamento” das instituições. A questão fundamental apontada pelo EZLN com relação às instituições mexicanas não passa em momento algum pela subversão total da ordem estabelecida, tal como advoga os discursos anarquistas ou comunistas, e sim pela restauração das instituições que em algum momento tiveram um bom funcionamento - presume-se aqui que trata do período pós-revolução devido às constantes referências a tal época e ao objetivo da organização de pôr fim às reformas à Constituição de 1917 - sendo que tal restauração significa acabar com o domínio político do “sistema de partido no poder”, que não é outra coisa que a hegemonia do PRI no Estado Mexicano ao longo das últimas sete décadas. Desta forma, analisando discursivamente o EZLN não é possível afirmar que a organização apresente um projeto alternativo de sociedade em transformação radical e na totalidade das relações sociais, mas cabe ressaltar que se na práxis das comunidades há em desenvolvimento um processo de transformação concreta das relações sociais tal processo não se apresenta nos discursos analisados, o que caberia uma pesquisa de campo para verificar o funcionamento concreto das relações sociais nas comunidades zapatistas.

Corroborando a defesa do nacionalismo do EZLN sua interpretação de que o capitalismo neoliberal está destruindo a nação mexicana na medida que a organização interpreta que as consequências da “globalização neoliberal” atingem ao conjunto da nação mexicana:

Entonces la globalización neoliberal, o sea la capitalista, destruye lo que hay en esos países, destruye su cultura, su idioma, su sistema económico, su sistema político, y también destruye los modos en que se relacionan los que viven en ese país. O sea que queda destruido todo lo que hace que un país sea un país (VI DSL).

Daí a necessidade de organização de diversos setores da sociedade, do lumpemproletariado ao empresário nacional prejudicado pelo avanço do mercado internacional, sem esquecer que o “mal governo” que agora se instalou obedece às ordens do centro do capitalismo global. O EZLN desenvolve então uma interpretação nacionalista da história Mexicana tendo como perspectiva os “forjadores da nação” que em diferentes processos históricos participaram da luta contra a colonização, pela independência, contra o Império Francês, e na Revolução de 1910, além das manifestações estudantis na década de 1960. Colocando-se como herdeiros desse histórico de lutas o EZLN interpreta a atual realidade social mexicana e se põem contra o “sistema de partido único no poder” e contra a “política econômica neoliberal” que expressam a força social dos “*vende-pátria*”:

Dois projetos de nação completamente distintos que se definiram no ano de 1995: um do poder, outro da democracia: guerra entre os que pretendem a perpetuação de um regime social, cultural e político que equivale ao delito de traição da Pátria, e os que lutam por uma transformação democrática, livre e justa. A guerra zapatista é só uma parte desta grande

guerra (IV DSL).

Mas não por ter uma perspectiva nacionalista da sociedade mexicana que o EZLN se isola das outras lutas que aconteceram ao redor do mundo, na verdade, a organização tem um papel de destaque no que se refere às atuais lutas contra o projeto neoliberal de sociedade. Podemos mesmo dizer que o levante de janeiro de 1994, a seguida crítica ao neoliberalismo presente em quase todas as Declarações do EZLN e as atividades que o EZLN convocou – tais como os Encontros Intergalático pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo – anteciparam um movimento social mais amplo de crítica e contestação às políticas neoliberais, tanto no continente latino-americano, quanto na Europa. Eis uma das principais contribuições do EZLN para o atual estágio das lutas sociais no capitalismo contemporâneo.

A antecipação das lutas contra o neoliberalismo realizada pelo EZLN possui um significado histórico, qual seja: o avanço dos mecanismos de exploração do capital para a totalidade do planeta. Acreditamos que deixamos claro esse processo na primeira parte de nosso trabalho, mas relembro, desde meados da década de 1980 inúmeras empresas multinacionais passam a produzir em Chiapas, o capital agrícola avança sobre novas fronteiras e as políticas estatais que garantiam a subsistência das comunidades é abandonada. Parte significativa dos camponeses ejidatarios passa a ter de realizar uma dupla jornada de trabalho, como camponês e como proletariado rural, e alguns abandonam o campo e se tornam proletariados urbanos. Com os acordos de Livre Comércio a situação da classe trabalhadora em Chiapas se agrava, porque além de competirem com produtos importados mais baratos, inviabilizando parte da produção camponesa, uma alteração na Constituição Mexicana possibilita a venda das terras *ejidales*, mercantilizando a terra como último espaço de subsistência do campesinato chiapaneco. Por outro lado, os laços do Estado Nacional com as comunidades tradicionais, centradas nos *ejidos*, são quebrados. A incorporação das comunidades de camponeses com tradição indígena fora feita por meio da “tutela por proteção” (GILLY, 2002, p. 53), um mecanismo de controle em que o Estado reconhecia as comunidades com suas próprias tradições ancestrais de organização social e política mas que atrelava esse funcionamento interno às burocracias do Estado, surgindo assim a figura do caciquismo, em que o líder da comunidade mediava as relações com o governo e em troca recebia diversos benefícios.

Com a emergência das políticas neoliberais, os benefícios materiais das lideranças indígenas foram sendo cortados aos poucos dentro do processo de redirecionamento dos gastos estatais; por outro lado, a piora nas condições de vida precipitou uma nova onda de manifestações em Chiapas. Nesse processo a cooptação das lideranças foi sendo substituída por movimentos do campesinato com um novo nível de combatividade e o caciquismo foi perdendo espaço. Nesse processo, as

antigas formas de organização política das comunidades foram reforçadas, mas sem a presença do caciquismo como mediador com o Estado. O processo de tornar as comunidades objeto da opressão estatal, via caciquismo, e a luta para romper esse mecanismo de opressão criou um sentimento coletivo de luta e organização no interior das comunidades, o que aparece nos discursos do EZLN como resgate da ideia de organização comunitária do mandar-obedecendo, que se define pela questão de quem representa a comunidade o faz porque obedece a ordens anteriormente deliberadas em assembleias, e se o representante não cumpre é retirado de sua função, tal como aponta os discursos do EZLN.

Mas se há o avanço dos mecanismos de exploração do capital há também o avanço das expressões de luta dos povos oprimidos ao redor do planeta. O campesinato mexicano, especialmente o de Chiapas, sofre desde a consolidações da produção capitalista com a aplicação dos mecanismos de troca desigual entre os produtos produzidos pelo campesinato, quase auto-subsistência, e a necessária compra de produtos para satisfazer as necessidades complementares. Com o avanço do estado neoliberal as políticas de apoio à produção camponesa são abandonadas o que tem por consequência a piora nas condições de vida da população; soma-se a esse processo, a tradição de luta na região de Chiapas (HILSENBECK, 2007).

Os comunicados do EZLN foram lidos por milhares de pessoas ao redor do mundo e traduzidos e publicados por centenas de organização. A comunicação do EZLN antecipa a potencialidade de uso crítico dos novos meios de comunicação, sobretudo da internet; foi devido ao uso da comunicação e de seus veículos que os comunicados do EZLN aglutinaram manifestações, encontros, marchas contra o neoliberalismo. Como afirma Adolfo Gilly “el EZLN inaugura una disputa por el discurso, dentro del discurso y por medio de él” (GILLY, 2002, p. 90), o que trouxe resultados bastante positivos no sentido de provocar a contestação contra as políticas neoliberais.

Essa convergência do EZLN com as lutas neoliberais representa que o próprio significado histórico do EZLN é formar parte do movimento de contestação à “globalização neoliberal”, tal como as lutas antiglobalização eram formada por uma heterogeneidade de movimentos e organizações – desde coletivos de pequenos agricultores, artesãos, desempregados, movimentos de gênero, culturais, étnicos até ecologistas, anarcopunks, movimentos artísticos – sem um projeto alternativo de sociedade definido. No interior do movimento de “antiglobalização” o EZLN não era uma força estranha, ao contrário, a ampla divulgação de seus comunicados indica que era uma força inspiradora contra a globalização capitalista.

É possível também analisar a concepção de cultura transmitida nos comunicados do EZLN. A organização desenvolve uma cultura de resistência baseada nas tradições indígenas e camponesas; e ao mesmo tempo desenvolvem uma visão de mundo fundada nessa cultura: comunidade nacional

plural, outra temporalidade, outra geografia, valorização dos mais velhos, dos mortos, da palavra antiga, dos elementos da natureza.

Uma questão bastante presente nos comunicados do EZLN é a questão da cultura como elemento de importância fundamental para a sociabilidade interna das comunidades, diz a organização: “Para todos, tudo” - dizem os nossos mortos. Enquanto não for assim, não haverá nada para nós”. De um lado, uma sociabilidade igualitária, em que há a divisão comum dos bens comuns; de outro lado, essa concepção como um resgate das tradições das comunidades da região de Chiapas. O avanço da exploração rompe os vínculos das comunidades tradicionais, mas por outro lado, é no resgate das formas internas de sociabilidade e de expressão cultural que as comunidades conseguem realizar sua crítica e se organizar; nesse sentido, também o imaginário e as representações sociais são revalorizados dando vazão ao sentimento coletivo de pertencimento. A cultura das comunidades indígenas é referida em diversas passagens dos comunicados, inclusive levantamos a categoria cultura quando da classificação das principais categorias presentes nos comunicados do EZLN.

Representações da natureza e dos antepassados das comunidades são referência constante. Imagens da selva, das montanhas, dos caminhos e trilhas, rios, pedras, animais são apresentadas em sua significância dentro da cultura de tradição indígenas e buscam expressar a força dos habitantes da Lacandona, além de representar a relação dos seres humanos com a natureza, ressaltando as diferenças com a destruição da natureza e do modo de vida das comunidades. Igualmente importante no discurso do EZLN são as imagens construídas sobre os antepassados, sobre as gerações anteriores e a sabedoria acumulada e transmitida no interior da comunidade. Ainda mais, os “mortos”, sempre exaltados, representam a resistência comunitária contra séculos de exploração, resistência esta que se expressa agora nas comunidades zapatistas; nos comunicados do EZLN, os “mortos” se fazem presente pela “palavra” que guarda a sabedoria tradicional.

Também sentimentos comunitários são resgatados nos comunicados do EZLN, o mais conhecido deles é a dignidade que alimenta a resistência dos rebeldes. Dignidade é definida no sentido daqueles que “não se vendem” para os donos do dinheiro nem para os poderosos, “dignos” tal como está presente nos comunicados são todos aqueles, indígenas ou não indígenas, que lutam contra as injustiças, contra a opressão, contra a destruição da vida. Interessante notar que a ideia de “dignidade” defendida pela organização não é exclusivista para os habitantes da Selva Lacandona, é uma ideia que busca aproximar e criar relações de solidariedade com todos aqueles que seguem a mesma luta que o EZLN e as comunidades zapatistas, estejam em qualquer lugar que for, importando estar presente na luta contra a vida indigna.

A questão militar é bastante presente nos comunicados do EZLN, e também é apresentada

de forma ambígua, isto por apontar as limitações ao se utilizar de uma estrutura militar, indicar que está recuando a ocupação dos espaços políticos nas comunidades zapatistas por parte da direção do EZLN, o CCRI-CG, e ao mesmo tempo não travar combates diretos com as forças do Exército Federal desde o dia 12 de janeiro de 1994, mas mesmo assim nos seus discursos o EZLN não indica o fim da estrutura e da cúpula militar. É reconhecida a frase do EZLN de que a organização é formada por soldados que lutam para não ser mais soldados, contudo, tal afirmação contrasta com a permanência e renovação da estrutura militar:

Los comandantes y comandantas, quienes estaban en su madurez en el inicio del alzamiento en 1994, tienen ahora la sabiduría de lo aprendido en la guerra y en el diálogo de 12 años con miles de hombres y mujeres de todo el mundo. Los miembros del CCRI, la dirección político-organizativa zapatista, ahora aconsejan y orientan a los nuevos que van entrando en nuestra lucha, y a los que van ocupando cargos de dirección. Ya tiene tiempo que los “comités” (que es como les decimos nosotros) han estado preparando toda una nueva generación de comandantes y comandantas que, después de un período de instrucción y prueba, empiezan a conocer los trabajos de mando organizativo y a desempeñarlos. Y pasa también que nuestros insurgentes, insurgentas, milicianos, milicianas, responsables locales y regionales, así como las bases de apoyo, que eran jóvenes en el inicio del alzamiento, son ya hombres y mujeres maduros, veteranos combatientes y líderes naturales en sus unidades y comunidades

Se considerarmos que uma guerrilha é uma organização que mantém as táticas de ataque e contra-ataque bélico às forças militares estabelecidas o EZLN não é mais uma guerrilha, não no sentido tradicional do termo; embora controle uma parte do território nacional sendo por isso importante sua permanência em armas, mas por sua vez a organização não propõem formas alternativas de criação de milícias populares, de povo em armas, o controle militar e político na região ocupada é exclusividade do EZLN. Daí que surge a problemática nos comunicados do EZLN, sobretudo nas últimas declarações em que a direção reconhece ser necessário deixar de ocupar os espaços de decisão política das comunidades para que estas possam deliberar democraticamente, já que o CCRI-CG reconhece que o EZLN é uma organização que não é democrática, nem pode ser devido sua estrutura militar.

Embora não dispomos de elementos concretos das relações sociais nas comunidades zapatistas, é possível afirmar uma contradição entre a permanência da estrutura militar e o projeto de construção das autonomias políticas das comunidades, na medida em que a organização militar estiver na liderança das decisões políticas. E tais contradições são visíveis discursivamente quando a organização militar dá prioridade à resolução das “demandas econômicas” em detrimento da realização de formas alternativas de organização social, tal como fica expresso na seguinte afirmação da Sexta Declaração da Selva Lacandona:

Claro que hay problemas que se pueden resolver separando más lo político-militar de lo civil-democrático. Pero hay cosas, las más importantes, como son nuestras demandas por las que luchamos, que no se han logrado cabalmente.

Fica claro que o EZLN não pretende deixar de existir enquanto organização militar, pretende no máximo buscar aumentar a separação entre os elementos político-militares e a esfera civil-democrática da organização, sem contudo acabar com a relação comando militar/comunidades zapatistas.

Diante do que foi exposto, possuímos elementos para uma definição sintética que dê conta de explicar o fenômeno social que é o EZLN. Verificamos que a atitude do EZLN sobre diversas questões em seus comunicados é de conciliação, sobretudo no que diz respeito em relação com as instituições do Estado nacional, mas também com relação às classes sociais no México; pretende o EZLN se inserir no que a organização considera como a comunidade nacional e assim fazer parte da grande nação mexicana. Busca então conciliar as instituições do Estado nacional com a tradição de lutas dos “forjadores da nação”. Em análise da luta de classes na sociedade mexicana por ocasião do levante popular de Oaxaca em 2006, o sociólogo Gilson Dantas definiu o EZLN como uma organização “reformista armada” que “consegue articular fraseologia radical com estratégia conciliadora em relação aos grandes proprietários” (DANTAS, 2008, p. 13).

Nos últimos anos o EZLN passou a ser questionado por diversas organizações e movimentos quanto aos acontecimentos da luta de classes no México; Oaxaca é símbolo do novo ciclo de radicalidade pelo qual passa a sociedade mexicana, no estado vizinho de Chiapas em 2006 o poder estatal foi substituído por uma assembleia popular dos povos de Oaxaca e a defesa do movimento fora feita pelo povo em armas, não construído qualquer tipo de direção guerrilheira para “proteger” o movimento. Os zapatistas de Chiapas foram questionados como comprometimento em apoio e solidariedade ativa com as lutas em Oaxaca, e não buscaram unificar os movimentos de luta contra o Estado Mexicano. Desde então, o EZLN se limita a mandar notas de apoio aos movimentos que explodem regularmente em diversos estados mexicanos.

A interpretação do EZLN como uma organização reformista armada se baseia nas considerações que a organização expôs em seus comunicados, seja por nossa definição de que uma revolução é um processo de transformação radical das relações sociais. Reformista porque suas reivindicações, modo de atuação, objetivos não buscam superar a totalidade das relações sociais capitalistas; reformismo armado porque não consegue abandonar a estrutura militar sem deixar de por fim à própria existência da organização, embora de fato não esteja mais envolvido no conflito militar direto contra as forças estatais, e há muitos anos tenha abandonado a declaração de guerra de janeiro de 1994.

Notas sobre a 1ª Declaração.

O primeiro documento público divulgado pelo EZLN foi a Primeira I Declaração da Selva

Lacandona; e mais que conhecer o EZLN, a sociedade mexicana era informada de que uma força beligerante avançava “em direção à capital do país vencendo o exército mexicano, protegendo a população civil em seu avanço libertador e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas” (I DSL). O conteúdo e a forma dessa primeira Declaração é totalmente estranho às Declarações seguintes, e o ponto inicial a partir do qual tudo se diferencia é justamente o fato de que essa primeira Declaração da Selva Lacandona tratar-se justamente de uma “*declaração de guerra*” ao presidente Carlos Salinas de Gortari e contra o Exército Mexicano (I DSL).

Mas sendo estranho ao conjunto de Declarações da Selva Lacandona, não o é no interior da história política mexicana, na medida em que as nossas análises indicam que a I Declaração possui similaridades formais e de conteúdo com ao menos dois manifestos políticos que marcaram a história mexicana. A indicação inicial para uma análise comparativa é dada pelo próprio EZLN, que em diversas citações refere-se àqueles cujo qual o EZLN são os “herdeiros” políticos, referem-se sobretudo a Vicente Guerrero⁵⁸ e Emiliano Zapata⁵⁹.

Na fase final da guerra de Independência do México, em Fevereiro de 1821, é publicado o *Plan de Iguala* sob a liderança política de Augustín de Iturbide e auxiliado militarmente por Vicente Guerrero. Por sua vez, o *Plan de Ayala* foi dirigido pelo líder camponês Emiliano Zapata durante os anos da Revolução Mexicana (1910-1918). Tal como a I Declaração da Selva Lacandona, o *Plan de Iguala* e o *Plan de Ayala* são manifestos políticos envolvidos com confrontos militares: na Guerra de independência e na Revolução Mexicana os conflitos militares foram mais agudos e prolongados, enquanto que a luta guerrilheira aberta por parte do EZLN e do governo durou poucos dias depois do levante, contudo, não deixa de ser um elemento de destaque o fato de ser uma força paramilitar, ou paraestatal, e que inclusive controla territórios.

Na fase final da Guerra de Independência Mexicana, o ex-militar das forças realistas da Espanha Augustín de Iturbide redige e divulga o *Plan de Iguala*⁶⁰, agora ao lado das forças independentistas do sul, que lutavam desde os anos de 1800 sob a liderança dos clérigos Hidalgo e Morelos e depois reforçada pelas forças guerrilheiras de Vicente Guerrero, ao mesmo tempo em que passou a contar com o apoio da aristocracia e do clero da Nova Espanha. O *Plan de Iguala* é o marco histórico de união das diversas forças sociais que lutaram pela independência Mexicana em relação ao poder colonial Espanhol. Tinha como tripé o lema “Religião, Independência e União”.

O *Plan de Iguala* é uma convocação de todas as forças que lutam pela independência a

⁵⁸ Diz o EZLN na II Declaração sobre Vicente Guerrero: “O grito de dignidade do insurgente Vicente Guerrero, “Viver pela Pátria ou morrer pela liberdade”, volta a ecoar através de nossas gargantas. Não podemos aceitar uma paz sem dignidade” (II DSL).

⁵⁹ São diversas as citações do EZLN sobre Zapata, citamos esta por seu valor exemplificativo: “Zapata morreu, mas não sua luta e não seu pensamento” (VOTÁN-ZAPATA).

⁶⁰ <http://lcweb2.loc.gov/service/lawlib/law0001/2010/201086181148/01.pdf>

atuarem sob as ordens do Exército Trigarante responsável pela separação da colônia de Nova Espanha em relação ao Império Espanhol. De fato, meses depois, o Tenente General dos Exércitos da Espanha Don Juan O-Donoju assinará um tratado reconhecendo a independência do México. O objetivo do *Plan de Iguala* é o de criar um Governo Provisório até que o Príncipe Fernando VII, de Espanha, responda à convocação de assumir o trono do Império Mexicano. Deverão ser resguardadas a religião Católica, a Independência do México e a união de todos os seus cidadãos.

O plano de Iturbide inicia-se com a convocação da Junta de Governo Provisório da América Setentrional, poder que governará enquanto a monarquia constitucional se consolida. Ao chamado de formação do Governo Provisório segue-se uma lista com vinte e quatro pontos, os principais são:

- Todos os funcionários do Estado permanecem em seus postos;
- Enquanto Monarquia Constitucional, será convocada a reunião da Corte para que esta elabore uma nova constituição e que ratifique o poder do novo soberano do Império;
- Fim da escravidão e de qualquer discriminação entre cidadãos europeus, africanos, ou indígenas;
- Respeito às liberdades e propriedades individuais;
- Manutenção dos privilégios do clero secular e regular;

O cerne do manifesto político do *Plan de Iguala* traduz-se na criação do Exército Trigarante, responsável pelo novo governo e por seus fundamentos: a religião católica como religião de Estado, a independência sob o regime de governo Monárquico Constitucional e a igualdade jurídica entre todos os cidadãos.

O *Plan de Ayala*⁶¹ foi publicado por Emiliano Zapata, líder camponês da região sul do México, no segundo ano da Revolução Mexicana, em 1911. Nesse manifesto, o Exército Libertador do Sul rompe com o caudilho Francisco Madero, que tinha se tornado presidente com a deposição do ditador Porfírio Díaz em 1910. O *Plan de Ayala* defende a continuidade e radicalização do *Plan de San Luis de Potosí*, manifesto divulgado por Francisco Madero sob o qual se reuniram as forças oposicionistas ao Porfiriato. Zapata e seus generais acusam Madero de corrupção e de traição às ideias do *Plan de Potosí*, além de que novas medidas serão incorporadas ao manifesto de Madero, defendendo os interesses do campesinato mexicano.

O Exército Libertador do Sul buscou dar continuidade ao processo revolucionário iniciado por Madero, e assim a efetivar os lemas do *Plan de San Luis de Potosí*: “não à reeleição” e “sufrágio universal”. Contudo, Zapata e seu exército acusam Madero de estar na Presidência somente para satisfazer suas ambições pessoais afirmando que Madero “dejó en pie la mayoría de poderes gubernativos y elementos corrompidos de opresión del Gobierno dictatorial de Porfirio Díaz” e assim estarem agravando o mal estar no país e abrindo novas feridas no seio da pátria, desta forma no *Plan de Ayala* não se reconhece Francisco Madero como chefe da Revolução e Presidente

⁶¹ <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/CH8.pdf>

da República.

Quinze pontos fazem parte deste plano, que pode ser dividido em duas partes. A primeira parte do *Plan de Ayala* está fundada nos seguintes pontos:

- desconhecimento de Francisco Madero como Chefe da Revolução;
- Reconhecimento do General Pascual Orozco como Chefe da Revolução Libertadora, e na impossibilidade deste o General Emiliano Zapata;
- Não será feito nenhum acordo até que as forças porfiristas e maderistas sejam derrotadas
- Reconhecimento do *Plan de San Luis de Potosí*. Acrescido das medidas que se seguem;

A segunda parte do *Plan de Ayala* trata das medidas sociais adotadas pelo Exército insurgente do Sul, que basicamente são:

- A desapropriação das grandes propriedades de terra dos científicos, fazendeiros e caciques;
- A aplicação executada com armas nas mãos, a formação de um exército camponês reconhecido como força política legítima;

O *Plan de Ayala* radicaliza nas propostas do *Plan de San Luis de Potosí*, vai além da luta pela não reeleição e por sufrágio universal, supera as medidas estritamente políticas e introduz medidas sociais que expressam os interesses do campesinato, como a partilha dos latifúndios nas mãos dos científicos⁶², caciques e fazendeiros. “Reforma, Libertad, Justicia y Ley” são os lemas levantados pelo *Plan de Ayala*, assinado por Emiliano Zapata e seu Exército Insurgente em 28 de Novembro de 1911.

A divulgação de manifestos políticos sob a forma de planos é algo comum na história política Mexicana, ao *Plan de Iguala* sucedeu o *Plan de Veracruz* redigido por Santa Anna e Guadalupe Victoria em luta contra o poder imperial de Iturbide, que no pós-independência com a negativa de Fernando VII da Espanha de assumir o trono Mexicano coube a Iturbide o trono imperial; e o *Plan de Ayala* busca dar continuidade e radicalizar o *Plan de San Luis de Potosí*, de Francisco Madero. Ambos tratam-se de um tipo de documento, o manifesto político, com grandes implicações na vida concreta, posto que revelam o conflito de interesses em jogo. Os dois planos políticos aqui destacados se referem ao processo de libertação colonial Mexicano ao longo da primeira metade do século XIX, e aos conflitos em torno da propriedade da terra numa sociedade que avança no desenvolvimento das relações sociais capitalistas na virada do século XX, assim os dois planos representam a luta por reformas sociais, eis as condições sociais que produzem os referidos documentos. Situação similar que se produz quando do avanço das políticas neoliberais no Estado Mexicano e com as contra-reformas que retiraram direitos sociais.

Em outra parte da dissertação destacamos os principais tipos de enunciados que

⁶² Grupo de intelectuais que influenciaram o regime de Porfirio Diaz, defendiam as ideias do positivismo científico.

caracterizam o discurso do EZLN; sobre a I Declaração, a questão a ser destacada é que tomado esse discurso como um todo o que lhe caracteriza em seu conteúdo é a crítica às instituições Mexicanas, dos sete enunciados destacados, cinco referem-se às instituições Mexicanas, e o primeiro enunciado que aparece na introdução do discurso diz respeito à força social que luta contra essas instituições: “Somos produtos de 500 anos de luta” (I DSL). Ao que lhe segue:

Porém, nós hoje dizemos: BASTA! Somos os herdeiros dos que realmente forjaram a nossa nacionalidade, somos milhões de despossuídos e convocamos todos os nossos irmãos a aderir a este chamado como o único caminho para não morrermos de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e que estão dispostos a vender a pátria. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero,⁶³ são os mesmos que venderam mais da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro,⁶⁴ são os mesmos que trouxeram um príncipe estrangeiro para nos governar,⁶⁵ são os mesmos que sustentaram a ditadura porfirista, que não se opuseram à expropriação do petróleo,⁶⁶ são os mesmos que massacraram os trabalhadores das ferrovias em 1958 e os estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo (I DSL).

O inimigo declarado é o presidente Carlos Salinas de Gortari, o 13º presidente consecutivo do Partido Revolucionário Institucional, “a ditadura de mais de setenta anos” que está a “vender a pátria”. O EZLN tem por objetivo na I Declaração da Selva Lacandona, retirar do poder o “ditador” Salinas de Gortari e para isso conta com o avanço militar de suas tropas, mas também com uma ação autônoma dos “outros poderes da Nação”, para que estes “restaurem a estabilidade e legalidade da Nação” (I DSL)

A esse objetivo, segue-se uma lista com seis pontos:

-Primeiro: Avançar em direção à capital do país vencendo o exército mexicano, protegendo a população civil em seu avanço libertador e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas.

-Segundo: Respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional.

-Terceiro: Iniciar julgamentos sumários de soldados do exército federal mexicano e da

⁶³ Miguel Hidalgo e José Maria Morelos são dois sacerdotes católicos que no início de 1800 exortaram a população à insurreição armada contra os espanhóis que dominavam o país. Ambos formaram um exército que enfrentou as tropas reais, sendo que Morelos chegou a elaborar um programa político que, além da independência do México, previa o fim das desigualdades sociais, a distribuição das grandes propriedades aos camponeses e o não pagamento dos impostos que vinham sendo pagos durante o período colonial. Na mesma época em que ocorriam os embates entre as tropas reais e os exércitos de Hidalgo e Morelos, Vicente Guerrero liderava grupos de guerrilheiros que agiam no sul do país em nome das mesmas bandeiras de luta.

⁶⁴ Refere-se aos Estados do Texas, Novo México, Califórnia, Arizona, Utah, Nevada e parte do Colorado cujos territórios foram anexados pelos EUA entre 1845 e 1912.

⁶⁵ A Reforma suscitou um grande descontentamento entre os setores mais conservadores da sociedade que, gozando do apoio da própria igreja, organizavam um golpe de Estado. Derrotados no final de 1860, mas contando com o apoio dos EUA, Grã Bretanha, Espanha e França, abriram caminhos para que se realizasse o sonho de Napoleão III de transformar o México em colônia francesa. Protegido pelas baionetas do exército da França, em junho de 1864, o Duque Maximiliano D'Asburgo tomava posse do trono mexicano.

⁶⁶ Durante a ditadura de Porfirio Díaz, os capitais norte-americanos chegaram a controlar 75% das minas e mais da metade dos poços de petróleo, além de possuir amplos latifúndios com plantações de cana de açúcar, café e algodão e vastas áreas para a criação de gado.

polícia política que tenham recebido cursos e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro da nossa nação seja fora dela, acusados de traição à Pátria, e de todos aqueles que roubem ou atentem contra os bens do povo.

-Quarto: Formar novas fileiras com todos aqueles mexicanos que manifestem somar-se à nossa justa luta, incluídos aqueles que, sendo soldados inimigos, se entreguem às nossas forças sem combater e jurem responder às ordens deste Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

-Quinto: Pedir a rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de travar os combates.

-Sexto: Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN (I DSL).

Onze demandas se estabelecem nessa primeira Declaração, são elas “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” e que dão origem ao lema presente em todas as Declarações “Democracia, Liberdade e Justiça”.

A Primeira Declaração da selva Lacandona é um manifesto político que luta por reformas sociais e que faz parte da tradição de manifestos ao longo da história mexicana e seu conteúdo, as reivindicações de mais direitos para a população e as disputas na formação do Estado nacional, também manifesta tal herança. O que vem a reforçar a ideia da organização de que estes fazem parte dos “forjadores da nação” em oposição aos “vende-pátria”.

Lemas e palavras de ordem do EZLN

Quando do levante armado do EZLN em 1º de Janeiro de 1994 algumas cidades de Chiapas foram tomadas militarmente pelos guerrilheiros, seguiram-se doze dias de intensos combates urbanos e dentro das matas da Selva Lacandona, mas aos poucos ficava evidenciado que o poder bélico do EZLN era em muito inferior ao do Exército Mexicano, equipado e treinado pelos EUA. A ordem dada pelo CCRI-CG de avançar conquistando e libertando todas as cidades até a conquista da capital mexicana (1ª DSL, CD) jamais poderia ser cumprida, e nos comunicados seguintes o EZLN fora abandonando a tática militar:

Reiteramos a nossa disposição a uma solução política para a democracia no México. Convocamos a Sociedade Civil a retomar o papel de protagonista que desempenhou quando teve a fase militar da guerra organizando-se para conduzir o esforço pacífico rumo à democracia, à liberdade e à justiça. A mudança democrática é a única alternativa à guerra (2ª DSL, CD).

Contudo, jamais deixaram de ser um exército guerrilheiro. Entre as armas e a luta política resiste o EZLN em pleno século XXI, porém, mais que resistir às forças estatais o EZLN rompeu o isolamento geográfico e, sobretudo, político imposto aos movimentos guerrilheiros e atualmente pode-se lastrear uma diversidade de movimentos sociais influenciados por este movimento guerrilheiro que quase não tem ações militares e que ao mesmo tempo é um movimento político que se mantém em armas, isto é, as ações militares do EZLN vai até aonde a política (institucional, não-institucional, formal e informal) alcança, e a política do EZLN vai até aonde suas armas se mantêm erguidas, exatamente por isso não é desprezível o fato de que o EZLN ainda hoje controla extensas partes territoriais que em tese deveriam estar submetidas ao Estado Mexicano e suas forças políticas e militares.

Como demonstramos na primeira parte desse presente trabalho, o EZLN surge sob condições sociais que estimulam a luta social e política: a hegemonia neoliberal se traduz na piora nas condições de vida da população mexicana, sobretudo do campesinato, o que significa o combustível para o fomento de novas revoltas, quer sejam armadas: novas guerrilhas surgiram no México logo após o levante do EZLN, e hoje grupos de autodefesa se espalham por diversos estados onde o narcotráfico se tornou um poder indiferenciado das instituições oficiais; quer sejam através de manifestações políticas, marchas, protestos de ruas, ocupações, etc. que se tornam cada vez mais regulares em várias partes do México. Já na II Declaração da Selva Lacandona, o EZLN parecia antecipar um processo de ascenso de manifestações políticas no México:

A esperança de gatilho teve o seu lugar no início do ano. Agora é preciso que espere. É necessário que a esperança que passeia pelas grandes mobilizações volte a assumir o lugar de protagonista que lhe cabe por direito e razão.

É entre uma mão que segura o fuzil e a outra que se propõe a assinar acordos políticos com as instituições estatais que se construiu a extensa obra discursiva do EZLN, e ao fim, como receptor desses discursos encontravam-se centenas de movimentos sociais e milhares de indivíduos ao redor

do mundo que não somente se identificaram com as ideias políticas do movimento, mas que prontamente se dispuseram a divulgar as declarações e comunicados escritos desde a Selva Lacandona. Apresentaremos neste tópico um quadro de vocabulários, que expressam ideias defendidas pelo EZLN, e que se tornaram populares muito além das fronteiras mexicanas, fazendo parte atualmente do vocábulo político de muitos movimentos sociais, desde o Movimento Passe Livre no Brasil, às manifestações dos piqueteiros na Argentina, passando pelas grandes marchas contra a austeridade na Espanha e se consagrando entre os movimentos juvenis que atualmente se organizam no México, o que para alguns autores (AUTOR) apontam para a existência de um zapatismo civil que se desenvolveu a partir da luta e mobilização do próprio EZLN.

“Já basta!” com essa frase o EZLN inicia sua I Declaração da Selva Lacandona, o documento que veio a público logo após o levante de 1º de Janeiro. Como parte integrante dessa primeira “declaração de guerra” a frase está situada num contexto de denúncia das condições de vida do povo mexicano, que está

morrendo de fome e doenças curáveis, de não termos nada, absolutamente nada, sem um teto digno, sem terra, sem trabalho, sem saúde, sem alimentação, sem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz e sem justiça para nós e para os nossos filhos (I DSL, CD)

A poderosa expressão Já Basta! permaneceu como palavra de ordem do movimento, apesar da intenção de guerra incondicional ter sido abandonada. Desde então, se tornou estampa de camisetas, capa de jornais, título de álbuns de Cd's, nome de livros, endereço de sites de internet, etc., e foi repetida em diversos encontros de movimentos sociais e em manifestos políticos. Sendo ou não uma expressão cunhada pelo EZLN, o fato é que sua popularização se deu através do uso pelo movimento sob as condições sociais sob o neoliberalismo: a intensificação da pobreza vem acompanhada da intensificação do protesto popular, e a expressão Já Basta! expressa o duplo caráter assumido pelas revoltas na atualidade: de um lado, a crescente indignação e denúncia contra as condições de vida, e por outro, a crença de que medidas legais, institucionais não dão conta da solução do problema, e é nesses sentidos que têm de ser entendido o significado de tal expressão no contexto de uma “declaração de guerra”, condições extremas exigem medidas radicalizadas.

Além da denúncia, lemas organizativos e que expressam os objetivos estabelecidos pelo EZLN se tornaram bastante populares ao longo desses últimos vinte anos em que o EZLN surgiu no cenário político Mexicano. A denúncia se volta para o que aí-está, para o existente, ao passo em que a formulação de objetivos está envolta em possibilidades que podem se concretizar na superação do existente. Já ao fim da II Declaração da Selva Lacandona o EZLN esboça a seguinte frase “Para todos, tudo” - dizem os nossos mortos. Enquanto não for assim, não haverá nada para nós”. A referência aqui é aos antepassados que iniciaram a luta que o EZLN desatou com a primeira declaração de janeiro de 1994, são eles os indígenas massacrados desde a conquista colonial até os

camponeses em luta durante a Revolução Mexicana de 1910, a revolução que produziu o grande personagem Emiliano Zapata.

A partir da III Declaração da Selva Lacandona o EZLN assim se pronuncia “Hoje reafirmamos: PARA TODOS TUDO, PARA NÓS NADA!” e assim essa palavra de ordem se torna cada vez mais recorrente nos comunicados do EZLN, mesmo nas Declarações, tipificada nesse trabalho como os principais documentos políticos do EZLN, e incluindo comunicados cotidianos da organização. Na V Declaração, divulgada a propósito da luta pelos reconhecimentos dos direitos indígenas com a promulgação da Lei COCOPA diz o EZLN: “Como parte desta luta, à qual convocamos nesta *Quinta Declaração da Selva Lacandona*, pelo reconhecimento dos direitos indígenas e pelo fim da guerra, ratificando o nosso 'Para todos tudo, nada para nós’”.

A palavra de ordem “para todos, tudo, para nós, nada” foi amplamente divulgada por movimentos sociais em várias partes do mundo, situação que nos chama atenção devido ao fato de como o EZLN destaca tal elaboração significa o resgate da contribuição das comunidades indígenas e camponesas para a luta que o movimento realiza em pleno avanço do neoliberalismo e seus postulados individualistas e mercantilizadores. Como temos afirmado, trata-se de que a piora das condições de vida atinge diversos grupos dentro da sociedade capitalista, a intensificação da exploração que tem sua fonte na relação capital-trabalho avança para a intensificação da exploração de outros grupos oprimidos tais como as comunidades de camponeses e indígenas, além de grupos étnicos (como os negros), de gênero, imigrantes, crianças, etc. Na V Declaração do EZLN temos um perfil daqueles a quem o EZLN esperava ressoar sua palavra de ordem, muito embora verificamos que os seus efeitos e recepção tenham sido maiores entre os movimentos sociais organizados e mais radicalizados, tais como movimentos estudantis, de luta contra as reformas neoliberais e do professorado:

Os trabalhadores, camponeses, professores, estudantes, donas de casa, colonos, pequenos proprietários, pequenos comerciantes e empresários, aposentados, inválidos, religiosos e religiosas, jovens, mulheres, anciãos, homossexuais e lésbicas, meninos e meninas, para que, de maneira individual ou coletiva participem diretamente com os zapatistas na divulgação, apoio e realização desta consulta como um passo a mais rumo à paz com justiça e dignidade (V DSL, CD).

Para todos tudo, para nós, nada pode explicitar que na atual ofensiva do capital contra os direitos trabalhistas, direitos sociais, políticas públicas, legislação penal mais repressiva, etc. Atinge a classe trabalhadora e diversos grupos oprimidos no interior da sociedade capitalista potencializando desta forma o conflito social sob o regime de acumulação integral.

Também é nesse sentido de agudização do conflito social que deva ser analisada outra famosa frase do EZLN a ganhar destaque e ressonância entre os movimentos sociais e nas lutas organizadas em vários continentes, sobretudo com as lutas antiglobalização: “o mundo que queremos é o mundo onde caibam muitos mundos”. Junto à palavra de ordem “Outro mundo é

possível” tal lema fez história durante os encontros mais combativos do Fórum Social Mundial e animou o espírito das mega-marchas realizadas ao redor do mundo contra os encontros do G-8, da Organização Mundial do Comércio, do FMI organizações estas que tiveram na linha de frente pressionando para a aplicação das chamadas “medidas de austeridades” aplicadas em dezenas de países durante os anos de 1990, medidas estas responsáveis em grande parte pela piora nas condições de vida das populações nacionais, atingindo não somente a classe trabalhadora, mas diversos grupos oprimidos alvos das políticas do Estado Neoliberal.

Como se sabe, as manifestações antiglobalização foram formadas por uma diversidade de grupos: pequenos agricultores, camponeses, ecologistas, partidos opositores, organizações marxistas, anarquistas, autonomistas, organizações de gênero, étnicas, etc. O EZLN caminhou na mesma direção que o movimento de contestação da globalização da intensificação da exploração do trabalho e dos grupos oprimidos, sendo que sua proposta alternativa se expressa no objetivo de “um mundo onde caibam vários mundos”, como tentativa de superação da globalização do mundo do capital.

No auge das lutas e manifestações antiglobalização, fins dos anos de 1990 e início dos anos 2000, o EZLN cunha o lema: “Abaixo e à esquerda está o coração”. Com a intensificação dos conflitos sociais o EZLN quis assumir uma posição claramente demarcada: o órgão que movimenta todo o existente, aliás, a palavra coração utilizada nesse sentido se repete em várias Declarações, encontra-se abaixo e à esquerda, numa clara referência aos grupos explorados pela sociedade e a uma alternativa de esquerda. Se na II Declaração o EZLN afirmava que a formação de um “Governo de Transição” seria seguida por um plebiscito que definiria a forma de “sistema” (capitalista, socialista, social-democrata, liberalismo, democracia-cristã, etc.) em fins da década de 1990 o EZLN aponta para o “sistema” de esquerda como a alternativa a ser buscada. Diversos encontros foram animados por essa consigna entre os quais o mais importante foi o Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo realizado em Chiapas em 1996 e na cidade brasileira de Belém, Pará, em 1999.

A partir da IV Declaração o EZLN cunha um novo termo que se tornará frequente em seus comunicados e se tornará um recorrente símbolo cultural da organização: a Flor da Palavra. Trata-se de uma referência ao universo cultural indígena, de tradição Maia, para quem a palavra é um importante instrumento da sociabilidade das comunidades e que diz respeito à sabedoria e experiência acumulada pelos mais velhos. De acordo com os comunicados do EZLN, sobretudo naqueles em que reina a indistinção entre a realidade e a ficção dado o próprio caráter literário de alguns textos, foi o personagem Velho Antônio quem pronunciou para o subcomandante Marcos que a palavra é o maior bem das comunidades indígenas, por isso ela funciona tal como a natureza:

A flor da palavra não morre, ainda que em silêncio caminhem nossos passos. Em silêncio se semeia a palavra. Para que floresça gritando, se cala. A palavra se faz soldado para não

morror de esquecimento. Para viver, a palavra morre, semeada para sempre no ventre do mundo. Nascerdo e vivendo morremos. Sempre viveremos (IV DSL, CD).

Este e outros elementos presentes no discurso do EZLN abriram espaço para que interpretações de caráter culturalista⁶⁷ se tornassem hegemônicas sobre o EZLN, o que já questionamos em outra ocasião; portanto, trata-se de ressaltar que: de um lado existe uma tradição cultural de origem indígena nas comunidades da Selva Lacandona, e por outro lado, de que essa tradição não se restringiu somente às comunidades indígenas e ao EZLN, mas que também fora apropriada por movimentos sociais, movimentos juvenis que são frutos de outra tradição, com origem urbana e de experiência única com a sociedade capitalista, desta forma, a tradição cultural indígena presente no discurso do EZLN fora apropriada como elemento de uma cultura de resistência de movimentos sociais em luta contra o capitalismo no contexto das grandes metrópoles.

No Brasil, diversas iniciativas foram criadas ao longo dos anos 2000, sobretudo atividades culturais como ocupações urbanas (o squatt Flor do Asfalto na cidade do Rio de Janeiro), rádios comunitárias (Flor da Palavra), movimentos de mídia alternativa (site Flor da Palavra), e o evento cultural com atividades artísticas, debates, exposições de filmes, etc. também chamado Flor da Palavra que aconteceu em várias cidades brasileiras nos últimos anos. Todos eventos foram desenvolvidos por organizações juvenis influenciadas pelo EZLN, e embora alguns indivíduos possam até ter passado temporadas em vivência direta com as comunidades indígenas em Chiapas, a quase totalidade se apropriou do resgate cultural trazido pelo EZLN ao longo dos últimos anos, resgate este que constitui o espírito da mobilização zapatista contra a intensificação da exploração capitalista na virada do século XX para o século XXI, o que claramente é resultado de múltiplas determinações, sendo mais exato afirmar a existência de uma cultura de resistência, que aponta para diversos tipos de manifestação (política, social, cultural) de que reduzir a um movimento cultural.

E para terminar este tópico sobre as influências culturais do EZLN sobre os movimentos sociais na atualidade cabe destacar a questão da utilização da famosa balaclava por parte dos membros do EZLN. Dizem os comunicados do EZLN que para se tornarem visíveis precisaram cobrir os rostos, que somente assim a nação Mexicana pode ver sua miséria e sofrimento, e a balaclava (capuz, toca ninja) utilizada há séculos pelos habitantes da fria Selva Lacandona lhes fora útil no momento de mobilizar-se militarmente. O subcomandante Marcos, porta-voz do EZLN mundialmente reconhecido, é famoso por esconder sua identidade, mas todos os membros do EZLN somente aparecem com os rostos cobertos, afirmam que desta forma evitam o personalismo tão presente em movimentos de esquerda ao longo do século XX, embora haja questionamentos ao EZLN porque mesmo com o uso da máscara existe toda uma superexposição do subcomandante Marcos.

⁶⁷ Ver o artigo Pequena crítica contra um grande prejuízo: totalidade e classe social contra o reducionismo cultural nas análises do EZLN. Aurora (UNESP. Marília). , v.7, p.103 114, 2013.

Questionamentos à parte, podemos afirmar que o EZLN antecipou o uso generalizado das máscaras nas manifestações, marchas, protestos violentos contra as condições de vida na atualidade. Como afirmamos em outra parte de nossa pesquisa, o atual estágio do desenvolvimento capitalista se caracteriza pela utilização em larga escala de tecnologias de controle (possibilitada pelos desenvolvimentos da informática, da internet, etc.) e os centros urbanos são dominados por vastas redes de monitoramento por câmera, o que agiliza as formas de repressão militar aos movimentos contestatórios. O uso do capuz se generalizou nas sociedades em que predomina o controle pela imagem, situação diferenciada quando nos atemos às manifestações de décadas passadas em que quase não há registros de militantes com os rostos cobertos, que optavam na maior parte das vezes pela utilização de pseudônimos.

A aceitação e força do EZLN no interior dos movimentos sociais contestatórios ao neoliberalismo é muito grande, embora sem ter garantido conquistas concretas contra as políticas neoliberais, o levante do EZLN despertou a crítica e vem contribuindo para que muitos indivíduos e organizações se posicionem criticamente. Desta forma, a luta do EZLN pode contribuir com o crescente processo de desgaste do neoliberalismo.

Bibliografia

ALBORNOZ, Suzana. *Ernst Bloch e a felicidade prometida*. s/d. Disponível em http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/ernst_blochea_felicidade_prometida_suzana_albornoz.pdf Acessado em 30 de Dezembro de 2014.

ALVES, Giovani. *Toyotismo e Neocorporativismo no sindicalismo do século XXI*. S/d. Disponível em <http://revistaoutubro.com.br/blog/edicoes-anteriores/revista-outubro-n-5/> Acessado em 05 Janeiro de 2014.

ANTUNES, Ricardo. *Toyotismo e novas formas de acumulação do capital*. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

_____ (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANJOS, Diego. *Pequena crítica contra um grande prejuízo: totalidade e classe social contra o reducionismo cultural nas análises do EZLN*. Aurora (UNESP. Marília). , v.7, p.103 -114, 2013.

ARELLANO, Alejandro. *As Raízes do Fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio, 2002.

ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo. *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARMENTA, Aldo. *Los nudos ciegos de la reforma laboral en México: su discusión en la LVIII y LIX legislaturas del Senado de la República*. In Convergencia Revista de Ciencias Sociales. Nº 48, Septiembre-Diciembre, p. 255-286, 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARBOSA, Carlos. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BELLO, Lourdes. *Los TLC en la perspectiva de la acumulación estadounidense*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

BENSUSÁN, Graciela. *Reformas laborales en países desarrollados y en desarrollo: entre el conservadurismo y la innovación institucional*. In Perfiles Latinoamericanos. Nº 22, Junio, 2003.

BLOCH, Ernst. *O Princípio esperança*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *O Princípio esperança*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo Brasiliense, 1988.

BORGES, Anselmo. *Ernst Bloch: a esperança atéia contra a morte*. In. Revista Filosófica de Coimbra. n.º 4. vol . 2, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo:

- Xamã, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo Brasiliense, 1988.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- BUSTOS, Rodolfo; et alli. *Os antecedentes mais longínquos da Revolução*. Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, conseqüências. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CAMPANELLA, Thomaso. *A cidade de sol*. In BRUNO; GALELEI; CAMPANELLA. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- CASANOVA, Pablo. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHRISTLIEB, Paulina Fernández. *El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporación transnacional*. In: Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, nº188-189, Mayo-Diciembre, 2003.
- COELHO, Teixeira. *O que é Utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- DAHRENDORF, Ralf. *O Liberalismo e a Europa*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- DANTAS, Gilson. *Oaxaca: uma Comuna do século XXI*. Brasília: Centelha Cultural, 2009.
- DURÁN, Clemente. Reforma laboral y debilidad institucional. S/d. Disponível em <http://www.ejournal.unam.mx/ecu/ecunam5/ecunam0503.pdf> Acessado em 30 de Junho de 2014.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- ENGELS, Friederich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. s/d. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm> Acessado em 30 de Dezembro de 2014.
- EZCURRA, Ana María. *El Ejército Zapatista de Liberación Nacional: "Democracia, Justicia y Libertad"*. In: Chiapas - Entre la Tormenta y la Profecía, 1994. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1994.
- FIGUEIREDO, Guilherme. *A Guerra é o Espetáculo: Origens e Transformações da Estratégia do*

EZLN. 2003. 366 pgs. Mestrado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

FRIEDRICH, Engels. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. S/d. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap03.htm> Acessado em 30 de Junho de 2014.

GENNARI, Emílio. *Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem a história*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

GENNARI, Emílio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GILLY, Adolfo. *Chapas: La razón ardente*. México: Era, 2002.

GONZÁLEZ, Teresa. *Deuda pública interna em México: el alto costo de los flujos de capital externo*. In *Reforma financiera en América Latina*. Eugenia Corre y Alicia Girón. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2006.

S/d. Disponível <http://bibliotecavirtual.clacs.org.ar/ar/libros/edicion/correa/gonzalez.pdf> Acessado em 30 de Junho de 2014.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1998.

HASSALINNE, Carlos. *Asesoría y interpretación de la ley agraria*. In: *Revista Derechos Humanos. Órgano Informativo de la Comisión de Derechos Humanos del Estado de México*. México: número 35, Enero-Febrero, 1999.

HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à Esquerda: uma Análise Histórico-Social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 2007. 247 pgs. Mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília. Marília.

_____. *Algumas considerações sobre a relação do Exército Zapatista de Libertação Nacional com o Estado e a sociedade civil*. Simpósio Lutas Sociais, II, 2006, Londrina. Anais II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina: Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições”.

_____. *Zapatismo: entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra*. S/d. Disponível em <http://passapalavra.info/2009/04/2677> Acessado em 30 de Junho de 2014.

INEGI - Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *Anuario estadístico y geográfico por entidad federativa 2013*. México: INEGI, 2013.

INEGI - Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *Panorama sociodemográfico de Chiapas*.

México: INEGI, 2011.

INEGI - Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *Censo Ejidal de Chiapas*. México: INEGI, 2009.

INEGI - Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *La Población Hablante de Lengua Indígena de Chiapas*. México: INEGI, 2004.

JUÁREZ, Godolfino. *La deuda externa mexicana: una aproximación cronológica al tema*. S/d. Disponível em http://www.izt.uam.mx/economiatyp/numeros/numeros/primera_epoca/15/articulos_pdf/15_7_La_deuda_externa.pdf Acessado em 30 de Junho de 2014.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LABRIOLA, Antônio. *Socialismo y Filosofía*. Madrid: Alizanza Editorial, 1969.

LEON, Antônio. *A escalada da guerra*. In ARRELANO & OLIVEIRA (ORGS). *Chiapas construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIMA, Marcos. *México e os efeitos perversos da integração: imigração, fragmentação do espaço e concentração de renda*. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Nº 14, Julho, 2006.

LOPEZ Y RIVAS, Gilberto. *Acteal um crime contra a autonomia*. In ARELLANO & OLIVEIRA (ORGS). *Chiapas construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002

LOZA, Marco; et alli. *Consequências da Revolução Mexicana*. In BUSTOS, Rodolfo; MEDINA, Rafael. *Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, consequências*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOWY, Michel. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, George. *História e Consciência da Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUSTIG, Nora. *Crisis económica y niveles de vida en México: 1982-1985*. S/d. Disponível em http://bibliocodex.colmex.mx/exlibris/aleph/a21_1/apache_media/CG9IP65MRPE1B9EEVEJTUS21XCSK65.pdf Acessado em 30 de Junho de 2014.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: UNICAMP: Ensaio, 1990.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MARTÍNEZ, Ricardo. *Sobre la nueva fase zapatista: La Sexta, ética y horizonte histórico*. S/d. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=19636> Acessado em 27/06/2014.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. s/d. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm> Acessado em 30 de Junho de 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Introducción: las raíces del pensamiento social latinoamericano*. In MARINI & MILLÁN La teoria social Latinoamericana. México: Ediciones EL Caballito, 2001.

MESZÁROS, István. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*. In Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. ANTUNES, Ricardo. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOGUEL, Julio. *A FZLN: devolver a iniciativa à sociedade*. In: ARELLANO & OLIVEIRA Chiapas: construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MONTEMAYOR, Carlos. *Chiapas La rebelión indígena de México*. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1997.

MONTES, Adelfo. *Acteal: genocídio e etnocídio*. In ARRELANO & OLIVEIRA (ORGS). Chiapas construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MORFÍN, Elizabeth. *El capital nacional y extranjero en Chiapas*. In: Chiapas, nº 9, México: Era, 2000.

MOTA, Sergio, *Chiapas: una apuesta económica*. México: Ediciones Castillo, 2000.

NAVARRO, Luis. *Acteal: as vítimas como culpados*. In ARELLANO & OLIVEIRA Chiapas: construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PETRAS, James. *A armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

PICHLER, Arno. *A relação salarial fordista*. Porto Alegre: Ensaio FEE, pgs. 97-129, 1988.

SAINT-PIERRE, HÉCTOR. *Chiapas: O paramilitarismo como vetor da guerra de contra-insurgência*. In Revista Crítica Marxista. Nº 09, 1999.

PINHEIRO, Jair. *Direito e Política: uma relação mal-resolvida*. In: Lutas Sociais nº 21/22 - 2º sem. 2008 e 1º sem. 2009.

RAMÍREZ, Jorge. *Historia de la Modernidad en México, siglos XIX –XX: enfoque estructural funcionalista*. s/d.

REVUELTAS, Andrea. *Las reformas del Estado en México: del Estado benefactor al Estado neoliberal*. In Política y Cultura. Nº 3, invierno, p. 215-229, 1993.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. S/d Disponível em <http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/AnalisepoliticaspUBLICAS.PDF> Acessado em 30 de Julho de 2014.

SAES, Décio. *Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica*. Disponível em www.iea.usp.br/artigos Acessado em 30 de Junho de 2014.

SCHILLING, Voltaire. *Ernst Bloch: utopia e revolução*. Disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2007/03/05/000.htm> Acessado em 30 de Dezembro de 2014.

SERRANO, Monica. *Violencia civil en Chiapas: los origens y las causas de la rebelion*. In Revista Foro Internacional. Número 04, Octubre-Diciembre, 1998.

SNIEG - Sistema Nacional de Informacion, Estadistica y Geografia. Anuário estatístico de Chiapas do ano de 1993.

SOARES, Laura. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Rui. *Utopia, esperança e messianismo no pensamento de Ernst Bloch*. In. Revista Guairacá. Nº 27, 2011.

TELLO, Carlos. *Estado y desarrollo económico: México 1920-2006*. México: UNAM, 2007.

TOLEDO, Henrique Garza. *Ascenso y crisis del estado social autoritario: Estado y acumulación del capital en México (1949-1976)*. México: El Colegio de México, 1988.

TOLEDO, Henrique Garza (ORG). *Trabajo y modelos productivos en América Latina : Argentina, Brasil, Colombia, México, y Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

_____. *Capital, espaço e desigualdade*. In: Boletim Goiano de Geografia. Vol. 20, nº 1/2. Janeiro-Dezembro 2000.

_____. *Imaginário e Ideologia: As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo*. In: Revista Espaço Livre. Vol. 8, Nº 15, janeiro-junho, 2013.

VIANA, Nildo (org.). *Marx e o modo de produção camponês*. In Temas de Sociologia Rural. Pará de Minas: Virtualbooks, 2009.

VIDAL, Gregorio. *América Latina: banca, mercados de capital y determinación externa del crédito*. s/d. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/correa/vidal.pdf> Acessado em 30 de Junho de 2014.

VINÍCIUS, Leo. *O neozapatismo e os velhos meios de produção*. S/d. Disponível em <http://passapalavra.info/2009/04/2280> Acessado em 30 de Junho de 2014.

VOS, Jan de. *Una tierra para sembrar sueños: historia reciente de la selva lacandona*. México: fondo de cultura económica, 2002.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Declarações e Comunicados do EZLN

GENNARI, Emilio. “*Terra e Liberdade!*” *O grito de Zapata corre o mundo Seleção de textos e comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional 1994 – 1998*. Disponibilizado pelo projeto Xojobil.

<http://palabra.ezln.org.mx/>

Anexos

División geoestadística municipal de Chiapas

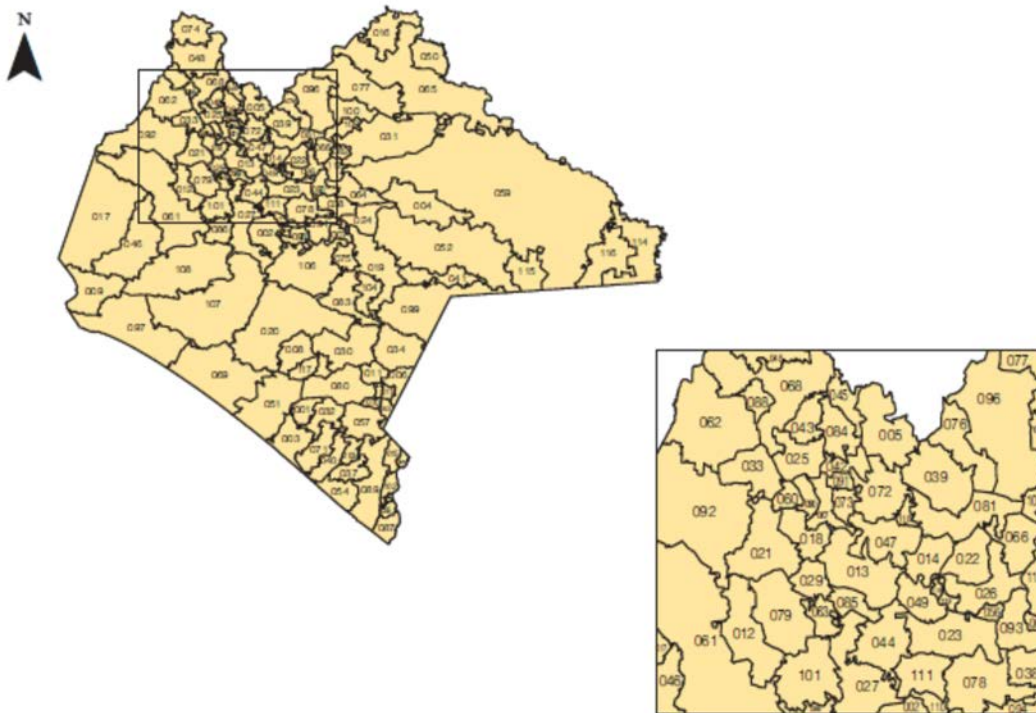


Ilustração 4: Fonte: INEGI, 2011

Lista de mapas

Ilustração 1: Mapa México - 12

Ilustração 2: Divisão política-administrativa de Chiapas - 13

Ilustração 3: Cidades tomadas pelo EZLN no levante de 1994 - 69

Ilustração 4: Divisão municipal de Chiapas – 91

Tabela de categorias textuais

Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia

Força social

-Em Chiapas, atuam aí o “Supremo Governo”, a “besta-fera”, o “Governador (aprendiz de vice-rei), o “Vice-rei, essas forças movimentam o “vento de cima”, que se opõe ao “vento de baixo”, vento que é o próprio povo da terra expresso em seus “indígenas”, em sua “dignidade” e “resistência”;

-Patrocínio Gonzáles Garrido governador de Chiapas na época do levante do EZLN

- “Porém nem todos prestam atenção às vozes que alardeiam a falta de esperança e o conformismo. Nem todos se deixam levar pelo rio do desânimo. A maioria, os milhões de pessoas que continuam sem escutar a voz do poderoso e do frouxo, não conseguem ouvi-la porque estão ensurdecidos pelo choro e pelo sangue que a morte e a miséria gritam aos seus ouvidos. Porém, quando tem um momento de descanso, ouvem outra voz, não a que vem de cima, e sim a que é trazida pelo vento de baixo, que nasce do coração indígena das montanhas, a que lhes fala de justiça e liberdade, de socialismo e de esperança... A única esperança deste mundo terreno. E os mais velhos entre os velhos das comunidades contam que teve um tal de Zapata que se levantou em armas pelos seus e que, mais que gritar, a sua voz cantava: Terra e Liberdade! E estes anciãos dizem que ele não morreu e que Zapata voltará. E os mais velhos entre os velhos contam que o vento, a chuva e o sol dizem ao camponês quando preparar a terra, quando semear e quando colher. E contam que também a esperança se semeia e se colhe. Os velhos dizem que o vento, a chuva e o sol estão usando outro jeito para falar à terra, semeada de tanta pobreza que já não pode mais continuar colhendo morte, que chegou a hora de colher rebeldia. Assim dizem os velhos. Os poderosos não escutam, não conseguem ouvi-los, estão ensurdecidos pelo embrutecimento que os impérios gritam aos seus ouvidos. “Zapata” repetem quietos os jovens pobres; “Zapata” insiste o vento, o de baixo, o nosso”;

-Este povo nasceu digno e rebelde. Tornou-se irmão dos explorados do país não pelo decreto de Anexação de 1824 e sim pela longa corrente de ignomínias e rebeldias. Desde a época em que a batina e a armadura conquistaram estas terras, a dignidade e a rebeldia se espriavam de baixo destes céus”;

- *“Este vento virá da montanha, nasce sob as árvores e conspira por um mundo novo, tão novo que é apenas uma intuição no coração coletivo que o anima”;*

- *“Um vento se levanta e o envolve, Antônio se levanta e vai ao encontro dos outros. Alguma coisa lhe diz que o seu desejo é o de muitos, e ele vai procurá-los”*

- “Chiapas é empobrecido de mil maneiras: através de oleodutos e gasodutos, de linhas de alta tensão, de vagões ferroviários, de contas bancárias, de caminhões e caminhonetes, de barcos e aviões, de veredas clandestinas, de estradas de terra, brechas e atalhos; esta terra continua

Realidade econômica

pagando o seu tributo aos impérios: petróleo, energia elétrica, gado, dinheiro, café, bananas, mel, milho, cacau, tabaco, açúcar, soja, sorgo, melão, sapota, manga, tamarindo e abacate”;

-Comércio: “Um punhado de comerciantes entre os que se encontram no México levam de Chiapas toda a riqueza e, em troca, deixam sua pegada mortal e fétida”;

-Sistema financeiro: “em 1989, o dente do sistema financeiro conseguiu extrair 1,222 trilhão de Pesos e derramou em créditos e obras 616,34 bilhões de Pesos. Mais de 600 bilhões de Pesos foram alimentar o estômago da besta-fera”.

-Indústria petroleira: “Em terras chiapanecas, temos 86 dentes de Pemex cravados nos municípios de Estación Juárez, Reforma, Ostuacán, Pichualco e Ocosingo. Diariamente eles sugam 92 mil barris de petróleo e 1,47 bilhões de metros cúbicos de gás. Levam o gás e o petróleo e, em troca, deixam a típica marca do capitalismo: destruição do meio ambiente, expropriação de terras, hiperinflação, alcoolismo, prostituição e pobreza. A besta-fera não se contenta e estende seus tentáculos até a Selva Lacandona: são oito os poços de petróleo que estão sendo explorados. Brechas são abertas na mata sob os golpes dos facões manuseados pelos mesmos camponeses que perderam suas terras por obra da besta insaciável. Árvores são derrubadas e explosões de dinamite retumbam em terrenos onde somente aos camponeses é proibido derrubar a mata para semear. Cada árvore derrubada pode lhes custar uma multa de 10 salários mínimos e a prisão. O pobre não pode cortar árvores, a besta petrolífera, cada vez mais em mãos estrangeiras, sim. O camponês derruba a mata para viver, a besta-fera a derruba para saquear”.

- “À semelhança das repúblicas das bananas, ainda que no auge do neoliberalismo, o sudeste continua exportando matérias primas e mão de obra e, como faz há 500 anos, importa a parte mais importante do resultado da produção capitalista: miséria e morte”

Luta política

- “Os camponeses se negam a aplaudir a institucionalização do despejo que veio com as mudanças no Artigo 27 da Constituição Federal”

Primeira Declaração da Selva Lacandona

- “Somos produtos de 500 anos de luta; já basta! Por fim ao domínio dos 'vende-pátria”;

- “Porém, nós hoje dizemos: BASTA! Somos os herdeiros dos que realmente forjaram a nossa nacionalidade, somos milhões de despossuídos e convocamos todos os nossos irmãos a aderir a este chamado como o único caminho para não morrermos de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e que estão dispostos a vender a pátria. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe estrangeiro para

Força social

nos governar, são os mesmos que sustentaram a ditadura porfirista, que não se opuseram à expropriação do petróleo, são os mesmos que massacraram os trabalhadores das ferrovias em 1958 e os estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo”;

- “Para evitar tudo isso, e como nossa última esperança depois de ter feito todas as tentativas para pôr em prática a legalidade baseada na nossa Carta Magna, recorremos a ela, nossa Constituição, para aplicar o Artigo 39, que diz: *“A soberania nacional reside essencial e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. Em qualquer tempo, o povo tem o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo”*.

- *“Portanto, de acordo com nossa Constituição, emitimos a presente declaração de guerra ao exército federal que hoje tem Carlos Salinas de Gortari como chefe máximo e ilegítimo.*

Em conformidade com esta declaração de guerra, pedimos aos outros poderes da Nação que restaurem a legalidade e a estabilidade da Nação, depondo o ditador”

- “O povo mexicano está do nosso lado, temos Pátria e a bandeira tricolor é amada e respeitada pelos combatentes insurgentes; em nossos uniformes utilizamos as cores vermelha e preta, símbolo do povo trabalhador em suas lutas e greves; nossa bandeira leva as letras EZLN, de Exército Zapatista de Libertação Nacional, e ela nos acompanhará em todos os combates”

- “Nossa luta se apega ao direito constitucional e é motivada pela justiça e pela igualdade”

Instituições

Programa

“trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz”

Segunda Declaração da Selva Lacandona

- “Diante da montanha falamos com nossos mortos para que a sua palavra nos trouxesse o bom caminho que o nosso rosto encapuzado deve percorrer. Rufaram os tambores e na voz da terra falaram a nossa dor e a nossa história”;

-“Para todos, tudo” - dizem os nossos mortos. Enquanto não for assim, não haverá nada para nós.

Falem a palavra dos outros mexicanos, toquem o coração daqueles pelos quais lutamos. Convidei-os a caminhar os passos dignos daqueles que não tem rosto. Chamem todos para a resistência, que ninguém receba nada dos que mandam mandando. Façam do não se vender aos poderosos uma bandeira comum para todos. Peçam que não mandem apenas uma palavra de consolo para a nossa dor. Peçam que a partilhem, peçam a eles que se juntem a vocês para organizar a resistência, que rechacem todas as esmolas que vem da mão do poderoso. Que hoje todas as pessoas boas destas terras organizem a dignidade que

Cultura

resiste e não se vende, que amanhã esta dignidade se organize para exigir que a palavra que anda no coração das maiorias tenha a verdade e o respeito dos que governam, que se imponha o bom caminho pelo qual quem manda, manda obedecendo”;

Instituições

- “No dia 1º de janeiro de 1994, chamamos os poderes legislativo e judiciário a assumir a sua responsabilidade constitucional para impedir a política genocida que o poder Executivo Federal impõe ao nosso povo, e fundamentamos o nosso direito constitucional ao aplicar o Artigo 39 da Constituição Política dos Estados Unidos do México: *'A soberania nacional reside essencialmente e originariamente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui a benefício deste. Em qualquer momento, o povo tem o direito inalienável de alterar ou modificar a forma do seu governo'*”;

-“Hoje não apelamos aos falidos poderes da União que não souberam cumprir com o seu dever constitucional e permitiram que o executivo federal os controlasse (...) É a este povo que lançamos um apelo nesta Segunda Declaração da Selva Lacandona”;

- Sistema político do partido no poder: “não pode deixar de atingir estes setores sem atentar contra si mesmo, e não pode deixar as coisas como estão sem aumentar a beligerância dos camponeses e dos indígenas”;

-“Por suicídio ou por fuzilamento, a morte do atual sistema político mexicano é a condição necessária, ainda que não suficiente, para a transição rumo à democracia em nosso país. O caso de Chiapas não tem solução se não se resolve o problema do México”;

-“Quarto. Propomos a todos os partidos políticos independentes que, de imediato, reconheçam o Estado de intimidação e privação dos direitos políticos que o nosso povo sofreu nos últimos 25 anos e declarem publicamente que assumem um governo de transição política rumo à democracia”

Organização

-“quem manda mande obedecendo”;

- “Quarto. Propomos a todos os partidos políticos independentes que, de imediato, reconheçam o Estado de intimidação e privação dos direitos políticos que o nosso povo sofreu nos últimos 25 anos e declarem publicamente que assumem um governo de transição política rumo à democracia”;

- “Sexto. Reiteramos a nossa disposição a uma solução política para a democracia no México. Convocamos a Sociedade Civil a retomar o papel de protagonista que desempenhou quando deteve a fase militar da guerra organizando-se para conduzir o esforço pacífico rumo à democracia, à liberdade e à justiça. A mudança democrática é a única alternativa à guerra”;

Proposta

- “Sétimo. Convocamos os elementos honestos da Sociedade Civil a um Diálogo Nacional pela Democracia, Liberdade e Justiça para todos os mexicanos”;

- “solução do problema se ele não ocorrer no interior de um novo marco de relações políticas nacionais, regionais e locais: um marco de democracia, liberdade e justiça”;

- “Não estamos propondo um mundo novo, mas apenas

algo muito anterior a isso: a ante-sala de um novo México. Neste sentido, esta revolução não se concluirá numa nova classe, fração de classe ou grupo no poder, e sim num “espaço” livre e democrático de luta política. Este “espaço” livre e democrático nascerá sobre o cadáver fétido do sistema de partido de Estado e do presidencialismo. Nascerá uma nova relação política. Uma nova política cuja base não seja o embate entre organizações políticas e sim o embate de suas propostas políticas com as diferentes classes sociais, pois o exercício da titularidade do poder político dependerá do seu apoio real. Dentro desta nova relação política, as diferentes propostas de rumo e de sistema (socialismo, capitalismo, social democracia, liberalismo, democracia cristã, etc.) deverão convencer a maioria da Nação de que sua proposta é a melhor para o país. Mas, isso não é tudo. Elas também serão “vigiadas” por este país que estão governando de forma tal que, ao serem obrigadas a fazer com regularidade uma prestação de contas, se submeterão ao veredicto da Nação no que diz respeito à sua permanência na titularidade do poder ou à revogação do seu mandato. O plebiscito é a forma que permite realizar a confrontação Poder x Partido Político x Nação e merece um lugar de destaque na lei máxima do país. A legislação mexicana é demasiado estreita para estas novas relações políticas entre governantes e governados. Faz-se necessária uma Convenção Democrática Nacional da qual emane um governo provisório ou de transição, seja através da renúncia do Executivo Federal ou através da via eleitoral”;

–“Atrás de nossas armas de fogo estão outras armas, as armas da razão. E ambas são animadas pela esperança”;

–“A esperança de gatilho teve o seu lugar no início do ano. Agora é preciso que espere. É necessário que a esperança que passeia pelas grandes mobilizações volte a assumir o lugar de protagonista que lhe cabe por direito e razão”;

- CND será nacional, plural e democrática: A soberana convenção revolucionária será nacional na medida em que sua composição e representação deverão incluir todos os Estados da federação, será plural no sentido de que as forças da nação poderão estar representadas, democrática na forma de tomar as decisões, recorrendo à consulta nacional”;

Terceira Declaração da Selva Lacandona

Programa

- “11 pontos do nosso programa de lutas: moradia, terra, trabalho, alimentação, saúde, educação, justiça, independência, liberdade, democracia e paz”;

Instituições

- “Para amplos setores da nossa sociedade, o processo pré-eleitoral de agosto de 1994 trouxe a esperança de que era possível a transição para a democracia pela via eleitoral. Sabendo que, nas condições atuais, as eleições não são o caminho da mudança democrática, o EZLN mandou obedecendo ao colocar-se de lado para dar a oportunidade de lutar às forças políticas legais de oposição. Na ocasião, o EZLN empenhou a sua palavra e seus esforços na busca

de uma transição pacífica para a democracia. Através da Convenção Nacional Democrática, o EZLN conclamou a um esforço civil e pacífico que, sem opor-se à via eleitoral, não se esgotava nela e buscava novas formas de luta que incorporassem um maior número de entidades democráticas do México e tecessem relações com os movimentos pela democracia de outras partes do mundo. O dia 21 de agosto colocou um ponto final nas ilusões de uma mudança imediata pela via pacífica. Um processo eleitoral viciado, imoral, ilegítimo e realizado com o único objetivo de manter inalterada a situação atual, fez com que a boa vontade dos cidadãos fosse trapaceada. Em todos os lugares e em todos os níveis, o sistema de partido de Estado reafirmou a sua vocação antidemocrática e impôs a sua soberba vontade. Diante de uma votação sem precedentes, o sistema político mexicano optou pela imposição e, dessa forma, acabou com as esperanças pela via eleitoral”;

–“O Partido Revolucionário Institucional, braço político do crime organizado e do narcotráfico, continuava sua fase aguda de decomposição ao recorrer ao assassinato como método para resolver os conflitos internos. Incapaz de um diálogo civilizado, o PRI ensangüentava o território nacional. Para os mexicanos é motivo de vergonha ver que no emblema do PRI continuam sendo usurpadas as cores da bandeira nacional”

Proposta

- “Não haverá uma solução para a questão indígena se não houver uma transformação RADICAL do pacto federativo nacional. A única forma de incorporar os indígenas à nação, com justiça e dignidade, é reconhecendo as características próprias de sua organização social, cultural e política. As autonomias não são sinônimos de separação, e sim de integração das minorias mais humilhadas e esquecidas do México contemporâneo. Esta é a posição do EZLN desde a sua formação e é assim que as bases indígenas que constituem a direção de nossa organização têm ordenado que deva ser”;

- “convocamos todas as forças sociais e políticas do país, todos os mexicanos honestos, todos aqueles que lutam pela democratização da vida nacional, a formar um MOVIMENTO PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL que incorpora a Convenção Nacional Democrática e todas as forças que, sem distinção de religião, raça ou ideologia política, são contrárias ao sistema de partido de Estado. Este *Movimento para a Libertação Nacional* lutará de comum acordo, por todos os meios e em todos os níveis para a instauração de um governo de transição, uma nova constituinte, uma nova constituição e pela destruição do sistema de partido de Estado. Pedimos que a Convenção Nacional Democrática e o cidadão Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano liderem este Movimento para a Libertação Nacional, enquanto frente ampla de oposição”;

- “Primeiro. Retiramos a custódia da pátria das mãos do governo federal. A bandeira do México, a lei suprema da nação, o hino mexicano e o emblema nacional serão entregues agora aos cuidados das

forças de resistência até que a legalidade, a legitimidade e a soberania sejam restauradas em todo o território nacional”;

- “Segundo. Declaramos válida a versão original da Constituição Política dos Estados Unidos do México proclamada no dia 05 de fevereiro de 1917, incorporando a ela as leis revolucionárias de 1993, os estatutos de autonomia para as regiões indígenas e decretamos nossa adesão a ela até que se instaure uma nova constituinte e esta proclame uma nova constituição”;

- “Terceiro. Convocamos a lutar pelo reconhecimento do “governo de transição para a democracia”, aquele que as diferentes comunidades, organizações sociais e políticas virem a estabelecer por si mesmas, mantendo o acordo federal da constituição de 1917, e, sem levar em consideração religião, classe social, ideologia política, raça e sexo, se incorporem ao movimento para a libertação nacional”;

- “O EZLN apoiará a população civil na tarefa de restaurar a legalidade, a ordem, a legitimidade e a soberania nacionais, e na luta pela formação e instauração de um governo nacional de transição para a democracia que tenha as características que seguem:

1. Que liquide o sistema de partido de Estado e tire o PRI do governo.
2. Que formule uma nova lei eleitoral para que esta garanta: transparência, credibilidade, equidade, participação cidadã não partidária e não governamental, o reconhecimento de todas as forças políticas nacionais, regionais ou locais e que convoque eleições gerais em todos os níveis.
3. Que convoque uma constituinte para a criação de uma nova constituição.
4. Que reconheça as particularidades dos grupos indígenas, seus direitos a uma autonomia que não seja excludente e a sua cidadania.

Que oriente o programa econômico nacional para que este, deixando de lado a dissimulação e a mentira, favoreça os setores mais despossuídos do país, os operários e os camponeses, que são os principais produtores da riqueza da qual outros se apropriam”;

Realidade econômica

- “O programa político, econômico, social e repressivo do neoliberalismo demonstrou sua ineficácia, sua falsidade e a cruel injustiça que constitui a sua essência. O neoliberalismo enquanto doutrina e realidade, desde já, deve ser atirado para o lixo da história nacional”;

Quarta Declaração da Selva Lacandona

- “Hoje dizemos: Aqui estamos!

Somos a dignidade rebelde, o coração esquecido da pátria!

“Todos aqueles povos, todos esses que trabalham a terra, aos que nós convidamos a ficar do nosso lado, nós daremos a vida para uma única luta, para que possamos caminhar com a ajuda de vocês.

Cultura

Continuemos a luta sem trégua e a terra será nossa propriedade, propriedade dos povos; a que foi de nossos avós, a que nos foi tirada por dedos das patas de pedra que machucam, à sombra daqueles que já passaram, que mandam muito; vamos todos juntos colocá-lo lá em cima, com as mãos para o alto e com a força do nosso coração, este formoso que se levanta para ser visto é o estandarte da nossa dignidade e da nossa liberdade, de todos nós trabalhadores da terra; vamos continuar lutando e vamos vencer aqueles que, novamente, têm se enaltecido, os que ajudam aqueles que tiraram a terra de outros, os que acumulam para si muito dinheiro com o trabalho dos que são como nós e os embusteiros das fazendas; este é o nosso dever e honra se queremos ser chamados de homens de boa conduta e, a bem da verdade, bons moradores do povoado.

Agora sim, de alguma maneira, mais do que nunca, faz-se necessário que todos caminhemos unidos, com todo o nosso coração, com todo o nosso empenho, nesse grande trabalho de maravilhosa unificação, bem verdadeira, daqueles que começaram a luta, que guardam em seu coração estes simples princípios e não perdem a fé da boa conduta. Pedimos àquele a cujas mãos chega este manifesto que o façam passar a todos os homens desses povoados.

Reforma, Liberdade, Justiça e Lei.

O Comandante em Chefe do Exército Libertador do Sul

Emiliano Zapata (Manifesto zapatista em náhuatl)

- “Não nos renderemos. Zapata vive e, apesar de tudo, a luta continua”

Valor

- Solidariedade: “Nós nascemos da noite. Nela vivemos. Nela morreremos. Porém, a luz será manhã para os demais, para todos aqueles que hoje choram a noite, para quem o dia é negado, para quem a morte é uma dádiva, para quem a vida é negada. Para todos, a luz. Para todos, tudo. Para nós a dor e a angústia. Para nós, a alegre rebeldia. Para nós o futuro negado, a dignidade insurrecta. Para nós, nada”;

Programa

- “Moradia, terra, trabalho, pão, saúde, educação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz. Estas foram nossas bandeiras na madrugada de 1994. Estas foram as nossas demandas na longa noite dos 500 anos. Estas são hoje nossas exigências”;

Instituições

- “Esquecendo o Artigo 39 da Constituição que jurou cumprir no dia 1º de dezembro de 1994, o supremo governo reduziu o Exército Federal Mexicano à categoria de exército de ocupação, atribuindo-lhe a tarefa de salvaguardar o crime organizado que se veste de governo. Entretanto, a verdadeira perda da soberania nacional concretizava-se nos pactos secretos e públicos do gabinete econômico com os donos do dinheiro e os governos estrangeiros. Hoje, enquanto dezenas de milhares de soldados federais agridem e fustigam um povo armado de fuzis de madeira e palavra digna, os altos governantes acabam de vender a riqueza da grande nação mexicana e de destruir o pouco que ainda se mantém de pé”;

Proposta

- “Governo e crime, hoje são sinônimos e equivalentes”;

- “Três novas iniciativas foram lançadas pelos zapatistas, como resposta ao êxito da Consulta pela Paz e pela Democracia. Uma iniciativa de âmbito internacional: convocamos um encontro intercontinental contra o neoliberalismo. Duas iniciativas são de caráter nacional: a formação de comitês civis de diálogo, como base para a discussão dos principais problemas nacionais e embrião de uma nova força política não partidária; e a construção de novos *Aguascalientes*, como lugares de encontro entre a sociedade civil e o zapatismo”;

- “Em 1996 (ano seguinte) encontro intercontinental pela humanidade e contra o neoliberalismo; Mais de 200 comitês civis de diálogo se formaram em toda a República Mexicana e, no dia de hoje, inauguramos 5 novos *Aguascalientes*: um na comunidade de La Garrucha, outro em Oventik, um em Morelia, outro em La Realidad e o último e primeiro, no coração de todos os homens e mulheres honestos que existem no mundo”;

- “Hoje, a luta pela democracia no México é uma luta pela libertação nacional”;

-Hoje, com o coração de Emiliano Zapata e tendo escutado a voz de todos os nossos irmãos, chamamos o povo do México a participar de uma nova etapa da luta pela libertação nacional e da construção de uma nova Pátria, por meio desta... *Quarta Declaração da Selva Lacandona*, na qual conclamamos todos os homens e mulheres honestos a participarem da nova força política nacional que nasce hoje: a Frente Zapatista de Libertação Nacional, organização civil e pacífica, independente e democrática, mexicana e nacional, que luta pela democracia, liberdade e justiça do México. A Frente Zapatista de Libertação Nacional nasce hoje e convidamos a participar dela os operários da República, os trabalhadores do campo e da cidade, os indígenas, os colonos, os professores e estudantes, as mulheres mexicanas, os jovens de todo o país, os artistas e intelectuais honestos, os religiosos coerentes, todos os cidadãos mexicanos que não querem o poder e sim a democracia, a liberdade e a justiça para nós e nossos filhos”;

- “FZLN como força política que compõe o movimento opositor Movimento Pela Libertação Nacional; força que não é um partido político; força política que surja a partir da base, que tenha como sustentação os comitês civis de diálogo”;

- Participantes da FZLN: Aqueles cidadãos sem partido, aquelas organizações sociais e políticas, aqueles comitês civis de diálogo, movimentos e grupos que subscrevem esta *Quarta Declaração da Selva Lacandona* comprometem-se a participar do diálogo para formular a estrutura orgânica, o plano de ação e a declaração de princípios da Frente Zapatista de Libertação Nacional”;

- “Com a unidade organizada dos zapatistas civis, a luta iniciada em 1º de janeiro de 1994 entrará em uma nova etapa. O EZLN não desaparece, porém seu esforço mais importante seguirá pela luta política. A seu tempo e condições, o EZLN participará diretamente da Frente Zapatista de Libertação Nacional”;

Realidade econômica

- “as reformas na Lei de Seguro Social reiteram a democratização da miséria e o apoio à privatização dos bancos assegura a vocação de unidade entre poder e dinheiro”;

Força social

- “Dois projetos de nação completamente distintos que se definiram no ano de 1995: um do poder, outro da democracia: guerra entre os que pretendem a perpetuação de um regime social, cultural e político que equivale ao delito de traição da Pátria, e os que lutam por uma transformação democrática, livre e justa. A guerra zapatista é só uma parte desta grande guerra”;

- “Uma força política com um programa de luta de 13 pontos, os da *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, enriquecidos ao longo de dois anos de insurgência. Uma força política que lute contra o sistema de partido de Estado. Uma força política que lute pela democracia não apenas na hora das eleições. Uma força política que lute por uma nova constituinte e uma nova Constituição”;

Quinta Declaração da Selva Lacandona

Cultura

- “Popol Vuh”;

Proposta

- “os Acordos de San Andrés, não foram produzidos somente pela nossa vontade, nem nasceram sozinhos. Em San Andrés chegaram representantes de todos os povos indígenas do México; aí a sua voz estava representada e suas reivindicações foram colocadas na mesa. Brilhou a sua luta que é lição e caminho, falou a sua palavra e o seu coração decidiu”;

- “Uma reforma constitucional em matéria de direitos e cultura indígenas não deve ser unilateral, deve incorporar os Acordos de San Andrés e reconhecer assim os aspectos fundamentais das demandas dos povos indígenas: autonomia, territorialidade, povos indígenas, sistemas normativos”;

- “Ainda que não incorpore todos os acordos de San Andrés (uma prova a mais de que não fomos intransigentes, aceitamos o trabalho de colaboração da Comissão e o respeitamos), a proposta de lei elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação é uma proposta de lei que nasce do processo de negociação e, portanto, faz parte do espírito de dar continuidade e razão de ser ao diálogo, é uma base firme que pode abrir as portas para uma solução pacífica do conflito, converte-se numa ajuda importante para acabar com a guerra e apressar a chegada da paz. A chamada “lei COCOPA” foi elaborada sobre as bases daquilo que os povos indígenas produziram a partir debaixo, reconhece um problema e lança as bases para defendê-lo, reflete outra forma de fazer política, a que anseia a tornar-se democrática, responde a uma demanda nacional de paz, une setores sociais e permite seguir adiante na agenda dos grandes problemas nacionais. Por isso, hoje reafirmamos que apoiamos a iniciativa de lei elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação e pedimos que seja alçada a nível constitucional”

-“através desta...”

Quinta declaração da selva Lacandona

pela qual convocamos todos os homens e mulheres honestos a lutar pelo ...

RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E PELO FIM DA GUERRA DE EXTERMÍNIO”;

-“ *Esta é a hora dos povos indígena de todo o México*”;

-“*Esta é a hora da Sociedade Civil Nacional e das organizações políticas e sociais independentes. É a hora dos camponeses, dos operários, dos professores, dos estudantes, dos profissionais, dos religiosos e religiosas coerentes, dos jornalistas, dos colonos, dos pequenos comerciantes, dos devedores, dos artistas, dos intelectuais, dos inválidos, dos aidéticos, dos homossexuais, das lésbicas, dos homens, das mulheres, das crianças, dos jovens, dos idosos, dos sindicatos, das cooperativas, das organizações camponesas, das organizações políticas, das organizações sociais. As convocamos para que junto aos povos indígenas e a nós, lutemos contra a guerra e pelo reconhecimento dos direitos indígenas, pela transição para a democracia, por um modelo econômico que sirva ao povo e não se sirva dele, por uma sociedade tolerante e não excludente, pelo respeito à diferença, por um país novo onde a paz com justiça e dignidade seja para todos*”;

- “*Esta é a hora do Congresso e da União. Depois de uma ampla luta pela democracia encabeçada pelos partidos políticos de oposição, na Câmara dos Deputados e no Senado, temos uma nova correlação de forças que dificulta as arbitrariedades próprias do presidencialismo e aponta, com esperança, para uma verdadeira separação e independência dos poderes da União. A nova composição das Câmaras Baixa e Alta coloca na ordem do dia o desafio de dignificar o trabalho legislativo, a expectativa de convertê-lo em um espaço a serviço da Nação e não do presidente de plantão, e a esperança de tornar realidade o título de “Honorável” que antecede o nome dos senadores e dos deputados federais. Convocamos os deputados e senadores da República de todos os partidos oficiais e todos os congressistas independentes para que legislem em benefício de todos os mexicanos. A fazer com que mandem obedecendo. A fazer com que cumpram o seu dever apoiando a paz e não a guerra. A fazer com que, ao tornar efetiva a divisão dos Poderes, obriguem o Executivo Federal a deter a guerra de extermínio que leva adiante entre as populações indígenas do México. A fazer com que, respeitando plenamente as prerrogativas que a Constituição Política lhes confere, escutem a voz do povo mexicano e seja ele a mandar neles na hora de legislar. A fazer com que apóiem com firmeza e plenitude a Comissão de Concórdia e Pacificação, para que esta comissão legislativa possa desempenhar eficaz e eficientemente seus esforços de colaborar com o processo de paz. A fazer com que respondam ao chamado histórico que exige o pleno reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. A fazer com que contribuam para que seja criada uma imagem internacional digna do nosso país. A fazer com que passem à história nacional como um Congresso que deixou de obedecer e servir a uma pessoa e cumpriu a sua*

missão histórica de obedecer e servir a todos”;
- *“Esta é a hora da Comissão de Concórdia e Pacificação.*
Em suas mãos e em suas capacidades está a possibilidade de deter a guerra, de cumprir aquilo que o Executivo se nega a cumprir, de reafirmar a esperança de uma paz justa e digna, e de criar as condições para a convivência pacífica de todos os mexicanos. É hora de fazer cumprir com lealdade a lei ditada para o diálogo e a negociação em Chiapas. É hora de atender à confiança que foi depositada nesta Comissão, não só pelos povos indígenas que estiveram presentes na mesa de San Andrés, mas também por todo o povo que exige o cumprimento da palavra empenhada, o fim da guerra e a paz necessária”;

- *“É hora de lutar pelos direitos dos povos indígenas como um passo rumo à democracia, à liberdade e à justiça para todos”;*
- *“V Declaração anuncia que vai fazer uma consulta popular sobre a LEI COCOPA”;*
- *“Os povos indígenas de todo o México a fazer com que, junto aos zapatistas, se mobilizem e se manifestem exigindo o reconhecimento de seus direitos na Constituição.*

Os irmãos e as irmãs do Congresso Nacional Indígena para que participem, com os zapatistas, nas tarefas de consultar a todos os mexicanos e mexicanas sobre a iniciativa de lei da COCOPA.

Os trabalhadores, camponeses, professores, estudantes, donas de casa, colonos, pequenos proprietários, pequenos comerciantes e empresários, aposentados, inválidos, religiosos e religiosas, jovens, mulheres, anciãos, homossexuais e lésbicas, meninos e meninas, para que, de maneira individual ou coletiva participem diretamente com os zapatistas na divulgação, apoio e realização desta consulta como um passo a mais rumo à paz com justiça e dignidade.

A comunidade científica, artística e intelectual para que se some aos zapatistas na tarefa de organizar a consulta em todo o território nacional.

As organizações sociais e políticas para que, com os zapatistas, trabalhem para a realização da consulta.

Os partidos políticos honestos e comprometidos com as causas populares para que dêem todo o apoio necessário a esta consulta nacional. Para isso, o EZLN se dirigirá, no momento oportuno e publicamente, às direções nacionais dos partidos políticos no México.

O Congresso da União para que assuma o seu compromisso de legislar em benefício do povo e para que, ao apoiar a realização desta consulta, contribua para a paz e não para a guerra. Para isto o EZLN se dirigirá, no momento oportuno e publicamente, aos coordenadores das comissões parlamentares e aos legisladores independentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

A Comissão de Concórdia e Pacificação para que, cumprindo com o seu esforço de colaborar no processo de paz, aplane o caminho para a realização da consulta popular sobre o seu projeto de lei. Para isto o EZLN se dirigirá no momento oportuno e publicamente aos parlamentares que integram a COCOPA”;

- *“Tudo isso tem sido possível graças aos nossos companheiros e companheiras das nossas bases de apoio; sobre eles e elas recaiu o peso maior da nossa luta e eles a*

enfrentaram com firmeza, decisão e heroísmo. Também tem sido importante o apoio dos povos indígenas de todo o país, de nossos irmãos indígenas que têm nos ensinado, escutado e falado. A sociedade civil nacional tem sido o fator fundamental para que as justas demandas dos zapatistas e dos indígenas de todo o país continuassem pelo caminho das mobilizações pacíficas. A sociedade civil internacional tem sido sensível e tem ficado de ouvidos e de olhos abertos para que as respostas às nossas exigências não fossem um número maior de mortes e de prisões. As organizações políticas e sociais independentes têm nos acolhido como irmãos e assim a nossa resistência se encheu de vigor. Todos têm nos ajudado a resistir diante da guerra, ninguém para fazê-la”;

Instituições

- “Governos e crimes”;

Sexta Declaração da Selva Lacandona

<p>Memória</p>	<p>- EZLN se levantou contra: “maldades que hacen los poderosos, que sólo nos humillan, nos roban, nos encarcelan y nos matan, y nada que nadie dice ni hace nada”, por isso dizemos YA BASTA! E logo em seguida dizemos que lutamos por Democracia, Justiça e Liberdade, não somente para nós que “somos casi todos puros indígenas de acá de Chiapas” mas também “queremos luchar junto con todos los que son gente humilde y simple como nosotros y que tienen gran necesidad y que sufren la explotación y los robos de los ricos y sus malos gobiernos aquí en nuestro México y en otros países del mundo”</p> <p>- “Y entonces empezamos a hablarnos con otros pueblos indios de México y sus organizaciones que tienen y lo hicimos un acuerdo con ellos que vamos a luchar juntos por lo mismo, o sea por el reconocimiento de los derechos y la cultura indígenas. Y bueno, pues también nos apoyó mucha gente de todo el mundo y personas que son muy respetadas y que su palabra es muy grande porque son grandes intelectuales, artistas y científicos de México y de todo el mundo. Y también hicimos encuentros internacionales, o sea que nos juntamos a platicar con personas de América y de Asia y de Europa y de África y de Oceanía, y conocimos sus luchas y sus modos, y dijimos que son encuentros “intergalácticos” nomás por hacernos los chistositos y porque invitamos también a los de otros planetas pero parece que no llegaron, o tal vez sí llegaron pero no lo dijeron claro”</p>
	<p>- “O sea que si el que manda no obedece al pueblo, lo corretean, se sale de autoridad y entra otro”</p> <p>- “Porque nosotros pensamos que un pueblo que no vigila a sus gobernantes, está condenado a ser esclavo, y nosotros peleamos por ser libres, no por cambiar de amo cada seis años”</p> <p>- “Porque lo que pasó en este tiempo es que nuevas generaciones renovaron toda nuestra organización. O sea que como que le metieron nueva fuerza. Los comandantes y comandantas, quienes estaban en su madurez en el inicio del alzamiento en 1994, tienen ahora la sabiduría de lo aprendido en la guerra y en el diálogo de 12 años con</p>

<p>Organização</p>	<p>miles de hombres y mujeres de todo el mundo. Los miembros del CCRI, la dirección político- organizativa zapatista, ahora aconsejan y orientan a los nuevos que van entrando en nuestra lucha, y a los que van ocupando cargos de dirección. Ya tiene tiempo que los “comités” (que es como les decimos nosotros) han estado preparando toda una nueva generación de comandantes y comandantas que, después de un período de instrucción y prueba, empiezan a conocer los trabajos de mando organizativo y a desempeñarlos. Y pasa también que nuestros insurgentes, insurgentas, milicianos, milicianas, responsables locales y regionales, así como las bases de apoyo, que eran jóvenes en el inicio del alzamiento, son ya hombres y mujeres maduros, veteranos combatientes y líderes naturales en sus unidades y comunidades. Y quienes eran niños en aquel enero de 94, son ya jóvenes que han crecido en la resistencia, y han sido formados en la digna rebeldía levantada por sus mayores en estos 12 años de guerra. Estos jóvenes tienen una formación política, técnica y cultural que no teníamos quienes iniciamos el movimiento zapatista. Esta juventud alimenta ahora, cada vez más, tanto nuestras tropas como los puestos de dirección en la organización”</p> <p>- “El EZLN refrenda su compromiso de defender, apoyar y obedecer a las comunidades indígenas zapatistas que lo forman y son su mando supremo”</p>
<p>Instituições</p>	<p>“todos nosotros hemos visto los engaños de la clase política mexicana y la destrucción que sus acciones provocan en nuestra patria”</p> <p>- “ Entonces en el neoliberalismo que nos imponen los malos gobiernos pues no ha mejorado la economía, al contrario, el campo está muy necesitado y en las ciudades no hay trabajo. Y lo que está pasando es que México se está convirtiendo nomás en donde nacen y un rato, y otro rato se mueren, los que trabajan para la riqueza de los extranjeros principalmente de los gringos ricos. Por eso decimos que México está dominado por Estados Unidos”</p> <p>- “Bueno, pero no sólo pasa esto, sino que también el neoliberalismo cambió a la clase política de México, o sea a los políticos, porque los hizo como que son empleados de una tienda, que tienen que hacer todo lo posible por vender todo y bien barato”</p> <p>- “Y los partidos políticos electorales no nada más no defienden, sino que primero que nadie son los que se ponen al servicio de los extranjeros, principalmente de los de Estados Unidos, y son los que se encargan de engañarnos, haciéndonos que miramos para otro lado mientras venden todo y se quedan ellos con la paga. Todos los partidos políticos electorales que hay ahorita, no nomás unos. (...) Y no la tienen porque de por sí no tienen Patria, sólo tienen cuentas bancarias”</p> <p>- “Los meros jefes andan bien vestidos, tienen estudios en el extranjero, son elegantes, no se andan escondiendo sino que comen en buenos restaurantes y salen en los periódicos muy bonitos y bien vestidos en sus fiestas, o sea que, como luego se dice, son “gente bien”, y algunos hasta son gobernantes, diputados, senadores, secretarios de estado, empresarios prósperos, jefes de policía, generales”</p> <p>- “¿Estamos diciendo que la política no sirve? No, lo que queremos decir es que ESA política no sirve. Y no sirve porque no toma en cuenta al pueblo, no lo escucha, no le hace caso, nomás se le acerca cuando hay elecciones, y ya</p>

	<p>ni siquiera quieren votos, ya basta con las encuestas para decir quien gana”</p> <p>- “Porque ése es otro problema, y es que la Constitución ya está toda manoseada y cambiada. Ya no es la que tenía los derechos y las libertades del pueblo trabajador, sino que ahora están los derechos y las libertades de los neoliberalistas para tener sus grandes ganancias. Y los jueces están para servir a esos neoliberalistas, porque siempre dan su palabra a favor de ellos, y a los que no son ricos pues les tocan las injusticias, las cárceles, los cementerios”</p>
<p>Realidade econômica</p>	<p>-“hemos visto las grandes injusticias y matazones que hace la globalización neoliberal en todo el mundo”</p> <p>-“El capitalismo es un sistema social, o sea una forma como en una sociedad están organizadas las cosas y las personas, y quien tiene y quien no tiene, y quien manda y quien obedece. En el capitalismo hay unos que tienen dinero o sea capital y fábricas y tiendas y campos y muchas cosas, y hay otros que no tienen nada sino que sólo tienen su fuerza y su conocimiento para trabajar; y en el capitalismo mandan los que tienen el dinero y las cosas, y obedecen los que nomás tienen su capacidad de trabajo”</p> <p>- “Entonces como que el capitalismo destruye a los países que conquista con la globalización neoliberal, pero también como que quiere volver a acomodar todo o hacerlo de nuevo pero a su modo, o sea de modo que lo beneficie y sin lo que le estorba. Entonces la globalización neoliberal, o sea la capitalista, destruye lo que hay en esos países, destruye su cultura, su idioma, su sistema económico, su sistema político, y también destruye los modos en que se relacionan los que viven en ese país. O sea que queda destruido todo lo que hace que un país sea un país”</p> <p>- “Porque pues en el campo ya no se producen los alimentos, sino sólo lo que venden los grandes capitalistas, y las buenas tierras son robadas con mañas y con el apoyo de los políticos. O sea que en el campo está pasando igual que cuando el Porfirismo, nomás que, en lugar de hacendados, ahora son unas empresas extranjeras las que tienen al campesino bien jodido. Y donde antes había créditos y precios de protección, ahora sólo hay limosnas, ..y a veces ni eso”</p> <p>- “En su lado del trabajador de la ciudad pues las fábricas cierran y se quedan sin trabajo, o se abren las que se llaman maquiladoras, que son del extranjero y que pagan una miseria por muchas horas de trabajo. Y entonces no importa el precio de los productos que necesita el pueblo porque, aunque está caro o barato, pues no hay la paga. Y si alguien se trabajaba en una pequeña o mediana empresa, pues ya no, porque se cerró y la compró una gran tranasnacional. Y si alguien tenía un pequeño negocio, pues también se desapareció o se puso a trabajar clandestinamente para las grandes empresas que los explotan una barbaridad, y hasta ponen a trabajar a los niños y niñas. Y si el trabajador estaba en un su sindicato para demandar sus derechos legalmente, pues no, que ahora el mismo sindicato le dice que hay que apechugar que bajan el salario o la jornada de trabajo o quitan prestaciones, porque si no pues la empresa cierra y se va para otro país. Y luego pues está eso del “microchangarro”, que es como el programa económico del gobierno para que todos los trabajadores de la ciudad</p>

	<p>se pongan a vender chicles o tarjetas de teléfono en las esquinas. O sea que pura destrucción económica también en las ciudades”</p> <p>- “Y bueno, pues ahora también los políticos mexicanos lo quieren vender PEMEX o sea el petróleo que es de los mexicanos, y la única diferencia es que unos dicen que se vende todo y otros dicen que sólo se vende una parte. Y también quieren privatizar el seguro social, y la electricidad, y el agua, y los bosques, y todo, hasta que no quede nada de México y nuestro país sólo sea como un terreno baldío o un lugar para su diversión de los ricos de todo el mundo, y los mexicanos y mexicanas estemos como sus sirvientes, pendientes de qué se les ofrece, mal viviendo, sin raíces, sin cultura, sin Patria pues”</p>
Luta social	<p>- “así como hay una globalización neoliberal, hay una globalización de la rebeldía” que engloba os trabalhadores do campo e da cidade mas também uma diversidade de grupos oprimidos.... “todos esos grupos de gente están luchando contra el neoliberalismo, o sea contra el plan de la globalización capitalista”</p> <p>- “no están solos” Solidariedade com as lutas ao redor do mundo.</p>
Atividades	<p>- Atividades da Sexta Declaração: manter relações com organizações que lutam contra o neoliberalismo e pela humanidade; mandar insumos para a resistência cubana contra o bloqueio: 8 toneladas de milho e 2 tambores de gasolina; enviar artesanato e café para a Europa; milho não-transgênico para Bolívia e Equador; Encontros Intercontinentais</p> <p>- “Atividades nacionais: construir o programa nacional de lutas junto com todos os oprimidos e explorados do México; construir uma nova forma de fazer política; manter a luta por uma nova constituição; uma delegação da Direção do EZLN erá enviada para viajar por todo o México para construir novas lutas; política de alianças com organizações que lutam contra o neoliberalismo e que sejam em teoria e na prática de esquerda; Aliança fundada no “compromiso claro de defensa conjunta y coordinada de la soberanía nacional, con la oposición intransigente a los intentos de privatización de la energía eléctrica, el petróleo, el agua y los recursos naturales”</p>

Votán-Zapata

Memória	<p>-“No dia de hoje voltamos a recordar a luta que nos deu nome e rosto. Recordamos o dia em que a traição matou o general Emiliano Zapata quando lutava pela justiça. Zapata morreu, mas não sua luta e não seu pensamento. Muitos Emiliano Zapata nasceram depois, e agora o seu nome não serve apenas para chamar uma pessoa. O seu nome chama uma luta pela justiça, uma causa pela democracia, um pensamento pela liberdade”</p> <p>- Datas de renascimento de Votán-Zapata: 1521 e 1919 e hoje luta por Democracia, Justiça e Liberdade através dos passos do EZLN</p>
Imaginário	<p>- “Unido ao Votán, Guardião e Coração do Povo, Zapata se levantou de novo para lutar pela democracia, a liberdade e a justiça para todos os mexicano”</p> <p>- “Todos nós somos um em Votán-Zapata e ele está</p>

	<p>presente em todos nós”</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Votán-Zapata, Guardião e Coração do Povo” - “ Mesmo que doa, o nosso coração está alegre porque calando falamos, escondendo-nos nos mostramos, sem rosto somos, sem nome somos nomeados, ficando andamos, caminhando estamos parados, vindo vamos, morrendo vivemos”
Valores	<ul style="list-style-type: none"> - “poder do dinheiro e da soberba contra a dignidade” - “O poderoso diz também que quem tem a pele clara é inimigo, porque ensina aos índios as más ideias, mas o EZLN responde: Que a luta pela democracia, a liberdade e a justiça não vêm de uma cor de pele ou de uma língua, vem da terra, dos nossos mortos que pedem uma vida digna para a sua morte. Hoje, ser indígena é ser digno e verdadeiro. Ser indígena não é cor nem língua, é a vontade de lutar e ser melhor”
Força social	<ul style="list-style-type: none"> -“Por isso, quer acabar com os zapatistas, porque somos indígenas, porque somos dignos, porque somos rebeldes, porque lutamos, porque resistimos, porque lutamos por todos os nossos irmãos mexicanos” - Poderoso quer impedir que os lutadores sejam Votán-Zapata